UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JEANNE MARGARETHA MACHADO

PAF JEQUITIBÁ: PONTO DE ENCONTRO ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL

PORTO VELHO
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JEANNE MARGARETHA MACHADO

PAF JEQUITIBÁ: PONTO DE ENCONTRO ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado em Geografia
da Universidade Federal de Rondônia
como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre,
sob orientação do Prof. Dr. Nilson Santos.

PORTO VELHO
2008

Catalogação Biblioteca Central / UNIR

M1491p Machado, Jeanne Margaretha
PAF JEQUITIBÁ: Ponto de Encontro entre a Questão Agrária e Ambiental/ Jeanne Margaretha Machado. Orientador Nilson Santos.- Porto Velho, 2008.
199p.

Dissertação apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia para obtenção do título de Mestre em Geografia

1. Geografia Humana e Meio Ambiente-Rondônia 2. Assentamentos Rurais-Rondônia I.Título
CDU: 911.3: 504(811.1)

MESTRADO EM GEOGRAFIA - UNIR
A Amazônia e Políticas de Gestão Territorial

PPGG

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR

NÚCLEO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jeanne Margaretha Machado

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador Prof. Dr. Nilson Santos e constituída pelos examinadores Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral e pela Profa. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira reuniu-se no dia 28 de novembro de 2008, às 09:00 horas na sala Rosa Ester Rossini, Prédio de Mestrado em Geografia, no Campus Universitário José Ribeiro Filho-UNIR, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "PAR Jequitibá: Ponto de encontro entre a questão Agrária e Ambiental" da mestranda *Jeanne Margaretha Machado*. Após a explanação da mestranda, e sua argüição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi Aprovada

Porto Velho, 28 de novembro de 2008.

Prof. Dr. Nilson Santos
Orientador

Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral
Examinador

Profa. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira
Examinadora

Aos meus pais, Fernando e Maria José (*in memorian*),
aos meus filhos, Matheus e Robson,
à Maria Luzia Machado e Lucinéia Gonçalves Machado.
E por fim, início e meio... uma dedicatória anônima,
a cada olhar de angústia, incontáveis, captados,
fonte de inspiração, motivação e resistência
nos momentos de superação.

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer.

Bonnemaison e Cambrèzy

AGRADECIMENTOS

À Deus, Força que move a vida.

Aos meus irmãos, Waldir, Celso, Evandro, Henrique, Luiz Fernando *(in memorian) – uma dívida de gratidão* - Lawrence, e suas lindas famílias. A toda nossa grande família, pelo amor, respeito, acolhida e aconchego que nos une.

Ao apoio, incentivo e reconhecimento das instituições, profissionais e amigos(as):

Meu orientador, Nilson Santos;

UNIR: Sérgio Rivero, Januário Amaral, Josué Costa e Maria das Graças Silva, Ari Ott, Jacinta Castelo Branco, Aldecira Miranda, prof. Gilson e Pedro di Tárique Crispim. Aos professores e colegas do mestrado, em especial a Sandra Gallo, Telma Fortes, Selma Sarmento, Avacir dos Santos, Carlos Galvão, Madalena Cavalcante, Lucilene Lima, Rolivaldo Queiroz e Flávio Nascimento;

INCRA: Marcos Gusmão, Joel Magalhães, Júlio Santos, Erasmo Bezerra, Carlino Lima, Renato Soares, Vanessa Ibrahim, Julien Czelusniak, Joana Vergotti, Márcia Pereira, Claudinei Barreto, Adgerson Gomes, José Lopes, Janaína Lobato, Elias Donadon, Sandro Monteiro e estimados colegas;

A Robson Souza de Oliveira, Priscila Matzenbacher, Rui e Elisa Durlacher, Binha Rios, Vitor Duarte, Gordon, Vanuza Viana, José da Conceição Silva (o Sarney), Marçal (Eletronorte), Regina Célia de Jesus, Macília Monteiro, Marcela Freire e a todas as pessoas que cruzaram essa caminhada me recebendo e apoiando.

SUMÁRIO

Glossário de Siglas ix
Lista de Figuras xii
Lista de Quadros e Tabelas xiii
Resumo xiv
Abstract xv

INTRODUÇÃO 16
Capítulo 1. PAF JEQUITIBÁ: CARACTERIZAÇÃO 28
1.1. CONHECENDO HISTÓRIAS 28
1.2. AGENTES E ATORES SOCIAIS 32
1.3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA 49

Capítulo 2. DE PDS A PAF: A TRAJETÓRIA DO JEQUITIBÁ 53
2.1. A TERRA ANUNCIADA 53
2.2. A TERRA DENUNCIADA 61
2.3. O NOVO PLANEJAMENTO DO INCRA 67
2.4. ACONTECIMENTOS MAIS RECENTES 72

Capítulo 3. DA POSSIBILIDADE À REALIDADE 80
3.1. REFORMA AGRÁRIA: QUESTÃO SEM SOLUÇÃO? 81
3.2. A LÓGICA DO AGRONEGÓCIO SE INTERPÕE 87
3.3. O CAMPONÊS NO CENTRO DO DEBATE 92
3.4. FOCO EM RONDÔNIA 94
3.4.1. O Plano Regional de Reforma Agrária 98
3.5. A LEI DO ZONEAMENTO: REGULAÇÃO E CONFLITO 111

Capítulo 4. A SUSTENTABILIDADE E O ASSENTAMENTO 123
4.1. A CRISE AMBIENTAL FAZ EMERGIR A SUSTENTABILIDADE 123
4.2. O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 132
4.3. A PROPOSTA GOVERNAMENTAL 133
4.4. A PROPOSTA SOB A ÓTICA DOS CANDIDATOS 147

Capítulo 5. ASPECTOS TERRITORIAIS DO ASSENTAMENTO 159
5.1. SEGURANÇA, OPORTUNIDADES E SUBJETIVIDADES 160
5.2. DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO 164
5.3. A TERRITORIALIDADE NO ASSENTAMENTO 169

CONSIDERAÇÕES FINAIS 180

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 185
APÊNDICES 193

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACP	Ação Civil Pública
AGRIFAM	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar da Gleba Calama Jacundá
AGU	Advocacia Geral da União
APRUCAJÁ	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Calama-Jacundá e Moradores da Vila Nova Samuel
ASDEFLAM	Associação dos Extrativistas e Defensores da Floresta Amazônica
ASPRUJ	Associação dos Produtores Rurais Jequitibá
ATES	Programa de Assessoria Técnica para os Assentamentos da Reforma Agrária
ATPF	Autorização de Transporte de Produto Florestal
BASA	Banco da Amazônia
BPA	Batalhão da Polícia Ambiental
CATP	Contratos de Alienação de Terras Públicas
CCDTP	Contratos de Concessão de Terras Públicas
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CIRADR	Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOAFCAN	Cooperativa Agro-Florestal de Candeias do Jamari
COOTRARON	Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Rondônia
CPCV	Contratos de Promessa de Compra e Venda
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EMATER	Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GGI	Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (Rondônia)
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IEPAGRO	Instituto de Estudo e Pesquisa do Agronegócio Rondoniense
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IRFAM	Instituto de Regularização Fundiária da Amazônia
ITR	Imposto Territorial Rural
LIO	Licença para Instalação e Operação
LP	Linha de Penetração
LP	Licença Prévia
MCC	Movimento Camponês Corumbiara
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MEC	Ministério da Educação
MFC	Manejo Florestal Comunitário
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PADBUR	PAD Burareiro
PADMD	PAD Marechal Dutra
PAE	Projeto Agro-Extrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAIC	Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PEA	Projeto de Exploração Anual
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PICGPN	PIC Gy-Paraná
PICPAR	PIC Paulo Assis Ribeiro
PICPEAR	PIC Padre Adholpho Rolh
PICSG	PIC Sidney Girão
PIN	Plano de Integração Nacional
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMFSC	Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil
PPA	Plano Plurianual
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRRA/RO	Plano Regional de Reforma Agrária do Estado de Rondônia
REBIO	Reserva Biológica

SAE	Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos
SAF	Sistema Agro-Florestal
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEAPES	Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SSR	Serviço Social Rural
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TDA	Títulos da Dívida Agrária
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UPA	Unidade de Produção Anual
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia
WWF	Fundo Mundial para a Vida Selvagem

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vila Nova Samuel, no município de Candeias do Jamari 40

Figura 2. Acampamento do MCC no perímetro do PAF Jequitibá 42

Figura 3. Reunião na Câmara Municipal de Candeias do Jamari, 15/07/2003 62

Figura 4. Modelo de agrovila adotado para o PAF Jequitibá 69

Figura 5. Ato de assinatura da Portaria de criação do PAF Jequitibá, em 18/07/2007, no auditório da sede do INCRA/RO, em Porto Velho 74

Figura 6. Comemoração do público na cerimônia de criação do PAF Jequitibá, em 18/07/2007, no auditório da sede do INCRA/RO, em Porto Velho 75

Figura 7. 1ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia 113

Figura 8. Diagrama da Base de Dados Geográfico da 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia 116

Figura 9. 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia 117

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1. Concentração Fundiária - Índice de Gini - INCRA e IBGE 84

Gráfico 2. Renda dos candidatos ao PAF Jequitibá 138

Gráfico 3. Procedência dos candidatos ao PAF Jequitibá 148

Gráfico 4. Opiniões sobre o PAF Jequitibá 148

Gráfico 5. Atividades que pretendem desenvolver no PAF 150

Quadro 1. Principais ações e metas do PRRA/RO e resultados das gestões do INCRA em 2004, 2005, 2006 e 2007 103

Tabela 1. Situação fundiária do Estado de Rondônia segundo a categoria de imóvel rural 99

Tabela 2. Síntese da 2ª Aproximação do Zoneamento 119

RESUMO

Novos modelos de assentamentos rurais vêm sendo experimentados na Amazônia pelo Governo Federal, na tentativa de conciliar as necessidades de ordenamento fundiário e desenvolvimento rural com as exigências ambientais. Esta pesquisa se propôs a aprofundar os conhecimentos relativos a uma dessas modalidades, o Projeto de Assentamento Florestal (PAF), especificamente o que foi criado e está sendo implantado no município de Candeias do Jamari, no estado de Rondônia, denominado PAF Jequitibá, que preconiza a sustentabilidade. É a primeira experiência dessa natureza no estado. A exploração econômica deverá ser feita através de manejo florestal comunitário sustentável e as moradias foram inicialmente planejadas para o sistema de agrovilas. A necessidade de criação do assentamento no estado foi impulsionada pela Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE) que classifica a área na zona 2, sub-zona 2.1, definida como área de conservação dos recursos naturais, passível de uso sob manejo sustentável. A expectativa dessa criação, processo iniciado em 2001, levou para o local grande número de famílias em busca de um lote de terras, onde inclusive outras já residiam desde que madeireiras começaram a explorar a área, na década de 1990, de forma que atualmente a área encontra-se habitada, porém, em condições precárias de sobrevivência. O ato oficial de sua criação aconteceu em 18 de julho de 2007 e o órgão responsável está no processo de formalizar o assentamento das primeiras famílias que tiveram seus cadastros homologados. Esse estudo buscou conhecer os antecedentes do processo, identificar os agentes e atores sociais envolvidos, analisar o tratamento que as questões agrária e ambiental vêm tendo por parte do Estado, a abordagem de sustentabilidade adotada na proposta do PAF, sua receptividade entre os candidatos ao assentamento, especialmente os sistemas propostos: Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e moradia em agrovilas, estritamente coletivos e vinculados às atividades de produção na floresta. Foram analisados os processos territoriais vivenciados pelos candidatos, a (des)reterritorialização, o pertencimento territorial e as conflitualidades relacionadas, vistos como imbricados a uma proposta de sustentabilidade que se pretende bem sucedida. Como conclusão, compreendemos que a sustentabilidade buscada e o assentamento em si estarão totalmente comprometidos enquanto persistir o tratamento que vêm recebendo no país as questões agrária e ambiental, e o caráter eminentemente tecnocrata da proposta, concebido “de cima para baixo” e “de fora para dentro”, sem uma participação verdadeira da comunidade, desde as fases elementares de sua concepção, cujo foco vem se dando prioritariamente a sua dimensão econômica, colocando em planos secundários as demais dimensões da vida humana.

PALAVRAS-CHAVE

Reforma agrária, assentamento rural, territorialidade, modo de vida, sustentabilidade

ABSTRACT

New models of rural settlements are being tested in the Amazon by the Federal Government, in an attempt to reconcile the needs of land restructuring and rural development with environmental requirements. This research is proposed to deepen the knowledge of one of these procedures, the Forestry Settlement Project (PAF), specifically which was created in the town of Candeias do Jamari, in the state of Rondônia, known as PAF Jequitibá, which intends to be sustainable. It is the first experience of this kind in the state. The economic exploitation should be done through sustainable forest management community and the homes were originally planned for the “small farmers corporative system”. The need to establish the settlement was motivated by the Socioeconomic-Ecological Zoning Law of the State of Rondônia (ZSEE) which classified the area in zone 2, sub-zone 2.1, defined as an area of conservation of natural resources, able to be uses under sustainable management. Its creation by INCRA, a process which begun in 2001, which took a large number of families to the location in search of a plot of land, where including others have already lived since wood cutters began to explore the area in the 1990s, which at the moment is inhabited, but in precarious survival’s conditions. Its creation occurred in July 18, 2007 and the organ responsible is in the process of settling the first families who had their cadastre approved. This study looked to know the background of the case, identify the agents and actors involved, examine the treatment that the agrarian and environmental issues are taken by the state, the approach adopted in the PAF’s sustainability, its receptivity among the candidates for the settlement, especially the proposed systems for Sustainable Forest Community Management Plan and small farmers corporative home system, strictly collective and bound by the production activities in the forest. The territorial process experienced by the candidates, the deterritorialization and reterritorialization, territorial belonging and relate conflituality, seen as imbrication to a proposal of sustainability which intend to be successful. As a conclusion, we understand that sustainability search is fully committed while adopting a highly technocratic character, designed "from top to bottom" and "from outside to the inside," without a genuine participation of the community, since from the elementary stages of its design, whose focus has been giving priority to its economic dimension, putting in secondary plans the other side of human life.

KEY WORDS

Agrarian reform, rural settlement, territoriality, way of life, sustainability

INTRODUÇÃO

Com a recente criação do Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no município de Candeias do Jamari (RO), tornou-se pertinente analisar esse processo, especialmente por ser a primeira experiência dessa natureza no estado, com possibilidade de expansão para outras áreas de uso especial, conforme a Lei Estadual do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE) - Lei Complementar Nº. 233/00, de 06/06/2000. A proposta combina exploração econômica através de manejo florestal comunitário sustentável com moradias planejadas em sistema de agrovilas.

A degradação ambiental e a pobreza verificadas nos assentamentos da reforma agrária do País levam a estudos e debates sobre seus impactos no meio ambiente físico, na vida das pessoas e na dinâmica da região onde se localizam. Algumas conclusões foram temas inclusive da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), realizada em Porto Alegre-RS, em março de 2006, quando se inseriu em seu relatório final uma orientação para que fosse adotado um modelo de desenvolvimento rural na Amazônia Latino-Americana baseado na sustentabilidade ambiental.

Com o objetivo de encontrar alternativas ao modelo tradicional de assentamentos rurais em vigência e estabelecer um adequado ao bioma amazônico, é que foi concebido o Projeto de Assentamento Florestal (PAF). Em Rondônia, essa foi a modalidade adotada para a criação do assentamento Jequitibá, baseada também nos resultados dos debates realizados com diversos segmentos comunitários e institucionais rondonienses, entre eles a EMBRAPA, SEDAM, PLANAFORO, OSR, Fórum das ONG's, IICA, CEPLAC, que subsidiaram a proposição inicial de criação na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

A proposta do Jequitibá foi desenvolvida com objetivos de combate à grilagem, ao desmatamento, e de inclusão das comunidades amazônicas tradicionais, pressupondo respeito às diversidades nacionais e regionais, tendo na floresta e em todos os recursos naturais, a oportunidade de geração de emprego e renda para suas comunidades.

O Jequitibá está localizado em uma área conflituosa, em terras públicas da União, classificada na zona 2, sub-zona 2.1, da Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado, na qual e exploração econômica somente é permitida através de manejo florestal sustentável. Por isso, o modelo propõe um modo de vida comunitário, baseando a atividade econômica dos futuros assentados no Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário (PMFSC) e no sistema de moradias em agrovilas. Atualmente está em fase de implantação, na modalidade Projeto de Assentamento Florestal - PAF (detalhada no capítulo 2) e atenderá a 597 famílias em lotes com tamanho médio de 200 hectares, .

A expectativa de sua criação pelo INCRA, processo iniciado em 2001, levou para o local um expressivo contingente populacional em busca de um lote de terras, onde inclusive outras famílias já residiam através de movimentos anteriores de ocupação espontânea.

Concomitantemente às ações espontâneas de ocupação, foram detectados uso da área em desacordo com as pretensões governamentais e danos ambientais, além do surgimento de denúncias de comércio de terras públicas, gerando inclusive uma Ação Civil Pública, movida pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal e acatada pelo Poder Judiciário, que arrolou os principais agentes públicos.

Desde a concepção do assentamento pelo INCRA, diversos agentes e atores vêm se agregando ao projeto, tanto da sociedade política quanto da sociedade civil, entre eles têm destaque: IBAMA, SEDAM, Ministério Público, Prefeitura de Candeias do Jamari, Cooperativa Agro-Florestal de Candeias do Jamari (COOAFCAN), Movimento Camponês Corumbiara (MCC), Associação dos Produtores Rurais do Projeto Calama-Jacundá e Moradores da Vila Nova Samuel (APRUCAJÁ), Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar da Gleba Calama-Jacundá (AGRIFAM), Associação dos Produtores Rurais Jequitibá (ASPRUJ) e Associação dos Extrativistas e Defensores da Floresta Amazônica (ASDEFLAM). Cabe destacar também que, no perímetro do PAF Jequitibá, estão instalados posseiros de grandes áreas, de forma ilegal, com muito poder de interferência na dinâmica local.

O processo de criação e implantação do Jequitibá, que já se estende por sete anos, vem demonstrando os reflexos das ambigüidades observadas no tocante à questão agrária e, mais recentemente, à ambiental, em certa medida reproduzindo a trajetória que apresentam os assuntos ligados a essas esferas.

A pesquisa

Nosso envolvimento com a iniciativa governamental iniciou-se no âmbito técnico profissional, por ocupar o cargo de Técnica em Comunicação Social na superintendência do INCRA em Rondônia. Nesta posição, o contato com a proposta, com os responsáveis diretos e com as atividades relacionadas era constante. E foi a partir daí despertado o interesse pelo tema, já que se tratava de iniciativa de adoção de um novo modelo de assentamento rural, imprimindo uma nova dinâmica na vida das pessoas.

Assim, à primeira vista, tal proposta nos parecia instigante. Afinal, os futuros assentados deveriam trabalhar e viver comunitariamente, o que indicava ser um grande desafio, implicando em muitas transformações no espaço, nas relações entre si e com o meio ambiente, nos valores, tradições, em todas as instâncias da vida. Quando vislumbramos a possibilidade de participar da seleção ao Programa do Mestrado em Geografia da UNIR, imediatamente fomos despertados pela motivação para pesquisá-la.

Na medida em que fomos realizando o curso, lendo e refletindo sobre as questões envolvidas, e vivenciando no cotidiano profissional e acadêmico a experiência de criação e implantação do assentamento, tivemos uma clareza maior sobre os aspectos mais profundos do processo, para além das questões técnicas, leis e normas. Afinal, como afirmou Szymanski (2002: 72), “A compreensão do fenômeno vai se modificando no decorrer do processo de pesquisa e é paulatinamente aprofundada durante o trabalho de análise”.

O ser humano estava ali presente, independente de fatores legais, com toda a sua história, seus processos territoriais, porém em uma condição de existência subumana. Sempre subjugado ao poder do Estado e do capital, que tornam insolúveis as questões que vão de encontro a seus interesses, sobretudo aqui, a ambiental e a agrária, com uma desigual distribuição de renda, distribuindo somente conflitos e inseguranças. São vidas errantes, trajetórias enviesadas, destituídas de oportunidades ou não, que agora esbarram em leis “justas” e implacáveis, em normas rígidas, em processos tecnicamente perfeitos, que ora representam uma oportunidade ora um risco, afinal, a condição de beneficiário do programa de reforma agrária carrega em si a possibilidade de inclusão, mas também de exclusão.

Então, no caminho da pesquisa, nosso cuidado inicial se deu com os aspectos éticos relacionados à situação concomitante de técnica do órgão e

pesquisadora de um processo ali instalado. Por um lado o trabalho foi facilitado pelo acesso aos dados e apoio irrestrito dos colegas de trabalho e dos dirigentes da instituição no âmbito regional, mas era imperioso o zelo na triagem das informações e na apuração do senso crítico. Assim, nosso trabalho documental se baseou nas informações de acesso público, como os planos, programas, normas e dados disponibilizados em documentos e reuniões públicos.

Em todas as abordagens pessoais relacionadas ao assunto manifestamos explicitamente a posição ocupada, tanto para os técnicos e dirigentes diretamente afetos, quanto para os entrevistados, ainda que em algumas situações no trabalho de campo, as pessoas abordadas hesitassem inicialmente. Mas, ao adotarmos uma postura de clareza e firmeza na transmissão dos objetivos do trabalho e confiança na relação pessoal, despertamos segurança nas pessoas e acreditamos ter atingido a essência de seus problemas, dos processos vividos, sentimentos envolvidos e, sobretudo, de sua sabedoria intrínseca.

A proposta do PAF foi assim estudada, com suas especificidades, no contexto de implantação de um projeto que busca proporcionar sustentabilidade, a partir da observação do objeto da geografia, ou seja, das relações do homem com o meio, e do homem com o homem, envolvendo os aspectos dialéticos e fenomenológicos e as inter-relações com o mundo.

A pesquisa considerou o processo histórico que culminou na iniciativa de adoção deste novo modelo de assentamento para o ambiente amazônico, os aspectos relacionados à nova territorialidade que se configura, os princípios adotados na implementação das políticas públicas e a receptividade desta nova proposta junto aos atores sociais envolvidos.

Em nossa caminhada procuramos compreender os conceitos inerentes ao estudo proposto, em especial a sustentabilidade, modos de vida e produção comunitários, e os processos territoriais, na perspectiva teórica e na experiência das pessoas.

A construção do objeto de investigação desse estudo passou então pela compreensão da iniciativa de criação de um modelo de assentamento baseado na sustentabilidade, da concepção e operacionalização daqueles que implementam (ou interferem nas) as políticas públicas nesse processo, da experiência de vida dos que habitam ou vão habitá-lo, dos processos territoriais que ocorrem no assentamento e

dos fatores que desafiam a racionalidade de seu planejamento, resultando nessa considerável demora para sua efetivação.

Identificamos os atores sociais e agentes, sua atuação e a contextualização do cenário de criação do assentamento, com suas respectivas etapas. Levamos em conta o tratamento que a questão agrária vem obtendo no país, as estratégias de desenvolvimento imprimidas na Amazônia, a formação política e econômica do Estado com seus processos de apropriação da terra, a trajetória do INCRA, nacional e local, com a adoção de novos paradigmas pela autarquia e incorporação da vertente ambiental e a adequação das legislações.

Com a realização dessa etapa do estudo, o desafio seguinte foi discutir temas que têm uma relação estreita com o modelo em que foi concebido o assentamento e objetivo da pesquisa: a sustentabilidade e a territorialidade, observando os aspectos sócio-culturais e territoriais dos candidatos ao assentamento.

O trabalho está vinculado à linha de pesquisa “Populações Amazônicas e Cidadania” tendo em vista que a comunidade onde se desenvolve o estudo é formada por famílias de camponeses e trabalhadores rurais sem terra, candidatas ao assentamento e, voluntária ou involuntariamente, à profundas alterações em seus modos de vida, com a intervenção planejada que se pretende levar a cabo pelas instâncias governamentais. Algumas moram na área, outras em um acampamento do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), situado no perímetro do assentamento, e as demais estão, em sua maioria, em municípios como Candeias do Jamari, Itapuã d’Oeste, Ariquemes, Cacoal e Porto Velho.

A problemática desse estudo se traduziu, então, na compreensão do processo de adoção para Rondônia, de um novo modelo de assentamento concebido para a Amazônia, que preconiza a sustentabilidade a partir de um modo de produção e vida comunitários, cujo público afeto tem como características a diversidade, resultante dos fluxos migratórios, e uma complexidade, fruto dos processos de exclusão social.

Partimos da hipótese de que o ambiente amazônico, da forma como está compreendido no modelo em questão, não se aplica à área pretendida para sua implantação em Rondônia. Esta por sua vez é composta por migrantes de diversas partes do país, que em sua maioria não têm identidade com o modo de vida e produção florestal e comunitário, não tendo sequer participado dessa opção. O esforço governamental empreendido, além de estar alicerçado em bases movediças,

mais se coaduna com a necessidade de atendimento aos imperativos legais e do mercado, onde as inerências humanas podem vir a sabotar toda a expectativa oficial, por mais paradoxal que isso possa parecer.

Coerentes com essa formulação, nosso objetivo foi conhecer as interações que compõem a totalidade social nesse espaço, desde seus antecedentes, passando pela concepção da proposta, com a sustentabilidade nela envolvida, seu processo, até sua perspectiva de concretização, com imbricações nas relações de territorialidade.

Entre os objetivos específicos, elencamos a identificação da receptividade, compreensão e expectativas dos atores sociais envolvidos em relação à proposta do PAF e os aspectos territoriais vivenciados, especialmente a desterritorialização, a reterritorialização e o pertencimento territorial.

Buscamos compreender as concepções de sustentabilidade que dão suporte à proposta de criação do PAF Jequitibá, nos orientando, no plano teórico, pelas formulações de Ignacy Sachs (1986, 1994, 2000) sobre o tema, além do aporte relacionado ao desenvolvimento e sua modalidade adjetivada de “sustentável”, de autores como Brüseke (2003), Becker (1994), Escobar (1984), Frey (2001), (Paula (2005) e Viola e Leis (1995).

Os aspectos territoriais constitutivos do espaço em formação foram analisados através das contribuições teórico-metodológicas de Haesbaert (2000, 2002, 2004, 2005, 2006), Milton Santos (1996a, 1996b, 1997), Raffestin (1993) e no exame crítico do tema elaborado por Saquet (2007).

A questão agrária do país foi revisitada principalmente a partir dos subsídios de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003, 2007, 2008), Bernardo Mançano Fernandes (2006, 2007, 2008) e Guilherme Delgado (1985 e 2005), os quais apontam os descaminhos e revelam a desconsideração com que o tema é tratado em nosso país, cujos reflexos abrangentes compõem a base do objeto do nosso estudo, juntamente com a questão ambiental, sendo especificamente aqui analisados os planos e instrumentos relacionados ao estado de Rondônia, a partir dos estudos de Millikan (1998) e Ott (2002).

Do ponto de vista metodológico a pesquisa empreendida teve ênfase qualitativa. Porém, de acordo com Bardin (1977: 115), “A análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação”. Assim, buscamos dados através de pesquisa documental, entrevistas com famílias candidatas ao assentamento que já

residem no local e aplicamos questionários, num processo cuidadoso detalhado a seguir. Tais dados foram fundamentais para conhecer a diversidade do universo local e sua complexidade. A combinação dos métodos nos ofereceu mais solidez para a abordagem dos problemas. Esses métodos foram implementados seqüencialmente, sendo que os sentimentos e subjetividades presentes no processo foram captados mais profundamente através de entrevistas qualitativas.

Como afirmou Franco, "se diferentes *corpus* são objeto de análise é imprescindível ou um acordo prévio entre os diferentes codificadores ou uma análise contextual que recupere os diferentes contextos das mensagens (...)". Dessa forma, buscamos uma dimensão que não pôde ser amplamente acessada na primeira abordagem. Mas é no referencial teórico que está apoiada a essência analítica do estudo e é através dele que conduzimos o tratamento dos dados. Nesse tratamento houve convergência de dados no mesmo fenômeno e complementaridade, onde observamos suas diferentes facetas, proporcionando assim uma amplitude maior no estudo.

Na fase exploratória da pesquisa procuramos conhecer os antecedentes do processo de formação do assentamento através de pesquisa documental, contatos pessoais com os membros da equipe técnica diretamente responsável por sua execução e entrevistas realizadas com o idealizador local da proposta, buscando a fidedignidade das informações.

Entre as peças estudadas na pesquisa documental têm destaque os dois projetos para criação do assentamento, sendo o primeiro enquadrado na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), e o segundo modificado para Projeto de Assentamento Florestal (PAF). Esta modalidade é mais restrita à atividade florestal e mais se adéqua à Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia, que define a área como de uso especial para atividades de manejo, sem conversão da vegetação natural. Reportagens publicadas na imprensa sobre o assunto auxiliaram na revisão dos antecedentes do caso e foram obtidas nos arquivos do INCRA, junto aos moradores e lideranças, e em sites.

Nessa etapa foram também analisados o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), a Portaria/INCRA/P/Nº 1.141, de 19/12/2003, que cria a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal (PAF), a Portaria INCRA Nº 215, de 06/06/2006, que aprova os procedimentos metodológicos para a criação e execução de projetos de

assentamento florestal, a Ação Civil Pública relativa à área, movida pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual - na qual o INCRA, entre outros órgãos públicos e uma cooperativa, figuram como réus -, e o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 2006, entre as instituições envolvidas, que possibilitou a criação oficial do assentamento.

Realizamos observação direta e o acompanhamento em tempo real das etapas da criação e implantação do assentamento. Paralelamente, efetuamos a pesquisa bibliográfica a respeito dos temas relacionados, desenvolvida ao longo de várias etapas. A observação direta se deu através do acompanhamento de eventos e de reuniões entre os órgãos públicos e os atores sociais, nas quais a diversidade ideológica e os conflitos se tornaram mais perceptíveis. Um importante momento para esse estudo foi a solenidade de criação do assentamento, onde tornou-se possível observar as interações entre as partes envolvidas, a convergência ou não de interesses, induzida, de certa forma, pela conjuntura que se impunha.

Além disso, consubstanciam o presente trabalho um estudo sobre a política agrária aplicada ao País e, especialmente à Rondônia, com uma análise documental desse processo, especificamente através do Plano Nacional de Reforma Agrária e do Plano Regional de Reforma Agrária, com seus respectivos resultados, avaliados, no recorte regional, através dos relatórios de gestão do órgão responsável.

O trabalho de campo contou com visitações ao local e à Vila Nova Samuel, em um primeiro momento, no mês de setembro de 2007, para estabelecer contato com as lideranças comunitárias, conversar com as pessoas, conhecer a paisagem e a dinâmica local e obter dados sobre as associações e cooperativas que atuavam na comunidade.

Após essa fase, elaboramos o questionário para aplicar no local entre as famílias que se candidataram ao assentamento. O objetivo foi colher dados quantitativos relacionados às questões sócio-econômicas, culturais, políticas e territoriais dos candidatos, a receptividade e conhecimento com relação à proposta, identificar os principais sistemas produtivos adotados, as suas práticas e a combinação de práticas não-agrícolas, atividades agropecuárias e trabalho assalariado em outras propriedades, seus principais problemas e soluções encontradas ou sugeridas, caracterizando assim a realidade agrária em curso.

Nos dias 24 e 25 de novembro de 2007, com o apoio de uma equipe formada por um profissional e uma acadêmica de Ciências Sociais e um geógrafo,

devidamente informados sobre o objetivo do trabalho, nos dirigimos para o local a fim de aplicar os questionários. Fomos inicialmente ao acampamento do MCC, que dista aproximadamente 30 km da Vila, pela Linha de Penetração (LP)-35, onde tivemos que solicitar autorização do coordenador do acampamento para a realização do trabalho.

Com alguma resistência e desconfiança, o coordenador acompanhou a aplicação dos primeiros questionários e fez algumas intervenções no sentido de "lembrar" aos entrevistados sobre as vantagens dos sistemas de manejo florestal e agrovilas. Essa é a situação típica de "estratégia de ocultamento" apontada por Symanski (2002: 13), quando o entrevistado ou esconde informações que acredita serem ameaçadoras ou desqualificadoras para si ou para o grupo, ou inclui outras que acredita trazerem uma visão mais favorável ao mesmo. Mas, aos poucos, fomos conquistando a segurança da coordenação do movimento, através de uma atitude de isenção no processo e busca verdadeira de conhecimento, que adquirimos sua confiança e conquistamos liberdade no trabalho.

No retorno, aplicamos questionários com as famílias candidatas que detinham posses na LP-35. Observamos que muitas casas estavam fechadas. Segundo informações, muitos posseiros não habitavam o local pela falta de infra-estrutura. Alguns moravam na Vila, outros nas redondezas, e trabalhavam na terra em alguns dias da semana, se fazendo presentes por ocasião das visitações do INCRA.

No momento dessa mudança, percebemos com mais intensidade o conflito existente entre acampados e posseiros e a diferença na percepção da proposta, revelando-se bem aceita entre os acampados e bastante rejeitada pelos posseiros. No dia seguinte, realizamos o trabalho entre os candidatos ao assentamento localizados na Vila Nova Samuel, onde também prevaleceu o ponto de vista dos posseiros e a resistência à presença do acampamento do MCC.

Obtivemos um resultado de 59 questionários aplicados, perfazendo um total de 10,7% do universo de 548 candidatos ao assentamento, cadastrados no INCRA até aquele período.

Após a tabulação dos dados e a consolidação das informações foi chegada a hora de ir em busca dos dados qualitativos, aprofundando o conhecimento sobre a questão. No mês de dezembro de 2007, realizamos entrevistas semi-estruturadas com o gestor do INCRA, com o líder do MCC, e presidentes de uma associação e uma cooperativa, gravadas em meio digital com o devido consentimento dos

mesmos. Nosso objetivo nessa fase foi obter conhecimentos sobre a operacionalização da proposta, as formas de organização, a dinâmica entre órgãos públicos e entidades civis, a receptividade, compreensão, expectativas e o planejamento das partes envolvidas.

Os aspectos mais subjetivos foram obtidos diretamente nas entrevistas com as famílias que já viviam no perímetro do Jequitibá. Esse instrumento foi utilizado por acreditarmos em seu potencial de desvelar novas possibilidades na compreensão dos fenômenos que se quer investigar (SYMANSKI, 2002: 57). Assim, realizamos entrevistas com três famílias, sendo uma individual, e a outra em conjunto, que foram gravadas com a autorização dos entrevistados. Cuidados especiais foram tomados na elaboração das questões, intervenções, nas questões de esclarecimento, digressões e adequação do vocabulário. Tivemos o acompanhamento de uma acadêmica do curso de graduação em Ciências Sociais que, além do interesse pelo tema, nos auxiliou no trabalho de transcrição das entrevistas.

Entre os critérios para a seleção dos entrevistados estavam a condição de habitar o local e ter como objetivo continuar vivendo ali com a família, para assim captarmos as impressões e conhecimentos que tinham do projeto, os vínculos que tinham com o lugar, as relações de pertencimento e os processos de desterritorialização e reterritorialização vivenciados. O levantamento dessas experiências foi feito de forma direta, em entrevistas não estruturadas, apoiadas em um roteiro básico com as temáticas da pesquisa definidas *a priori,* dando abertura para novos desdobramentos.

A metodologia que nos apoiamos para a análise e interpretação dos dados qualitativos foi a “Análise de Conteúdo” (AC), uma vez que, segundo Bardin (1977:9), enquanto esforço de interpretação, a AC “oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”. A autora resume da seguinte maneira o terreno, o funcionamento e o objetivo da AC:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, ibidem: 42)

Seguimos as fases elencadas pela autora: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na pré-análise, fase de organização propriamente dita, realizamos a leitura flutuante e a confrontação com os temas pré-selecionados pelas regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, realizando recortes do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática. A preparação do material se baseou nas entrevistas transcritas, cujas gravações foram conservadas para informações para-lingüísticas.

Segundo a autora, o "porque se analisa determina como se analisar", assim, na exploração do material buscamos as mensagens subjacentes e utilizamos regras de enumeração das unidades de registro/contexto, constatando a presença, freqüência e intensidade de aparição (idem, ibidem: 109). Para o nosso caso, a medida de intensidade com que cada elemento apareceu e também a direção, podendo ser positiva, negativa ou neutra, foram indispensáveis na análise dos valores (ideológicos, tendências) e das atitudes e receptividade da proposta.

O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação põem em relevo as informações obtidas na análise. Para Bardin (ibidem: 101), "O analista, tendo a sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas". E assim procedemos, desvelando algumas facetas mais subliminares do processo, expondo as conflitualidades e possibilitando novos desdobramentos teóricos e práticos.

A estrutura redacional do trabalho foi disposta com a Introdução, onde nela apresentamos a pertinência do objeto de estudo, nossas motivações, posturas adotadas, a problemática da pesquisa, a hipótese, os objetivos, a orientação teórica e a metodologia utilizada.

No Capítulo I iniciamos o tema com três crônicas narrativo-descritivas para que o leitor seja introduzido nesse universo complexo, que tanto desafia nosso senso de razoabilidade, na tentativa de assim conquistar sua atenção para questões áridas na forma como sempre foram conduzidas e em seus reflexos na vida humana. Na seqüência, apresentamos os agentes públicos e atores sociais que atuam na formação do PAF identificados no processo de pesquisa. Encontram-se aí também a caracterização da área, com sua localização e aspectos físicos.

O Capítulo 2 descreve a trajetória do assentamento, desde a destinação da terra para as ações do programa de reforma agrária e os processos de ocupação espontânea, passando pela concepção do assentamento na modalidade PDS, com

seus revezes, que culminaram no impedimento da área através de uma Ação Civil Pública. Apresentamos os novos ajustes realizados na tentativa de viabilizar a proposta, tendo sido formalizados no segundo projeto e no Termo de Ajustamento de Conduta. Elencamos os principais acontecimentos envolvendo a iniciativa, publicados na imprensa, com suas situações conflituosas e conquistas.

As questões que formam a base da problemática apresentada na trajetória do assentamento são expostas no Capítulo 3, especificamente a questão agrária e a ambiental, esta focada nos programas de desenvolvimento do estado que tiveram como produto a Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico. São questões fundamentais para as quais os interesses emanados pelo capital e por sua dinâmica dominadora e excludente, com ascensão sobre o Estado, nunca trataram de solucionar. E, como não podem ignorar, procuram submergir os conflitos com políticas compensatórias, ou o que é ainda mais arriscado, postergando a situação.

No Capítulo 4, após uma revisão teórica sobre o tema “sustentabilidade”, refletimos sobre o modelo de sustentabilidade expresso na concepção da proposta, e que se procura implementar no PAF, as dimensões prevalecentes, a abordagem no tratamento do tema pelas políticas públicas implementadas, a identificação dessa categoria na análise documental e no trabalho de campo, compreendendo a tabulação dos dados dos questionários e as entrevistas, com o tratamento dos resultados e a interpretação.

A territorialidade presente no assentamento foi analisada no Capítulo 5, entendendo ser a apreciação dessa categoria fundamental para se atingir a sustentabilidade idealizada para a comunidade. Além da fundamentação teórica do estudo, que teve como fio condutor a consideração da multidimensionalidade e da perspectiva relacional do território, apresentamos neste capítulo a análise dos resultados obtidos que buscaram averiguar os processos territoriais vivenciados pelos entrevistados, as relações presentes e os vínculos que possuem com o lugar. Em seguida, passamos às considerações finais.

CAPÍTULO 1

PAF JEQUITIBÁ: CARACTERIZAÇÃO

Alguns episódios curiosos marcaram até agora as tentativas de colocar em prática o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, pelo INCRA em Rondônia. Selecionamos, em três atos, algumas dessas histórias, não só pelo inusitado que trazem em si, mas por revelarem uma radiografia daquilo que se pretende uma iniciativa inovadora e racional em prol da sustentabilidade nos assentamentos da reforma agrária na Amazônia. Vamos conhecer a seguir um pouco dessas histórias.

1.1 – CONHECENDO HISTÓRIAS

1º ATO – Tudo em vão

"Suspenso?! Inacreditável! Não sei mais o que eles querem. Quando estava tudo pronto, passado em todas as triagens...", desabafa uma servidora do INCRA, numa manhã de segunda-feira, do dia 09 de junho de 2008, após tomar conhecimento de um mandado de intimação da justiça federal, quando já estavam ultimados todos os preparativos para o assentamento de 111 famílias em um novo projeto de assentamento do órgão em Rondônia: o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, marcado para acontecer dois dias depois.

Servidores e famílias desolados. Enfim, que decisão é essa que adia mais uma vez a estruturação da vida de centenas de pessoas? Órgãos públicos não se entendem. O Ministério Público (MP) quer a demarcação dos lotes, a observância aos critérios estabelecidos para a seleção e o afastamento de cooperativas e movimentos sociais do processo de cadastramento. Mas, se pelas normas do INCRA somente é realizada a demarcação após o assentamento? E quanto aos critérios? O INCRA fez a seleção dos candidatos, o MPE refez o trabalho do INCRA – por ter acesso a um maior número de bancos de dados -, que retorna e nova triagem é feita, desta vez, com a participação do IBAMA.

Não está bom ainda? Tudo indica que não, já que o MP moveu ação impedindo o assentamento inicial, com 18,6% do total de famílias. E isso foi só o que os órgãos públicos conseguiram selecionar, depois de um esforço que submeteu os candidatos a uma varredura abrangente em suas vidas. Quanto mais se ampliam os bancos de dados, mais situações inesperadas vão surgindo, tornando os candidatos cada vez mais distantes do objetivo de conseguir um pedaço de terra.

E por falar em situações inesperadas, temos no nosso baú alguns casos que tornam o PAF Jequitibá um exímio produtor delas. Senão, vejamos...

2º ATO – Me empreste aí sua lona

Imagine-se sendo despejado de sua casa com sua família, por um órgão público, que vai colocá-lo debaixo de lona em um acampamento de trabalhadores rurais sem terra? Pois foi isso o que aconteceu em 2007 com cinco famílias que moravam no perímetro da Reserva Biológica (REBIO) Jaru: foram sumariamente transferidas pelo IBAMA para o acampamento do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), montado na área do Jequitibá em 2006.

"Lá eu tinha casa, moradia, estava bem instalado, estava situado. Tinha a vaquinha da gente, as galinhas. A terra era boa, produzia de tudo. Agora estou aqui debaixo de lona, pra, se der certo, trabalhar com extrativismo", disse o pai de uma das famílias.

Cinco famílias que tiveram que abandonar seus sítios, habitados há mais de nove anos, "indevidamente" situados dentro de uma reserva biológica... Até aí dá pra visualizar a lógica legalista, afinal, diz a lei:

> A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. (Lei Federal Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, Art. 10)

Mas por essa mesma lógica não é possível compreender a ação de um órgão público federal que expulsa os moradores de uma localidade, existindo um Plano Nacional de Reforma Agrária que prevê o reassentamento de famílias nessa condição, remanejando-os para uma situação de total exclusão social, informando-

os que um outro órgão – sem o conhecimento deste - vai assentá-los em um novo modelo de assentamento que estava a essas alturas há mais de seis anos só no projeto.

Já vimos o rigor dos critérios para beneficiar uma família segundo as regras do programa de reforma agrária deste país, onde até então, somente eram consultados os bancos de dados do próprio INCRA e os de algumas poucas instituições que o Instituto consegue acesso. Visualize agora esse mesmo processo de seleção com a atuação conjunta de todas as esferas do poder público: DETRAN, juntas comerciais de todo o país, receita federal, tudo o que se imaginar... Se o candidato tem um veículo VW Gol 1985 registrado no DETRAN, não passa! É detentor de posses. Se responde a algum processo judicial por "roubo de galinhas", não passa! Está com o nome "sujo na praça". Por outro lado, se está utilizando "laranjas" para obter um ou mais lote, o sistema facilmente vai apontar informações divergentes que acabarão por denunciar a má intenção.

Como, ao que dizem, tudo nesta vida tem pelo menos dois lados, tal sistema é eficaz e ineficaz ao mesmo tempo. Aí, voltando ao nosso "causo" real: pode alguém prometer a outrem algo que não está ao seu alcance, sob o seu domínio, na sua alçada, competência, seja lá o que for? É, no mínimo, inusitada essa forma de solucionar os problemas, ainda mais quando o referido é um agente público, com a nobre missão constitucional de zelar pelos interesses e bem-estar da sociedade.

E essas famílias continuam lá... Passivamente aguardando uma solução ao imbróglio, para quem sabe, a partir daí, terem a possibilidade de sentir novamente a paz e a dignidade de viver no seu pedaço de terra, plantando, criando, alimentando e levando os filhos à escola.

3º ATO – Tome aqui sua motosserra

Mas nem todo mundo tem essa paciência e um curto pavio em instantes detona um episódio insólito: o então superintendente do IBAMA e um delegado da Polícia Civil são mantidos reféns pelos posseiros do Jequitibá quando levavam motosserras para os acampados do MCC.

- *É o superintendente do IBAMA mesmo?! Mas com motosserras?* Indagavam os incautos ao ouvir o noticiário.

Incrédulas ficaram as autoridades do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI) ao ouvir as explicações dos implicados na ocorrência, conforme divulgou um site[1] de notícias de Rondônia: "Explicação de Pitaluga[2] não convence membros do GGI", anunciava a reportagem. "Os membros do GGI questionaram a visita do superintendente do IBAMA e do delegado na área e ainda, o porquê Pitaluga havia autorizado a entrada de equipamentos de serraria, geradores e motosserras, na área de invasão do MCC", noticiou o site. Agora confira o que declarou o secretário adjunto de Segurança Pública de Rondônia sobre a atitude do responsável oficial pela preservação ambiental no estado:

> De fato a forma como as ações foram conduzidas pelo IBAMA não foi das melhores, mesmo porque causou risco de conflitos entre os posseiros do projeto Jequitibá e integrantes do MCC, causando ainda perigo à integridade física das pessoas que estavam reféns na Vila Samuel. Vamos instaurar procedimento investigatório par apurar tudo que aconteceu de forma desordenada na Vila Samuel, como cárcere privado, ameaça e outros.

Impaciente com o lento processo de um projeto de assentamento que, na verdade, nunca via sair do papel e conhecedor do fato de que grandes fazendeiros continuavam atuando ilegalmente na área, segundo informação do próprio ex-superintendente, sua decisão foi levar por conta própria os equipamentos apreendidos nas operações do IBAMA para os acampados do MCC, já que a proposta do PAF contempla uma vila produtiva, onde os trabalhadores deverão atuar com manejo florestal sustentável comunitário. Só faltou um detalhe: o assentamento oficial das famílias e a aprovação do plano de manejo.

Bem, aqui estão só algumas das pitorescas histórias do tão anunciado, propalado e divulgado PAF Jequitibá. Muito ainda o(a) caro(a) leitor(a) tem a conhecer sobre essa iniciativa de um órgão público federal, orientada por um Plano Nacional de Reforma Agrária, que aos poucos foi aglutinando outros agentes públicos, ao ponto de hoje protagonizar tão singulares casos, tudo na tentativa de aliar reforma agrária e preservação ambiental, uma receita que ainda está por ser

---

[1] Site rondoniaovivo.com, em 08/05/2008, sob o título "Explicação de Pitaluga não convence membros do GGI".

[2] Osvaldo Pitaluga, superintendente do IBAMA em Rondônia no período de 2003 a 2008.

testada em Rondônia, incluindo seus ingredientes e modo de fazer. Fica aqui o convite!

1.2 – AGENTES E ATORES SOCIAIS

Desde a concepção do projeto no INCRA, diversos agentes e atores vêm se agregando nessa trajetória, tanto da sociedade política quanto da sociedade civil. Necessário se faz nesse momento buscar conhecer as estratégias de atuação, os interesses e o comportamento dos mesmos, dado o poder que exercem, interferindo e moldando esse processo.

INCRA

O INCRA é o órgão federal protagonista nesta peça que envolve questão agrária e ambiental. Possui ao seu feito uma trajetória descontínua e, por vezes ambígua, reflexo do tratamento que os assuntos relacionados à terra têm no nosso país. Julgamos pertinente traçarmos aqui um breve histórico da instituição.

Data de 1954 a criação do primeiro órgão federal com a atribuição de cuidar da imigração, colonização e reforma agrária: o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC). O INIC absorveu as atribuições do Conselho de Imigração e Colonização – ligado ao Departamento Nacional de Imigração, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio –, e da Divisão de Terras e Colonização – vinculada ao Ministério da Agricultura. No ano seguinte, em 23 de setembro de 1955, surgiu o Serviço Social Rural (SSR), uma autarquia ligada ao Ministério da Agricultura. Em 11 de outubro de 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que absorveu as atribuições do INIC e do SSR, do Conselho Nacional da Reforma Agrária e do Estabelecimento Rural do Tapajós.

A Lei Nº 4.504, de 30/11/1964 (Estatuto da Terra), incorporou competências da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), autarquia subordinada à Presidência da República, que teria sua atuação complementada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). O INCRA foi criado posteriormente, pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, absorvendo as atribuições dos dois institutos: INDA e IBRA.

Por deslocar as atividades de reforma agrária da subordinação direta à Presidência para o Ministério da Agricultura, tradicional reduto da elite agrária, a criação do INCRA foi interpretada como um retrocesso na questão, uma setorialização da mesma. Segundo Paula (2005:131), foi o "momento de uma política de secundarização da política de reforma agrária na América Latina articulada e sustentada internacionalmente pelos EUA, Estado Hegemônico no ocidente naquele período". Este contexto internacional está fundamentado na política externa dos Estados Unidos para a América Latina que mudava o foco da reforma agrária para a modernização do campo, com a Revolução Verde e incorporação da mão-de-obra camponesa.

Nos primeiros quinze anos de sua existência, o INCRA teve uma atuação mais destacada na política de discriminação de terras públicas e de colonização. Depois desse período, intensificaram as tentativas de promoção da reforma agrária. (PAULA, ibidem: 133)

Em 1982, foi aprovado o Programa Nacional de Política Fundiária e a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), ao qual o INCRA passou a ser subordinado. De acordo com Paula (ibidem: 137), essa decisão foi uma forma de centralizar na União os assuntos fundiários e esvaziar suas funções nos estados, pouco antes das eleições estaduais, já que a ditadura vislumbrava a vitória da oposição na maioria dos estados. "Portanto, o esvaziamento do INCRA e a redução da margem de manobra nas esferas estaduais visavam à preservação do controle do poder central sobre as decisões relativas à política fundiária". (idem, ibidem)

Em 1984, o INCRA voltou ao Ministério da Agricultura, com a extinção do MEAF, cuja subordinação aos interesses dos latifundiários foi facilitada pelo regime de pessoal que passou a ser de direito privado, descaracterizando suas atividades como típicas de estado. (Idem, ibidem)

Em 1985, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e aprovado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Durante a Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, o debate político sobre a reforma agrária resultou na extinção do INCRA. Em 1989, foi recriado pelo Congresso Nacional, desta feita subordinado ao MIRAD. Extinto o MIRAD no mesmo ano, o INCRA retornou sua subordinação ao Ministério da Agricultura. Com a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1996, a questão volta a se ligar

diretamente à Presidência da República. Finalmente, em 14 de janeiro de 2000, através do Decreto nº 3.338, passa a ser vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado por esse instrumento, onde até hoje permanece.

No Estado de Rondônia a presença do INCRA foi o resultado de uma estratégia geopolítica do governo militar. Segundo Amaral (2004:53), "O Estado brasileiro procura assegurar e controlar o domínio do espaço, através das políticas de ocupação do território, por meio de órgãos federais, a exemplo do INCRA".

Para corroborar com essa estratégia, a expansão do capitalismo para o meio rural, através da Revolução Verde, veio dar origem ao grande êxodo rural ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, após a consolidação deste modelo no centro-sul do país, disponibilizando um grande contingente de pessoas para atender aos chamamentos do Governo Federal à imigração para os estados da região Norte.

O órgão criou em Rondônia, até então um território federal, cinco Projetos Integrados de Colonização, a partir de 1970. Sua atuação foi tão expressiva que a maioria dos municípios do estado surgiu dos projetos de colonização ou assentamentos. De dois municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim, o Estado passou a ter 52. A população aumentou de cem mil para aproximadamente 1,5 milhão de habitantes nos dias atuais.

Segundo Hébette e Acevedo,

> O INCRA é investido de poderes nunca vistos num projeto de colonização, que fizeram dele, como se comentou, um Estado dentro do Estado. Isto é: o INCRA torna-se objetivamente um instrumento à disposição das classes dominantes, numa região onde a crescente penetração de posseiros ameaça seus atuais e potenciais interesses. Não passa de um instrumento de controle, à imagem e semelhança do Estado autoritário do qual emana. (*apud* AMARAL, 2006:59)

Essa efervescência teve conseqüentemente seus resultados. Paula (2005:142) afirma: "Rondônia constitui-se, sem sombra de dúvidas, na unidade da federação mais impactada pelas ações do INCRA", após referências a Rondônia de seus entrevistados como "a menina dos olhos do INCRA", "prioridade da autarquia", "lá as coisas estavam acontecendo".

A maioria das terras públicas de Rondônia pertence ao patrimônio da União, devido ao desempenho do INCRA na arrecadação das terras devolutas e ações discriminatórias. Nesse período, o órgão também atuou na legitimação de posses, regularização fundiária e destinação de cerca de 1,5 milhões de hectares de terra

através de licitação pública para médios empreendimentos agrícolas. (LOPES, 2005:2).

Hoje o INCRA contabiliza em Rondônia 151 assentamentos, com 77.424 famílias assentadas em 5.670.246,7470 hectares de terras. (BRASIL, 2008)

Porém, a degradação ambiental e a pobreza verificadas nos assentamentos comprovam o fracasso do modelo vigente. Amaral (2006:71) já alertara: “Estes vinte anos de colonização agrícola ensinam que, no mínimo, deve haver correções da forma de assentamento de famílias de pequenos agricultores em ecossistemas frágeis como o de Rondônia para suportar grandes impactos”. Juntando-se a esse quadro, a pressão pela adoção de modelos de desenvolvimento considerados sustentáveis faz surgir propostas de assentamentos como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e o Projeto de Assentamento Florestal (PAF). Essa tendência foi oficializada no relatório da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), realizada em Porto Alegre-RS, em março de 2006.

Assim nasceu o Jequitibá, ora como PDS ora como PAF, porém, ainda no papel, bem distante na prática daquilo que se propõe, com interferências de diversas outras instituições em seu processo de formação, por onde gravitam interesses dos mais variados, mas figurando ainda como letra morta o principal deles: o bem estar de seus habitantes com o uso racional dos recursos ambientais.

SEDAM

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) tem a finalidade institucional de coordenar e traçar diretrizes de fiscalização ambiental, buscando salvaguardar os recursos ambientais. No tocante ao PAF Jequitibá, participou de algumas reuniões, tanto na fase anterior à criação do assentamento, quanto na fase posterior. Participou mais intensamente por ocasião da montagem da barreira no acesso à área, fazendo a fiscalização daqueles que transitavam pelo local. Mas o INCRA ainda se ressente de uma atuação mais intensa da SEDAM na formação do assentamento, conforme avaliação do superintendente do órgão, Carlino Lima:

> Na verdade é assim, nós criamos o comitê, mas ainda a SEDAM não indicou os nomes, falta uns parceiros realmente entender que o

> assentamento Jequitibá é um assentamento que não é só responsabilidade do INCRA. Ele é uma responsabilidade desse conjunto de parceiros. Então, nós entendemos que, para o ano (*2008*), esses parceiros vão poder atuar de forma mais efetiva, tanto na discussão e também na definição das políticas para o Projeto Jequitibá. Nós tivemos aqui, esse ano, a presença mais forte do IBAMA. O IBAMA tem participado um pouco mais nos debates, na construção e na definição das políticas do Jequitibá. Já os demais ainda tão um pouco afastados, então o que nós fizemos? Nós criamos o comitê e aí a idéia é a gente para o ano chamar esse pessoal pra tá um pouco mais próximo, pra gente poder fazer com que as políticas ali, elas não fiquem só uma coisa do INCRA, mas um conjunto que tá tomando as decisões.

A necessidade dessa parceria destacada pelo superintendente do INCRA se funda também em aspectos legais, já que, ao lado do INCRA, o estado de Rondônia também figura como réu na Ação Civil Pública de Proteção ao Meio Ambiente (ACP), movida pelo Ministério Público, em 2003, tendo sido condenado, através da SEDAM, a se abster da concessão de qualquer tipo de licença, autorização de desmatamento e queimada, transporte de produtos florestais na área, homologação de plano de manejo florestal, além de frisar a obrigação do órgão em realizar fiscalização ininterrupta na área.

No Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2006, entre os réus e o MP, o Governo do Estado de Rondônia assumiu vários compromissos como o de assegurar recursos orçamentários e financeiros para a capacitação dos assentados, educação ambiental, licenciamento da produção florestal e agro-florestal e fiscalização ambiental. Além disso, se comprometeu a licenciar a instalação e implantação do assentamento, assessorar as organizações comunitárias e realizar o monitoramento ambiental. Para isso, deverá atuar como parceiro na gestão compartilhada.

IBAMA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, vem tendo uma expressiva atuação desde as etapas iniciais da concepção do projeto do assentamento Jequitibá, sendo inclusive por sua sugestão a alteração da modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Projeto de Assentamento Florestal.

O IBAMA, criado em 1989, tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental, executar ações das políticas nacionais de meio ambiente,

referentes às atribuições federais, em especial ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental.

Em Rondônia o órgão possui uma superintendência regional em Porto Velho, uma gerência executiva em Ji-Paraná e escritórios regionais nos municípios de Ariquemes, Costa Marques, Guajará-Mirim, Vilhena, Rolim de Moura e Pimenta Bueno. Parte diretamente da superintendência o acompanhamento administrativo e suporte técnico ao Jequitibá.

O IBAMA também compartilha a condição de réu na ACP ficando proibido de autorizar manejo florestal e expedir ATPF para quaisquer empreendimentos no perímetro do PAF Jequitibá, além de estar obrigado a fazer a fiscalização contínua. No TAC está expresso seu compromisso, entre outros, de assegurar recursos para a capacitação dos assentados, aprovar os PMFSC's legais, apoiar estudos e pesquisas nas áreas afins, disponibilizar cursos de educação ambiental, manejo florestal e beneficiamento dos produtos madeireiros.

O envolvimento de seus dirigentes com o projeto tem sido tão intenso que, além de participar de todas as reuniões, defender de forma calorosa a criação imediata do assentamento, com a expulsão dos grandes fazendeiros da área, e atuar no processo de triagem dos beneficiários, rendeu a condição de refém ao seu ex-superintendente e posteriormente sua exoneração do cargo, por estar levando motosserras ao acampamento do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) de forma irregular, segundo auditoria interna do órgão.

Ministério Público

Compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o artigo 127 da Constituição Federal, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Para a defesa do meio ambiente, a instituição possui uma promotoria especializada em Porto Velho, o Centro de Apoio – Meio Ambiente e Urbanismo e atribuições na área em todas as comarcas.

O MP destaca entre seus projetos executados na área ambiental a fiscalização dos Boletins de Ocorrência Policial, dos autos de infrações e da instauração dos inquéritos policiais, a promoção de ações penais e ação civil

pública, o projeto de Royalties Verdes, que destina determinada parcela da arrecadação do ICMS para os municípios que investirem na preservação ambiental criando áreas de proteção ambiental ou reservas ecológicas (Lei Complementar Nº 147, de 15/01/1996).

Estão em andamento no MP projetos para sanções aos responsáveis pela não averbação das reservas legais nos cartórios, proteção das reservas florestais e matas ciliares, cadastro das unidades de conservação, acompanhamento dos pedidos de licenciamento ambiental junto à SEDAM e prefeituras, uso e comércio ilegal de motosserras, acompanhamento de programas educativos, fiscalização dos desmatamentos e queimadas irregulares, entre outros relativos a áreas industriais e urbanas.

Na formação do assentamento Jequitibá, a instituição vem tendo uma participação efetiva, especialmente com a proposição da Ação Civil Pública, posteriormente com a celebração do TAC, com o pedido de suspensão do assentamento das primeiras famílias, e com o acompanhamento das reuniões e das mais importantes decisões relativas a sua implantação. Inclusive, defende a retirada imediata dos grandes fazendeiros que estão ilegalmente no local, para que a implantação do assentamento se concretize com mais agilidade. Sua postura sempre foi muito crítica e dura com os órgãos que estão à frente da empreitada, notadamente em relação ao INCRA pela morosidade na condução do processo, fragilidade do banco de dados e da viabilidade do projeto em si.

Prefeitura de Candeias do Jamari

O município de Candeias do Jamari, onde está situado o assentamento Jequitibá, possui uma população estimada em 2007 de 16.736 habitantes (IBGE, 2007), com uma área de 6.867,6 km². Situado à margem direita do rio Candeias, dista cerca de 20 km de Porto Velho.

O local era ponto de apoio a quem se dirigia aos seringais do alto rio Candeias, bem como de depósito de borracha daqueles que desciam o rio, o que facilitava o transporte da produção para Porto Velho ou para a Cachoeira de Samuel onde aportavam as gaiolas e as outras embarcações de menor porte vindas de Manaus e para onde retornavam. No final da década de 1970, Candeias começou a expandir o núcleo urbano e suas atividades. (AROM, 2008)

O município foi criado pela Lei n.º 363, de 13 de fevereiro de 1992. Há registros jornalísticos de 1994, como veremos adiante, onde a prefeitura manifestou interesse em regularizar a situação daqueles que habitavam a área do Jequitibá e imediações. Em diversas outras ocasiões a prefeitura atuou pela regularização do local, sem sucesso.

Também foi enquadrada como ré na ACP por proporcionar infra-estrutura para o local, o que no entendimento do MP favoreceu a exploração ilegal. A prefeitura foi condenada a paralisar todas as obras, estradas e pontes, promover ampla campanha de esclarecimento sobre as vedações legais de natureza ambiental e realizar uma efetiva fiscalização da área da gleba e UC Estação Ecológica de Samuel.

Quando foi instalada a base operativa de fiscalização no acesso à área, a prefeitura teve uma atuação claramente contra a decisão governamental, manifestando-se na imprensa local e nas reuniões públicas realizadas no INCRA, onde o prefeito alegava que tal iniciativa comprometia a dignidade e a subsistência das pessoas bem intencionadas que lá viviam. De nada adiantou, a barreira seguiu seu curso normal.

Outra ação da prefeitura foi a tentativa de conseguir a transferência da titularidade das terras onde está situado o núcleo urbano de Vila Nova Samuel, da União para o município. Iniciativa também frustrada uma vez que, ao consultar o cadastro no INCRA, a informação obtida foi que a terra onde está a vila pertence à particular.

A prefeitura não participa do TAC, não tendo, portanto, responsabilidades específicas de sua alçada. Como outras instituições, aguarda o desfecho da situação, para, quem sabe, vir a realizar as obras e ações que a comunidade necessita.

Figura Nº 01 – Vila Nova Samuel, no município de Candeias do Jamari, distante 7 km do marco zero do PAF Jequitibá

Imagem: Jeanne M. Machado, 2007.

COOAFCAN

A Cooperativa Agro-Florestal de Candeias do Jamari foi uma das entidades criadas por ocasião do início da formação do assentamento, que buscava aparelhar seus cooperados e municiá-los de condições para participar da proposta que começava a se consolidar. Seus associados, cerca de 170 pessoas, residem em sua maioria nos municípios de Candeias do Jamari e Porto Velho, tendo alguns deles lote no perímetro do Jequitibá. O presidente da COOAFCAN, Jorge Douglas Meira, disse o seguinte sobre sua criação:

> Nós fizemos um levantamento na área e vimos que tinha vários lotes vagos e aí a intenção nossa era criar uma cooperativa para ajudar a desenvolver o projeto, com isso nós averiguemo que tinha as vagas, viemo ao INCRA, eu fiquei numa peregrinação de mais de meses (...)

A COOAFCAN tem sido muito atuante nesse processo, desde a fase do pré-assentamento, ocorrido em 2003, onde grande parte dos pré-assentados integrava a mesma. E essa atuação lhe rendeu a condição de ré na Ação Civil Pública (ACP)

movida pelo MP, em 2003, lhe obrigando a não realizar novos cadastros para o Jequitibá e, de acordo com a ACP, “não fomentar mais invasões”.

A COOAFCAN figura ainda no Mandado de Citação, expedido mais recentemente pela Justiça Federal, que suspende o assentamento de 111 famílias no local. Nele, o juiz determina ao INCRA que “proíba a participação da Cooperativa Agro-florestal de Candeias do Jamari, ou de qualquer outra associação ou movimento social, no processo de cadastramento e seleção do projeto de assentamento PAF Jequitibá”.

MCC

Em fevereiro de 1996, após o massacre ocorrido com os trabalhadores rurais sem terra no município de Corumbiara, na fazenda Santa Elina, alguns trabalhadores resolveram fundar o Movimento Camponês Corumbiara (MCC). Além de outras lutas referentes ao Massacre de Corumbiara, o movimento organizou acampamentos de trabalhadores sem terra no estado de Rondônia, um deles dentro do perímetro do PAF Jequitibá, formado em 2006. Um dos coordenadores do MCC, Adelino Ramos, narra a formação do acampamento:

> (...) nóis negociamo com o INCRA e com o Ibama, e saiu de dentro do INCRA (...) Eles quisero usar nóis pra nóis servi de bucha de canhão deles pra peitá o Neto (grande fazendeiro da área). Queriam jogá o nosso acampamento na fazenda do Neto. Aí o que que aconteceu. Passou oito dia, não foi, passou dez dia, não sei, tanto que veio o sol e a água que eles falava que não secava, chegou a seca e secou. Aí com quatro meses depois, nóis brigando pra ir pra área, brigando pra ir pra área, aí fumu descobri porque, porque eles ficaram com medo de colocar nóis, aonde bateram o ponto do GPS e marcaram o acampamento, por causa do fazendeiro. Aí o que que nós fizemos, o movimento fez um documento, comunicou Brasília, todos os órgãos responsáveis pela justiça no Estado, de uma vigília em defesa à nossa floresta e o dinheiro público que o INCRA estava manipulando. E nós comunicamo e fomo pra lá, e armamo. Lá nós não tamo em acampamento, tamo numa vigíla. Nós entramo lá em 2006, nós esperamo um ano, né? Aí em 2006 nós entramo. Com essa vigília, não fumo acampa, assim, montá um acampamento por querer acampar, nós fumo pra beira da estrada, lá na beira do rio Juricaba, e lá nós instalamo e legitimamo o acampamento no próximo dia, chamamo a delegacia ambiental, chamamo o IBAMA, foi a policia florestal pra legitimar o acampamento da vigília. E foi onde o INCRA, o IBAMA foi fazer a força tarefa, foi no nosso acampamento e a mobilização que nóis fizemo pra ir pra lá. Isso é um pouco do que o INCRA deve pra nóis há quatro anos, tá entendendo?

Cerca de 70 famílias vivem no acampamento do MCC, em sua maioria proveniente dos municípios de Porto Velho, Ariquemes e Candeias, aguardando o

assentamento pelo INCRA. As condições de sobrevivência no local são as mais inóspitas e insalubres: ausência de água tratada, energia, trabalho remunerado, atendimento de saúde, com um alto índice de malária, estradas precárias - já que está distante aproximadamente 30 km da vila - e uma única escola de 1ª a 4ª série mantida pela comunidade.

Figura Nº. 02: Acampamento do MCC do perímetro do PAF Jequitibá

Imagem: Jeanne M. Machado, 2007.

O movimento vinha obtendo um grande apoio por parte do IBAMA, tanto na capacitação dos acampados quanto no fornecimento de insumos, como no caso das motosserras que levaram o então superintendente do IBAMA à condição de refém dos posseiros e mais tarde a sua exoneração.

A formatação do projeto do assentamento é acatada pelo MCC. De acordo com Adelino Ramos, a proposta do assentamento com base florestal foi sugestão do próprio movimento para o Ministério do Meio Ambiente, porém, ele atribui exclusivamente ao INCRA a responsabilidade por sua paralisação.

Plano de manejo e agrovila são expressões bem conhecidas entre os participantes do movimento. O coordenador informou que esse conhecimento deve-se às atividades de capacitação e a um seminário agrário e ambiental oferecidos aos seus integrantes. Por enquanto, todos aguardam o desenrolar do processo para

colocar em prática, segundo seu coordenador, os planos de reativar sua cooperativa, formar uma vila industrial e vir a comercializar os produtos gerados no local.

APRUCAJÁ

A Associação dos Produtores Rurais do Projeto Calama-Jacundá e Moradores da Vila Nova Samuel (APRUCAJÁ) foi fundada em 1998 e possui 129 associados em seu cadastro, que se reúnem todo primeiro domingo do mês, na Vila Nova Samuel. A pauta das reuniões está geralmente centrada no assentamento, no acompanhamento do processo de sua criação e implantação, feito pelo seu presidente, Antônio da Rocha Neto. Segundo ele, a associação está toda legalizada, mas as reuniões têm ficado esvaziadas porque todos dependem da oficialização do assentamento para terem acesso a financiamentos e benfeitorias e enquanto isso não vem: “só tem beneficio quando tiver algum papel do INCRA, aí tem um monte de financiamento pra nós, só que tem que esperar alguma coisa do INCRA, ó, a nossa reunião as vez fica até sem assunto”, afirmou o presidente.

Por essa razão, a atuação da associação tem significativa importância na formação do Jequitibá. Eles participam de todas as reuniões em que são convidados pelo INCRA, apresentaram a relação dos associados que pleiteiam um lote, no total de 76 pretendentes, acompanham os passos da criação e implantação e buscam informações sobre a situação.

Ainda assim, o grau de desinformação entre os associados é elevado. De acordo com o presidente, a responsabilidade por esse quadro é dos órgãos públicos.

> Nós tem muita informação, só que ela é uma informação que troca de posição direto, muda, começa com uma coisa, depois é outra, cê vê, as terras toda é cortada em 50 hectare, agora tão colocando no projeto 200 hectare. (...) o INCRA sabe de tudo, o Ministério Público sabe de tudo, o IBAMA sabe de tudo, mas acontece que até agora eles não tem ajudado nós não. Não tem mesmo. Se falar que tá ajudando, tá mentindo. Não tá ajudando ainda, nós queria é, se for pra começar, que começa logo. Que o trabalho tem agilidade pra começar logo rápido e terminar rápido pra tirar o povo desse sufoco. Tem sua família, tem teu filho, cê sonhar em formar um filho seu, de ter alguma coisa na vida e depois cê vê seus sonhos tudo caindo água abaixo.

Essa dificuldade com a informação pode ser percebida no entendimento que tem do sistema de agrovila:

> Sistema que não tem costume, cê vê, a gente pega amor ao pedaço de terra que a gente já tem desde o começo. Agrovila é assim, 50 família, aqui vai ter 4 hectare aqui ó, no meio das 50 família, e aqui vou ter um chefe pra administrar meu trabalho, e ali naquelas 50 família, ali é que vai começar um problema que ninguém entende como é que vai começar, eu sou acostumado mexer por conta, tudo vai mexer por conta, e o resto da minha terra ninguém sabe onde é. Vai fazer parte do projeto. Assim é a conversa deles. Coisa que eu pouco acredito. Tá demorando muito. Por que não acontece logo? Aí a pessoa já sabe o que vai dar, o que não vai dar. Agora fica empurrando, empurrando, empurrando, parece que é só um ganha tempo.

Questionado sobre os esclarecimentos que receberam dos órgãos federais sobre os sistemas estabelecidos para o assentamento, especialmente agrovila e PMFSC, o presidente da APRUCAJÁ revelou a dificuldade que tem para compreender tais sistemas e mais ainda de retransmitir a informação aos demais associados:

> Eu já fui solicitado muitas vez em reunião: “o senhor consegue passar isso pros associados?” Então, pra você transmitir é difícil, porque eles falam muita coisa. Então no caso, eles não deveriam fazer reunião lá dentro, só com o consenso da associação, porque nós não pode decidir nada não, se nós decidir, nós tamo colocando a nossa vida em risco, não pode nós decidir, nem a associação, nem a cooperativa, as vez tem cara que decide, mas eu não posso isso, eu pra decidir uma coisa eu tenho que saber se meus companhados quer aquela informação. É igual a agrovila, eles não tão querendo a agrovila (...)

As iniciativas cooperativistas ou associativistas evidenciam ser muito eficazes na formação de novos assentamentos, auxiliando os assentados nos seus aspectos organizativos e melhorando suas condições produtivas. Por um lado se apresentam como uma opção ideológica ou mais avançada politicamente, mas por outro, como uma conseqüência das relações econômicas em vigor, uma estratégia de sobrevivência. O que demonstra ser o caso da APRUCAJÁ, ao observarmos as palavras de seu presidente:

> (A associação) tá livre pra trabalhar, é pra isso que tem associação, pra trabalhar, que se nós laborar um trabalho aqui na associação, nós consegue as coisa. (...) Tem muita gente e eu não conheço todos, tem gente aí que é cadastrado na associação, se mandar eu ir lá no lote dele, eu não sei onde é. Eu não fiz esse trabalho. Mas só que quando a coisa aperta, aí eles vêm atrás de mim né, pra mim correr atrás do INCRA, quando é pra fazer um cadastro do lote deles, um papel, tem que vir na

> associação, senão não faz, ou com a associação ou com a cooperativa, tem que andar assim, senão ele não consegue nada pelo INCRA.

A parceria com as associações e cooperativas tem sido a tônica no processo de formação do Jequitibá. Os órgãos frisam esse aspecto durante as reuniões em que a comunidade local participa, pedem o apoio dessas entidades, que funcionam como um ponto de contato entre o ente federal e o universo de candidatos. Porém, essa parceria, na avaliação da APRUCAJÁ, tem sido na prática uma "via de mão única".

> (...) O desmatamento aqui, o povo se conscientizou que não pode desmatar. Mas se quisesse, iiiixii, nós tem tanto lugar pra passar com petróleo aqui dentro. É que o povo não quis mesmo. Tem tanta saída pra gente, é porque a gente não quer, a gente quer cooperar com a lei. É consciente que não pode fazer, só que a lei também, tem que ajudar um pouco a gente, tem que ajudar, dá de conta da cesta básica, os acampados tem cesta básica, nós tamo tipo os acampados que não tá tendo produção de nada ainda, serviço não tá tendo, e parou tudo serviçinho que tinha parou, e eu andei atrás da cesta básica me prometeram e nunca me deram nada, aqui pra esse povo, nunca, nunca. Andou uns caras pro trás, parece que atrapalhando meu trabalho e atrapalhou tudo, eu não consegui a cesta básica, conversemo até com o ouvidor agrário que teve lá na reunião, conversemo, dei os papel pra ele, ficou dele mandar, e nunca mais mexeu com nada, parece que 119 cesta básica pra vim pra mim, por causa que tem muitas pessoa mais fraco aí, né? Mais carente, veio não. Então quer dizer que eles também não cumpre com que eles tratam, eu acho assim, que nós deveria, se é pra trabalhar em parceria, ah a associação vai nos ajudar, tá, nós quer ajudar eles, mas nós também quer a ajuda deles. A minha tá muito grande, nós tamo com 400 sócio, cadastrado tem 129.

Podemos perceber nesse cenário complexo embates de diversas naturezas: política, social, econômica, cultural, enfim, muitas arestas a serem aparadas para se chegar a um ideal que por enquanto está restrito ao papel. Cada um dos principais agentes públicos e atores participantes diretamente do projeto têm uma função importante para se atingir o objetivo, mas já é possível observar que a harmonia entre eles, de certa forma longínqua, pudesse ser a peça chave desse processo.

AGRIFAM

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar da Gleba Calama Jacundá (AGRIFAM) foi fundada no ano de 2000, na LP-45, no perímetro do Jequitibá, com a finalidade de atuar na formação do assentamento e posteriormente para que seus associados tivessem acesso mais facilitado aos programas do governo federal. Sua sede está situada em Candeias do Jamari, com

uma sub-sede na LP-37, da gleba Jacundá. Possuindo atualmente cerca de 600 associados, porém, somente cinco residem no Jequitibá. Parte deles residia na área da Floresta Nacional de Jacundá, tendo sido de lá expulsos pelo IBAMA, com seus pertences e benfeitorias incendiados.

A maior dificuldade para a associação, que do total dos membros somente dez foram aprovados na triagem do INCRA, é compreender o perfil exigido pelo órgão para a seleção dos beneficiários, na avaliação do presidente Eleucir Antônio Correia. Assim ele está vendo o processo de triagem:

> Temos muita coisa difícil para nós aqui dentro. Tem gente da turma que não tem onde morar e não passou no perfil. Às vezes só a mulher ou o esposo é empregado, com seis filhos, e não passa no perfil. Quero entender. Tem gente que só tem capim e passou no perfil. Tem outros com tudo plantado e não passa. Gente com posses passa no perfil e quem não tem onde morar não passa.

A compreensão de sustentabilidade foi assim definida pelo presidente da associação:

> Para a gente que veve lá dentro, a gente tá esperando o melhor, que ajude essas famílias. Não peguemo um caroço de arroz de ninguém. Às vezes você tem tudo e eles queimam tudo. Para a gente não é ruim esse assentamento. O tradicional derruba até 20% e nós ali só 10 hectares. Tem que ter uma ajuda porque a gente vai trabalhar na mata.

A associação acompanha passo a passo a formação do assentamento, participando de reuniões e decisões dos órgãos públicos. Algumas posições são consenso entre seus membros: consideram insuficiente a área destinada à subsistência de cada família beneficiária (10 hectares), sendo necessários 20 hectares na avaliação dos mesmos. O modelo de moradias em agrovilas é rejeitado com unanimidade. “Cada um tem que ficar dentro da sua marcação. Você cuida da sua marcação. Aí tem jeito de você cuidar”, explicou o presidente da associação. Concordam com o manejo florestal, desde que a SEDAM e o IBAMA dêem cursos para os futuros assentados, já que não têm experiência com esse sistema.

ASPRUJ

A Associação dos Produtores Rurais Jequitibá (ASPRUJ) foi criada em 20 de março de 2005, com sede administrativa na Linha 45, em Candeias do Jamari, e teve o apoio da EMATER nas questões administrativas para sua fundação. A associação possui 97 membros e tem atividade também no município de Cacoal

(RO), onde reside seu presidente e a grande parte dos associados, mas consta em seu estatuto como área de ação para admissão de associados toda a extensão da linha 45, do Jequitibá, onde têm pretensão a lotes do PAF ou já participaram do pré-assentamento realizado em 2003.

A associação aguarda a implantação do PAF Jequitibá onde pretende implantar os sistemas agro-florestais e realizar a exploração da floresta no sistema de manejo florestal comunitário. Em documento manifesta a expectativa de receber assistência técnica do programa ATES e já possui o projeto de uma fábrica de farinha comunitária, elaborado pela SEAPES, segundo o qual cada família participante poderá ter uma renda média de um salário mínimo. Pretende também desenvolver atividades como apicultura e piscicultura. O PMFSC é aprovado pelos associados. Segundo seu presidente, Antônio Pereira de Almeida, “eles estão gostando demais. Foi difícil no começo, mas depois caíram na real e disseram ‘esse é o plano’. Graças a Deus hoje todo mundo abraça e aceita o projeto”.

A proposta do INCRA de assentar as famílias em lotes de 200 hectares é rejeitada pelos associados em documento da entidade. Eles alegam que já estão em seus lotes de 100 ha, onde produzem o necessário para subsistência, aguardando a aprovação do projeto para fazer o consórcio agro-florestal nos 10 ha permitidos, e acreditam que a proposta oficial implicaria na saída deles dos lotes, onde já realizaram benfeitorias, para residir nas agrovilas. Já o presidente afirma que a agrovila “é a coisa melhor que eu acho. O pessoal nunca tinha ouvido falar, mas agora tá concordando. 10 ha dá pra nós trabalhar muito bem. Um japonês vive dentro de 1 ha e enrica”.

A ASPRUJ, na avaliação de seu presidente, é a associação que mais participa do processo de formação do assentamento. “Nós somos os que mais freqüenta os órgãos. Chego a dar até três viagens por mês (de Cacoal para Porto Velho) para conversar. Meu povo pra tá informado, eu tenho que conversar com o INCRA, com o MP”. Sobre a participação no desenvolvimento do assentamento, afirmou: “Quando nós for assentado, queremos ter todo o respeito pelo projeto. Queremos caminhar junto com o INCRA, com os órgãos”.

ASDEFLAM

A Associação dos Extrativistas e Defensores da Floresta Amazônica (ASDEFLAM) passou a ter essa denominação em 23 de março de 2008, após a

aliança entre uma dissidência do MCC e a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da LP-30. A sede é na Vila Nova Samuel. Conforme o estatuto da entidade, seu objetivo é representar os associados moradores do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá, promovendo a organização da produção dos agricultores e extrativistas na sua área de atuação. Tem como proposta trabalhar em conformidade com o INCRA e o IBAMA.

Possui 60 associados, sendo que 23 deles já foram aprovados no processo de seleção do INCRA e aguardam o assentamento suspenso pelo Mandado de Citação da Justiça Federal. Do total, 40 residem na área e 20 no município de Ariquemes.

O presidente da ASDEFLAM, Manuel da Mota Souza, conhecido como Padre, informou que os associados aceitam bem os sistemas de PMFSC e agrovila. “O pensamento de todos é reflorestar as áreas degradadas e fazer a agricultura, pouca. Todo mundo está de pleno acordo com a agrovila. Alguns chegaram lá querendo fazer o tradicional. Isso não existe.” Segundo ele, a associação está sempre participando das reuniões com os técnicos do INCRA e querem que, quando o assentamento oficial vier a acontecer, todos participem e levem à frente os trabalhos que precisarem ser feitos, especialmente os que envolvem a construção civil, sem intermediação de empresas ou outros terceirizados.

GRANDES POSSEIROS

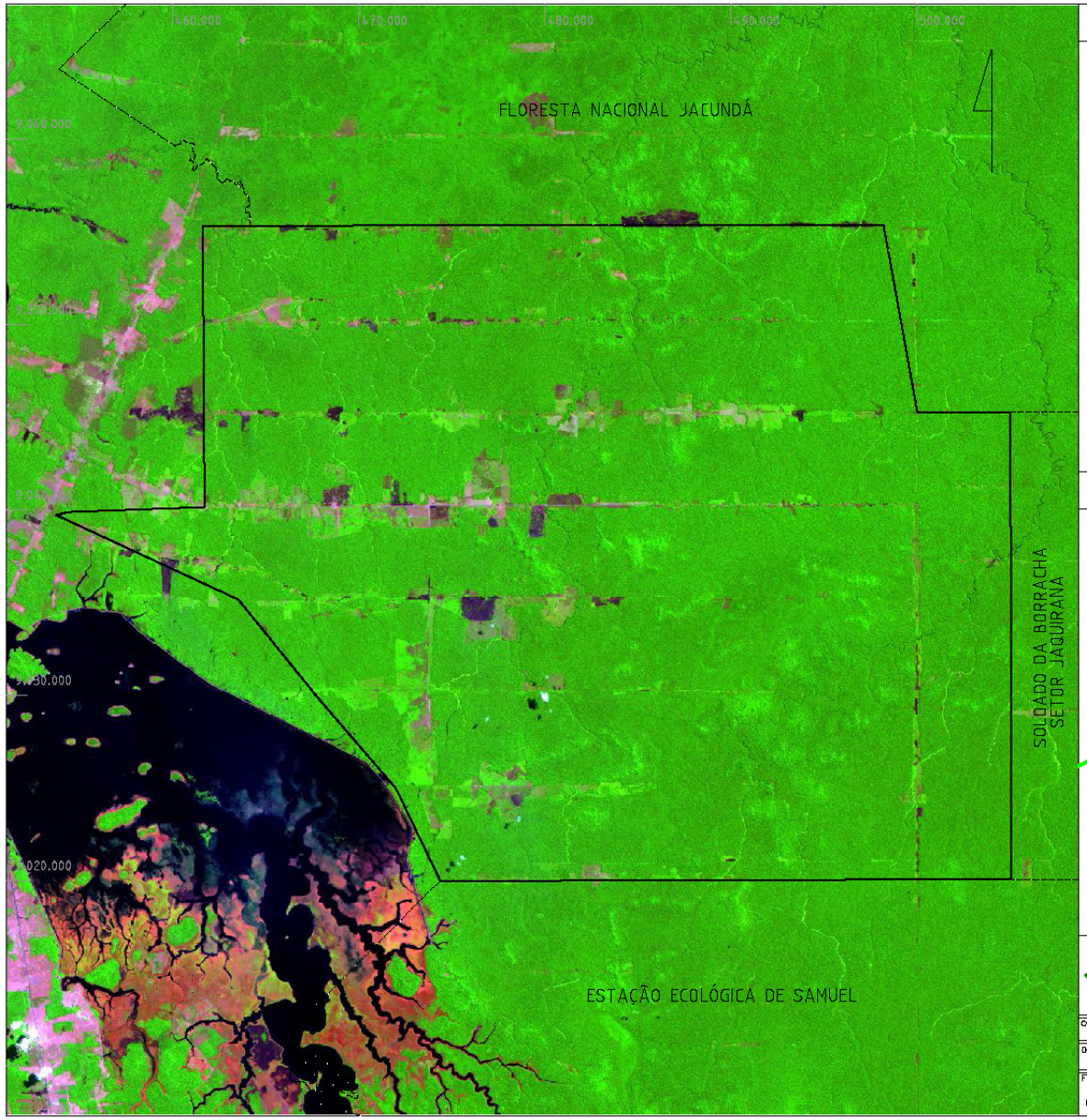
Grandes posseiros encontram-se no perímetro do Jequitibá, detentores de áreas com dimensões de até 3.140 hectares. Nos casos identificados, o INCRA deu início às ações judiciais de retomada, já que são todas ilegais em função de se tratar de terras públicas da União. Tramitam na Justiça Federal, conforme consulta ao site[3], sete processos de retomada. Essas situações estão relacionadas ao processo de ocupação irregular que se deu por ocasião da abertura da estrada de acesso à área pela Empresa Madeiras do Brasil, na década de 1990. Na época, a emissão de declarações de posse pelo INCRA levou à aprovação de planos de manejo pelo IBAMA, não efetivados na prática, dando legalidade aos interesses desses posseiros que, por sua vez, utilizaram nomes de terceiros e fragmentação das áreas nos processos, para assim realizar a extração da madeira e desmatamentos.

[3] Site da Justiça Federal, seção judiciária do Estado de Rondônia: http://www.ro.trf1.gov.br

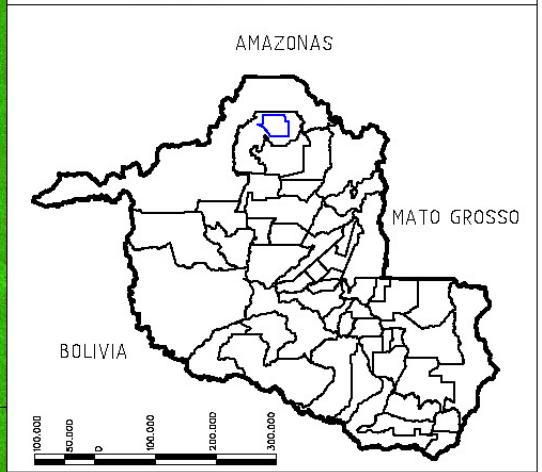
Esses posseiros exercem um destacado e ambíguo papel na dinâmica local. Por um lado são desencadeadores de conflitos, da revolta dos pequenos posseiros e acampados e de muita atividade para o poder público já que são demandadas ações administrativas, judiciais e fiscalizadoras, desafiando a baixa capacidade operacional dos órgãos. Por outro, funcionam como um dos únicos empregadores na economia local, uma vez que, devido à precariedade da área, as atividades legais estão impossibilitadas de se desenvolver. Somente eles têm poder aquisitivo de contratar mão-de-obra para o trabalho nas terras que ocupam.

1.3 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

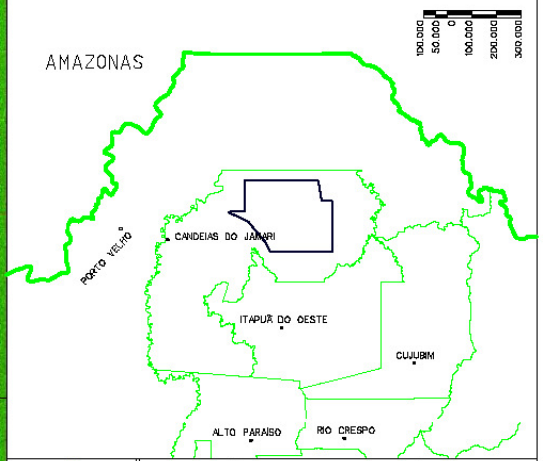
Mapa Nº 01 – Localização da área de estudo



ESTADO DE RONDÔNIA



NORTE DE RONDÔNIA



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA - CARTOGRAFIA/F2

COD. IMÓVEL	IMÓVEL: PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTAL JEQUITIBÁ	ÁREA: 137.087,0000ha PERÍMETRO: 160.548,00m
DATA: SETEMBRO/2008	MUNICÍPIO/UF: PORTO VELHO - RO	ESCALA: 1:150.000
FONTE: BASES CARTOGRÁFICAS INCRA E IBAMA / RO IMAGEM ORBITAL LANDSAT 232/069 DE 09/2008	GEOPROCESSAMENTO	CONFERE VISTO

A área destinada ao assentamento Jequitibá pertence à Gleba Jacundá, no município de Candeias do Jamari, está ao Norte do Estado de Rondônia, possuindo uma dimensão de 137.087,0000 hectares. Dista 37 km do município de Candeias do Jamari, 58 km de Porto Velho, e 7 km da Vila Nova Samuel. (BRASIL, 2006b)

Segundo o INCRA, a área está em condições de ser destinada ao Programa Nacional da Reforma Agrária, respeitando as recomendações e exigências quanto ao aproveitamento racional dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, especialmente pelo seu elevado potencial de recursos florestais. Parte da Gleba foi eleita para a implantação do assentamento com base na política governamental para o setor, fundamentada na Lei Complementar estadual n° 233/00, que regula a 2ª Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico de Rondônia.

O Jequitibá engloba a parte Norte da zona de amortecimento da Unidade de Conservação (UC) Estação Ecológica de Samuel, e a parte Sul da zona de amortecimento da Floresta Nacional (FLONA) Jacundá. Outra parte dele encontra-se na Gleba Cachoeira Samuel, a Oeste da Gleba Jacundá.

O acesso pode ser feito através de estradas vicinais, como as Linhas 45 e 17, e as estradas projetadas pelo INCRA, como as linhas de penetração (LP) 25, LP-35, LP-40, LP-45 e LP-50. O percurso mais utilizado é o da barragem da Hidrelétrica de Samuel, ou a balsa sobre rio Jamari, seguindo pela estrada vicinal “Linha 45”. É possível também por meio fluvial, através dos Rios Preto, Jacundá e Verde.

O clima predominante na área é o tipo AM equatorial quente e úmido (classificação climática de Koppën). A temperatura média das máximas está em torno de 32º C, e a média das mínimas é de 21º C, sendo a média anual de 25º C. A freqüência de período chuvoso ocorre do mês de outubro a abril, com uma precipitação média anual de 2.200 mm e a umidade relativa do ar (média anual) está situada em torno de 80%. (idem, ibidem)

Os igarapés e nascentes existentes vão formar a Bacia Hidrográfica do Rio Madeira, estando localizada entre os rios Ji-Paraná ou Machado a Leste e o Rio Jamari a Oeste - afluentes do Rio Madeira.

Os principais rios e igarapés da Gleba Jacundá são: Rio Preto, Rio Miriti, Rio Jacundá, Rio Maracanã, Rio Ajuricaba, Rio Verde, Rio Juruá, Igarapé Mucuré, Igarapé Azul, Igarapé Areia e Igarapé das Abelhas. Somente o Rio Preto é navegável durante todo o ano, os demais o são apenas durante o período chuvoso e em alguns trechos.

Sua altitude média é de 250m aproximadamente, em relação ao nível do mar. Predomina na área solo do tipo Latossolo Amarelo Álico. Sua fertilidade natural é baixa e agravada pela acidez e taxa de alumínio elevadas, sendo, por isso, destinada para a exploração florestal, mediante manejo dos recursos naturais.

A cobertura vegetal predominante é a Floresta Tropical Aberta ou Floresta Subcaducifólia Amazônica. Sua estrutura é caracterizada pela presença de cipós e bambus e Palmáceas como o babaçu (Orbignaya speciosa).

O potencial florestal médio comercializável da área seria de 43 m^3/ha, segundo Magalhães (2003), Porém, em outro levantamento quantitativo arbóreo realizado por Cassal et al. (2007) através de uma pesquisa bibliográfica em oito planos de manejo florestal, protocolados no IBAMA/RO em 2001 e 2002, observou-se um volume médio de 29,1613 metros cúbicos por hectare. (idem, ibidem)

Toda sua rica biodiversidade foi detectada no inventário florestal diagnóstico (por amostragem), realizado para o INCRA com o apoio do PLANAFLORO. Porém, a realidade atual, de acordo com o planejamento dos órgãos envolvidos, deverá ser constatada através de um novo inventário florestal.

CAPÍTULO 2

DE PDS A PAF: A TRAJETÓRIA

2.1 – A TERRA ANUNCIADA

Após uma trajetória de seis anos, desde a concepção do projeto, a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Rondônia criou o Projeto de Assentamento Florestal (PAF)[4] Jequitibá, no dia 18 de julho de 2007. Essa nova modalidade de assentamento, com base no manejo florestal sustentável comunitário, está sendo implantada pela primeira vez no estado de Rondônia, tendo como frutos desse processo muitos embates de ordem social, ambiental, econômica, e, por fim, jurídica.

Sua origem remonta a décadas passadas quando, em 1982, o primeiro governador do Estado de Rondônia, coronel Jorge Teixeira de Oliveira, propôs ao INCRA a destinação de terras aos seringueiros que atuaram como "soldados da borracha", na época da 2ª Guerra Mundial, sendo então destinadas aos mesmos terras públicas federais, correspondentes a parte das Glebas[5] Jacundá (Setor Jaquirana), Rio Preto, Caracol e Samaúma.

A gleba Jacundá[6], no município de Candeias do Jamari(RO), foi então desmembrada, ficando parte das terras - 280 mil hectares – com os "Soldados da Borracha". Em 2004, foram destinados 221 mil hectares para a Floresta Nacional do Jacundá, e outros 137.087 mil hectares foram reservados para a implantação do então Projeto do Desenvolvimento Sustentável (PDS) Jequitibá[7]. Na gleba está

[4] O INCRA adota várias modalidades de assentamento: o tradicional Projeto de Assentamento (PA), O Projeto Agro-Extrativista (PAE), o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e o mais recente criado para a Amazônia, Projeto de Assentamento Florestal (PAF).

[5]De acordo com a Lei Nº 6.766, de 1979, no § 3o do art. 2o "Considera-se gleba o terreno que não foi objeto de parcelamento aprovado ou regularizado e registrado em cartório".

[6] Em 1978, a Gleba Jacundá foi arrecadada pelo INCRA em nome da União, com base no artigo 28 da Lei 6.383/76, na matricula n° 3060, lavrada às folhas 129 do livro n° 2-L, do Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício da Comarca de Porto Velho. O INCRA demarcou três mil lotes matriculados em nome da União, com 100, 250 e 500 ha, não destinados devido à dificuldade de acesso.

[7] O Projeto de Desenvolvimento Sustentável é uma modalidade de assentamento criada pela Portaria INCRA Nº 477/99, destinada a populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.

também a Estação Ecológica de Samuel[8], criada em 1989, pelo Governo do Estado de Rondônia.

Em 1994 há um registro na imprensa (Jornal O Estadão do Norte) de pleito de terras na área, pelo prefeito de Candeias do Jamari, Chico Pernambuco, que anunciava pretensão de assentar 3.500 famílias na gleba, solicitando apoio ao governador da época, Valdir Raupp. "A área é parte do projeto antigo denominado Calama-Jacundá, onde existiam 2.013 lotes de 21 mil hectares, reconhecidos pelo INCRA e utilizados para os seringueiros. Existem mais 32 mil hectares de propriedade particular sem nenhuma benfeitoria", declarou o prefeito que solicitou ainda apoio para construção da balsa no rio Jamari, através da empresa Eletronorte, responsável pela Usina Hidrelétrica de Samuel. Somente a balsa foi conquistada pela comunidade que já residia nas imediações.

Em 2001, através do trabalho de empreendedoras sociais do INCRA, segundo informação do engenheiro florestal do órgão, Joel Mauro Magalhães, foi identificada a existência de famílias no local necessitadas de apoio governamental. Neste período, a superintendência regional do INCRA/RO discutiu com organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, lideranças rurais da agricultura familiar e dos projetos de assentamento da reforma agrária propostas para uma nova modalidade de assentamento, buscando encontrar alternativas ao modelo tradicional em vigência e estabelecer um modelo de projeto apropriado para a área.

O objetivo do órgão era dar destinação adequada à área, já que a mesma passou a se enquadrar na zona 2[9], sub-zona 2.1[10] da segunda aproximação da Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE) de Rondônia (Lei Complementar

[8] A Estação Ecológica de Samuel foi criada como compensação pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Samuel. Tem como objetivo a proteção da área representativa dos ecossistemas naturais da bacia do Rio Jamari e a preservação da biodiversidade, devendo para isso receber apoio técnico e financeiro da empresa Eletronorte, responsável pela hidrelétrica.

[9] Conforme a Lei Complementar nº 233/00, que trata do Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico de Rondônia (ZSEE), Art. 8º, "A Zona 2 é composta de áreas de uso especial, abrangendo 34.834,42 Km² , equivalentes a 14,60 % da área total do Estado, destinada à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável."

[10] Segundo a mesma lei, em seu Art. 18: "A Subzona 2.1 composta de áreas que apresentam inexpressiva conversão das terras florestais, abrange 25.653,37 km², equivalentes a 10,75% da área total do Estado.

§ 1º - A Subzona 2.1 apresenta potencialidades naturais, sobretudo a florestal, em condições satisfatórias de exploração madeireira e não madeireira, apresentando o custo de oportunidade de preservação entre baixo e médio;"

nº 233/00, de 06/06/00), tema a ser abordado no capítulo seguinte, que permite a exploração somente através de manejo florestal sustentável.

O primeiro projeto: um PDS

O INCRA propôs para a área em questão a implantação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), denominado Jequitibá, cujo projeto foi elaborado por Joel Mauro Magalhães. Este nome foi escolhido pelo autor do projeto devido à quantidade expressiva dessa espécie de árvore no local.

Com base nos resultados dos debates com diversos segmentos comunitários e institucionais rondonienses, envolvendo EMBRAPA, SEDAM, PLANAFLORO, OSR, FORUM das ONG's, IICA, CEPLAC entre outros órgãos e entidades, subsidiou-se a proposição da criação do assentamento na modalidade PDS, que pretendia:

> (...) "Uma Reforma Agrária economicamente viável, ecologicamente exeqüível, legalmente correta e socialmente justa", porque possibilita a geração real de rendas; respeita as condicionantes ambientais; atende e coaduna-se aos princípios da legislação ambiental federal e estadual; proporciona emprego/ocupação em condições dignas de cidadania para famílias de trabalhadores florestais, já selecionadas, das quais mais de 200 encontram-se na área e estão explorando suas parcelas de acordo com as orientações emanadas do escopo técnico do Projeto, que instaura uma via de acesso à inclusão social solidária. (MAGALHÃES, 2005: 3)

Pretendia-se também, segundo seu idealizador, dar um tratamento próprio ao trabalhador da floresta. "(...) é um profissional diferenciado, que exerce uma atividade diferente, razão pela qual precisa de uma oportunidade diferenciada, para ter a igualdade de condições oferecida pelo MDA/INCRA (e outros órgãos públicos) aos trabalhadores rurais tradicionais." (idem, ibidem)

Neste primeiro projeto estava previsto que cada família teria um lote de 100 hectares, podendo explorar até 10 ha com agricultura e pecuária de subsistência, sendo o cultivo alimentar desenvolvido na modalidade de consórcio agro-florestal ou Sistemas Agro-florestais (SAF's), ficando o restante do lote para o manejo florestal comunitário sustentável.

A proposta estava direcionada para que os beneficiários atuassem como produtores florestais, fazendo o uso múltiplo da floresta, extraindo madeira, essências medicinais, plantas ornamentais, material para artesanato (cipó, raízes

tabulares etc.), sementes, frutos, óleos, resinas, látex, gomas, taninos, e tudo o mais que pudesse ser "econômica e ecologicamente aproveitável da floresta, mediante manejo de rendimento sustentável exercido em regime comunitário". (idem, ibidem: 2)

Sua viabilidade econômica estava respaldada, segundo o autor do projeto, por inventário florestal de diagnóstico (por amostragem), realizado pelo PLANAFLORO[11].

> A perspectiva econômica é realisticamente palpável, fundamentada nos rendimentos realmente promissores da oferta ambiental refletida na potencialidade dos recursos naturais da área (Só madeira tem um volume médio estimado em aproximadamente 43 m3/ha), dos quais somente serão extraídos algo em torno 20m³/ha/ano/UPA/Condomínios Florestais, (serão instaladas 20 Unidades de Produção Anuais - UPA's/Condomínio), além dos meios de produção para a execução dos Projetos Técnico-Executivos: Manejo Florestal; Sistemas Agro-florestais e Silvo-pastoris; Agricultura Orgânica etc. estarem garantidos pela ATES. (idem, ibidem: 03)

Outro diferencial do projeto, apontado por Magalhães, tratava-se do baixo custo:

> (...) não implica em investimentos demandadores de volumosos recursos, especialmente no caso em tela, posto que a área é de domínio da União Federal, não requerendo recursos para obtenção da terra. Os custos básicos da implantação e desenvolvimento do PDS Jequitibá se resumem na abertura das estradas de acesso às Unidades de Produção; Assessoramento Técnico, Econômico, Social e Gerencial, Créditos e instalação do Distrito Industrial (que será gradual). (idem, ibidem: 5 e 6)

O "produtor florestal", como é denominado no projeto, teria resguardada sua segurança alimentar, na área de até 10 hectares reservada nos lotes, onde algumas atividades seriam permitidas, de forma controlada e orientada.

> (...) o corte raso (supressão da floresta) para que o assentado plante uma pequena lavoura de subsistência, em consórcio com uma cultura economicamente rentável, para fins de comercialização. A cultura comercial será conduzida, preferencialmente, pelo método orgânico, na forma comunitária, por grupos de 20/30/40, ou mais vizinhos, cultuando o princípio de linha de afinidade, para gerar economia de escala, facilitando a colheita, beneficiamento e comercialização em mutirão, para vencer os desafios da produtividade, competitividade e conservação do meio ambiente, executando 15 arranjos produtivos de SAF's.

[11] O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) teve sua implementação entre 1992 e 2002, com custo de US$ 204 milhões, sendo US$149 milhões empréstimo do Banco Mundial, com contrapartida do governo federal e do governo estadual. O objetivo era implementar uma melhor estratégia de gestão dos recursos naturais, de conservação, de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável. (Discussão a ser retomada no capítulo 3)

No planejamento das atividades econômicas a serem desenvolvidas no Jequitibá estavam - após a realização de um Inventário Florestal a 100% de cada Unidade de Produção Anual (UPA), seguido de Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário - o Plano de Corte com extração média de 20m³/ha/ano/UPA para serra e 10 m³/ha/ano/UPA para lâmina; Plano de Reposição de Estoques Explorados, Plano de Beneficiamento, colheita de frutos tropicais (Açaí, Castanha, Patoá, Pupunha, Tucumã, Babaçu etc.), com a subseqüente agregação de valores pela transformação em amêndoas, polpas, óleos, sucos, coleta e preparação de sementes, extração de cipós, raízes tabulares, folhas de palmáceas e outras matérias primas florestais (típicas do extrativismo) para artesanato e fabricação de produtos, retirada controlada de plantas medicinais, cascas, raízes, folhas, sementes, óleos essenciais, resinas, látex, gomas, taninos e outras matérias primas para fármacos, cosméticos, corantes, elastômeros, pneumáticos, produtos cirúrgicos e similares, produção de mel silvestre, produção de peixes, exploração da fauna silvestre, mediante Plano de Manejo de Fauna, podendo evoluir para a criação de animais silvestres em cativeiro (Caititu, Queixada, Paca, Anta, Cutia e outras espécies).

A expectativa expressa no projeto era de que os trabalhadores se transformassem em produtores florestais e alcançassem a auto-suficiência total a partir do quinto ano de sua implementação. Assim, a consolidação do assentamento ocorreria de forma gradual e progressiva, até a plena autonomia dos produtores florestais.

Segundo seu autor, “(...) o PDS Jequitibá é a única forma de fazer com que o Zoneamento não seja apenas um mapa decorativo fixado na parede, mas, um verdadeiro instrumento de política pública direcionada ao ordenamento territorial e ao uso racional dos recursos naturais de Rondônia.”

Enfim, eram onze os seus objetivos expressos: (i) dar proteção legal e apropriada às populações de trabalhadores(as) florestais; (ii) restabelecer a função social da propriedade, assentando trabalhadores que estão à margem do processo produtivo; (iii) gerar trabalho, emprego e renda para jovens, mulheres e homens que compõem o universo das famílias selecionadas e habilitadas para tornarem trabalhadores florestais; (iv) garantir o uso sustentável da base de oferta ambiental da área, sem provocar danos à natureza; (v) consolidar um verdadeiro PDS como forma alternativa de assentamento; (vi) garantir a integridade física da área

destinada ao projeto; (vii) promover a cooperação técnica e a integração entre órgãos governamentais e não governamentais; (viii) servir como laboratório e unidade demonstrativa, onde se processará uma grande mudança de paradigma no uso econômico intensivo dos recursos naturais, para um outro baseado no conhecimento técnico-científico de exploração florestal; (ix) contribuir, através da assistência técnica e extensão florestal, para reduzir as perdas e o volume dos resíduos gerados na produção/beneficiamento de madeira; (x) servir de conectividade entre as Unidades de Conservação existentes nas proximidades do PDS; (xi) implantar sistemas de serviços de apoio, através de cooperativas, ao desenvolvimento sustentável das atividades econômicas do Jequitibá.

Percebe-se quão grande era a expectativa do projeto. Mas, da mesma forma que foi para seus idealizadores, foi também para a população, especialmente para os trabalhadores rurais sem terra da região de Candeias e Porto Velho. A notícia corria. Em 14 de fevereiro de 2002, a imprensa divulgou a criação do "primeiro assentamento florestal brasileiro" (AGROONLINE, 2002), no município de Candeias do Jamari(RO). Contudo, a realidade ainda estava bem distante disso.

Foram muitos os complicadores para a criação do assentamento neste novo modelo, especialmente por ser ele, segundo seu próprio idealizador, um "desafio à vontade política do governo federal" (MAGALHÃES, 2005: 2). A ausência de decisão e articulação para criá-lo foi o principal deles. A expectativa que gerou, aliada à necessidade de sobrevivência de muitas pessoas, à usura de outras tantas e ao acesso facilitado à área, levou a um cenário caótico, passível de intervenção judicial, que veremos mais adiante.

O processo de antropização da área foi intensificado a partir de 1998, quando uma propriedade particular, nas proximidades da gleba Jacundá, foi arrendada à Empresa Madeiras do Brasil, que teve a aprovação de um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) junto ao IBAMA.

Na época, foi instalada uma balsa sobre o Rio Jamari, três quilômetros a jusante da barragem da Usina Hidrelétrica de Samuel, e houve a abertura de uma estrada de acesso à área a ser manejada, denominada "Linha 45", desencadeando assim uma ocupação espontânea, com invasões das terras públicas e danos ambientais.

A proposta para a criação do PDS seria então uma tentativa de realizar um ordenamento territorial na área, que atendesse a uma demanda ambiental e legal,

uma vez que se encontrava na zona 2.1, mas que, na verdade, já estava sendo ocupada à maneira das necessidades emergentes, com exploração de atividades agropecuárias. Esse ordenamento foi assim explicado em entrevista concedida pelo superintendente do INCRA/RO, Carlino Lima:

> (...) a criação do projeto foi exatamente para resolver o problema, por quê? Por que aquela área é uma área de uso restrito, então aquele tipo de atividade, se o INCRA não criasse o Jequitibá, também não poderia ter aquela outra atividade ali. (...) se INCRA não criasse aquele projeto, aquela área tinha que ser destinada pra uma reserva, ou de rendimento sustentável, ou outro tipo de exploração, porque ela tá numa área que é extensão do zoneamento. O que o INCRA entendeu? tudo bem, tem essas famílias que estão ali e nós podemos trazer outras famílias, porém nós vamos ter que fazer um projeto florestal, onde as pessoas podem explorar esses recursos naturais, viver nessa região sem degradar, sem aumentar o desmatamento (...) o projeto, ele vem exatamente pra ordenar, pra dizer que tipo de exploração pode ser feita, mas aquele tipo de atividade que eles já faziam antes, era proibida, não poderia ser feita.

Outro acontecimento que provocou grandes danos à área, especificamente na Linha de Penetração (LP) 35, foi causado pelo próprio INCRA, em 2001, quando distribuiu aproximadamente noventa declarações de posses de até 500 hectares cada, com validade de até 360 dias, a posseiros que tinham dado entrada em processo junto ao órgão solicitando regularização fundiária dessas áreas. Tais posseiros funcionaram como “laranjas” de 12 madeireiras, que arrendaram as terras e, com as declarações de posse emitidas pelo INCRA, conseguiram aprovação de plano de manejo florestal junto ao IBAMA. Observe-se que as declarações tinham validade inferior a um ano e os planos de manejo são programados para décadas. Esse fato aumentou o acesso à área, a partir da abertura da LP-35, e conseqüentemente as invasões de terras públicas e danos ambientais de diversas naturezas.

Com toda essa pressão, em 2003, a superintendência do INCRA em Rondônia instituiu no local uma nova fase no processo: o pré-assentamento. Dessa forma, foram selecionadas cerca de sessenta famílias que tinham sido pré-aprovadas no Sistema de Informações de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (SIPRA)[12]. Esse pré-assentamento foi realizado informalmente, ficando os

[12] O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) destina-se ao tratamento, sistematização e recuperação de dados sobre os Projetos de Reforma Agrária (desde a criação até a sua emancipação), bem como dos beneficiários (da fase de cadastro, seleção, desenvolvimento sócio-econômico à titulação). (BRASIL, 2008b)

beneficiários autorizados a entrar no lote, porém, sem demais direitos e garantias concedidos àqueles que são oficialmente assentados pelo órgão, tais como, o Contrato de Concessão de Uso (CCU)[13], o crédito instalação[14] e a infra-estrutura, como estradas, energia e água. Sobre essa etapa, registramos o depoimento do presidente da COOAFCAN[15], Jorge Douglas Meira:

> Esse pré-assentamento já foi uma conquista da COOAFCAN porque havia um disse me disse que o Jorge vendia lote, estava tomando lote, estava assentando gente em lote que não tinha dono, enquanto não estava acontecendo isso. Nós fizemos um levantamento na área e vimos que tinha vários lotes vagos e aí a intenção nossa era criar uma cooperativa para ajudar a desenvolver o projeto, com isso nós averiguemo que tinha as vagas, viemo ao INCRA, eu fiquei numa peregrinação de mais de meses (...). Depois do pré-assentamento foi quando a cooperativa resolveu dizer pro município de Candeias e pro povo da vila que vivia dizendo que eu vendia, eu tava tomando lote que eu tava invadindo, botando gente dentro de lote coisa que eu não tinha permissão disso aí nós passemo a peregrinar no INCRA pra conquistar um pré-assentamento. Com muita luta houve autorização. (...) E na época eu me recordo que o Dr. Santiago disse: "seu Jorge, isso que nós tamo fazendo nós nunca fizemo em projeto nenhum". Perguntou se nós tínhamos feito cadastro, se todos estavam cadastrados, o Dr. Joel averiguou e disse que todos tinham cadastrado. Foi colocado os pais de família lá e ele dizia que não adiantava eu vir na porta do INCRA com nenhum pai de família cobrar estrada, escola, posto de saúde porque o projeto não tinha sido criado, então não haveria possibilidade de ninguém vir cobrar isso, que nós tavamo indo pra lá já sabendo que isso só ia acontecer quando criasse o projeto. Aí houve o pré-assentamento. (...) nós gastemo tanto no pré-assentamento – o INCRA alegou que não tinha recurso pra diesel e diária – nós tínhamos que custear. Foi de segunda a sexta, durante 15 dias, o dia inteiro o INCRA colocando o pessoal no Jequitibá (86 pessoas), já existiam pessoas lá dentro, que hoje fazem parte da cooperativa, que o INCRA respeitou.

Esse processo foi visto de forma bem diferente pelo presidente da APRUCAJÁ, Antônio da Rocha Neto:

---

[13] O CCU é o documento que habilita os assentados a explorarem o imóvel rural por cinco anos, podendo ser renovável por igual período. Significa a transferência de domínio da terra do INCRA para os assentados em caráter provisório, dependendo de sua adequada utilização e preservação do meio ambiente para a titulação definitiva, que ocorrerá após 10 anos, sendo o documento inegociável, não podendo ser transferido para terceiros. O contrato tem a unidade familiar como referência. Quando casal, marido e mulher são beneficiários em conjunto.

[14] O crédito instalação possui as modalidades "Apoio Inicial", no valor de R$ 2.400,00, destinado à alimentação e aquisição de bens de consumo, como compra de medicamentos, sementes, insumos agrícolas, ferramentas de trabalho e animais para criação – e a modalidade "Aquisição de Material de Construção", no valor de R$ 7.000,00, para a construção das habitações rurais nos projetos de assentamento, sendo permitida a utilização dos recursos para pagamento de mão-de-obra em até 15%.

[15] A Cooperativa Agro-Florestal de Candeias do Jamari (COOAFCAN) tem uma intensa atuação da área, com cerca de 170 associados.

> O INCRA já mentiu muito pra gente, cê vê, eu tive uma vez com o INCRA numa reunião lá no Candeias, eles falou que já ia assentar 60 família, isso tá com quatro ano atrás, assentar 60 famílias, ia ter um modelo, e as pessoa ia ver o quanto o projeto era bom e depois as pessoa ia procurar eles, isto nunca aconteceu, passou o tempo e aí veio com esse novo plano e não assentou ninguém até agora também, vem aqui fazer o trabalho aqui, chega aqui, cê tá dentro da sua terrinha chega aqui e fala assim: você nem sabe se isso aqui é seu. E dá um disânimo total na cabeça da pessoa. É isso, aí o INCRA chega e fala, você não sabe se isso aqui é seu, nem onde é sua terra, se você já tem sua terrinha demarcada a oito, dez, 12 ano atrás, tá morando, é difícil isso aí.

De acordo com as normas do Instituto, não é resguardado nenhum direito às famílias beneficiárias desse pré-assentamento realizado no passado, dada a informalidade do mesmo. Os critérios são os estabelecidos na Norma de Execução nº 45/2005, que dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária, não havendo especificidades adequadas ao modelo de exploração florestal e ao processo histórico de sua criação. Mas, a realidade estava distante das normas: possuidores de declarações, pré-assentados, acampados, posseiros em geral, estavam no local ou às portas dos órgãos, querendo legitimar seus direitos, levando a novos desdobramentos.

2.2 – A TERRA DENUNCIADA

Em 2003, o cenário agregava uma expectativa de direito gerada entre a população, com a notícia da implantação do Projeto Jequitibá - já que se configurava em uma possibilidade de se conseguir oficialmente um lote de terras -, além de ações espontâneas de ocupação, uso desordenado da área, danos ambientais e denúncias de comércio de terras públicas.

Assim, os Ministérios Públicos Federal (MPF) e do Estado de Rondônia (MPE) tomaram a iniciativa de mover Ação Civil Pública (ACP) contra o INCRA, IBAMA e SEDAM, Prefeitura de Candeias do Jamari e Cooperativa Agro-Florestal de Candeias do Jamari (COOAFCAN) tendo em vista os danos causados pela omissão e descontrole desses órgãos, especialmente ao INCRA pela demora na implantação do então PDS Jequitibá.

O arcabouço legal da Ação Civil Pública baseia-se especialmente no artigo 225 da Constituição Federal, além do Código Florestal, Lei de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia e da Lei do Sistema Nacional de

Unidades de Conservação. Sua iniciativa partiu de várias informações sobre danos ao meio ambiente e outros crimes cometidos na área e após a realização de uma reunião na Câmara Municipal de Candeias do Jamari, em 15/07/2003, com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais e lideranças comunitárias, com o objetivo de pressionar as instituições responsáveis para acelerar o processo de criação do assentamento.

Figura Nº 03 – Reunião na Câmara Municipal de Candeias do Jamari, 15/07/2003

Imagem: Arquivo pessoal Jorge Douglas Meira, 2003.

Sobre essa reunião, registramos abaixo o depoimento do presidente da COOAFCAN, Jorge Douglas Meira, que narra com detalhes:

> Tinha três ônibus que foi buscar o pessoal na vila (Nova Samuel), fora o pessoal do Candeias. Tinha mais gente fora da Câmara do que dentro, porque não coube, e nessa ocasião você observa que tava Embrapa, IBAMA, SEDAM, BASA, o presidente da Câmara, o prefeito, o INCRA, a CEPLAC. Chegou a EMATER (...) A briga nossa aqui todinha, tanto é que eu questionei com cada um deles, e perguntava porque a demora na criação do projeto se já existia um público lá dentro ocupando todos os lotes. O PDS já tava todo ocupado, não tinha mais lote vago lá. Aí começou as negociações feita na vila, o fulano que desistia porque o INCRA não entrava, aí passava o lote pra outro. E aí começou essas confusão e existe até hoje, pela demora do INCRA. (...) (*Apresentando fotografias*) Nessa foto aparece o promotor público chegando e ele sentando, Ministério Público Estadual. Aí acabou a reunião. 16 de agosto

> de 2003, se eu não me engano, foi em agosto, entra a Ação Civil Pública, através do Ministério Público (...) que não pode, não é pra fazenda, tão próximo de Porto Velho, com trajeto de carro indo e voltando toda hora, não existe cuidado pra ir lá, principalmente pra impedir aquilo lá, deixaram acontecer, desde quando eu cheguei lá eu encontrei a linha 35 já toda pronta pelo uns madeireiro que tinha umas autorização (...) pra eles fazer uns plano de manejo que nunca existiu, só tiraram as madeira, exploraram as madeira que eu via saindo julieta mais julieta, no sentido de Ariquemes.

Entendeu o Ministério Público que o processo de devastação da área já extrapolava os limites. A ACP aponta riscos à Estação Ecológica de Samuel, seu respectivo lago, e ao corredor ecológico, especialmente à Floresta Estadual de Rendimento Sustentado Rio Machado e à Floresta Nacional do Jamari.

De acordo com os signatários, o modelo encontrava-se fadado ao insucesso, uma vez que a área já estava se descaracterizando para o objetivo ao qual se propunha, citando com freqüência a omissão e o descontrole dos órgãos responsáveis.

O modelo é considerado na ACP como um equívoco, comparado a “graves erros do passado”, a exemplo de “projetos de assentamento frustrados” e os “milhões de dólares gastos no minucioso estudo para elaboração do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado exatamente com o objetivo de tentar corrigir os excessos”. (BRASIL, 2003b: 6)

A ACP denuncia que os beneficiários do projeto são pessoas que vivem nas cidades e servidores públicos, sem a necessária vocação para o extrativismo e manejo florestal. Além disso, há uma preocupação com as unidades de conservação, já que as zonas de amortecimento também estavam sendo invadidas.

A área do Jequitibá é definida na ACP como um dos últimos rincões de floresta intacta existente no Estado de Rondônia, e aponta como verdadeira motivação para a criação do projeto um jogo de interesses econômicos, políticos e eleitoreiros, do qual participam grandes madeireiras, pecuaristas e servidores públicos.

Assim, o Ministério Público recomendou que o INCRA se abstivesse de fornecer declarações de posse na área e que o município de Candeias do Jamari e a COOAFCAN parassem de realizar estradas e cadastrar pessoas para desestimular as invasões e a degradação ambiental.

O documento colocou como condições de viabilidade para um assentamento dessa natureza, voltado para as comunidades tradicionais, “um plano de manejo

sustentável que contemple todas as hipóteses e idiossincrasias dessas comunidades". (idem, ibidem:11), e apontou a necessidade de elaboração de um minucioso inventário de toda a flora e fauna, além de uma exposição detalhada das medidas mitigadoras do impacto ambiental.

Assim mesmo, a ACP, por reiteradas vezes, assinalou que o projeto é falacioso e dissimulador de sua real intenção: "regularizar os ilícitos praticados na área", descaracterizando-a como zona 2.1.

Em 12/09/2003, decisão judicial da Justiça Federal (Seção Judiciária de Rondônia – 2ª Vara Federal) deferiu o pedido de liminar do MPF e MPE determinando a imediata paralisação do Projeto Jequitibá, incluindo obras, concessões de declarações de direito de posse, expedição de licença ambiental, autorizações para queimadas, desmatamentos, exploração madeireira mediante planos de manejo ou qualquer outra forma. Entre as alegações: danos ao meio ambiente, indevida utilização política, comercialização de lotes, anexando laudo da SEDAM de que o Projeto Jequitibá "estará fadado ao insucesso".

A liminar foi concedida com antecipação de tutela, determinando inclusive a retirada de maquinários, fiscalização, entre outras medidas, com as respectivas condenações aos requeridos.

Durante o período de embargo ocorreu o inverso do que se pretendia, a situação se agravou, resultando em mais desflorestamentos e mais incursões de ocupação irregular de terras públicas.

Novos ajustes e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Em 19/12/2003, a presidência do INCRA criou uma nova modalidade de assentamento: o Projeto de Assentamento Florestal - PAF (Portaria Nº 1.141), elaborada por grupo de trabalho específico para a criação e implementação da modalidade "Assentamento de Produção Florestal Sustentável", que se reuniu com representantes de governos, parlamentares, entidades de pesquisa, movimentos sociais e organizações não governamentais para esse fim.

O PAF é definido como uma modalidade de assentamento destinada a áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária, especialmente aplicável à Região Norte. A atividade agrícola e pecuária de pequeno

porte é permitida em até 5% da área de cada módulo. Sua produção madeireira e não madeireira deverá seguir as recomendações do IBAMA para Manejo Florestal Comunitário e Simplificado. Os PAF's deverão ser administrados pelos próprios assentados, organizados em associação, condomínio ou cooperativa, recebendo do INCRA o Termo de Concessão de Uso, em regime comunal. Eventuais ocupantes ou comunidades tradicionais nas áreas indicadas para PAF terão o direito de permanecer no local, assumindo as alternativas de produção estabelecidas, tendo o período de dois anos para adaptação. (BRASIL, 2003b)

Deverão ser realizados estudos preliminares para determinar a potencialidade da área e estudos de logística de exploração e consultas públicas. Entre as etapas de sua criação e implantação estão: Identificação e seleção da área, cadastro de famílias, seleção, legitimação, contrato de assentamento, Gestão dos Assentamentos Florestais, com articulação interinstitucional de apoio ao PAF, monitoria, avaliação, supervisão e fiscalização, Termo de Concessão de Uso e Consolidação e a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) que define a organização social do assentamento, modelagem, inventário das possibilidades de uso múltiplo da floresta, organização espacial, manejo florestal, agregação de valor, educação, saúde, assessoria técnica e social capacitação e educação ambiental, créditos, abastecimento e comercialização.

Para que o processo de criação do Projeto Jequitibá fosse levado a cabo, a superintendência do INCRA em Rondônia enquadrou-o nessa nova modalidade de Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e, dentro dos parâmetros legais, foi firmado um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), entre os Ministérios Públicos Federal e Estadual e o INCRA, IBAMA e SEDAM, em outubro de 2006, com o objetivo de promover o saneamento das situações irregulares na área, através da formalização de um compromisso entre os órgãos públicos envolvidos, ajustando-o à legislação e buscando harmonia social, econômica e ambiental. (BRASIL, 2006c)

Em 25/10/2006, o MPF solicitou a suspensão temporária da Ação Civil Pública, por três anos, em razão desse Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre os autores e parte dos réus.

Entre as principais obrigações das instituições envolvidas no TAC, destacam-se:

INCRA

Definir a situação da área proposta para o PAF, instituindo a figura jurídica do projeto; promover a destinação adequada às famílias que preencham os requisitos legais e regulamentares do INCRA, tendo como condicionante a aceitação do uso do solo por meio de manejo florestal comunitário em condomínio; promover levantamento ocupacional da área destinada ao Projeto e remover os ocupantes que não apresentarem perfil condizente com as características de cliente da reforma agrária; criar o Comitê de Gestão Compartilhada, no prazo de 60 dias, após a homologação do TAC pela Justiça Federal. Neste Comitê deverá haver a participação dos beneficiários, coordenação técnica do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) e dos parceiros institucionais; assegurar recursos orçamentários e financeiros anuais suficientes a dar suporte de infra-estrutura física, a partir de janeiro de 2007; proporcionar condições técnicas e administrativas para o pleno desenvolvimento do projeto, viabilizando os meios técnicos, administrativos e operacionais para que a população assentada possa ser beneficiada com assessoria técnica, extensão e pesquisa; providenciar juntamente com o IBAMA e a população beneficiada a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), planos de manejo, de explorações e de negócios; firmar termo de compromisso individual com cada assentado, fixando responsabilidades pela recomposição de áreas degradadas, documento este autorizador da permanência na área do beneficiário e que antecederá o título de concessão e será parte integrante do mesmo; fixar a área das parcelas em no mínimo 200 hectares para cada assentado(a); providenciar a contratação dos estudos básicos previstos na Resolução CONAMA 289/01, para embasar o licenciamento ambiental do projeto; fixar em 2007, juntamente com o IBAMA, as atividades econômicas que poderão ser desenvolvidas no projeto.

IBAMA

Assegurar recursos orçamentários e financeiros para capacitar as famílias assentadas segundo a finalidade do projeto e disponibilizar um servidor para acompanhar a criação e implantação do projeto e prestar assessoria técnica aos assentados; viabilizar recursos para pesquisas e inventários florestais, projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, cursos de educação ambiental e qualificação de mão-de-obra dos assentados.

Governo do Estado de Rondônia

Assegurar recursos orçamentários e financeiros para capacitação dos assentados, educação ambiental, licenciamento da produção florestal e fiscalização ambiental; licenciar a instalação e implantação do projeto, atendendo os requisitos legais; assessorar e dar suporte às organizações comunitárias e promover a capacitação dos assentados; promover o monitoramento ambiental; disponibilizar um servidor para acompanhar a criação e implantação do projeto e prestar assessoria técnica aos assentados.

Além desses compromissos, com a assinatura do TAC, essas instituições obrigaram-se a consignar recursos financeiros em seu orçamento para cobrir as despesas relativas a sua participação na implantação do projeto, lembrando que o termo tem vigência mínima de três anos, a expirar em 2009.

2.3 – O NOVO PLANEJAMENTO DO INCRA

No novo projeto para criação do assentamento Jequitibá, dessa vez na modalidade de PAF, outras alterações significativas foram realizadas. Reafirmando que "a seleção da área foi precedida por estudos preliminares que indicaram sua vocação florestal e potencial produtivo" (BRASIL, 2006b:15), o projeto relaciona as etapas necessárias para a criação como: licenciamento ambiental, através da obtenção da Licença Prévia (LP) junto à SEDAM, o processo administrativo para aprovação do superintendente regional e presidência do INCRA, mediante portaria para publicação no Diário Oficial da União, etapas cumpridas em 18 de julho de 2007.

> Ficou prevista para o prazo de sessenta dias a constituição do Comitê de Gestão Compartilhada do PAF, com a participação dos beneficiários e coordenação técnica do programa ATES, e inclusão de parceiros institucionais "visando potencializar as inter-relações entre o meio rural, reforma agrária, sistemas agroflorestais, silvopastoris, agricultura ecológica, segurança alimentar e conservação do meio ambiente" (idem, ibidem).

Sobre a seleção das famílias, a norma a ser adotada – Norma de Execução Nº 45/2005, é a mesma utilizada nas outras modalidades de assentamento, ainda

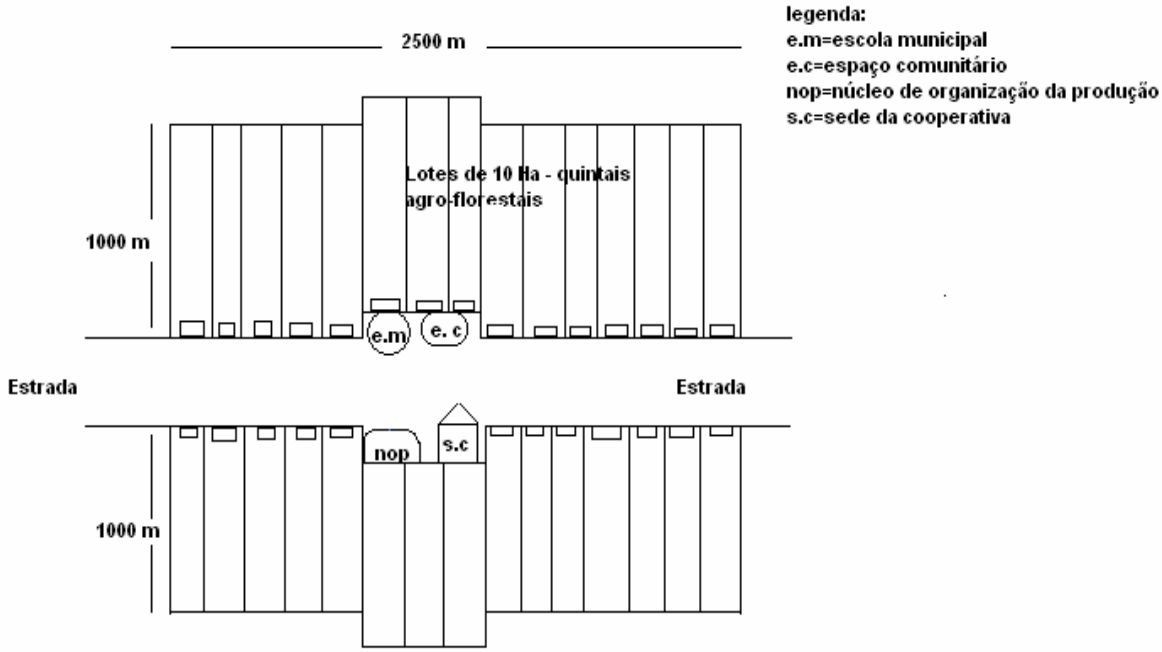
que suas características sejam bem distintas. No projeto é acrescida a observação de que serão considerados "(...) experiência com atividade florestal de qualquer espécie, experiência no cultivo de essências florestais, comprometer-se a recuperar as áreas degradadas e trabalhar através de Manejo Florestal Comunitário" (Idem, ibidem)

Outra etapa mencionada no planejamento é o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, um instrumento elaborado sob a coordenação do programa ATES com a participação dos beneficiários, que é precedido pelo Projeto de Exploração Anual (PEA) para garantir a segurança alimentar enquanto as ações estão em andamento.

O PDA deverá expressar os sistemas de produção e a organização espacial, os dimensionamentos das parcelas, áreas de exploração comum, preservação permanente e reserva legal, uso urbano, instalações comunitárias, baseados em diagnósticos sócio-econômico, ecológico e cultural do assentamento, elaborados pelo ATES.

Nesse novo planejamento, o Jequitibá deverá ser implantado no modelo de agrovilas, segundo o projeto, para diminuir os custos com infra-estrutura e facilitar a organização social dos assentados. A previsão é de que sejam assentadas 597 famílias, em áreas de 200 hectares, em média, sendo de até 5%, limitada a no máximo 10 hectares por família, a área destinada à produção familiar de subsistência, em quintais agro-florestais, podendo ser explorada de forma individual, comunitária ou mista. Já a área restante será explorada de forma condominial. O objetivo é que cada família obtenha um renda média mensal de um a cinco salários mínimos. Estão previstas 12 agrovilas, aproveitando as áreas desflorestadas e as estradas existentes, com uma média de 50 famílias cada, e uma unidade central. Os demais 190 hectares em média, deverão estar situados a uma distância de "alguns quilômetros de sua residência", para a prática do manejo florestal comunitário.

Figura Nº 04 – Modelo de agrovila adotado para o PAF Jequitibá



Fonte: BRASIL (2006b)

Segundo levantamento do INCRA, as principais atividades desenvolvidas pelas famílias que já residem no local, fruto das ocupações espontâneas e do pré-assentamento, são o cultivo de mandioca e de outras culturas para subsistência, emprego de mão-de-obra na construção de cercas e na abertura de áreas florestadas para implantação de pastos, criação de gado, exploração ilegal de madeira e extração de produtos não-madeireiros, como castanha e copaíba.

A instalação da balsa e a abertura da Linha 45, principal via de acesso à área e que deram origem à Vila Nova Samuel, distante 7 km do Jequitibá, constam como as primeiras obras de infra-estrutura local. Outras estradas vicinais foram abertas posteriormente.

São precárias as condições de sobrevivência na área. Levantamento (CASSAL et al, 2007) aponta que a comunidade local desfruta dos seguintes serviços e infra-estrutura:

- Educação: somente é ofertado o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, sendo que não há estrutura própria para a realização das aulas;

- Saúde: não há posto de saúde na área, havendo apenas um posto da SUCAM, onde ocorrem duas visitas mensais médico-odontológicas;
- Comunicação: somente existe um telefone público;
- Segurança: não existe posto policial no local, sendo feita somente duas rondas por mês na área;
- Transporte: há disponibilidade de uma linha de ônibus que percorre algumas linhas da área, e também a oferta do serviço por dois táxis;
- Saneamento básico e energia: não há sistema de tratamento de água e esgoto e energia elétrica, sendo que, neste último caso algumas pessoas suprem a necessidade através de gerador de energia.

Quanto ao potencial econômico madeireiro, o novo projeto observou que "ocorreu uma diminuição significativa deste potencial nos locais onde houve exploração irregular" (BRASIL, 2006b:18), afirmando que não descaracteriza sua viabilidade, "pois ainda há grande remanescente florestal na área com espécies de grande aceitação no mercado" (idem, ibidem), além de elencar as outras possibilidades extrativistas citadas anteriormente e ainda criação de peixes, apicultura, turismo e artesanato.

O projeto menciona também a importância de organizações associativas dos assentados para a produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. A segurança alimentar dos assentados será resguardada na fração do lote destinada à subsistência, permitindo-se atividades voltadas como criação de pequenos animais, quintais agro-florestais, pomar e hortas domésticos.

Um conjunto de serviços e atividades de apoio aos assentados é elencado no projeto, como a formalização das associações e cooperativas, assessoria técnica, cursos, linhas de crédito, qualificação dos produtos e eventos. São apontados os investimentos necessários ao local como abertura de estradas, instalação de rede elétrica, centrais de beneficiamento e de processamento de produtos madeireiros, não madeireiros, frutos e produtos agrícolas, escolas, postos de saúde, rede de transporte, construção de usina de reciclagem de lixo e compostagem e outros provenientes do PDA.

Dessa forma, o INCRA, numa revisão de seus objetivos, pretende no PAF Jequitibá:

> -Promover a geração de renda das famílias assentadas por meio da prática do manejo florestal comunitário envolvendo a exploração sustentável de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros;
>
> - Promover o desenvolvimento de culturas agrícolas e arbóreas frutíferas, na forma de cultivos orgânicos e/ou de Sistema Agro-florestal - SAF, nas áreas destinadas a essas atividades, de modo a garantir a segurança alimentar, bem como a complementação da renda familiar;
>
> -Implantar projetos de recuperação através do isolamento das áreas degradadas visando à regeneração natural e por meio da produção e plantio de mudas;
>
> - Promover a recuperação e conservação das áreas de Preservação Permanente localizadas no PAF Jequitibá;
>
> -Promover a regularização fundiária na região através do assentamento de famílias e de ações judiciais na retomada de terras públicas, com o intuito de eliminar os conflitos;
>
> -Assegurar recursos para capacitação das famílias beneficiadas, incluindo-as em programas de treinamento e de intercâmbio com outras entidades atuantes na área do MFC e dos SAF's;
>
> -Consolidar a presença do Estado no PAF Jequitibá por meio da implementação de serviços públicos básicos, como a instalação de postos de saúde, de escolas, de sistemas de saneamento nas áreas urbanas e de bases policiais, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas;
>
> -Estabelecer áreas de acesso restrito que ligarão a Floresta Nacional do Jacundá à Estação Ecológica de Samuel, possibilitando o fluxo gênico e o movimento da biota, e facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas;
>
> -Disponibilizar cursos de Educação Ambiental para os assentados, conscientizando-os a respeito da importância da utilização sustentável dos recursos naturais, da proteção das matas ciliares, da reciclagem do lixo, entre outros, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada. (idem, ibidem: 7 e 8)

Para a infra-estrutura local, o segundo projeto do INCRA prevê a construção de novas estradas e a reforma de algumas existentes, perfuração de poços para o abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica para as residências e para as unidades de produção através do programa do governo federal "Luz para Todos".

Para o beneficiamento da produção em grande escala, o PAF deverá ser contemplado com uma Unidade Central, que terá também um pólo frutícola e oferecerá alguns serviços públicos, como posto policial, unidade primária de saúde e escola pólo.

O uso do solo e dos recursos florestais pelas famílias assentadas será disciplinado pelo Termo de Concessão de Uso por Fração de Área, que determinará o tempo de uso da terra - sendo determinado ou indeterminado -, a proibição da alienação e da utilização do imóvel para finalidades diversas da atividade florestal e

da função a que foi destinado. O Termo e o PDA definirão as atividades complementares que poderão ser desenvolvidas no local, como, por exemplo, a segurança alimentar, edificação de moradias, implantação de infra-estrutura e implementação de atividades de processamento industrial das matérias-primas e exploração e comercialização dos produtos florestais, através de PMFSC.

No rol dos investimentos necessários elencados pelo INCRA estão a capacitação, assessoria técnica, educação, educação ambiental, estradas, crédito de apoio e habitação, abastecimento de água potável, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, implantação de pólo frutícola, serviços de transporte, comunicação e saneamento, sendo os recursos provenientes de instituições com o INCRA, MDA, MMA, MEC, Ministério da Saúde (FUNASA), Governo do Estado (SEDAM e SEAPES) e Prefeitura de Candeias do Jamari. (idem, ibidem)

2.4 - ACONTECIMENTOS MAIS RECENTES

Assim definido em projeto o novo assentamento, na modalidade PAF, uma seqüência de acontecimentos marcaram o processo até a sua criação oficial e etapas para sua implantação.

Em janeiro de 2007, após a realização de uma “força tarefa” na área, ação integrada com IBAMA, SEDAM, Batalhão da Polícia Ambiental (BPA) e Polícia Civil, entre os dias 11 e 22/12/2006, o INCRA divulgou nota de esclarecimento na imprensa e no local sobre a situação do Jequitibá, anunciou a criação de grupo de trabalho para efetuar o levantamento ocupacional da área, cadastramento dos candidatos, tabulação dos dados, realização de vistorias técnicas e elaboração do projeto, adequando-o ao TAC e à Portaria INCRA Nº. 215/06.

Ficou definido também que seria realizado novo inventário florestal por amostragem para verificar a viabilidade econômica da área. Foram designados engenheiros do INCRA e IBAMA para a realização do inventário.

Barreira gera revolta

Em 18/04/2007, foi instalada base operativa (barreira) no local, com o objetivo de coibir invasões e crimes ambientais na área destinada à criação do PAF, ESEC

Samuel, FLONA Jacundá e demais áreas da zona 2.1 do ZSEE/RO, com a participação do INCRA, IBAMA, SEDAM, BPA e Delegacia Civil. Essa decisão causou grande mobilização da comunidade, em função das inúmeras restrições que ficaram estabelecidas, como a proibição de entrada na área com motosserras, combustível, materiais de construção etc., tanto que uma reunião na Linha 45, próxima à travessia da balsa, entre órgãos e moradores, decidiu pela manutenção da barreira com menos restrições aos moradores do local.

Essa barreira foi alvo de muita crítica na imprensa. Uma reportagem do jornal O Estadão do Norte, em 12/06/2007, denunciou: “Colonos cerceados no direito de ir e vir”. Em uma passagem, a reportagem mencionou que especialistas alertavam para o fato de que este tipo de projeto teria que ser feito para famílias acostumadas a sobreviver da mata, tais como ribeirinhos, descendentes de índios e caboclos da região, “mas tentar fazer um projeto com essa filosofia, com trabalhadores que sobrevivem nas periferias das cidades, com certeza jamais dará certo, diz o ambientalista amazonense Sadi Sahado, de Tefé”.

Os moradores acusaram na matéria os órgãos de apoiar os habitantes do acampamento sem-terra na área, se referindo a eles como “clientela sem tradição em colonização alguma”, em prejuízo aos trabalhadores rurais que estão no local há mais de dez anos. “A verdadeira reforma agrária deve ser levada a famílias com tradição rural e não em invasões provocadas por quem quer apenas se locupletar e, em seguida, passar a terra para terceiros”, finalizou a reportagem.

Os ânimos foram se exaltando a partir daí, de forma que, em 28/06/2007, uma comissão de posseiros entrou em reunião no gabinete da superintendência do INCRA/RO, onde se encontravam representantes do IBAMA, Promotoria do Meio Ambiente do MPE e Ouvidoria Agrária Nacional, “sem ser chamada”, conforme o representante do IBAMA, afirmando que não aceitam o perfil estabelecido pelo INCRA para assentar famílias no Jequitibá. Os posseiros ameaçaram o INCRA, caso vá tirá-los de lá. “Vá para ver o que pode acontecer. Se nos colocou lá que agora assuma o que fez”, disseram. O representante do MCC afirmou que quer que o INCRA assuma os crimes que aconteceram e vão acontecer no Jequitibá e crie o projeto logo. “Se reúne, se reúne e nada acontece”, denunciou. O INCRA informou aos participantes da reunião, convidados ou não, que estava aguardando a homologação do TAC pelo poder judiciário.

A situação foi se agravando e virando um “caso de polícia” e poucos dias depois, em 06/07/2007, uma comissão do Jequitibá, especificamente composta por integrantes do MCC, participou de reunião do Comitê de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI), instância superior no estado para assuntos relacionados a essa área, convocada para tratar de outro conflito agrário, dessa vez na fazenda Urupá, também em Candeias do Jamari. Essa comissão expôs sua visão sobre o problema e reivindicou a retirada de “invasores” da área do projeto, polarizando mais uma vez o caso, agora dividido entre posseiros e acampados.

A criação

Enfim, depois de tantas idas e vindas, em 18/07/2007, foi criado oficialmente o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá. A superintendência do INCRA realizou a solenidade de criação com a participação de representantes de movimentos sociais, associações, cooperativas, prefeitura de Candeias do Jamari, SEDAM, IBAMA e Ministérios Públicos Federal e Estadual.

Figura Nº 05 – Ato de assinatura da Portaria de criação do PAF Jequitibá, em 18/07/2007, no auditório da sede do INCRA/RO, em Porto Velho

Imagem: Jeanne M. Machado, 2007.

Figura Nº 06 – Comemoração do público na cerimônia de criação do PAF Jequitibá, em 18/07/2007, no auditório da sede do INCRA/RO, em Porto Velho

Imagem: Jeanne M. Machado, 2007.

Foi lembrado no evento que o PAF Jequitibá é o primeiro projeto de assentamento de Rondônia baseado em manejo florestal familiar. O INCRA destina ao projeto uma área de 137.087 hectares, na gleba Jacundá, com capacidade para o assentamento de 597 famílias. A proposta é o uso múltiplo da floresta, com o aproveitamento de madeiras, cipós, frutos, plantas medicinais e ornamentais. O Jequitibá possui dois pilares econômicos. O primeiro é a produção madeireira com manejo florestal comunitário. E o segundo são os sistemas agro-florestais que associam espécies florestais, com árvores frutíferas e agrícolas.

O então superintendente do INCRA informou na solenidade que o projeto será construído com a comunidade, dentro do que a legislação permite: “O INCRA vai levar a proposta, mas a discussão com a comunidade é que vai definir os aspectos da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Jequitibá”.

Segundo ele, o importante é manter o foco no objetivo do projeto: a promoção do equilíbrio entre as ações de produção econômica e a conservação do meio ambiente, em acordo com a legislação vigente e as vocações ambientais, econômicas e sociais da região. “Seu sucesso dependerá da capacidade e da

solidez das parcerias que serão envolvidas na sua implantação e execução", afirmou.

O comerciante Osmar Boisa Castilho, residente nas proximidades do PAF, manifestou seu apoio ao projeto e, na cerimônia de sua criação, falou que, apesar das dificuldades que os moradores da região enfrentam desde que teve início esse processo, "vamos somar com o INCRA e o IBAMA que querem nos ajudar. O projeto é um modelo de uso sustentável e o mundo vai nos ver com bons olhos". Ele lembrou que "todos devem estar conscientes que a área não é para criar bois".

O ex-superintendente do IBAMA em Rondônia foi enfático ao afirmar que o governo federal vai agir com rigor com aqueles que causarem danos ambientais na área do Jequitibá e concluiu dizendo que "o que salva a floresta em pé é sua sustentabilidade".

A Portaria de criação do PAF Jequitibá (Nº 37, de 18/07/2007) foi publicada em 23/07/2007, no Diário Oficial da União.

Para os órgãos envolvidos era chegado o momento de definições. Em 21/08/2007, foi realizada a apresentação da proposta do INCRA para o PAF às associações, cooperativas, e ao MCC, no auditório do INCRA, com a participação do superintendente, da responsável pela Divisão de Obtenção, da procuradora federal e dos técnicos do projeto. A responsável pela divisão informou que o momento era de compatibilizar as relações de candidatos dessas entidades e definir as famílias que seriam assentadas. A segunda fase seria a aplicação de questionário para identificação do perfil. Na terceira, haveria uma reunião com os órgãos para apresentar o resultado desse trabalho. A inclusão no SIPRA seria a quarta fase da implantação do assentamento. O presidente da COOFCAN, Jorge Douglas, alertou que "todos têm que se inteirar do projeto e ter consciência do que é um PAF".

Essa mesma cooperativa apresentou, após esse evento, segundo seu presidente, proposta ao INCRA para "assegurar condições necessárias para a sustentabilidade do projeto", sugerindo produção agrícola, criação de pequenos animais, piscicultura e exploração florestal.

Convênio Com Serviço Florestal Brasileiro (SFB)

Com a criação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2006, após a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº. 11.284/2006), ficou definida a concessão florestal através

de licitação[16]. No primeiro edital foi incluída a Floresta Nacional (FLONA) Jamari, em Rondônia. Como desdobramento dessa ação, o PAF Jequitibá será contemplado com a contratação de empresa de consultoria para a execução de um novo inventário florestal, com recursos do SFB. Este inventário será um o instrumento básico para a elaboração do PDA e do PMFSC.

Assentamentos denunciados

Denúncias nos assentamentos do estado do Pará, que vieram à tona em outubro de 2007, impactaram sobremaneira na implantação do PAF Jequitibá, com a intensificação do rigor na seleção dos candidatos, etapa que passou a ser acompanhada pelos ministérios públicos. Nessas denúncias, o MPF e a ONG Greenpeace revelaram indícios de um esquema de assentamentos ilegais em benefício de madeireiras no Oeste do Pará. A justiça federal cancelou os 107 assentamentos criados na região. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, Raimundo Mesquita, no Jornal O Impacto, em 20/12/2007, acusou: "O sistema de qualificação dos assentados do INCRA é falho".

Com o ocorrido, o MPF, em matéria divulgada na imprensa, manifestou sua decisão de se concentrar na atual política de reforma agrária do INCRA e MDA, que não estaria criando condições concretas para a produção sustentável dentro dos assentamentos, acabando por favorecer a exploração ilegal de madeira. Segundo a matéria, os procuradores vão concentrar esforços em combater a criação irregular de assentamentos e estimular o licenciamento ambiental dos existentes.

"Casos de polícia"

A morosidade na implantação definitiva do PAF Jequitibá, que obviamente deve começar pelo assentamento das famílias, foi aumentando a tensão entre os envolvidos, de forma que, em 06/05/2008, o então superintendente do IBAMA, o

[16] Paula e Silva (2006: 16) apontam méritos e ameaças nessa nova proposta de concessão das florestas públicas. Os méritos estão na regulamentação do uso e implantação de áreas florestais, o que protegerá mais a floresta. A ameaça está na regularização de áreas públicas colocadas para a exploração privada, com pequeno espaço aberto às comunidades. É o desenvolvimento da floresta pensado muito mais como vasto reservatório de recursos a ser explorado pelo capital do que como o espaço da morada do homem que nela vive. Além disso, afirmam: "O ponto crítico de tudo, está na geração de formas que produzam ainda maior perda de voz aos trabalhadores. Isto num conjunto de ações que os façam serem engolidos pelos interesses dos grandes capitais privados na extração madeireira (e de outros recursos naturais) que entram em cena, sob a legalidade do processo licitatório promovido pelo Estado".

delegado da Polícia Civil do Meio Ambiente e mais três policiais ficaram reféns dos posseiros da área, na vila Nova Samuel, quando levavam motosserras para o acampamento dos sem-terra do movimento MCC (episódio narrado no capítulo 1). Segundo o superintendente, destinavam-se a equipar a vila produtiva que seria criada no PAF. Porém, as famílias ainda não haviam sido oficialmente assentadas e não havia plano de manejo e demais projetos comunitários aprovados (PEA, PDA etc.), o que mais uma vez trouxe à tona o grande conflito agrário da área.

No dia seguinte, o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública (GGI) convocou o superintendente e o delegado a prestar esclarecimentos sobre o ocorrido. Em nota divulgada à imprensa, o GGI deixou expresso que não se convenceu com as explicações. Na reunião entre o GGI e a comissão da Vila Nova Samuel – Projeto Jequitibá, no dia 08/05/2008, os integrante desta reivindicaram: participação do GGI no projeto, legalização dos detentores de posse no local até 200 ha, a permanência dos que estão na área há mais de 10 anos, remanejamento dos sem-terra para outra localidade fora do perímetro do projeto, regularização fundiária da área nas redondezas do PAF, autorização para montagem de uma serraria na vila Nova Samuel, extensão de energia até a vila. A comissão reclamou da demora no processo de assentamento. O INCRA esclareceu que essa demora deveu-se ao fato de que 80% dos candidatos não tiveram seus cadastros aprovados, com a existência de funcionários públicos, empresários, “laranjas” etc. Ao final da reunião ficou acordado que o INCRA iria criar em 30 dias um Comitê Gestor com uma comissão temática para tratar das reivindicações apresentadas, elaborando relatório ao GGI.

Na data marcada para o assentamento das primeiras famílias (total: 111) que passaram pelos critérios do INCRA, com revisão do MPE e compatibilização dos dados realizada pelo INCRA e pelo superintendente do IBAMA, em 06/06/2008, o intento foi suspenso por Mandado de Citação da 2ª Vara Federal em Rondônia, a pedido do MPE e MPF, sob alegação de falta de demarcação nos lotes, bancos de dados não confiáveis para a seleção e solicitando retirada da COOFCAN do processo de seleção.

Com essa decisão, novos episódios aumentaram a tensão nas partes interessadas no assentamento, entre elas uma tentativa, em 30/06/2008, liderada por movimentos sociais, de tornar refém o superintendente substituto do INCRA, dentro da sede do órgão, para exigir a agilidade na sua implantação. O que veio a se

configurar em mais um “caso de polícia”, com detenção de manifestantes e danos materiais.

CAPÍTULO 3
DA POSSIBILIDADE À REALIDADE

Para compreender o jogo de relações estabelecido nos contextos discursivos e não discursivos que interagem na formação dessa nova proposta de assentamento, faz-se necessário restabelecer os antecedentes das diversas dinâmicas que culminaram na iniciativa e no imbróglio que acabou se transformando sua trajetória. A questão agrária e a questão ambiental se apresentam com suas configurações gerais e específicas compondo uma nova realidade que em muito carece de ser estudada e analisada a fim de que contribuições científicas possam ser assimiladas para um processo de transformação social.

Cabe aqui inicialmente verificar os antecedentes históricos da questão agrária, especificamente da reforma agrária, com as políticas implementadas em nosso país e na região e, mais recentemente, no entrecruzamento com as políticas ambientais, estabelecendo condicionantes para ambas as partes e resultados improváveis. Enfim, procederemos a uma síntese histórica para daí depreendermos os impasses atuais.

Dos irmãos Graco, da Roma Antiga, a Roberto Mangabeira Unger, do Brasil de hoje, a história de reforma agrária vem percorrendo caminhos tortuosos cujos reflexos podem ser observados na dinâmica atual. Os primeiros, políticos romanos do século II a.C., tiveram a ousadia de propor reformas na política agrária da época. Sobre o fato, o historiador romano Tito Lívio escreveu: “Foi então, pela primeira vez, promulgada a lei agrária que, desde aquela época até hoje, nunca mais foi discutida sem provocar as mais violentas emoções”. (VEJA, 2003)

Quanto ao segundo, o titular do recém-criado Ministério de Assuntos Estratégicos, em que pese sua “salutar” preocupação com o que denomina “caldeirão de insegurança jurídica” em que se encontra a Amazônia, fatos recentes anunciam seu protagonismo em um episódio que a história prenuncia ainda ter muito mais revezes do que aqueles que se apresentaram até hoje em nosso país quando entra em pauta a questão agrária. O ministro foi o autor de uma proposta de Medida Provisória polêmica para criação de um órgão específico para regularização fundiária da Amazônia, no mês de agosto de 2008, apartando duas atribuições da esfera federal do poder: a reforma agrária e a regularização fundiária, atualmente

ambas sob a responsabilidade do INCRA. Tema esse que abordaremos mais detidamente adiante. Mas só relembrando, o ministro anunciou em entrevista (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2008) para o que veio: “Ajudar a propor e debater um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Adotei como princípio tratar do longo prazo ao curto prazo. Intuitivamente escolhi ações em cinco grandes áreas: oportunidade econômica, oportunidade educativa, gestão pública, Amazônia e defesa. Recentemente, o que está no centro das atenções é a Amazônia.” Depreende-se daí que para tal eminência do poder talvez seja chegado mais uma vez o momento, especificamente para a reforma agrária, da fragmentação de suas estruturas, presente na proposta da MP, que compromete sua sustentação, sempre tão frágil em nosso país.

3.1 - REFORMA AGRÁRIA: QUESTÃO SEM SOLUÇÃO?

Ao ver títulos de diversos livros sobre reforma agrária em que o presente trabalho estava envolto, uma sagaz criança de sete anos em um determinado momento não se conteve e lançou a pergunta: “O que é essa reforma agrária?” Para explicar de forma singela, fizemos um esboço rude do mapa do Brasil e demarcamos duas partes, uma menor e outra maior. Na primeira explicamos que milhares de trabalhadores ali moravam, plantavam seus alimentos e vendiam o excedente para nós que estávamos na cidade e até para outros países. Na segunda parte, uma única pessoa era dona e nada produzia. Enquanto do lado de fora, outras milhares não tinham como trabalhar. Então devolvemos com a pergunta: O que você acha que o governo deve fazer nessa situação? Ao que fomos surpreendidos com a simplicidade da solução: “pegar essa parte maior e colocar as outras milhares de pessoas nela, ué?” Simples em sua lógica que demonstra até ser intrínseca ao ser humano, principalmente nas fases menos condicionadas a interesses e influências do meio social, mas na realidade o contexto é adverso.

Embora a solução em primeira mão pareça simples, sua consecução envolve diversos fatores, como os abordados por Josué de Castro (MORAIS, 2003:10), para o qual uma série de mudanças estruturais variáveis deve acompanhar a reforma agrária, de acordo com a circunstância histórica e os ecossistemas de onde ela se dá. E complementa: “Uma verdadeira reforma agrária demanda revisão das relações

jurídicas e econômicas entre os que detêm a propriedade da terra e os que efetivamente trabalham nas atividades rurais." (idem, ibidem)

Em Flores, encontramos um conceito que estabelece não só a revisão das relações inerentes ao processo, mas uma transferência de poder: "É uma medida revolucionária que faz passar de um grupo da comunidade a outro, o poder, a propriedade e a influência social. Para compreender devidamente a reforma agrária devem ser estudados seus aspectos políticos, sociológicos e econômicos". (FLORES, 1965, *apud* MORAIS: 2003:143)

Isto posto, vamos observar o tratamento que o tema vem recebendo no Brasil para que assim possamos proceder a uma análise de como o processo histórico da questão agrária está impactando na tentativa atual de se adotar um modelo diferenciado para o bioma amazônico.

A propriedade da terra sempre foi no nosso país um tema controverso e até os dias atuais há ainda um forte dissenso, naturalmente pelo aspecto ideológico que envolve. No período colonial, o sistema de ocupação territorial se deu através das capitanias hereditárias e da legislação das sesmarias, na qual, aos donatários era concedida a posse da terra, não sua propriedade, com determinadas regras, porém com instrumentos de fiscalização totalmente precários. Em 1850, foi promulgada a Lei da Terra (Lei Nº 601/1850) e pouca mudança houve na estrutura fundiária do país, já que o acesso à terra se dava por meio da compra, o que era possível somente às classes abastadas. E como a lei proibia a posse de todas as terras devolutas que pertenciam ao Império e legitimava as existentes até então, somente no plano legal, continuava a imperar na sociedade a abertura da posse como forma de se ter acesso à propriedade privada (OLIVEIRA, 2008). E essa situação perdurou adormecida até o movimento tenentista, nas décadas de 1920 e 1930, levantar a bandeira da reforma agrária.

No pós-1930 o Estado passa a atuar mais na questão fundiária, com foco na colonização e tentativas de promoção de reforma agrária. Foi criado o Serviço de Imigração, Reflorestamento e Colonização, no Ministério da Agricultura e, posteriormente, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC (PAULA, 2005:133). A reforma agrária voltou à tona na década de 1960, com o movimento pelas reformas de base do presidente João Goulart, dessa vez submersa pelos militares em 1964, mesmo com a criação do Estatuto da Terra, Lei Nº 4.504, de 30/11/1964, instrumento jurídico em vigor até os dias atuais.

O Estatuto foi elaborado por técnicos que trabalhavam nele desde o governo João Goulart. Estava criado o mecanismo de desapropriação pelo Estado e contemplado o estímulo ao mercado interno e ao desenvolvimento rural, a possibilidade de organização de cooperativas de produção pelos beneficiários da reforma agrária, o cadastramento de todos os imóveis rurais do país e a cobrança de Imposto Territorial Rural (ITR). (STEDILE, 2007)

Com o Estatuto da Terra, o governo incorporou competências da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), subordinado à Presidência da República, com sua atuação complementada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA). Só posteriormente, em 1970, foi criado o INCRA, absorvendo as atribuições dos dois institutos, desenvolvimento rural e reforma agrária, INDA e IBRA, respectivamente.

O Estatuto da Terra, por tratar de reforma agrária, política agrícola e colonização, na prática teve do governo militar ênfase a esses dois últimos, e a promessa de uma reforma agrária, ainda que tivesse os instrumentos garantidos, tornou-se, na verdade, uma estratégia para ludibriar os camponeses, até então organizados nas Ligas Camponesas e na recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) (MORAIS, 1997a:47), para assim manter a estrutura dos grandes latifúndios.

As transformações estruturais nesse período se deram com foco no desenvolvimento agrícola, e não no desenvolvimento agrário (MORAIS, 1997b:24), além das políticas relacionadas à colonização. Assim, como definiu Ignácio Rangel, os problemas propriamente agrários: relações de produção, estrutura fundiária, e conseqüências sociais, políticas e econômicas, passaram a ser preteridos aos “Impropriamente Agrários”: oferta e demanda de produtos agrícolas, efeitos sobre os preços, emprego e comércio exterior, ainda que estes também co-determinassem a questão agrária. (RANGEL, 2005:197)

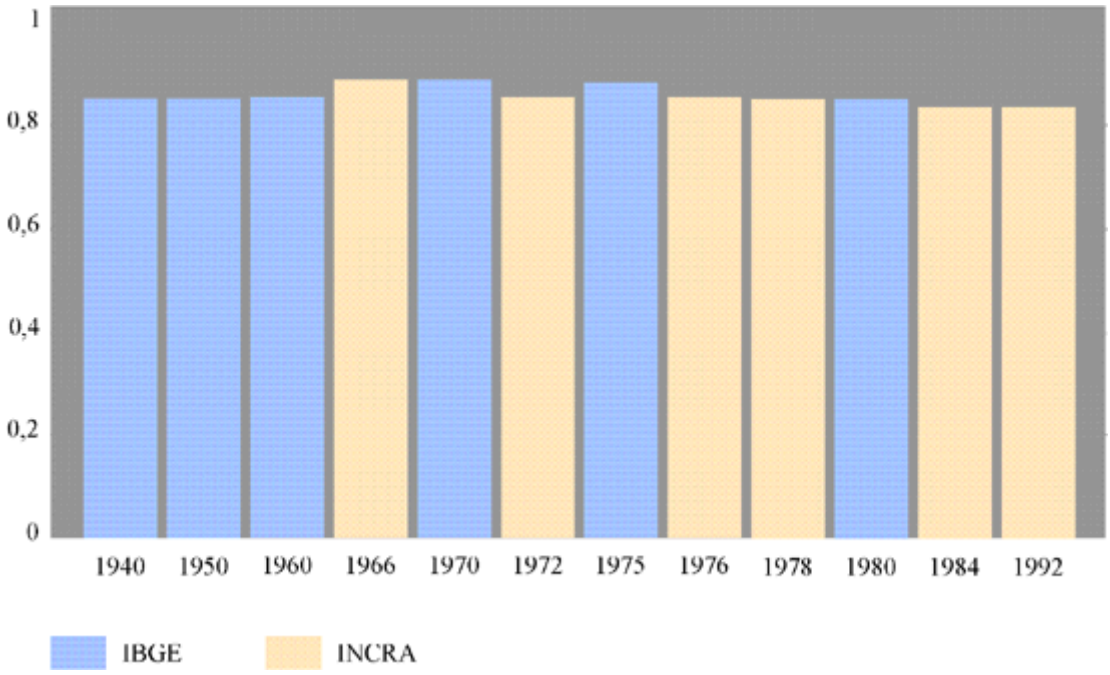
Portanto, a política de desenvolvimento no campo voltou-se para seu aspecto agrícola, com o incremento de créditos e pacotes tecnológicos – insumos, maquinários, extensionismo – enquanto a tensão social fora debelada com a repressão e o esvaziamento através das políticas de colonização.

Essa estratégia de formação de capital financeiro na agricultura brasileira estrutura-se com a modernização técnica dos anos 70, traduzida pela Revolução Verde. Assim, são disseminadas as relações interindustriais com a agricultura,

apoiadas pelo crédito rural subsidiado, que traz consigo a valorização da propriedade fundiária, com ou sem modernização técnica. E essa estratégia econômica de capital financeiro que persegue o lucro e a renda da terra, tem o patrocínio de políticas de estado. (DELGADO: 2005)

Deste modo, essa política desenvolvimentista do governo militar, que teve um braço forte em Rondônia, deixando de lado os preceitos da reforma e do desenvolvimento agrário, preservou a linha de continuidade dos períodos anteriores com a reprodução da estrutura altamente desigual de posse e uso da terra.

Gráfico Nº. 01 - Concentração Fundiária - Índice de Gini - INCRA e IBGE



Fonte: Planalto (Disponível em: www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM)

Ao observarmos a evolução do índice de GINI, que mede o grau de concentração fundiária, variando de zero (igualdade absoluta) a 1 (concentração absoluta), observa-se que se manteve estável ao longo dos anos, inclusive com elevação dos percentuais após a edição do Estatuto da Terra, um ligeiro declínio após a década de 1970, mas mantendo sempre o patamar acima de 0,8.

Na década de 80, as forças sociais voltam ao cenário, há uma articulação dos movimentos sociais e entidades ligadas à área agrária, com o fim do regime militar e a crise da "modernização conservadora" da agricultura (BECKER,

1998:136). A Constituição de 1988 muda o estatuto da propriedade fundiária, legitimado por sua função social. Com o retorno do debate da reforma agrária veio a proposta de elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, com a meta de assentamento de 1,4 milhão de famílias em quatro anos, tendo como base uma estimativa de público da reforma agrária de cerca de sete milhões de famílias, entre trabalhadores rurais sem terra, posseiros, arrendatários, parceiros, parte de assalariados rurais e minifundiários. Resultado dessa grandiloqüência: 83.625 famílias assentadas, ou seja, menos de 6% da meta. Faltou decisão e vontade política, os recursos consignados para o programa de reforma agrária foram insuficientes para alcançar as metas, houve uma flagrante descontinuidade administrativa, com substituição freqüente de dirigentes da política agrária, extinção, criação e recriação das instituições responsáveis pelo programa. (VALLE Jr.,1997: 37)

Porém, na função social da propriedade fundiária, na Constituição de 1988, entram simultaneamente os critérios "aproveitamento racional e adequado", "preservação ambiental", e "bem estar nas relações de trabalho". Sobre isso, Delgado (2005) destaca que o que se estabelece na Constituição não foi regulamentado em todos os seus aspectos na lei promulgada em 1993[17]. "(a lei) somente recolheu o critério do 'aproveitamento racional e adequado', conferindo-lhes indicadores precisos: 'Grau de Utilização' e 'Grau de Exploração Econômica', deixando de definir os indicadores ambientais e de relações trabalhistas". É uma demonstração de que a função social da terra está ainda distante de abarcar os demais critérios.

Na seqüência dos ciclos políticos e econômicos que fizeram opção por ignorar a execução da reforma agrária, chegou a vez do ciclo neoliberal. Seu caráter privatista e desregulamentador fomentou o agronegócio, nos anos 1990, e desconsiderou os direitos sociais agrários estabelecidos na Constituição.

Durante o governo Collor (1990-1992), a promessa inicial de assentar 500 mil famílias, resultou na interrupção tanto do processo de inscrição de novas terras ao cadastro como novas desapropriações. Neste período, somente 23 mil famílias

[17] Lei nº 8.629 de 25.02.1993 - Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

receberam o título de propriedade de terras, provenientes do estoque deixado pelo governo precedente.

O governo de Itamar Franco (1992-1994), que havia previsto dar acesso à terra a 20 mil famílias em 1993 e a 60 mil em 1994, beneficiou somente 12.600 famílias.

Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos, comemorou a concretização da "maior reforma agrária do mundo", tendo assentado, entre 1995 e 2000, 482 mil famílias, em 18 milhões de hectares, números estes imediatamente contestados pelos movimentos sociais e entidades ligadas à questão agrária, sob a alegação de que ali estavam computados antigos assentamentos e os processos de regularização. De acordo com o II PNRA, o ex-presidente assentou em seu primeiro mandato 238.010 famílias (1995 a 1998), e no segundo, 286.370 famílias (1999 a 2002). Porém, esses números são infinitamente menores do que o total de trabalhadores que abandonou a zona rural – 4,2 milhões de 1995 a 1999 e a concentração da propriedade da terra no período cresceu.

Além desse período ter protagonizado grandes conflitos de terra, como os massacres de Corumbiara, em Rondônia, e Eldorado dos Carajás, no Pará, entre 1992 e 1998, a área ocupada pelos imóveis maiores de 2.000 hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares, o que representa três vezes mais que os 18 milhões de hectares que o governo afirma ter desapropriado durante seis anos. A área ocupada por 10% dos maiores imóveis do país cresceu, no período em referência, de 77,1% para 78,6% da área total. (DOMINGOS NETO, 2004:27)

FHC adotou programas para a área rural com apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, cuja concepção se baseia na "reforma agrária de mercado", representada basicamente pelos programas "Cédula da Terra" e "Banco da Terra", partes de uma proposta mais ampla denominada "Novo Mundo Rural".

No "Cédula da Terra" o acesso à terra acontecia através de processos de compra e venda, com financiamentos aos beneficiários e o processo de seleção, sem interveniência do Estado. Era realizado através de associações, numa espécie de auto-seleção. O objetivo era inserir o público-alvo nas regras do mercado, eliminar do Estado os processos burocráticos ligados às vistorias e desapropriações, reduzir as disputas judiciais e a própria dependência do poder público. Os problemas se agigantaram, com fraudes e desvios de finalidade, até que o governo elaborou a proposta do "Banco da Terra", com algumas alterações à anterior, destinando

financiamentos aos trabalhadores rurais para a aquisição de propriedade e infra-estrutura. Muitas críticas à proposta por parte das entidades dos trabalhadores rurais levaram a sua suspensão. Na seqüência, o governo lançou o “Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural”, dentro dos mesmos parâmetros dos anteriores, com ampliação para parcela maior do território brasileiro. Novamente foi comprovada a intenção da realização da “reforma agrária de mercado”, onde o controle da reforma agrária passava do poder público aos proprietários de terras, aumentando os preços da terra, transformando as improdutivas em ativos financeiros de alto valor, implicando no endividamento dos trabalhadores rurais.

É chegada a vez do II PNRA. O presidente Lula assumiu o poder com uma grande expectativa por parte dos movimentos sociais para a solução dos problemas agrários que mais afligiam o país: ausência de uma reforma agrária de fato, alta concentração fundiária, grilagem de terra, violência no campo e trabalho escravo. Tanto foi que João Pedro Stedile, líder do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em encontro com Lula, em julho de 2003, teria dito: "A reforma agrária é igual a futebol, e o time dos latifundiários vai ser derrotado. O governo joga no nosso time." (VEJA, 2003)

Mas a realidade e as estatísticas não deixam a torcida comemorar. E no jogo, mesmo com a prorrogação, o primeiro time ainda continua como favorito. Vamos buscar compreender essa circunstância pela análise do II PNRA, plano oficial adotado pelo governo Lula em 2003.

3.2 - A LÓGICA DO AGRONEGÓCIO SE INTERPÕE

Inicialmente, aquele que seria o II PNRA, foi encomendado à equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, que apresentou uma proposta cuja meta era assentar um milhão de famílias de trabalhadores pobres do campo de forma que pudessem ter uma renda compatível com uma existência digna. Essa meta deveria ser cumprida em quatro anos (2004 a 2007), com duzentas mil famílias assentadas anualmente, nos três primeiros anos, e quatrocentas mil no último ano. Além disso, estavam previstos a consolidação dos assentamentos, regularização dos quilombos, da situação dos atingidos por barragens, indígenas, pequenos posseiros, assistência técnica, extensão rural e capacitação, crédito agrícola, regularização fundiária e a

revisão dos índices de produtividade e da forma de pagamento dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), que camuflam e beneficiam os latifúndios improdutivos.

Segundo José Juliano de Carvalho Filho (REVISTA SEM TERRA, 2004), esse cálculo foi estimado sobre o público potencial da reforma agrária: um mínimo de 3,2 milhões de famílias (pobreza extrema) e um teto de cerca de 6 milhões de famílias composta de trabalhadores agrícolas sem-terra ou cujos estabelecimentos agropecuários não contam com terra suficiente para a sua manutenção. A estimativa de custo da proposta da Plínio Arruda Sampaio foi de R$ 24 bilhões para 4 anos, o equivalente a 24 mil por família, e necessidade de terra entre 35 e 46 milhões de hectares.

A proposta da equipe foi rejeitada e entrou em vigor uma nova versão oficial do II PNRA, com metas mais acanhadas, sendo a principal o assentamento de 400 mil famílias entre 2003 e 2006. De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 381.419 famílias foram assentadas entre 2003 e 2006 (BRASIL, 2007a) e 31,7 milhões de hectares incorporados à reforma agrária. Todavia, esses números estão recheados de incógnitas e discórdias.

Em 2006 o MDA anunciou o assentamento de 136.358 famílias. Um estudo de Ariovaldo Umbelino de Oliveira acusou equívocos nos números. Segundo ele, o que o ministério fazia era somar todas as metas do II PNRA daquele ano e divulgar como se fossem apenas assentamentos “novos”. Na reclassificação dos dados encontrou o seguinte resultado: 165 famílias em reassentamento fundiário, 31.120 em reordenação fundiária, 59.294 em regularização fundiária, e 45.779 em assentamentos novos. (RADIOAGÊNCIA NP, 2007)

O estado do Pará, recentemente, foi alvo da mídia pelos “assentamentos fantasmas” criados em 2006. A superintendência do INCRA em Santarém teria criado 107 assentamentos para beneficiar 33 mil famílias, tendo grande participação nas metas do INCRA. Porém, denúncias do Ministério Público Federal (MPF) e da organização internacional de defesa do meio ambiente Greenpeace, identificaram falta de laudo agronômico, licenciamento ambiental e cadastros adulterados. Para o procurador Delfino Moreira, “O INCRA assentou em áreas de interesse da indústria madeireira e não dos trabalhadores sem-terra. Várias áreas estão nessa situação, sem ninguém lá dentro, apesar de assentados estarem formalmente na lista de beneficiários da reforma agrária”. (AGÊNCIA BRASIL, 2007). Como resultado da

ação do MPF foram cancelados os 107 assentamentos no estado pela Justiça Federal.

Entre argumentações e contra argumentações por parte do governo, movimentos sociais e entidades ligados ao meio rural, é possível constatar que no nosso país muito ainda há que ser de fato reformado, especialmente quando observamos as discrepâncias entre o discurso e a prioridade na destinação dos recursos, as normas e legislações (ou no mínimo o cumprimento de parte delas), os números da concentração fundiária, os conflitos no campo e o número de famílias vivendo sob lona ou sem a devida infra-estrutura nos assentamentos existentes.

Oliveira concluiu que a política de reforma agrária do governo Lula consiste em não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la onde ela possa "ajudar" o agronegócio. (RADIOAGÊNCIA NP, 2007)

Essa informação é constatada pelo autor ao observar que nas regiões onde o agronegócio predomina – Sul, Sudeste e Centro-Oeste – foram assentadas apenas 23% das famílias no referido ano do estudo. No Nordeste foram 52% das famílias e no Norte 24%. Assim, frisa Oliveira: "A reforma agrária não é realizada porque o MDA/INCRA não quer desapropriar os grandes imóveis improdutivos destes estados para não 'desestabilizar o agronegócio'". (idem, ibidem)

A reforma agrária é colocada pelo autor também como instrumento para a ação criminosa de dilapidação do patrimônio público na Amazônia, através da grilagem de terras, com base nos recentes acontecimentos que vieram à tona na superintendência do INCRA no Pará, citado nos parágrafos anteriores.

Oliveira é contundente: "Enquanto isso o governo vai dando 'desculpas esfarrapadas' aos movimentos sociais e sindicais, que também já não acreditam mais nelas. Surge assim, um novo tipo de lógica entre o governo Lula e os movimentos sociais e sindicais: um finge que faz a reforma agrária, o outro finge que acredita" (idem, ibidem).

E nessa lógica, o fomento à política do agronegócio, que associa o grande capital agroindustrial à grande propriedade fundiária, se consolida, dando-se o ajustamento à ordem econômica mundial. Com isso, é notório no país o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria, o aumento na utilização dos insumos agrícolas industriais, a mecanização, a intensificação das políticas agrícolas, mais uma vez em detrimento das políticas agrárias, e com a valorização dos patrimônios territoriais.

Para Delgado (2005: 52), o próprio governo que adota o PNRA promove uma intensa política de promoção do capital financeiro na agricultura nos moldes do ajustamento constrangido. Segundo o economista, a definição de “expansão constrangida” deriva do crescimento econômico do agronegócio e de outros setores exportadores líquidos, sem encadeamento à demanda interna (idem, ibidem: 51). Assim, as condições essenciais que hoje garantem a estratégia do agronegócio no Brasil são: restrição à expansão da demanda interna do conjunto da economia, restrição à incorporação da massa de trabalhadores do setor de subsistência ao projeto de desenvolvimento rural e a frouxidão da política fundiária.

O crescimento da demanda interna afetaria de forma negativa os saldos comerciais externos, assim, nos parâmetros atuais, só é conveniente que haja crescimento em alguns setores, aí incluído o setor primário da economia, pelos baixos requerimentos de importação. Quanto à limitação das oportunidades de emprego, é conhecido o baixo grau do padrão ocupacional da força de trabalho no sistema de produção de commodities, por outro lado, a força de trabalho do espaço rural tradicional só aumenta. Acrescida da população de pequenos municípios de até 20 mil habitantes representou no Censo de 2000 aproximadamente 35% da população nacional. A frouxidão da política fundiária acontece através da incapacidade de fiscalizar e regular o mercado de terras no que diz respeito à aplicação do princípio da função social da propriedade fundiária. (idem, ibidem)

Poder judiciário: cerca para os sem-terra

O direito de propriedade fundiária vinculada a sua função social está amparado pela Constituição Federal, em seu Artigo 5º (XXII e XXIII) e nos artigos 184 e 186, posteriormente regulamentados pela Lei Nº 8.629/93. Aí está expressa a base normativa para o Poder Executivo regular o sistema fundiário brasileiro.

Porém, outras regulações terminam por dificultar o cumprimento no disposto na lei maior. É o caso da Medida Provisória Nº. 2.027/98 que proíbe vistorias públicas em áreas ocupadas por sem terras, sendo que para o Poder Judiciário este instrumento é fundamental no acolhimento das ações de desapropriação impetradas pelo Executivo.

Recentes decisões judiciais questionam a legitimidade do INCRA no que tange ao patrimônio da União. No argumento da decisão de um magistrado, em

Sinop (MT), sobre processo de reintegração de posse de uma fazenda onde o INCRA havia assentado 30 famílias, consta: “Como autarquia federal dotada de personalidade jurídica e de patrimônio autônomo e distinto da União, não tem legitimidade (nos processos relacionados a bens da União) (...)” (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2008). Tais decisões, que vêm se repetindo em vários estados da federação, inclusive no estado de Rondônia, estão baseadas em entendimento do Poder Judiciário de que cabe à Advocacia Geral da União (AGU) e não ao INCRA o direito de requerer e reivindicar tais terras, tornando assim os processos ainda mais morosos.

Fernandes avalia que “Na última década, o espaço político mais utilizado é o Poder Judiciário. Recentemente tem ocorrido uma verdadeira judiciarização da luta pela terra, em que o Poder Judiciário se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra” (FERNANDES, 2008). Termina assim prevalecendo o princípio de direito que confere legitimidade ao direito de propriedade no Brasil. Segundo Delgado, “Nesse vácuo jurídico-administrativo penetra a estratégia do capital financeiro para acumular e valorizar patrimônio fundiário, legalmente definido como improdutivo”. (DELGADO, 2005: 66)

Acrescente-se a isso o fato de que os Títulos da Dívida Agrária (TDA’s) resultantes dos processos de desapropriação passaram a ser supervalorizados, com alta liquidez, como no caso emblemático ocorrido recentemente em Rondônia, chegando à fase de execução na 3ª Vara da Justiça Federal do estado ação de indenização contra a União, movida por particular, referente a uma área de 17.280 hectares, no município de Cujubim (RO), na gleba Jacundá, no valor atualizado de aproximadamente R$ 372 milhões. O valor considerado pelo INCRA como “justo e adequado ao mercado”, de acordo com a Tabela Referencial de Preços do órgão, seria de aproximadamente R$ 32 milhões. Em torno do montante apurado no Poder Judiciário diversos interesses se aglutinaram formando um consórcio de bancos e grandes empresas. (JORNAL FOLHA DE S. PAULO, 2008)

O custo final dessas desapropriações tem criado um mercado paralelo para a grande propriedade e um ônus desmesurado à dívida fundiária, invertendo assim o sentido do gasto social, onde são valorizados os latifúndios improdutivos e ainda lhes garantindo generosa renda de juros sobre o principal, indexado à inflação ao longo de todo o período de resgate.

3.3 - O CAMPONÊS NO CENTRO DO DEBATE

Além dos aspectos políticos e econômicos, o agronegócio comporta em si um forte componente ideológico, na avaliação de Bernardo Mançano Fernandes. Como palavra nova, ele é também "uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista, já que o latifúndio carrega em si a imagem da exploração, trabalho escravo, concentração da terra, do coronelismo, clientelismo, atraso político e econômico" (FERNANDES, 2006:54). É uma forma, portanto, de camuflar o lado negativo ao apresentar os aspectos da produção e assim manter intocada a estrutura agrária vigente. "É um novo tipo de latifúndio, não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento", complementa o autor. Assim perdura o enorme contingente de excluídos do meio rural e urbano: sem terra, sem emprego, campesinato com renda monetária de subsistência, sobrevivendo em minifúndios ou posses rurais precárias.

As formas de abordagem dos assuntos afetos à questão agrária podem se diferenciar, enquanto questão política, compondo no contexto da análise, os aspectos ideológicos a ela inerentes. Fernandes classificou em dois grupos, os paradigmas que disputam a explicação da questão agrária, desde a década de 1990: (FERNANDES, 2006:51)

No "Paradigma do capitalismo agrário", o entendimento é no sentido de que o fim do campesinato não implica no fim do trabalho familiar na agricultura. Nesse grupo, o conceito de agricultor familiar é utilizado como eufemismo ao conceito de camponês, que é classificado como atrasado e, em contrapartida, o agricultor familiar é tido como moderno. É um processo que tem impingida uma mudança ideológica, onde o camponês é levado a abandonar sua história de luta e resistência para se adequar e se conformar à lógica do mercado. Contestações ao capitalismo, como as ocupações de terra, não são bem vindas uma vez que lhe atingem o âmago do sistema. Ao capitalismo interessa apenas a condição de produtor de mercadorias ao camponês, e não um produtor de conhecimentos avessos aos princípios do capital. (idem, ibidem)

O segundo grupo, denominado "Paradigma da questão agrária", não se limita à lógica do capital, vislumbra a perspectiva de seu enfrentamento e defende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. "É fato que o capital, ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho camponês gera a

diferenciação e a destruição do campesinato. Mas igualmente é fato que ao capital interessa a diferenciação desse processo para o seu desenvolvimento", afirma o autor. Para o capital a apropriação da renda pode ser mais interessante do que o assalariamento. Nessa perspectiva, o arrendamento é uma possibilidade de recriação do campesinato, juntamente com a compra ou ocupação da terra.

Moura (1986:19) afirma que o campesinato desempenha um contraditório papel: resiste em desaparecer e é ao mesmo tempo, resultado do próprio capitalismo que não o extingue, e conclui: "Este não só extrai sobretrabalho dos operários, como também o capta onde é possível". Isto nos remete ao pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira que, nas palavras de Paulino (FERNANDES ET AL, 2007:349), "conseguiu mostrar que o campesinato, antes de desaparecer, é recriado no interior das contradições geradas pelo próprio capitalismo". Como classe *sui generis*, como coloca a autora, a classe camponesa controla, ao mesmo tempo, a força de trabalho e os meios de produção, e é na terra, seja lutando por ela ou nela produzindo, que o camponês vem reafirmando sua existência no capitalismo. A autora complementa sobre Oliveira, "ele tem demonstrado que esses camponeses produzem grande parte dos alimentos, geram a maior parte dos empregos, pagam a maior parte dos impostos que recaem sobre a propriedade rural, embora fiquem com uma ínfima porção das terras e dos recursos disponibilizados por políticas públicas".

Oliveira (TERRA LIVRE, 2003) derruba mitos em relação à pequena e à grande propriedade rural, com menos de 200 hectares e mais de dois mil, respectivamente, segundo o qual cabe à primeira uma participação mais expressiva na produção agropecuária do país já que elas produzem mais em volume de produção, especialmente lavouras permanentes, temporárias e pecuária. O latifúndio ganha apenas na silvicultura, graças às políticas de incentivos fiscais para a área. E também, as pequenas unidades geram mais renda no campo, ficando com 56,8% do total geral. Ao demonstrar os equívocos da política nacional de valorização do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, Oliveira alerta para a vulnerabilidade do país em sua soberania alimentar, uma vez que está direcionando a produção para "quem paga mais, não importa onde esteja". Como prova disso lembrou que o Brasil está tendo que importar arroz e milho.

Considerando que a reprodução do campesinato no Brasil tem forte expressão na ocupação direta das terras ociosas e na luta explícita pela reforma agrária no país, o crescimento dos conflitos no campo, em pleno século XXI - 556

registrados em 2000, 681 em 2001 e 743 em 2002 -, é apontado pelo autor como a prova da resistência dos camponeses e a continuidade de sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil.

Quando observamos as particularidades do camponês, temos aqui especificamente que nos voltar para o espaço amazônico. Silva (2007:289) chama a atenção para o fato de que o camponês deve se visto em seus diferentes espaços: campo, floresta e, inclusive, água. Não cabe uma compreensão única. “Campos e florestas são territórios que se configuram como feições do agrário, do rural amazônico, mas que em sua forma de ser apreendido no espaço produzido, serão expressões de processos de territorializações específicas”. (SILVA, idem: 292)

E em cada um desses espaços, novas diferenciações se fazem notar. Em seu estudo sobre o processo migratório para a Amazônia no ciclo da borracha da década de 1940, Silva (2000:74) ressalta:

> “A primeira idéia que se tem é a de considerar que os seringueiros são todos iguais enquanto categoria. Mas nas primeiras entrevistas aparecem as diferenças entre o seringueiro amazônida e o “soldado da borracha”. São diferentes na maneira de trabalhar, nas concepções de ambiente, e na maneira de como se organizam enquanto comunidade.” (SILVA, ibidem)

E no tocante à questão agrária essas especificidades também são notadas. Silva (2007: 301) adverte que a luta travada pelos camponeses tem no espaço amazônico suas peculiaridades: “são as lutas dos seringueiros e depois ampliadas com a questão indígena (‘os povos da floresta’) que mostrarão ‘ser’ a floresta um espaço produzido e que, no âmbito da questão agrária, carece de tratamento próprio”. (idem, ibidem)

A importância da observação das especificidades do camponês, do ponto de vista pragmático, tem reflexos claros quando aproximamos o foco da análise para o estado de Rondônia. Antes de compreendê-las, torna-se pertinente abordar o processo de colonialização ocorrido no Estado.

3.4 –FOCO EM RONDÔNIA

No processo de colonização oficial, desencadeado em Rondônia pelo INCRA nos anos 70, como parte integrante do Plano de Integração Nacional (PIN), implementado pelo Governo Militar no mesmo ano, a ocupação do Estado foi viabilizada pela abertura da BR-364, facilitando o acesso do fluxo de camponeses

expropriados pela modernização agrícola em curso nas regiões Sul e Sudeste do país, resultado da Revolução Verde na agricultura. Assim, pavimentaram-se as condições para a implantação dos Projetos Integrados de Colonização (PIC).

O primeiro deles, o PIC Ouro Preto, foi criado em 1970, em uma área de aproximadamente 500.000 ha (quinhentos mil hectares), onde foram assentadas cerca de 5.000 (cinco mil) famílias, que influenciou na formação dos municípios de Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste. O segundo foi o PIC Sidney Girão - PICSG, criado em 1971, no município de Guajará Mirim, assentando cerca de 700 famílias. O terceiro foi o PIC Gy-Paraná - PICGPN, criado em 1972, com o assentamento de quase cinco mil famílias. A sua sede deu origem à cidade de Cacoal. O quarto foi o PIC Paulo Assis Ribeiro – PICPAR, criado em 1973, no Município de Guajará Mirim, responsável pelo assentamento de mais de três mil famílias, com sua sede vindo a se transformar no município de Colorado D'Oeste. Por último, o PIC Padre Adholpho Rolh - PICPEAR, criado em 1975, foi responsável pelo assentamento de quase quatro mil famílias e sua sede deu origem à cidade de Jarú.

Além dos PIC's, existiam outras modalidades de projetos de colonização: os Projetos de Assentamento Dirigido – (PAD's) e o Projeto de Assentamento Rápido (PAR). Nos PAD's havia especificação da atividade produtiva que o colono deveria desenvolver aliada a uma comprovada capacidade financeira do mesmo. O PAD Burareiro – PADBUR foi criado em 1974, no município de Porto Velho, assentando mais de 1.500 famílias. Em 1978 foi criado o PAD Marechal Dutra - PADMD, em Ariquemes, com o assentamento de mais de 4.500 quinhentas famílias.

Como o governo não conseguia atender à demanda proveniente dos processos migratórios, criou o Projeto de Assentamento Rápido (PAR), assentando mais de doze mil famílias, nos anos de 1981 e 1982, no qual o órgão não provia a infra-estrutura, somente a demarcação das terras, seleção das famílias, distribuição dos lotes e titulação dos assentados.

Amaral (2004:46) apresenta alguns elementos constitutivos do processo de colonização agrícola da Amazônia nesse período, consubstanciado em Tavares dos Santos. Entre esses elementos têm destaque: a disponibilidade de terras devolutas; a ação estatal na implantação das colônias; a migração induzida proveniente das regiões Centro-Sul e Nordeste do País; a institucionalização da propriedade privada (a uma seleta minoria de colonos); a implantação do regime de caráter disciplinar

sobre os colonos garantindo a reprodução social das colônias e; a criação e manutenção de exclusão social produzida nas novas terras.

Esse processo de produção do espaço agrário que teve o Estado como protagonista e o camponês como peça do jogo, efetivou novas esferas de poder local e contribuiu para a construção de uma nova ordem territorial em Rondônia, mantendo o camponês excluído das transformações que incidem sobre a estrutura fundiária e sobre as relações de trabalho. Uma constatação disso é o fato de que, no período de 1973 a 1985, 110 mil famílias chegaram a Rondônia para os projetos de colonização do INCRA, e somente 30 mil tiveram acesso. (AMARAL, ibidem: 60)

A ideologia da colonização, do ponto de vista do Estado, dos grupos e classes dominantes, na estratégia posta em prática pelas elites no processo de expansão das relações capitalistas na região Amazônia, foi assim expressada:

> "O que caracterizou a Bandeira, quando os seus integrantes passaram a se fixar no solo, foi a pequena propriedade e não o latifúndio, típico da economia litorânea. A marcha para o Oeste deve, portanto, retomar o princípio da pequena propriedade, sem, entretanto, atentar contra a grande, nem contra a hierarquia das classes, essencial à manutenção da sociedade. (HÉBETTE; ACEVEDO, 1979, P. 161, *apud* AMARAL, ibidem: 65/66)

Coube assim ao camponês expropriado uma realidade adversa a seus interesses e modo de viver. Especialmente na perspectiva dos que vieram de vários pontos do país e se dedicaram à lavoura do cacau, cafeicultura, pecuária de corte e leite, a floresta representava um obstáculo, e os esforços eram feitos no sentido de reproduzir nesse novo espaço os modos de viver correspondentes as suas origens. Tarefa hercúlea, incentivada pelo Governo Federal, cujos resultados por vezes se traduziam em adaptação, mas em grande parte refletiam os equívocos do plano.

Em Cemin (1992:184) encontramos uma investigação sobre a hipótese de uma relação de estranhamento do campesinato do Sul, Sudeste e Nordeste para com a floresta tropical, mais precisamente por ocasião do processo de colonização do Estado. O pressuposto da autora é que nessa relação de estranhamento, com a transferência de um campesinato oriundo de regiões com agricultura mecanizada para uma área de floresta tropical, ocorreria uma ação inversa do meio ecológico sobre o homem, traduzindo-se em um empobrecimento duplo: do homem e da natureza.

Seu vínculo se estreitava com a terra através da derrubada da floresta, já que a posse era estabelecida pelo desmatamento, considerado até oficialmente como uma benfeitoria pelo INCRA. Mas a terra cultivada era fértil apenas na fase inicial, já que tinha seu solo empobrecido pela carência de nutrientes provocada pelos desmates e queimadas, obrigando o camponês a ampliar a derrubada da floresta, perpetuando assim o ciclo do empobrecimento.

Cemin (ibidem: 266) destacou que as relações do colono com o meio ambiente amazônico foram marcadas pela ambigüidade, caracterizada nas relações de reencontro com as condições de reprodução social, representada pelo acesso à terra virgem na qualidade de proprietário e pelas relações de estranhamento, expressas em inúmeras perdas materiais e simbólicas. Perdas características dos processos de desterritorialização enfrentados pelos migrantes.

Assim, defrontamo-nos com a constatação de que as especificidades do camponês são, sobremaneira, desconsideradas nas intervenções fundiárias, podendo sua unidade de produção ora estar representada pelo lote do colono, ora pela colocação do seringueiro, ora pelo no espaço ribeirinho. E seu modo de viver compreendido como rural, independente dele se dar no campo, na floresta ou às margens dos rios.

Nos tempos idos do desenvolvimentismo, expansão da fronteira agrícola, ocupação dos “vazios demográficos”, avanço das relações capitalistas para a região Norte, o Governo Federal atribuiu um papel ao camponês vindo das regiões Centro-Sul e Nordeste do País, de desbravador, conquistador do Oeste, aquele que garantiria o domínio da nação tendo como recompensa sua autonomia e a propriedade da terra tão sonhada, vista como um dos principais meios de se garantir a sobrevivência ou mesmo o poder, ao tempo em que desprezava e até exterminava as populações autóctones. Agora, em tempos de “desenvolvimento sustentável”, o discurso se inverte, sendo atribuído ao camponês o papel de grande vilão do passado, convencionalmente condenado como predatório, passando a disputar o pódio da devastação com os grandes pecuaristas e madeireiros.

Nesse momento, entram em cena novas políticas públicas com uma visão da floresta tropical não mais como um obstáculo ao desenvolvimento, mas com possibilidades de conciliação, “obedecendo-se” a lógica do mercado. Nas novas intervenções planejadas, o camponês volta a ser peça chave no cenário, e passa a ser incluído no discurso, porém termina por dar lastro às pretensões do avanço das

relações capitalistas para a região, já que sua inclusão está predominantemente cumprindo a função de polir o discurso com sua nova faceta e assim represar as pressões sociais.

A presença do camponês é marcante no PNRA do governo atual: nas metas de assentamento, na regularização das pequenas posses, reconhecimento de populações tradicionais, reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas. Diz o texto do programa: “O PNRA reconhece a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade.” E, após afirmar que o programa expressa uma visão ampliada de Reforma Agrária que pretende mudar a estrutura agrária brasileira, mais adiante conclui: “A dimensão social da Reforma Agrária se combina com importantes implicações macroeconômicas por meio da inclusão de agricultores excluídos do circuito econômico, da geração de milhões de novas ocupações, da utilização de terras que não cumprem sua função social e da ampliação da produção de alimentos”. (BRASIL, 2003a)

Como se não bastasse o caráter residual da reforma agrária no II PNRA, que se propôs a assentar 400 mil famílias em quatro anos, frente a um público potencial de 6 milhões, coube aos Estados da Federação elaborar seus próprios Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA), adotando o discurso da essencialidade de incorporar nas políticas para a área as especificidades locais. Passemos então a um exame do PRRA do Estado de Rondônia, instrumento que abarca a proposta de assentamento objeto deste estudo: o Projeto de Assentamento Florestal (PAF).

3.4.1 - O Plano Regional de Reforma Agrária

O Plano Regional de Reforma Agrária do Estado de Rondônia (PRRA/RO), lançado em junho de 2005, foi elaborado a partir de um seminário organizado pela Superintendência do INCRA no estado, com base em diretrizes e um roteiro emanado de Brasília, em fevereiro de 2004. No evento estiveram representantes das organizações de trabalhadores rurais sem terra, proprietários rurais, instituições públicas federais e estaduais e outras entidades ligadas ao meio rural. Entre as diretrizes constavam a democratização do acesso à terra, desenvolvimento rural,

universalização do acesso a direitos constitucionais, desenvolvimento territorial e a melhoria da oferta de alimentos.

O documento ressaltou que a reforma agrária, como parte integrante do desenvolvimento territorial, deve levar em conta a diversidade, as características e as potencialidades de cada um dos sete territórios identificados no Estado, a saber: Madeira Mamoré, Vale do Jamari, Central, Região da BR-429, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Cone Sul, além das recomendações do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia, considerado como instrumento balizador das ações de assentamento e regularização fundiária.

Na situação fundiária apontada pelo documento, Rondônia possui uma superfície de 23.851.128 hectares, dos quais 28,18% estão cadastrados, 34,95% são Unidades de Conservação e 36,87% não estão cadastrados, excetuando-se os ocupados por aglomerados urbanos, rios, estradas etc.

O Estado possuía a seguinte configuração:

Tabela Nº 1 - Situação fundiária do Estado de Rondônia segundo a categoria de imóvel rural

Minifúndio		**Pequena Propriedade**		**Média Propriedade**		**Grande Propriedade**	
N.º de imóveis	Área (ha)	N.º de imóveis	Área (ha)	N.º de imóveis	Área (ha)	N.º de imóveis	Área (ha)
38.467	999.972,000	25.149	2.607.269,400	4.017	318.935,500	1.344	2.796.494,000

Fonte: PRRA/RO - Dados extraídos do SNCR - imóveis cadastrados, em 08/04/2004

Eram 68.977 imóveis cadastrados no SNCR, totalizando 6.722.670 ha, correspondendo a 28,18% dos 23.851.280,0000 ha de superfície territorial do Estado de Rondônia.

A estimativa era de que houvesse um estoque de 9,72 milhões de hectares de terras públicas federais em Rondônia sem destinação formal e legal, apesar de ocupadas ou pretendidas por terceiros privados. Outra condição alarmante é que a situação da Faixa de Fronteira é desconhecida, sabendo-se somente que grande parte dela é destinada a unidades de conservação.

As áreas destinadas a assentamento rural em Rondônia, a partir de 1970, foram obtidas da seguinte forma: 70% em terras antes devolutas e que foram

arrecadadas em nome da União; 29% em terras desapropriadas; e cerca de 1% nas demais modalidades de obtenção.

As áreas que o INCRA dispõe atualmente para destinar são lotes vagos, terras ocupadas irregularmente nos projetos de assentamento e em terras da União, sendo os casos mais freqüentes a venda e/ou ocupação irregular de lote, adquirentes ou ocupantes que não preenchem os requisitos do processo seletivo, assentados que adquirem outros lotes e terceiros que adquirem vários lotes.

O documento já chamava a atenção para a necessidade da realização de levantamento de campo de todas as terras públicas localizadas nas subzonas 1.1 e 1.2 do zoneamento, para que as posses não passíveis de regularização fundiária sejam reintegradas à União para destinação à reforma agrária, porém, adverte que tais reintegrações só devem ocorrer pela via judicial, através de processo "moroso como de costume". (BRASIL, 2005a:41)

Na situação fundiária do Estado de Rondônia há outra situação específica, relacionada aos Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP's), Contratos de Concessão de Terras Públicas (CCDTP's) e Contratos de Promessa de Compra e Venda (CPCV's). Esses contratos foram resultado de licitações públicas de terras promovidas no Estado, quando se destinou mais de 1,5 milhões de hectares em unidades entre 200 a 3.000 hectares cada, para implantação de médias e grandes empresas rurais. Dessa forma foram destinadas as glebas Corumbiara, Burareiro Licitação, Garças, Baixo Candeias e Igarapé Três Casas[18].

Os CATP's e CCDTP's foram os instrumentos de domínio expedidos pelo INCRA para as áreas alienadas através de licitação pública sem preferência. Os CPCV's foram expedidos em áreas licitadas com preferência para quem detinha posse. Esses contratos tinham condições resolutivas que, se não cumpridas, as terras poderiam voltar para o patrimônio da União, porém essas ações demandam processos judiciais demorados.

[18] Nessa última, onde se localiza o acampamento Flor do Amazonas, o INCRA foi imitido na posse em decisão da Justiça Federal, nesse ano, e está realizando o cadastramento de famílias para os três recentes assentamentos criados no local: Flor do Amazonas I, II e III. Mesmo com a decisão favorável ao INCRA, o Poder Judiciário estadual continuou a autorizar reintegrações de posse no local, em favor de particulares, intensificando os conflitos já existentes.

Segundo Cardim, esses contratos representam um incentivo à especulação fundiária, já que foram destinadas grandes extensões de terras para grandes grupos econômicos sem vinculação com a atividade rural. (CARDIM et al, 1995:2)

Outra possibilidade para destinação à reforma agrária são as pequenas porções de terras devolutas em processo de arrecadação (cerca de 150.000 ha), que estão ocorrendo através do INCRA, por se encontrar na faixa de fronteira, e determinadas terras localizadas fora da faixa de fronteira que o órgão está questionando na justiça vícios de origem da cadeia dominial.

O INCRA tem também criado projetos de assentamento em terras da União ocupadas. Trata-se mais de um processo de regularização, para inclusão do público dotado do perfil de beneficiário da reforma agrária

A grande dificuldade atual, abordada no PRRA/RO, está relacionada à proibição de se criar assentamento em terras florestadas e em áreas cuja floresta esteja em avançado estágio de regeneração[19]. Para atender ao público ligado à tradicional agricultura e pecuária, só se pode utilizar área com expressivo nível de antropização, o que ocorre se a terra já estiver sendo explorada, ocupada por conta e risco dos interessados. O documento alega ser contraditória a proibição uma vez que qualquer proprietário de imóvel rural na Amazônia pode licenciá-lo para explorar com corte raso até 20% da área e questiona: “Por que não haver assentamento em terras públicas florestadas, permitindo a exploração com agropecuária em 20%, como pode ser feito nas propriedades privadas?” (BRASIL, 2005a: 11)

Como a lei permanece inalterada, o órgão só vislumbra os assentamentos agro-extrativistas e florestais, como a modalidade do Projeto de Assentamento Florestal, com o porém de que os potenciais beneficiários desses modelos alternativos têm que possuir perfil e/ou capacitação nessas atividades, o que não é o caso do público-alvo da reforma agrária em Rondônia.

Dificuldades à parte, o Plano estabeleceu, orientando-se pelo Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, suas ações estratégicas para os projetos de assentamento, regularização fundiária, crédito, capacidade operacional do órgão, universalização do acesso aos direitos constitucionais.

Vejamos no quadro a seguir um comparativo entre as metas estabelecidas no PRRA/RO e os resultados obtidos nas gestões dos anos 2004 a 2007, tendo em vista que o mesmo se baseou no PPA 2004-2007. Lembramos que o PRRA/RO foi

[19] Lei Nº 4.771, de 15/09/1965, Art. 37.

orientado pelas diretrizes e metas do II PNRA que, por sua vez, já estava bem aquém da demanda do país.

Quadro Nº. 01 - Principais ações e metas do PRRA/RO e resultados das gestões do INCRA em 2004, 2005, 2006 e 2007

ATIVIDADE	PRRA/RO (meta)		2004 (Executado)		2005 (Executado)		2006 (Executado)		2007 (Executado)	
	Quant.	Valor (R$)	Quant.	Valor (R$)	Quant.	Valor (R$)	Quant.	Valor (R$)	Quant.	Valor (R$)
Implantação de projetos de assentamento										
Assentamento de Famílias	2.900	-	1.980		1.735	-	1.007	-	1.037	-
Licenc. Ambiental de PA´s	44 PA's	1.100.000,00	0	0	06 LP/09LIO	-	07 LP/09 LIO	-	0	0
Obtenção de imóveis	20.000 ha	24.000.000,00	0	0	1.864,4146 ha	120.762,86	1.470,2912 ha	52.394,92	0	0
Demarcação de parcelas	2.900 lotes	1.885.000,00	0	0	0	0	0	0	-	-
Prestação de Serviços de ATES	3.500 famílias	1.400.000,00	0	0	1.185 famílias	770.197,70	1.185 famílias	1.157.534,87	1.211* 448**	1.918.089,10
Construção de Estradas	813 km	28.455.000,00	205 km	4.496.784,00	177,5 km	2.543.086,40	127,9 km	1.584.746,36	233 km	4.399.472,24
Concessão de Crédito (Instalação.)	7.500 famílias	26.250.000,00	834 famílias	1.745.500,00	559 famílias	1.890.200,00	308 famílias	2.118.000,00	1.387 famílias	4.755.200,00
Titulação, concessão e destinação			0	287.716,92	0	0	0	0	0	30.613,84
Desenvolvimento/Recuperação de Projetos de Assentamento										
Prestação de Serviços de ATES	27.000	10.800.000,00	27.368 famílias	2.491.282,71	24.075 famílias	9.632.898,71	22.880	1.932.508,57	11.355	1.387.350,58
Construção de estradas	1.720 km	60.200.000,00	180 km	2.700.199,00	68,97 km	1.110.441,33	84,7km	634.900,00	-	-
Recuperação de Estradas	1.310 km	13.100.000,00	0	0	0	0	-	-	132,5	2.437.927,69
Crédito (recuperação)	1.650 famílias	8.250.000,00	755 Famílias	4.731.500,00	134 famílias	754.000,00	533	4.091.400,00	1.245	4.189.400,00
Regularização Fundiária										
Regularização fundiária (emissão de títulos)	5.000 (em 2006)	-	0	-	0	100.749,00	-	731.160,41	0	0
Georreferenciamento de parcelas	5.000	1.000.000,00	668 parcelas	373.896,63	0	27.713,05	-	169.753,71	0	77.917,94
Universalização do acesso aos direitos constitucionais										
Formação de profissionais em Pedagogia da Terra	60 pessoas	180.000,00	60 (em andamento)	-	60 (em andamento)	-	60 (em andamento)	-	60 (conclusão do curso)	-
Alfabetização de Jovens e adultos	3.400 pessoas	1.700.000,00	1.060 pessoas	422.988,78	2.616 pessoas	1.518.865,90	1.700	868.353,15	1.790	70.000,00
Formação téc. de nível médio	4.000 pessoas	1.224.000,00	81 pessoas	-	81 pessoas	-	141	-	141	506.461,50
Especialização de profissionais em Educação do Campo	40	36.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento, demarcação e titulação de quilombolas	03 comunidades reconhecidas	204.000,00	-	-	02 comunidades identificadas	28.756,91	-	56.830,59	0	14.840,62
Paz no Campo (Cestas básicas e outras ações)	100% famílias	0	4.110 Famílias	51.623,85	2.861 Famílias	15.695,00	2.883 Famílias	219.974,84	2.878 famílias	37.729,85
Documentação - Trabalhadora Rural	13.000 documentos	0	5.913 documentos	-	16.112 documentos	57.234,52	14.192 documentos	52.245,84	-	-
Reestruturação do quadro funcional e da estrutura física e material		**5.825.200,00 (69 novos servidores)**		**1.345.955,51**		**2.089.727,80 (07 novos servidores)**		**2.062.653,69 (35 novos servidores)**		**2.202.444,41 (Capacitação (193 servidores)**
Total de Recursos ***		**213.704.300,00**		**19.926.317,24**		**22.784.251,78**		**20.746.516,65**		**25.757.095,86**

Fonte: PRRA/RO, Demonstrativo Físico e Orçamentário da Programação Operacional 2004, Relatórios de Gestão: 2005, 2006 e 2007, Relatório Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural 2004 e 2007

Elaboração: Machado, Jeanne M. (2008)

* Famílias atendidas de janeiro a maio/2007 – Motivo: suspensão de contrato

** Famílias atendidas de julho a dezembro/2007

*** O Total de Recursos constante na coluna do PRRA refere-se à programação geral de recursos estabelecida no Plano, enquanto nas colunas referentes às gestões 2004 a 2007, estão registrados os recursos efetivamente aplicados pela Superintendência do INCRA/RO que, por sua vez, não necessariamente refletirão a soma dos resultados das atividades, tendo em vista este quadro apresentar uma seleção dessas atividades, com foco nas finalísticas.

Na elaboração desse quadro comparativo selecionamos algumas atividades estabelecidas no plano - com foco em seu caráter finalístico para o atendimento das atribuições de reforma agrária e regularização fundiária - e os recursos globais programados e efetivamente executados.

Dentre eles podemos observar que no item “Obtenção de Imóveis”, dos 20.000 hectares programados para atender ao assentamento de trabalhadores rurais sem terra, foram executados 3.334,7058, através de ações de desapropriação de três imóveis (fazendas Colorkit e Tupi I e II), apenas 16,67% da meta.

O licenciamento ambiental dos assentamentos também demonstra ser um grande gargalo para o órgão. Dos 44 programados, foram obtidas apenas 18 Licenças para Instalação e Operação (LIO). Entre os entraves apontados sempre figura a ausência de recursos ou liberação fora dos prazos necessários para o cumprimento das ações.

O Programa de Assessoria Técnica para os Assentamentos (ATES) superou a meta do PRRA, porém sempre esteve condenado à descontinuidade e instabilidade, com problemas freqüentes como o atraso na liberação de recursos financeiros e carência de infra-estrutura. Como as atividades do programa são terceirizadas entre operadoras que realizam o trabalho de campo (EMATER, Milênio, COOTRARON) e de consultorias (Fundação Rio Madeira e IEPAGRO), o INCRA sempre fica refém da estruturação, capacidade técnica e operacional das mesmas, levando ora à paralisação do programa, ora à reativação com recursos reduzidos.

No quesito infra-estrutura, especialmente a construção e recuperação de estradas de acesso aos assentamentos, observamos uma demanda por ocasião da elaboração do PRRA/RO de 3.843 km de estradas e a execução de 1.209,57 km no período.

A aplicação de créditos nos assentamentos, nas fases de instalação e recuperação, esteve mais próxima de atender à meta. Do programado (R$ 34.500.000,00) foi executado R$ 24.275.200,00, o equivalente a 70,36%. Os relatórios enfatizam com freqüência os problemas na aplicação desses recursos, uma vez que as normas referentes à atividade exigem que os créditos sejam aplicados através de grupos e/ou associações de assentados, o que esbarra nas dificuldades de capacitação e gerenciamento por parte do público e de operacionalização pelo INCRA, que precisa enviar muitos técnicos a campo para as capacitações, orientações, acompanhamentos e fiscalizações.

A regularização fundiária apresenta um quadro mais caótico, especialmente após as normas exigirem o georreferenciamento dos imóveis e o Governo Federal não proporcionar as condições para que isso se efetivasse. Dessa forma, a meta de regularizar 5.000 posses, somente em 2006, e georreferenciar 5.000, teve o pífio resultado nos quatros anos, de georreferenciamento de 668 parcelas (2004) e nenhum título.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) teve um desempenho além do estabelecido no PRRA/RO, ultrapassando a meta de R$ 3.140.000,00 em investimentos nas atividades de alfabetização de jovens e adultos, ensino médio (técnico agrícola e agropecuário), especialização dos professores e o curso superior de Pedagogia da Terra. Nos quatro anos foram investidos R$ 3.386.669,33, com o cumprimento de 107,85% da meta.

Ao lado do PRONERA, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural também teve um desempenho que superou as expectativas do PRRA. A meta de 13.000 mulheres documentadas foi ultrapassada com a emissão de 36.217 documentos no período.

Para o Programa Brasil Quilombola, o PRRA previa o reconhecimento de duas comunidades. Esse número aumentou com a obtenção das certidões de auto-reconhecimento por outras quatro comunidades junto à Fundação Palmares. Assim, a meta inicial de titulação de terras para duas comunidades, além de defasada, não pôde ser cumprida devido aos trâmites complexos que sua finalização requer, sujeitando-se a contestações dos confrontantes, demais órgãos públicos, entidades etc., escapando assim da jurisdição completa do órgão.

O Programa Paz no Campo que realiza atividades de prevenção a conflitos sociais no meio rural, como reuniões, acompanhamento de audiências, de ações de reintegração de posse e mediações em geral, teve as ações de assistência social, técnica e jurídica às famílias dos acampamentos de trabalhadores sem terra restritas ao fornecimento de cestas básicas, e de forma descontinuada. Como se pôde observar, o objetivo de dar assistência a 100% das famílias acampadas não foi atendido em nenhum ano, considerando a média anual de 5.000 famílias acampadas.

Enfim, ao observarmos o montante de recursos previstos no PRRA/RO, que se baseava não na demanda real do Estado, mas nas diretrizes emanadas do poder

central, chegamos ao pífio resultado de execução de 41,7% das metas estabelecidas para o quadriênio.

Para agravar o quadro, outras recomendações advindas do Plano, ainda não mensuradas, como a "redução de pelos menos 50% da comercialização de lotes em Projetos de Assentamento", também sinalizam um resultado desolador.

O PRRA/RO programava uma avaliação de seu cumprimento a cada seis meses com a participação de todos os atores participantes de sua construção - representantes da sociedade civil organizada e entidades públicas. Até a presente data, não se tem registro de realização de avaliações.

Como se pôde constatar, o discurso vai sendo minado nos planos e nas ações do cotidiano. Os escassos recursos destinados às ações essenciais são comumente cortados ou não encadeados no processo, de forma que, se há recurso para uma ação "fim", nem sempre há o correspondente recurso para as ações "meio" necessárias. A propaganda é grande, mas os números apresentados são ínfimos diante dos números globais de uma verdadeira "mudança na estrutura agrária brasileira".

Em recente artigo sobre as relações dos movimentos pró-reforma agrária com o governo federal foi apresentada a estratégia do governo para minar as forças das organizações do campo e fazê-las perder o poder de ação e reação:

> "Foram cooptando as organizações, facilitando a entrada nos cargos de último escalão, ensinando como elaborar os projetos e como acessar os recursos públicos. (...) Os projetos de assentamentos foram sendo questionados, os números foram sumindo dos sites oficiais, as metas não se realizavam, os percentuais reduzindo, os recursos minguando. (...) As lideranças sociais são bem recebidas, mas os processos continuam engavetados, as reuniões se multiplicam, os gestores esperam vencer os movimentos sociais pelo cansaço. A fraternidade foi minada pela desconfiança ou pela falsa confiança. (VIGNA, 2007)

Esse relacionamento tem seu ponto de apoio no Congresso Nacional. De acordo com o mapeamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) (COSTA; QUEIROZ, 2007), 120 parlamentares foram identificados como componentes da bancada ruralista, devendo priorizar, a partir de 2007, as pautas do setor empresarial rural. Enquanto isso, a bancada sindicalista, com 63 parlamentares, perdeu na última legislatura seis de seus mais atuantes representantes. (CONGRESSO EM FOCO, 2008)

Integra a bancada ruralista, segundo o DIAP, "aquele parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou da área de agronegócios, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e nas manifestações de plenário".

Para Vigna, o governo prefere perder o apoio dos movimentos sociais do que o apoio da base de sustentação parlamentar. “Com o PAC o governo deixa claro o modelo que acredita”, afirmou.

Assim, prevalece a política do “faz de conta” na reforma agrária, anunciada por Ariovaldo Umbelino. Ou seja, como o governo aposta no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dando vazão à necessidade de expansão e acumulação do capitalismo, vai ampliando os espaços para a atuação do agronegócio, levando a reboque “com cabos sem resistência” os trabalhadores rurais e a agricultura familiar.

Regularização fundiária

Por falar em “cabos sem resistência”, fizemos uma breve abordagem no primeiro capítulo sobre a trajetória ambígua e instável da autarquia federal responsável pela execução das políticas de reforma agrária. Ao longo deste capítulo mencionamos diversos percalços na implementação das parcas políticas para a área, a começar pelos recursos incompatíveis destinados aos programas e a ausência de políticas efetivas para fiscalizar e fazer valer o cumprimento da função social da terra.

Cabe-nos também analisar outro aspecto importante da questão agrária: a regularização fundiária. Tamanhas são as indefinições na área - especialmente pelo fato de que o cadastro rural do INCRA se baseia em registros declaratórios de responsabilidade dos detentores de imóvel rural-, que instrumentos jurídicos estabeleceram a obrigatoriedade do georreferenciamento[20]. Porém, essa imperativa normatização não foi acompanhada da instrumentalização necessária para que o órgão responsável, o INCRA, cumprisse parte considerável da meta, conforme se verificou no quadro anterior.

[20] Lei Nº 10.267/2001, Decreto Nº 4.449/2002, Instruções Normativas Nº. 31 e 32/2006 e 42/2007.

As pequenas posses foram um instrumento utilizado para acesso à terra pelos camponeses que migraram para a região e não foram abarcados pelos projetos de colonização oficial do governo federal, já que a quantidade de parcelas disponibilizadas era bem inferior ao número de famílias que atenderam ao chamado, levando-os a buscar caminhos alternativos para garantirem sua subsistência. Até hoje tem sido esse um dos recursos para se ter acesso à terra, que tem sua regularização prevista na Constituição Federal, artigo 188 e 191, em até 50 hectares e 100 em caráter excepcional.

Pois bem, uma medida tão vital e esteio para se proporcionar condições dignas de vida para as famílias do campo, já que o título, além de seu caráter subjetivo, vai dar o suporte para o acesso ao crédito, para a realização de benfeitorias e de sua reprodução social, ainda se mantém como uma ação incipiente do Poder Público, pelo menos no que tange ao pequeno agricultor, porque na outra ponta o processo se acelera.

No governo atual instrumentos relevantes já foram formalizados para garantir as posses em áreas mais extensas, ainda que as menores resistam em sair do papel. A Lei Nº 11.196/05, em seu Art. 118, permite a regularização das posses de até 500 ha. E a decisão mais polêmica, aprovada pelo plenário da Câmara, em 13 de maio deste ano, foi a Medida Provisória Nº 422 que dispensa de licitação a alienação dos imóveis públicos da União com até 15 módulos fiscais (1500 ha) na Amazônia Legal, aumentando o limite da área que pode ser concedida pela União para uso rural. A MP triplica as áreas públicas nas mãos de posseiros na Amazônia que podem ser legalizadas de imediato. Com ela, as terras serão vendidas sem licitação. Para Oliveira (2008), com essa medida “Lula entrará para a história como aquele que fez a maior regularização de terras griladas à frente do autor da Lei de Terras de 1850 (Senador Vergueiro)”.

Na avaliação de Delgado (2008) essa medida compõe com outras duas um quadro que torna o país refém da reprimarização da economia, processo que privilegia o agronegócio, pelo saldo que proporciona na balança comercial, mas que coloca em risco a soberania do país, por não proporcionar a segurança alimentar, não acolher a força de trabalho do país e pela falta de ligação desse setor primário com o restante da economia, além de concentrar a riqueza nos detentores de patrimônios, tendo como base a forte aliança de grandes indústrias e grandes proprietários latifundiários.

A outra é a MP 410, de 2007, que permite a utilização da mão-de-obra de assalariados rurais sem contrato de trabalho até dez meses, levando à precarização das relações de trabalho. Fica assim liberada a contratação temporária no meio rural sem carteira assinada dos chamados safristas, trabalhadores contratados apenas durante as colheitas. E a terceira é o caso da Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, território indígena demarcado há três anos, invadido pelos grileiros e que não consegue se instalar legalmente porque se arma uma campanha de mídia com o apoio do Judiciário. Para Delgado (ibidem), "há uma orquestração nacional em defesa do modelo primário-exportador. Contra essa visão, tudo é colocado como atraso. Mas o atraso é justamente esse modelo, a aliança do grande capital com a grande latifundiário. O atraso é priorizá-lo em detrimento do crescimento industrial, do setor de serviços, da agricultura sustentável, da participação da familiar."

O golpe maior para a aniquilação da reforma agrária no ambiente amazônico, em benefício do agronegócio, foi anunciado no mês de agosto deste ano com a proposta de Medida Provisória para criação do Instituto de Regularização Fundiária da Amazônia (IRFAM), elaborada sob os auspícios do ministro de Assuntos Estratégicos, compondo a orquestração citada por Delgado.

A proposta atende à necessidade estabelecida pelo Governo Federal de se criar uma nova estratégia de intervenção na estrutura agrária da Amazônia, orientada para a flexibilização da legislação e da política fundiária na região, retirando do caminho os obstáculos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Assim, a atividade de regularização fundiária na Amazônia, atualmente sob a responsabilidade do INCRA, seria transferida para o novo instituto que estaria diretamente ligado à Presidência da República. Também seria da competência do IRFAM os processos de discriminação, arrecadação, destinação e incorporação ao patrimônio público das terras devolutas na Amazônia e terras de estrangeiros, e a realização de estudos para o zoneamento da Amazônia em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico para, entre outros propósitos, definir as áreas de reforma agrária e colonização.

O IRFAM contaria com o patrimônio e os recursos do INCRA relacionados a essa atividade, além de 1.800 novos servidores contratados em regime temporário e 423 cargos em comissão. Haveria alteração no Estatuto da Terra com a transferência do INCRA para o IRFAM dos poderes de representar a União nos processos de discriminação de terras devolutas na Amazônia Legal.

Desta feita, restaria ao INCRA promover as ações de reforma agrária na Amazônia sem ter sob seu domínio os instrumentos de obtenção de terras e em áreas a serem definidas pelo IRFAM. Em suma, “tira as terras do já combalido INCRA e deixa-o fazer reforma agrária”. Este seria o resultado da proposta do ministro, ainda em fase de apreciação.

Ao lado das medidas citadas anteriormente e da exclusão total dos já dissimuladamente excluídos pelo governo, a tendência é a aceleração do processo de devastação ambiental na Amazônia para a consagração de um processo de larga escala de transferência para o grande capital e oligarquias regionais das terras públicas. (TEIXEIRA, 2008)

Aliás, a estratégia desse grupo no Congresso Nacional é dominar as comissões de meio ambiente para fragilizar a legislação ambiental. Levantamento do Congresso em Foco aponta que um em cada três parlamentares que defendem a expansão das fronteiras agrícolas e os interesses de grandes proprietários rurais faz parte das comissões ambientais em funcionamento na Câmara e no Senado. Das 261 cadeiras dos 14 colegiados que tratam de questões relacionadas à questão ambiental, 92 estão ocupadas por deputados e senadores ligados ao agronegócio. (CONGRESSO EM FOCO, 2008)

A proposta oriunda da Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos (SAE) se coaduna com o novo contexto do Plano Amazônia Sustentável (PAS) desde que este deixou de ser coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, trocando a primazia do espaço das populações tradicionais, ambientalistas e agricultores familiares, pelo dos representantes do agronegócio. Tudo converge para a linha mestra do segundo mandato do atual governo – o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – ignorando a reforma agrária que, até sua ascensão ao poder, era considerada decisiva para o desenvolvimento do país.

Enfim, traçamos até aqui alguns dos caminhos e entraves que enfrentam as questões ligadas à estrutura fundiária do país, à condução das políticas ligadas à área, suas relações jurídicas, econômicas e sociais que, aliadas à questão ambiental, formam o arcabouço onde se estrutura a proposta de um modelo especial de assentamento desenvolvido para a região amazônica.

3.5 - LEI DO ZONEAMENTO: REGULAÇÃO E CONFLITO

No presente estudo, questões específicas se sobrepõem, uma vez que a proposta do PAF Jequitibá comporta atender à demanda por assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra e regularização de pequenas posses em área já regulamentada como de uso especial na Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE), ou seja, dar vazão à pressão social com a regulamentação ambiental. Importa também compreender o processo como se deu essa regulamentação.

O zoneamento no Brasil se relaciona com duas tradições: regulação do uso do solo urbano tendo a saúde humana como uma preocupação central e o zoneamento agrícola ou agroecológico, voltado para o planejamento espacial de atividades produtivas. A proposta mais recente de zoneamento “ambiental”, como o adotado pelo estado de Rondônia, tem como ponto de partida a lei sobre a "Política Nacional do Meio Ambiente" (Lei Nº. 6.938 de 31/08/81), que por sua vez responde aos ditames da preocupação mundial com o meio ambiente. (MILLIKAN, 1998:6)

O ZSEE possui um caráter técnico e político na medida em que deve prover informações sobre o território para o planejamento de sua ocupação racional e o uso sustentável dos recursos naturais, organizadas em uma base geográfica, classificando o território segundo suas “potencialidades” e “vulnerabilidades”. Ao mesmo tempo, demanda a participação das esferas de governo, setor privado e sociedade civil, através de negociações e do estabelecimento de parcerias na sua elaboração e implementação.

> Em termos conceituais, o zoneamento econômico-ecológico pode ser considerado um exercício de "gestão social do espaço" que deve ser baseado em processos democráticos e transparentes de diálogo e negociação, envolvendo diversas instâncias do poder público e setores representantes da sociedade (empresários, sindicatos, ONGs, movimentos sociais, comunidade acadêmica, etc.) visando a construção de parcerias e a resolução de eventuais conflitos sobre a destinação de espaços territoriais. Na implementação do zoneamento econômico-ecológico, os estudos técnicos devem servir como subsídios às negociações políticas sobre a ocupação de espaços territoriais e o uso de recursos naturais. (idem,ibidem: 7)

Em Rondônia, a elaboração do ZSEE, no final da década de 1980, foi a alternativa encontrada para amenizar o fracasso do POLONOROESTE. Este programa, denominado Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do

Brasil, criado pelo Decreto Nº 86.029/81, foi implementado no governo de Figueiredo, na transição do Território Federal de Rondônia para Estado, ao custo de 1,6 bilhões de dólares, financiado pelo Banco Mundial, cujos recursos foram distribuídos para infra-estrutura de transporte (59%), desenvolvimento agrícola (33,6%) - aí incluídos novos assentamentos às margens da BR-364 e recuperação de áreas degradadas dos projetos de colonização -, componente sócio-ambiental (6,2%), proteção ambiental (2,1%), questão indígena (2,1%) e administração do projeto (1,2%). Entre seus cinco principais objetivos estavam a integração nacional, ocupação demográfica da região, aumento da produção e da renda da população, redução das disparidades de desenvolvimento em nível inter e intra-regionais e, por último, a harmonização dos anteriores com a preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas. (OTT, 2002: 112/114)

O POLONOROESTE foi iniciado em 1982, com duração prevista de quatro anos, mas atingiu, ainda que com várias interrupções, a marca de uma década. Na realidade, para o Estado, foi um momento da pujança econômica. Porém, para o Banco Mundial foi um momento de crise pelas críticas que recebeu por financiar um programa que contrariava a si próprio e às políticas ambientais do agente financiador, haja vista seu fracasso social e ambiental. Em que pese internamente o programa ser tido como "bem sucedido" nos quatro primeiros objetivos, sobretudo com a conclusão da BR 364, falhou no último, especialmente nos quesitos "devastação da floresta" e "sobrevivência dos grupos indígenas".

> Quando os satélites fotografaram a grande fogueira que devorava as florestas rondonienses, o POLONOROESTE demonstrava visualmente a sua falência. A devastação ambiental foi tão intensa que se tornou necessário buscar amparo em uma nova concepção, um novo modelo que harmonizasse desenvolvimento e proteção ambiental para dar continuidade ao progresso regional. (OTT, 2002: 122)

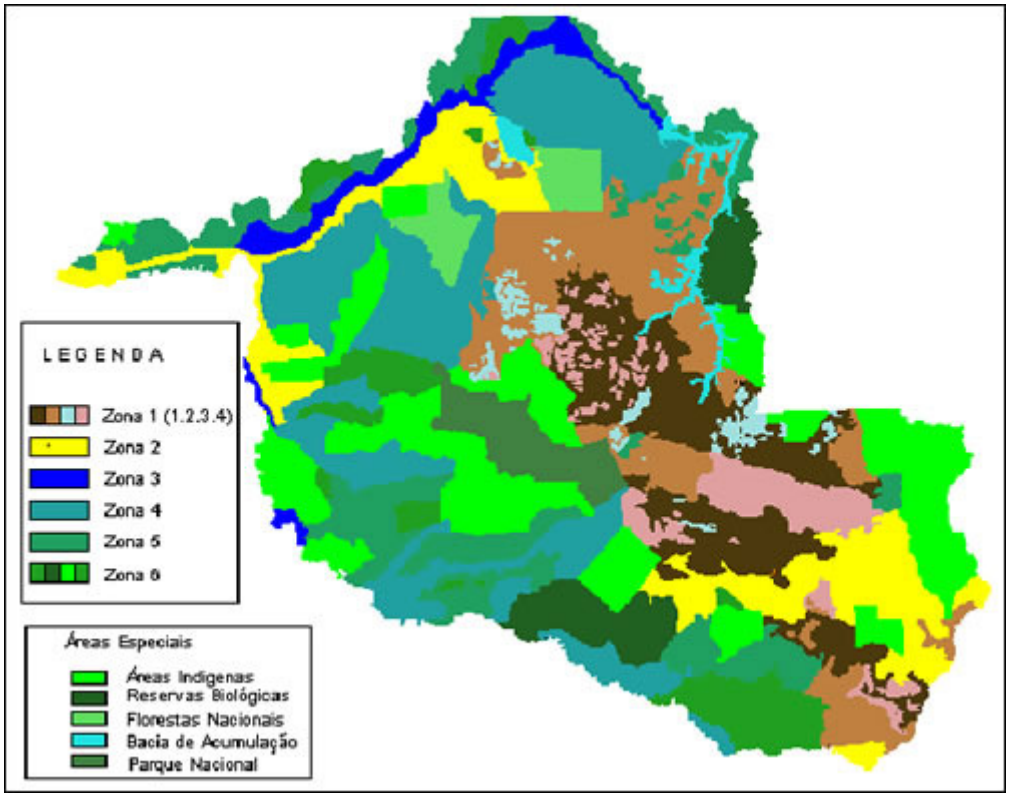
Na busca de outro modelo que conjugasse desenvolvimento econômico com preservação da natureza, foi necessário um instrumento técnico consistente que respaldasse o pleito, orientando e fundamentando as bases de um novo plano. A alternativa encontrada foi elaborar o ZSEE[21], mantendo assim aberta a porta de

[21] O manuscrito do ZSEE foi elaborado por Joel Mauro Magalhães, engenheiro florestal do INCRA-RO, autor e responsável técnico pela primeira aproximação, disponível na Seção de Arquivo e Biblioteca do PLANAFLORO, também autor do primeiro projeto para implantação do PDS Jequitibá.

entrada de recursos financeiros internacionais no Estado, já que era proclamado o fim do POLONOROESTE por escassez desses e colapso do modelo adotado, somado ao fato de que os resultados dos projetos de colonização também não eram nada satisfatórios. Enfim, ele foi criado para reverter problemas sócio-ambientais do "desenvolvimento" do Estado que haviam comprometido a execução do POLONOROESTE, servindo de base para um novo projeto a ser financiado pelo Banco Mundial.

Então, através do Decreto Estadual nº 3.782, de 14 de junho de 1988, o governo institucionalizou o ZSEE. Nele estava expresso que "A ocupação de cada ecossistema seria feita segundo sua capacidade de suporte sob o ponto de vista ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente factível" (MAGALHÃES, 1988:18)

Figura Nº 07 - 1ª Aproximação do Zoneamento Sócio-econômico e Ecológico do Estado de Rondônia



Fonte: SEPLAN/RO

Nessa primeira aproximação, foram seis as zonas. A Zona 1 foi destinada à exploração agropecuária e ocupava uma área de 6.195.000 hectares. A Zona 2, destinada a pequenos produtores, permitia a atividade agropecuária consorciada com culturas permanentes, numa área de 3.015.000 hectares. A Zona 3, de destinação ribeirinha para o desenvolvimento de atividades agroflorestais e pesqueiras, detinha uma área de 589.000 hectares. A Zona 4 foi designada para a atividade extrativista, numa área de 3.500.000 hectares. Para a atividade madeireira em grande escala foi designada a Zona 5 – Manejo Florestal, com 2.435.000 hectares. E a Zona 6 foi reservada para conservação e preservação para a garantia da manutenção dos ecossistemas e o equilíbrio ecológico, com 6.400.000 hectares. De forma resumida, três zonas se voltaram para as atividades produtivas e outras três para os sistemas conservacionistas e preservacionistas.

Assim sendo, estava dada a senha para o Governo do Estado acessar novas fontes de recursos internacionais, de tal modo que foi encaminhada, em junho de 1991, a carta consulta sobre um novo plano: o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), cujo principal objetivo era resgatar o desenvolvimento do Estado seguindo os ditames de sustentabilidade, justiça social e participação democrática. Após esse marco, foram realizadas as negociações entre o Governo de Rondônia e o Banco Mundial. Entre elas foram adotadas as medidas para institucionalizar o ZSEE, como a promulgação da Lei Complementar Nº. 52 e a criação de uma comissão estadual de zoneamento.

Entre os objetivos do PLANAFLORO figuravam: (i) Instituição de políticas e programas de investimento visando o desenvolvimento sustentável; (ii) conservação da biodiversidade do Estado com estudos para utilização sustentável dos recursos naturais renováveis; (iii) proteção das unidades de conservação, reservas indígenas, florestas públicas e reservas extrativistas, controlando e prevenindo o desmatamento ilegal, o transporte de madeira e a queimada de florestas; (iv) o desenvolvimento de sistemas integrados de produção em áreas de cultivo permanente e agroflorestamento, e sistemas para manejo florestal sustentável e à extração de produtos florestais não madeireiros em áreas que permaneçam sustentáveis sob a cobertura da floresta tropical; (v) apoio a investimentos de infra-estrutura sócio-econômica e de serviços em áreas já ocupadas e desmatadas, necessárias para implementar o zoneamento do Estado e; (vi) melhoria da capacidade técnico-operacional das instituições estaduais, especialmente aquelas de apoio às áreas de

proteção e manejo de unidades de conservação, reservas indígenas e desenvolvimento agrícola e florestal.

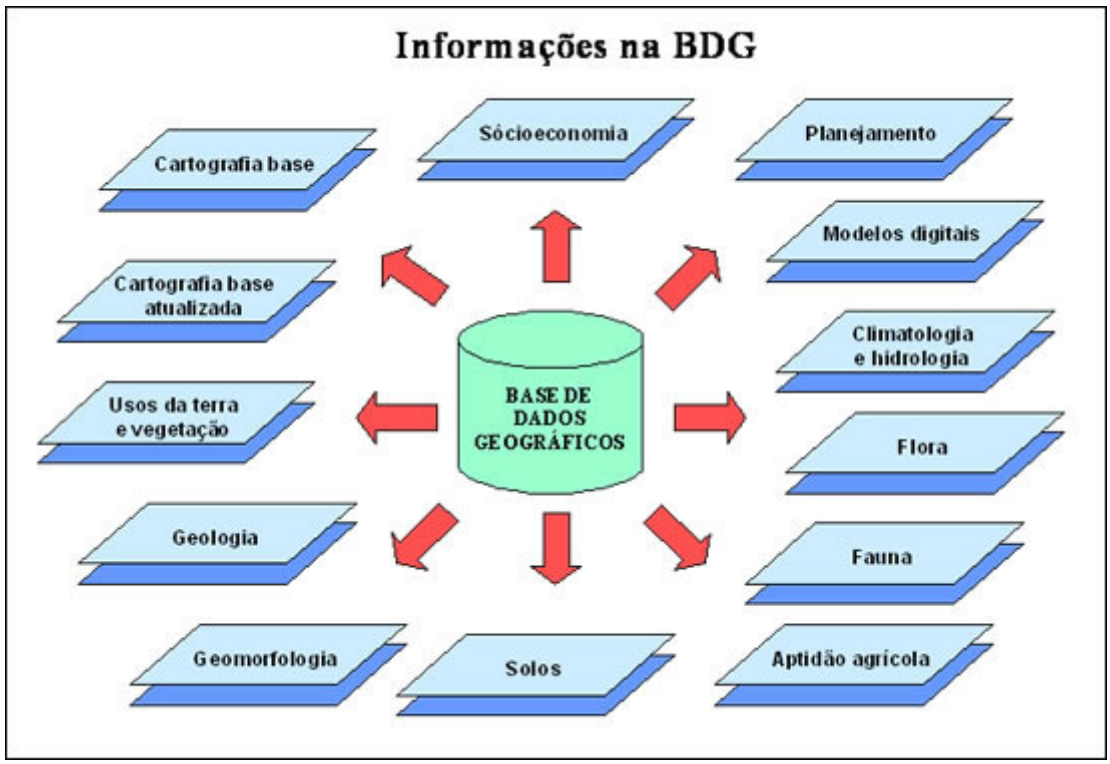
O acordo aprovado em março de 1992 teve os primeiros desembolsos financeiros em junho de 1993. Concebido também para um período de quatro anos, o PLANAFLORO, ao mesmo modo do seu antecessor, ultrapassou a barreira de uma década, com o montante de recursos financeiros de cerca de 200 milhões de dólares e teve os seguintes aspectos positivos apontados em sua proposta de prorrogação para o final de 2001(OTT, 2002: 240): (i) a segunda aproximação do zoneamento; (ii) a criação e/ou demarcação de unidades de conservação; (iii) o financiamento aos projetos PAIC - Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias, que teriam beneficiado cerca de 15.000 famílias; (iv) o fortalecimento de serviços estaduais de pesquisa e extensão; (v) a melhoria do transporte rodoviário.

Entre os negativos a proposta apontava que: (i) as áreas protegidas estavam sob constante ameaça de invasão e/ou degradação, dada a inexistência de fiscalização ou de projetos de manejo e gestão; (ii)a legislação ambiental do Estado era adequada e suficiente, mas sua efetiva implementação dependeria de decisão política; (iii) a população ribeirinha, uma das supostas beneficiárias do PLANAFLORO, não tinha recebido qualquer atendimento; (iv) os projetos PAIC estavam irremediavelmente comprometidos, mesmo que se retomasse a liberação de recursos e; (v) o conflito entre governo e ONG's parecia não ter fim. (idem, ibidem)

A segunda aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia integrava os componentes do PLANAFLORO. Para sua execução foi assinado contrato com o consórcio Tecnosolo/DHV Consultants, em 15/03/1996. Seu objetivo era a realização, por meio do levantamento e integração de informação primária e secundária, de um diagnóstico da situação sócio-econômica e ambiental do Estado, para a proposição de um novo zoneamento que refletisse os resultados do diagnóstico. (SEPLAN, 2007).

Em sua metodologia constava a realização de um levantamento situacional, o diagnóstico, a proposta do zoneamento, discussão com a sociedade, a elaboração da lei do zoneamento e o monitoramento. A nova escala, 1:250.000, tinha o detalhamento necessário para a identificação dos diversos ecossistemas e a base de dados geográficos fornecia informações detalhadas, conforme a seguir:

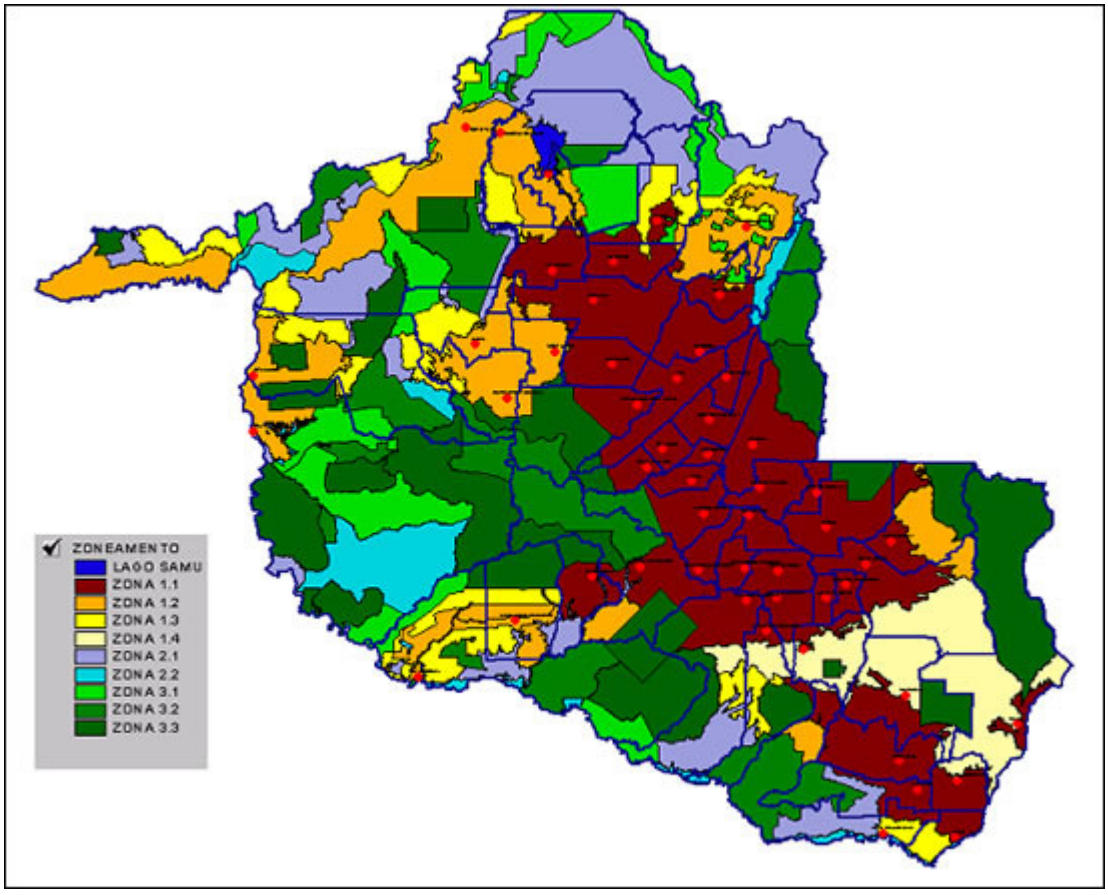
Figura Nº. 08 – Diagrama da Base de Dados Geográfico da 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia



Fonte: SEPLAN/RO

Três instrumentos dão respaldo jurídico à segunda aproximação do zoneamento: (i) Lei Complementar Nº 233, de 06 de junho de 2000 - Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE; (ii) Lei Complementar Nº 312, de 06 de maio de 2005, do Estado de Rondônia, que institui o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico – ZSEE – Altera a Lei Complementar Nº. 233 e; (iii) Decreto Nº 5.875, de 15 de agosto de 2006 (DOU de 16/08/2006) - Adota a Recomendação nº 003, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que estabelece, em seu Art. 1º, autorização para redução, para fins de recomposição, da área de reserva legal, de até cinqüenta por cento, das propriedades situadas na Zona 1, conforme definido no Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

Figura Nº. 09 – 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia



Fonte: SEPLAN/RO

Nessa segunda versão ficaram três zonas, cada qual com suas subzonas. A Zona 1 se destina a áreas com potencial para consolidação, expansão e recuperação das atividades econômicas, totalizando 12.031.047,79 hectares (50,45% do território do Estado), com as seguintes subzonas:

- Subzona 1.1 - áreas com alto nível de ocupação humana e estabilidade ambiental, destinada à intensificação e consolidação das atividades agropecuárias, agroflorestais, florestais, agroindustriais, industriais e minerais, dentre outras;

- Subzona 1.2 - áreas com baixo e médio níveis de ocupação humana, e alto potencial natural, destinadas à expansão das mesmas atividades da subzona 1.1. A diferença é o nível de ocupação humana, sendo, portanto, áreas destinadas à expansão da atividade sócio-econômica;

- Subzona 1.3 - áreas de médio nível de ocupação humana, médio potencial natural, e baixo e médio grau de desmatamento e antropismo, destinadas ao desenvolvimento de atividades econômicas em geral, em áreas já antropizadas, sob manejo sustentável dos recursos naturais;

- Subzona 1.4 - áreas com baixo nível de ocupação, alta vulnerabilidade natural à erosão, e uma situação fundiária definida, destinadas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, agroflorestais, florestais, agroindustriais, dentre outras, mas já antropizadas, sob manejo sustentável dos recursos naturais.

Na Zona 2 estão as áreas de conservação dos recursos naturais passíveis de uso sob manejo sustentável, com 3.483.442,04 hectares, 14,6% da área do Estado, onde se localiza a Gleba Jacundá, com o PAF Jequitibá. Suas subzonas foram assim divididas:

- Subzona 2.1 - áreas com baixo nível de ocupação, em ambientes com alta biodiversidade (flora e fauna), onde o uso dos recursos naturais se apresenta viável econômica e ecologicamente, quando desenvolvidos sistemas adequados de manejo dos recursos, sem a conversão da vegetação natural e sem promover expansão das áreas cultivadas;

- Subzona 2.2 - áreas com baixo nível de ocupação, alta biodiversidade e especificidade da fauna e flora, e bem localizadas quanto ao Corredor Ecológico Regional e às unidades de conservação existentes. São destinadas à conservação da natureza, em especial da biodiversidade, com potencial para atividades científicas e econômicas alternativas, como o ecoturismo.

Na Zona 3 estão as áreas institucionais, compostas pelas áreas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em Lei e instituídas pela União, Estados e Municípios, ocupando 3.483.442,04 hectares, o equivalente a 34,95% do território. São as seguintes as subzonas:

Subzona 3.1 - áreas formadas pelas unidades de conservação de uso direto, como as florestas estaduais de rendimento sustentado, florestas nacionais, reservas extrativistas etc., como estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);

Subzona 3.2 - áreas formadas pelas unidades de conservação de uso indireto, como as estações ecológicas, parques e reservas biológicas, patrimônio espeleológico, reservas particulares do patrimônio natural e outras, também de acordo com o SNUC;

Subzona 3.3 - áreas formadas pelas terras indígenas.

Tabela Nº. 02 - Síntese da 2ª Aproximação do Zoneamento

Zonas	Área (Ha)	% Estado	% Reserva	Área Preservada		Área Exploração	
				(Hectares)	% Estado	Hectares	% Estado
1.1	6.141.734,87	25,75	20	1.228.346,97	5,15	4.913.387,90	20,60
1.2	3.066.401,19	12,86	40	1.226.560,47	5,14	1.839.840,71	7,72
1.3	1.482.380,61	6,22	70	1.037.666,42	4,35	444.714,18	1,87
1.4	1.340.531,12	5,62	80	1.072.424,90	4,5	268.106,22	1,12
Sub-total	**12.031.047,79**	**50,45**		**4.564.998,77**	**19,14**	**7.466.049,02**	**31,31**
2.1	2.565.336,50	10,75					
2.2	918.105,54	3,85					
Sub-total	**3.483.442,04**	**14,60**		**3.483.442,04**	**14,60**		
3.1	1.808.129,12	7,58					
3.2	2.375.250,04	9,96					
3.3	4.153.410,90	17,41					
Sub-total	**8.336.790,07**	**34,95**		**8.336.790,07**	**34,95**		
Total	**23.851.279,90**	**100,00**		**16.385.230,88**	**68,69**	**7.466.049,02**	**31,31**

Fonte: SEPLAN/RO

Em que pese a segunda aproximação do zoneamento ter sido executada conforme o planejado, alguns aspectos essenciais para seu êxito foram negligenciados, especialmente sua inter-relação com as demais políticas públicas, o envolvimento dos diversos grupos interessados e incorporação das consultas às comunidades afetas e de seu conhecimento tradicional.

> A segunda aproximação do ZSEE tem sido tratada por órgãos governamentais e o Banco Mundial como um exercício essencialmente técnico, a ser realizado pelo governo e empresas de consultoria, menosprezando o seu caráter de instrumento político-institucional. a articulação entre o ZSEE e outras políticas públicas em Rondônia, destacando-se o caráter preliminar e a falta de flexibilidade para permitir a realização de eventuais ajustes na sua primeira aproximação, elaborada numa escala pequena de 1:1.000.000, bem como os repetidos atrasos nos estudos da "segunda aproximação". Entretanto, não se realizou uma série de reformas possíveis entre diversas políticas setoriais em Rondônia (política fundiária, política de transportes, política agrícola, políticas ambientais, etc.), no intuito de promover a sua compatibilização com as

> diretrizes do ZSEE e os princípios de desenvolvimento sustentável, mesmo em caráter indicativo. (MILIKAN, 1998:10)

Esses agravantes na condução do zoneamento comprometem até os dias atuais a sua efetivação. A delimitação das áreas e o respectivo detalhamento não se mostraram suficientes para o cumprimento por parte da sociedade, uma vez que as terras protegidas continuam sendo ocupadas, persistem os desmatamentos e a extração ilegal de recursos naturais.

De acordo com o PRRA/RO, O processo de ocupação irregular dessas áreas (Zona 2) quer por pequenos ou por grandes invasores, não respeita as indicações do zoneamento e são o palco dos maiores conflitos de terra do Estado. O documento expressa que as organizações do setor madeireiro procuram justificar suas ações nas referidas áreas sob o argumento das indicações de uso estabelecidas pelo zoneamento, como o manejo florestal. “Mas, também, fazem corte raso da floresta nativa, implantam pastagem e toda a infra-estrutura voltada à pecuária, certamente, com o propósito de consolidar posse sobre as referidas terras, na expectativa de futuras regularizações”. (BRASIL, 2005b: 34)

Relatório divulgado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), em 16/06/2008, apontou que mais de um terço da superfície de Rondônia (38%) está devastada. O estado tem o maior índice de desmatamento acumulado em toda a Amazônia Legal, com o agravante de que o desmatamento está se deslocando do eixo da BR-364 para as unidades de conservação e terras indígenas, intensificando ainda mais os conflitos sociais.

Com essa dinâmica, corroboram as estruturas frágeis dos órgãos ambientais em todas as esferas do poder. Um exemplo disso está no simples indicador de quantitativo de pessoal no órgão federal encarregado da fiscalização ambiental: apenas 700 fiscais do IBAMA combatem o desmatamento em todo o país, segundo informou o diretor nacional de Proteção Ambiental do instituto, cabendo a cada um fiscalizar 12.164 km². (AGÊNCIA AMAZÔNIA, 2008).

Destacamos também trecho de editorial do jornal Folha de S. Paulo, de 28/06/2008, que trata do desconhecimento do governo sobre o que se passa em grande parte da Amazônia, após divulgação de levantamento do INCRA sobre a Amazônia e confirmação de seu presidente sobre o órgão ignorar área de 710,2 mil km² de terras públicas:

> A maior dificuldade, contudo, não provém da carência de meios materiais para fiscalizar as terras, mas sim da ausência de vontade política nesse sentido. Até agora, o presidente Lula ainda não explicitou um compromisso claro e efetivo com a redução do desmatamento – talvez porque dependa do apoio político de governadores e parlamentares comprometidos com o agronegócio, ou talvez porque considere a preservação ambiental um obstáculo ao crescimento econômico, que tanta popularidade lhe granjeou. (JORNAL FOLHA DE S. PAULO, 28/06/2008)

Também na esfera estadual, os instrumentos ambientais são controversos. Assim como o POLONOROESTE, o PLANAFLORO arrefeceu. Sua continuidade não se balizou em indicadores mensuráveis e a experiência de implantação de um modelo de "desenvolvimento sustentável" para Rondônia culminou numa "dívida insustentável" paras as gerações futuras. Nas palavras de Ott:

> Sequer o dinheiro foi totalmente gasto e, de acordo com as cláusulas contratuais, mesmo os recursos paralisados constam na dívida externa do país, pagam os juros estipulados e no devido tempo, terão que ser reembolsados ao Banco Mundial pelas gerações futuras, constituindo o verdadeiro, embora irônico, compromisso intergeracional estabelecido pelo PLANAFLORO" (OTT, 2002: 249)

E no balanço final:

> O PLANAFLORO não chegou a promover o desenvolvimento sustentável em Rondônia, nem qualquer outro tipo de desenvolvimento. Mas isto não impediu que ele fosse conduzido durante quase uma década pelas diferentes etapas de seu ciclo previamente estabelecido pela agência financiadora. Uma vez que ele tinha os financiamentos aprovados nada foi capaz de detê-lo, com exceção ao desvio de recursos para outras finalidades que não as originalmente previstas. (idem, ibidem: 252)

Mas o zoneamento continua, por decreto, carregando em si grande parte das mazelas contidas no plano que o gerou, e no qual obteve posição de destaque. Entre elas estão a ausência de instrumentos efetivos para seu monitoramento e a legitimidade por parte da sociedade, especialmente porque a dinâmica desta não foi abarcada pelos técnicos que o elaboraram.

E é exatamente a interferência diuturna dessa dinâmica, na proposta do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá, que sua racionalidade ainda não conseguiu captar. Meliujin *apud* Milton Santos (1996: 99) nos lembra que: "Para que a possibilidade se transforme em realidade precisa-se de dois fatores na natureza: primeiro, a ação das leis objetivas, e segundo, a criação de condições propícias." E,

para essa possibilidade, converge um conjunto de intenções declaradas ou dissimuladas que já compõem uma realidade traduzida nessa árdua experiência de implantação de um ordenamento territorial baseado em leis e decretos que resistem em sair do papel, ou melhor, resistem em tirá-los. Ou seja, é a ação das leis objetivas encontrando a resistência da criação de condições propícias.

Dessa maneira, está montado o arcabouço que compõe a proposta do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá: uma política agrária frágil em um espaço histórica e geograficamente formado a partir da ausência dela ou, pelo menos, de sua precariedade, tentando compor uma nova realidade a partir de instrumentos ambientais não assimilados pelo conjunto da sociedade.

CAPÍTULO 4
A SUSTENTABILIDADE E O ASSENTAMENTO

Após a tentativa de descortinar alguns dos percalços na formação do PAF Jequitibá, expondo seus alicerces, nos próximos capítulos discutimos aspectos mais intrínsecos à constituição do assentamento, enquanto intervenção governamental planejada, que está se intencionando implementar. A discussão se centrou na sustentabilidade almejada em sua concepção, com a proposição de novos modos de vida e de produção aos seus habitantes, onde buscamos captar a recepção desse projeto junto aos seus "beneficiários", verificando no capítulo seguinte, os processos de territorialização dos que já integram e dos que virão a se somar a esse contingente, e suas inter-relações com a proposta.

O trabalho de campo envolveu aplicação de questionários e entrevistas com os candidatos ao assentamento, entrevistas semi-estruturadas com os gestores do projeto e lideranças comunitárias, explicitados na introdução, cujos resultados analisamos na seqüência, de acordo com as proposições teóricas e conceituais colocadas a seguir, e dentro da perspectiva de conhecer o universo dos atores, seus processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização, que se incorporarão ao novo espaço, o resgate de como vêem a proposta governamental para o local, buscando entender seu modo de vida e as possibilidades de interação com o projeto. Analisamos a partir de agora os temas sustentabilidade e territorialidade, que nortearam a pesquisa, no sentido de compreendê-los na proposta do assentamento em si e na sua receptividade e compreensão por parte do público-alvo.

4.1 - A CRISE AMBIENTAL FAZ EMERGIR A SUSTENTABILIDADE

A discussão sobre a crise ambiental vem ganhando destaque desde a segunda metade do século XX, colocada de certa forma pelas evidências dos riscos de esgotamento dos recursos naturais, com o descontrole da produção industrial e freqüentes acidentes ambientais, que alertaram ao mundo para a necessidade de encontrar soluções aos problemas que insistentemente vêem à tona, expondo nossas limitações e nossa potencial capacidade de autodestruição.

Com a incessante busca pelo crescimento econômico, nesse cenário a saída foi a adoção do tema “sustentabilidade”. Desde então, esse ideal vem atingindo os campos do conhecimento, das políticas públicas e da vida cotidiana, como única forma possível de se continuar nessa trajetória. E assim foram concebidos novos modelos de assentamento humano, como o que nos propusemos a estudar, nos quais a organização de seus espaços é, em certa medida, ditada de fora (SANTOS, 1997:113).

Alguns marcos desse processo podem ser elencados. A começar pela publicação pelo Clube de Roma, em 1972, do estudo “Limites do Crescimento” e da Declaração de Estocolmo, aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que introduziu na agenda política internacional a questão ambiental, revelando o quanto ela condiciona e limita o crescimento econômico dentro do modelo vigente.

Um termo precedente à palavra “sustentabilidade” merece ser destacado: “ecodesenvolvimento”. Foi definido como um estilo de desenvolvimento que respeita as especificidades e soluções locais, no qual dados ecológicos e culturais são considerados da mesma forma, assim como as necessidades imediatas e as de longo prazo. (SACHS, 1986:18)

Com a publicação, em 1980, do documento "A Estratégia Mundial para a Conservação", em Nova Iorque, foi introduzido pela primeira vez o conceito de "desenvolvimento sustentável", centrado na integridade ambiental, tratando de questões como conservação de espécies, ecossistemas, manutenção da vida no planeta, preservação da diversidade biológica e ações alternativas. O documento teve o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e do Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF).

A publicação "Nosso Futuro Comum", mais conhecida como "Relatório Brundtland", elaborada pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1987, conceitua como sustentável o modelo de desenvolvimento que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades" (BRÜSEKE, 2003: 33), além de registrar outras diferentes definições (OTT, 2002:143).

O relatório Brundtland avança em relação aos anteriores quando coloca ênfase no elemento humano, com uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, embora essa crítica tenha um espaço diminuído em comparação aos demais (BRÜSEKE, 2003: 33).

Porém, ele se atém ao nível de consumo mínimo, sendo omisso quanto ao máximo nos países industrializados (idem, ibidem: 34). “Além do mais, ele torna a superação do subdesenvolvimento no hemisfério sul dependente do crescimento contínuo nos países industrializados” (idem, ibidem).

Apesar da crescente percepção mundial quanto aos problemas ambientais e da consciência da necessidade de alteração de comportamento em nível global, não existe ainda um consenso quanto ao conceito de sustentabilidade (BELLEN, 2002:27) e nem mesmo quanto à eficácia do desenvolvimento sustentável, gerando controvérsias e discussões entre diferentes autores.

Enquanto isso, o conceito expresso no Relatório Brundtland, e reforçado pela Agenda 21- resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD – Rio 92, vem predominando ao ser incorporado aos debates e estratégias de planejamento e gestão em vários países.

Crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade

É importante observar que desenvolvimento sustentável e sustentabilidade encerram conceitos diferentes, uma vez que determinado sistema pode ter parâmetros e indicadores sustentáveis, mas não ser, necessariamente, detentor de indicadores que propiciem seu desenvolvimento. E ainda deve ser lembrado que crescimento econômico não gera automaticamente o desenvolvimento. Essas expressões possuem significados que por vezes são confundidos. Porém, uma não está necessariamente vinculada à outra.

O desenvolvimento pode ser entendido como a criação de condições que predisponham a produção do ser humano em sua integridade. Engloba o processo e seu resultado, com objetivos e destinando-se a fins específicos. O desenvolvimento econômico e material é importante e integrante desse processo, mas, por si só não é suficiente para promover o desenvolvimento humano. (MENDES, 1995: 54)

O documento denominado “Manifesto pela Vida – Por uma ética para a sustentabilidade”, que tem como signatários pesquisadores da América do Sul, surgido no simpósio sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Bogotá, em 2002, funda o conceito de sustentabilidade no reconhecimento dos limites e potenciais da natureza, e na complexidade ambiental. No documento, a sustentabilidade inspira uma nova compreensão do mundo que se faz necessária para enfrentar os desafios da humanidade no terceiro milênio. Esse conceito de sustentabilidade vem alterar as relações vigentes no sentido de promover o elo entre natureza e cultura em um novo cenário, com uma nova economia, “reorientando os potenciais da ciência e da tecnologia”. Este ideal, na verdade vem construir “uma nova cultura política baseada em uma ética da sustentabilidade – em valores, crenças, sentimentos e saberes – que renovam os sentidos existenciais, os modos de vida e as formas de habitar o planeta Terra.” (GONÇALVES et al, 2002:01)

Para Franco, o desenvolvimento implica na criação e reprodução dos capitais econômico, humano, social e natural (FRANCO, 2000:9). Estão aí incluídos os conhecimentos, habilidades e competências do ser humano, as relações de confiança, cooperação, empoderamento, organização e participação social e as condições ambientais e físico-territoriais.

O autor define o desenvolvimento com suas diferenciações, como o local, o sustentável e o desenvolvimento local integrado e sustentável, que são utilizadas no planejamento de políticas públicas, e entende todo desenvolvimento como sendo local, a partir do conceito de local na conotação sócio-territorial. (FRANCO, 2000:10)

O desenvolvimento sustentável é visto nesta proposta de acordo com a conceituação do Relatório Brundtland, segundo o autor a “mais aceita e a mais difundida”. Assim, o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que leva à construção de comunidades humanas sustentáveis, que buscam atingir um padrão de organização em rede, dotado de características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade (idem, ibidem:10/11).

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) é definido pelo autor como uma metodologia que visa promover o desenvolvimento de unidades sócio-territoriais delimitadas por meio de um conjunto de práticas de diagnóstico e planejamento participativos, baseadas na identificação das potencialidades locais, na conformação de uma demanda pública da localidade e na oferta articulada e

convergente de programas e ações governamentais e não governamentais. (idem: ibidem:13/14).

Amplos são os conceitos utilizados na compreensão de desenvolvimento, sustentabilidade e no encontro dos dois termos - com suas caracterizações e classificações - e com freqüência são utilizados com significados comuns. Essa diferenciação se faz importante em nossas reflexões para compreendermos os reais objetivos da proposta objeto desse estudo e o contexto em que se insere.

Faz parte do senso comum considerar desenvolvidas as sociedades capazes de grande produção econômica. Em geral as nações buscam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, com o objetivo da acumulação de bens, sem uma preocupação com os efeitos dessa acumulação desmedida e com os verdadeiros reflexos dessa busca para a vida das pessoas.

Essa concepção deriva da formação histórica de um discurso do desenvolvimento que tem uma análise em Escobar. O resultado desse discurso “tem sido uma sucessão ininterrupta de ‘estratégias de desenvolvimento’ e sub-estratégias, sempre dentro dos limites do mesmo espaço discursivo no qual estamos ainda encapsulados” ((ESCOBAR, 1984-85:377-400). Para o autor, três grandes estratégias compõem o desenvolvimento: a progressiva incorporação de problemas, a profissionalização e a institucionalização do desenvolvimento, concluindo que o sucesso do discurso do desenvolvimento, ainda que tenha falhado na solução dos problemas do subdesenvolvimento, mantendo-o no plano administrável política e economicamente, “o tornou capaz de penetrar, integrar, manejar e controlar países e populações de formas crescentemente detalhadas e uniformes” (idem, ibidem).

Assim estamos imersos em intervenções, alternativas, derivações e tudo o mais que possa garantir o celebrado desenvolvimento. E nessa esteira, surge o desenvolvimento sustentável, devido às conseqüências dos exageros cometidos na busca da faceta econômica do desenvolvimento, desencadeando uma grave crise ecológica. Para prosseguirmos alimentando esse ideal, o desenvolvimento agora precisa ser sustentável. É essa a forma de continuar a legitimá-lo.

Sobre isso, Sachs coloca: “sempre que, nos últimos 30 anos, os efeitos destrutivos do desenvolvimento eram reconhecidos, o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia”. E numa visão mais crítica do Relatório Brundtland, acrescenta que tal documento “incorporou a preocupação com o meio ambiente para dentro do conceito de desenvolvimento, erigindo ‘desenvolvimento

sustentável' como abrigo conceitual tanto para agredir como para sanar o meio ambiente". (SACHS *apud* PAULA, 2005:280)

A faceta capitalista desse desenvolvimento é observada por Stahel (2003:114), quando menciona que a busca por um desenvolvimento sustentável hoje se adéqua ao quadro institucional de um capitalismo de mercado. O objetivo é o desenvolvimento capitalista sustentável. O autor adverte: "não se colocando a questão básica quanto à própria possibilidade de uma tal sustentabilidade, o conceito corre o risco de tornar-se um conceito vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo." (idem, ibidem: 104)

Mas é preciso ir além para que o adjetivo "sustentável" não seja apenas um artifício de manutenção da ordem vigente. Essa sustentabilidade deve ser vista não só através de seus fatores materiais e econômicos, e ser encarada como um conjunto multidimensional e multifacetado que compõe o desenvolvimento. As variáveis sócio-culturais, políticas e físicas devem compor igualmente o arcabouço dessa vertente do desenvolvimento. Para Stahel, esses fatores determinam outros como os graus de coesão e harmonia social, questões como cidadania, alienação, valores éticos e morais, o grau de polarização social e política, os valores da sociedade e o nível entrópico do sistema. (STAHEL, 2003: 109)

De todo modo, ainda prevalece nas bases conceituais do desenvolvimento sustentável o ideal de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. Assim está expresso no Relatório Brundtland e é com essa concepção que as intervenções vêm sendo realizadas.

Desenvolvimento sustentável: o debate

Segundo Bertha Becker, esforços recentes para teorizar o desenvolvimento sustentável possuem duas posições opostas, além de várias outras intermediárias: a economicista e a da ecologia radical. A primeira é antropocêntrica, tendo o progresso como imperativo, com crescimento econômico infinito e recursos naturais também. A segunda é biocêntrica, considerando a igualdade das espécies, a necessidade de limites ao crescimento econômico e demográfico e de preservação da natureza. (BECKER, 1994: 132)

Para a autora, a multiplicidade de conceitos sobre o tema leva-o a ser apropriado pela classe política, "tornando-se bandeira de interesses diversos". Seu

entendimento sobre uma proposta real de desenvolvimento sustentável possui a amplitude freqüentemente desconsiderada no planejamento das intervenções públicas que utilizam essa bandeira. Para ela:

> O desenvolvimento sustentável é algo mais do que um compromisso entre o ambiente físico e o crescimento econômico – ele significa uma definição de desenvolvimento que reconhece, nos limites da sustentabilidade, origens não só naturais como estruturais. Cabe, assim, reconhecer na relação homem-natureza os processos históricos através dos quais o ambiente é transformado, e a sustentabilidade será uma decorrência de uma conexão entre movimentos sociais, mudança social e, conseqüentemente, possibilidade de políticas mais efetivas. (idem, ibidem: 133)

As várias versões de desenvolvimento sustentável foram classificadas por Viola e Leis em três categorias: estatista, comunitária e de mercado. (VIOLA&LEIS, 1995:79)

O enfoque estatista, o mais disseminado no mundo, considera que "a qualidade ambiental é essencialmente um bem público que somente pode ser resguardado eficientemente através de uma incisiva intervenção normativa, reguladora e promotora do estado". (idem, ibidem)

O enfoque comunitário deposita nas organizações não governamentais e grupos comunitários uma grande importância para a condução da sociedade a um modelo de desenvolvimento sustentável. É a sociedade civil no poder central dessa transição, ficando o Estado e o mercado como suportes. A mudança nos valores da população é que conduzirá os avanços. O princípio da eqüidade social é priorizado, o que vai lhe conferir um caráter utópico.

No enfoque de mercado vai predominar a lógica intrínseca do mercado no avanço para um modelo de sociedade sustentável, com apropriação privada dos recursos naturais e da qualidade ambiental e expansão de consumidores conscientes das questões ambientais, tendo o Estado e a sociedade civil organizada como suportes, numa posição de subordinação. Segundo os autores, esse enfoque está se tornando cada vez mais forte no mundo empresarial e entre os economistas ambientais.

Ainda segundo Viola e Leis, o principal dilema atual do desenvolvimento sustentável reside, por um lado, na necessidade de ampliar e consolidar suas bases de sustentação político-social para transformar-se numa alternativa realista ao modelo de desenvolvimento dominante, e por outro, em ampliar a base científica de suas políticas.

Essa transformação, na avaliação de Klaus Frey, demanda uma atenção à dimensão político-democrática do desenvolvimento sustentável, com uma "transferência de maiores responsabilidades para os sistemas de negociação da sociedade civil e o aumento das possibilidades de informação, de influência e de controle exercidas pela comunidade" (FREY, 2001:12). O autor vê nessa abordagem a possibilidade de balancear as desigualdades existentes, tornando o poder proporcional aos danos sofridos, já que estes atingem com mais intensidade as classes mais pobres, alterando assim as condições de poder existentes. Mas ele assinala a grande resistência existente entre boa parte dos planejadores e políticos nessa mudança, mantendo somente um nível de participação popular que garanta a legitimidade das ações governamentais.

Na outra ponta do processo, encontra-se a abordagem econômico-liberal de mercado, que enxerga neste a força da auto-regulação, entendendo, segundo Frey, que a "pressão da concorrência, o crescimento econômico e a prosperidade levariam automaticamente ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e a novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências do meio ambiente". Contudo, essa forma de abordagem está vinculada à ausência de consciência ecológica, com a valorização do consumismo e do economicismo, impeditivos a um desenvolvimento que se pretenda harmonioso com o meio ambiente. No meio termo se insere a abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento. A diferença entre elas, explica Frey,

> Consiste sobretudo no fato de que, no primeiro caso, o desenvolvimento e o princípio de mercado recebem explicitamente preferência (o crescimento econômico é mesmo visto como precondição para a sustentabilidade ambiental); ao passo que no segundo caso a atenção primordial é direcionada para a dimensão ecológica, isto é, a compatibilidade do desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais, e que logo deve tornar-se alvo prioritário da intervenção estatal. (idem, ibidem: 07)

Nessa abordagem, a regra, a norma, são pré-condições, estando em posição privilegiada para a condução das ações que visam a sustentabilidade, sendo acompanhadas na prática do planejamento por uma postura tecnocrata e centralizadora, julgadas necessárias por alguns autores que não consideram certos resultados alcançáveis com base no princípio da voluntariedade e no senso de unidade social em uma sociedade liberal e individualista.

Fica então a tendência à aplicação de estratégias tecnocratas com condução centralizada, cuja ênfase está no gerenciamento aperfeiçoado, no planejamento

integrado, na eficiência no emprego dos recursos e nas soluções técnicas (idem, ibidem: 9).

Nessas três abordagens apontadas por Frey - político-democrática, econômico-liberal e ecológico-tecnocrata – observamos as ênfases na participação popular, no mercado ou na expertise técnica. Autores defendem mais uma ou outra posição, mas na condução das políticas públicas recentes em nosso país, observamos uma prevalência dos aspectos tecnocratas e de mercado em primazia ao popular.

Considerando esse dado, recorremos a Sachs que detalha o planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, enfatizando que as mesmas devem considerar simultaneamente as dimensões econômica, política, social, ecológica e cultural da sustentabilidade (SACHS, 1994:37).

Sachs (2000:85-88) apresenta essa classificação com seus princípios básicos. A econômica é composta por cinco princípios: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar, modernização dos instrumentos de produção, pesquisa científica e tecnológica, e ingresso de forma soberana na economia internacional.

Sobre sustentabilidade social, o autor apresenta quatro princípios básicos: a obtenção de patamar aceitável de igualdade social, distribuição de renda justa, a existência de emprego pleno e/ou autônomo, de tal forma que permita haver qualidade de vida satisfatória e igualdade quanto ao acesso aos recursos e serviços sociais.

Três componentes elementares são observados na sustentabilidade cultural: realização de mudanças que tenham como objetivo a busca de equilíbrio entre o respeito à tradição e inovação, autonomia suficiente para elaboração de projeto nacional integrado e voltado para interesses internos, e autoconfiança com abertura para o exterior.

A sustentabilidade ecológica é apreendida com dois princípios básicos: preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis e criação de restrições ao uso de recursos não-renováveis. E um princípio geral é atinente à sustentabilidade ambiental: a necessidade de considerar e avivar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Na sustentabilidade política/nacional estão incluídas a democracia como apropriação universal dos direitos humanos, o desenvolvimento da capacidade do

Estado para implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, e razoável coesão social.

4.2 – O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os problemas do meio ambiente vêm compondo com intensidade cada vez maior a agenda do poder público. No Brasil, organismos colegiados como o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, programas e ações no âmbito dos poderes colocam em destaque a questão ambiental. O Ministério do Meio Ambiente possui em suas diretrizes o desenvolvimento sustentável, a participação e mobilização social, o fortalecimento do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), outros ministérios participam das ações, enfim, há intenções e alguma transversalidade.

A legislação aplicada à matéria vem mostrando sinais de vigor. Hoje temos a Lei de Crimes Ambientais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Programa Nacional dos Recursos Hídricos, e ainda os programas de educação ambiental, a realização de conferências, corte de crédito a propriedades rurais sem licenciamento ambiental, entre outros.

De certo modo, as políticas públicas denotam essa preocupação e têm contribuído para estabelecer um sistema de produção ambiental no país, mas não conseguem ainda fazer cumprir plenamente, sequer parcialmente, aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental (VIOLA & LEIS, 1995: 94), conforme vimos no capítulo anterior.

Enquanto isso, os indicadores ambientais teimam em dar sinais de que tantas ações e legislações ainda não surtiram o efeito planejado. É notório que elas ainda são incipientes e insuficientes, ou, no mínimo, os parcos recursos e estrutura destinados a elas, demonstrando que a questão ambiental e a tão propagada "sustentabilidade" ainda não foram plenamente incorporadas às políticas públicas.

Há especialmente que se considerar a prevalência dos aspectos econômicos e tecnológicos em prejuízo às análises das variáveis sócio-culturais na elaboração de políticas ambientais, dos aspectos relativos às dinâmicas de organização social do local, de forma que os resultados sempre ficam muito aquém do planejado. "As pessoas que recebem as intervenções econômicas têm uma vida real e os planos

estabelecidos devem estar ajustados a essa realidade, e não o contrário, como tradicionalmente tem sido feito". (STROH, 2003: 281)

Algumas políticas públicas consideram fundamental a participação popular, porém outras ainda priorizam a opinião de técnicos e instituições governamentais, conforme Frey. É o caso do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Em 1981, este instrumento tornou-se uma das ferramentas básicas da Política Nacional de Meio Ambiente, para subsidiar estratégias e ações na elaboração e execução de planos regionais visando ao desenvolvimento sustentável. Em Rondônia, por exemplo, esse tem sido um exercício meramente técnico, conforme vimos no capítulo anterior. Por ser assim tratado e não considerar as demandas das comunidades, o ZSEE tem sido, muitas vezes, incompatível com tais demandas.

Sachs destaca a importância de se levar em conta as necessidades de curto prazo das populações locais e o potencial de ecodesenvolvimento dessas áreas, evitando-se a transformação de milhões de quilômetros quadrados de terras em parques ou reservas ecológicas restritas. Em sua avaliação, "o não-desenvolvimento não é a solução para o mau desenvolvimento". (SACHS, 1994:51)

Corroborando com esse pensamento, Sawyer lembra que a participação dos colonos é fundamental no processo para a realização dos propósitos ecológicos de controlar o desmatamento na Amazônia. "Reservas extrativistas e indígenas não serão suficientes enquanto quatro milhões de colonos já estão presentes na região". Para o autor, esses deverão ser envolvidos, diminuindo seu ritmo de desmatamento para que a taxa global diminua, "o que não equivale a dizer que não devem praticar algum desmatamento". (SAWYER, 1992:222)

Nunca é demais lembrar que as políticas públicas desenvolvidas e implementadas no país baseiam-se em estruturas políticas e econômicas e condições de poder que são conferidas a seus gestores. E é sobre este alicerce que são desenvolvidos os programas, planos e ações. Dadas as atuais estruturas, seria prematuro esperar uma atuação eficaz do país, aí englobados o poder público e a sociedade civil, voltada para um desenvolvimento realmente sustentável.

4.3 - A PROPOSTA GOVERNAMENTAL

Ao considerarmos os textos como uma manifestação contendo índices (BARDIN, 1977), no trabalho preparatório da análise documental buscamos

identificar a concepção de desenvolvimento sustentável da proposta do PAF Jequitibá e as dimensões de sustentabilidade abarcadas.

Para essa etapa da análise documental foram considerados o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), a Portaria/INCRA/P/Nº 1.141, de 19/12/2003, que cria a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal (PAF), a Portaria INCRA Nº 215, de 06/06/2006, que aprova os procedimentos metodológicos para a criação e execução de projetos de assentamento florestal, o projeto para criação e implantação do PAF Jequitibá, elaborado em 2006, e o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 2006 entre as instituições envolvidas.

Embora na análise não tenhamos encontrado explicitamente as concepções adotadas de desenvolvimento sustentável na proposta, os indicadores obtidos nas unidades de registro selecionadas (temas), tais como presença/ausência, freqüência, intensidade, direção, co-ocorrências e ordem (idem, ibidem: 109) mais se aproximam da concepção denominada por Frey como abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento (FREY, 2001:2), na qual a superação dos problemas ambientais é perseguida por meios gerenciais, dentro de uma perspectiva reformista e tecnocentrista, confiando na expertise profissional (MASON *apud* FREY, 2001). Nessa concepção, a intervenção estatal, via planejamento, é considerada indispensável para reduzir ou evitar os efeitos nocivos dos processos de crescimento econômico, ou ainda, para poder eliminar ou reparar distúrbios e danos já existentes, considerando o Estado e suas instituições de regulação e de planejamento como instrumentos indispensáveis para garantir a prevalência do bem comum no processo de desenvolvimento.

Tal concepção tem similaridade com a classificada por Viola e Leis na categoria estatista, que aposta na intervenção normativa, reguladora e promotora do estado, confiando nos mecanismos de comando e controle. Segundo os autores, esse enfoque pretende combinar como igualmente relevantes os princípios de eficiência alocativa e eqüidade social, associando-se historicamente com a emergência de políticas e agências ambientais na Europa Ocidental e na América do Norte nas últimas duas décadas. “O enfoque estatista está muito disseminado no mundo: maioria dos técnicos das agências ambientais, maioria dos economistas ambientais, maioria das ONG’s ambientalistas (somente no Primeiro Mundo) e um setor minoritário de empresários e gerentes”. (VIOLA E LEIS, 1995: 80)

Com esse caráter normativo e regulador, foi criada a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal – PAF, através da portaria INCRA/P/Nº 1.141, de 19/12/2003, que em seu artigo primeiro estabelece que tal modalidade se destina a áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente na região Norte, através de Termo de Concessão de Uso em "regime comunial".

O objetivo do órgão com relação ao PAF Jequitibá, firmado desde a primeira proposta em 2001, é dar destinação adequada à área, que se encontra na subzona 2.1, da 2ª aproximação do ZSEE de Rondônia, já que a mesma encontra-se com ocupação espontânea, na qual as pessoas desenvolvem, ou desenvolviam (tendo em vista as proibições legais e ações de fiscalização mais intensificadas), atividades econômicas ligadas à agropecuária e extração madeireira. A adequação à norma pode ser observada nas palavras do superintendente do INCRA, Carlino Lima:

> A criação do projeto foi exatamente para resolver o problema, por quê? Porque aquela área é uma área de uso restrito. Então aquele tipo de atividade (agricultura convencional, pecuária), se o INCRA não criasse o Jequitibá, também não poderia ter aquela outra atividade ali. O conflito é de entendimento: não é porque o INCRA criou o projeto, porque antes já era proibido (...) Se o INCRA não criasse aquele projeto, aquela área tinha que ser destinada para uma reserva, ou de rendimento sustentável, ou outro tipo de exploração, porque ela está numa área que é de extensão do zoneamento. Ou seja, o que o INCRA entendeu? Tudo bem, tem essas famílias que estão ali e nós podemos trazer outras famílias. Porém, nós vamos ter que fazer um projeto florestal, onde as pessoas podem explorar esses recursos naturais, viver nessa região sem degradar, sem aumentar o desmatamento. A insegurança de investir, não é pelo fato do INCRA ter criado o projeto, porque o projeto, ele vem exatamente para ordenar, pra dizer que tipo de exploração pode ser feito, mas aquele tipo de atividade que eles já faziam antes, era proibido, não poderia ter feito.

Essa adequação, de acordo com os dados obtidos na pesquisa, se relaciona diretamente com a racionalidade demandada no ZSEE. Para Milton Santos (1996: 239) vivemos um período de emergência do espaço racional, "O espaço racional supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia. Esta tanto depende da técnica contida nas coisas e nas ações" (idem, ibidem). Assim, conforme o autor, constatamos a transformação do espaço geográfico em território da racionalidade, no qual as ações devem ter a trajetória e os resultados programados.

Becker lembra que o desenvolvimento sustentável constitui a face territorial da nova racionalidade logística, a versão contemporânea dos modelos de ordenamento do território, que visa atender às exigências do final do milênio.

> Assume-se que o desenvolvimento sustentável não se resume à harmonização da relação economia-ecologia, nem a uma questão técnica. Ele representa um mecanismo de regulação do uso do território que, à semelhança de outros, tenta ordenar a desordem global. E, como tal, é um instrumento político. Enquanto a reconversão produtiva se implementa na prática e na teoria econômicas para atender às exigências do final do milênio. (BECKER, 1995: 295)

Desse modo, a proposta de desenvolvimento sustentável contida no PAF Jequitibá cumpre a função de ordenar o território e adequá-lo às determinações da lei do ZSEE/RO.

Esse novo modelo de assentamento afirma ser baseado na viabilidade econômica, sustentabilidade sócio-ambiental e desenvolvimento territorial, fundamentando-se no II PNRA. Este, por sua vez, previa a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região (BRASIL, 2003a: 15). No entanto, observa-se aqui um descompasso entre o que se entende por características da região, e aquelas de fato encontradas no local, de um ponto de vista menos restrito. Força-se aí uma solução para ordenar o território e dar a ele uma "destinação adequada".

No II PNRA está estabelecido que essa modalidade é destinada às populações tradicionais e "baseia-se num compromisso com a sustentabilidade ambiental e com a viabilidade econômica, que corresponde à implementação de atividades sustentáveis de exploração dos recursos florestais" (idem, ibidem: 31). Ao final afirma: "é um compromisso do governo federal e uma prioridade do Plano Nacional de Reforma Agrária". (idem, ibidem)

Toda normatizada, a proposta em pauta aposta nos meios gerenciais, fiscalizadores e participativos para o sucesso do empreendimento. Porém, como no quadro da abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento, a função da participação popular se restringe à "ampliação da base de conhecimento e ao aumento da responsividade da ação estatal; trata-se, portanto, somente de um elemento do planejamento ecológico. (...) Observa-se uma tendência a uma participação parcial, controlada e caracterizada pela cooptação dos participantes" (FREY, 2001: 13)

Deste modo, identificamos unidades de registro que apontam para uma participação popular por vezes conduzida de acordo com a formatação da proposta, e por vezes evasiva. Nos procedimentos metodológicos (Portaria INCRA Nº. 215) estabeleceu-se que serão realizadas “consultas às comunidades locais, quando for o caso, sobre a criação do PAF”, e ainda “a participação da comunidade assentada é essencial, durante todas as fases do processo de planejamento da organização territorial”, porém, não menciona em que casos tais consultas estão previstas, como essa participação será realizada, e não inclui a participação da sociedade na tomada das decisões e planejamento das etapas iniciais mais fundamentais.

O planejamento nessa abordagem é orientado pelas necessidades da população e não conduzido por ela (FREY, 2001: 13), diferentemente da abordagem político-democrática do desenvolvimento sustentável, apontada por Frey (idem, ibidem), na qual:

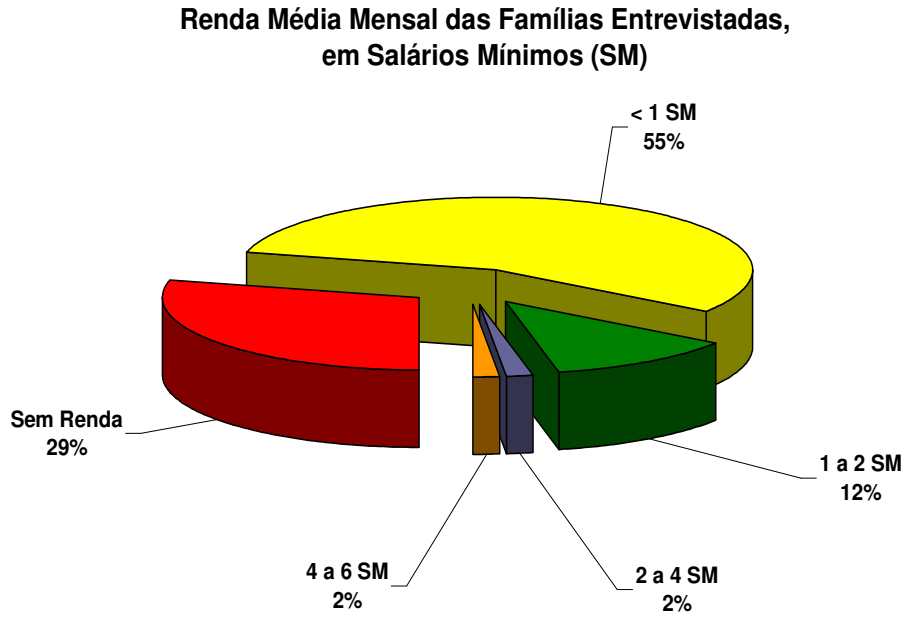
> A participação popular torna-se peça fundamental da política ambiental, indispensável para uma mudança substancial do atual quadro de políticas públicas. O planejamento deve ser compreendido não apenas como orientado pelas necessidades da população, mas também como conduzido por ela. Uma vez que as condições de poder político são vistas como responsáveis pelos atuais problemas ambientais, afetando em primeiro lugar os mais pobres, é fácil compreender a reivindicação em favor da alteração dessas condições de poder, o que significaria dar um peso mais forte aos interesses anteriormente marginalizados nos processos políticos de decisão.

Assim, a proposta estatal definiu a modalidade PAF para a comunidade, a forma de atuação e os resultados esperados, entendendo ser essa a alternativa mais “adequada à região”, cabendo a essas pessoas se adaptar às regras e participar “de acordo” com elas. Porém, a presença massiva na área de pessoas ligadas à agricultura convencional pode inviabilizar quaisquer propostas que tenham sido elaboradas “para elas”, ao invés de “com elas”.

A portaria dos procedimentos metodológicos define também que “Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso”, ao mesmo tempo em que estabelece o INCRA como gestor do processo. Depreende-se daí que a participação dos assentados na administração dessa modalidade de assentamento tem um caráter secundário, submetido ao planejamento tecnocentrista.

Ademais, observa-se ainda na proposta um negligenciamento em relação às condições sócio-econômicas atuais dos atores candidatos ao assentamento. Como podemos verificar na figura abaixo, é expressivo o número de candidatos que no questionário se declarou sem renda (29%) e com renda de até 01 salário mínimo (55%), totalizando 84%. A consideração dessas condições é de fundamental importância para o delineamento do nível de participação da comunidade no novo assentamento, afinal, há que se questionar se o tempo e prioridades dos beneficiários seriam os mesmos dos técnicos planejadores. Observamos que as medidas a serem implementadas e seus resultados se dão no planejamento a médio e longo prazo.

Gráfico Nº 02 - Renda dos candidatos ao PAF Jequitibá



Fonte: Pesquisa de Campo

Entre as inúmeras responsabilidades estabelecidas pelos ministérios públicos para os órgãos envolvidos, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) procura, em suma, ajustar o assentamento à legislação, mencionando preocupação em assegurar o “bem-estar sócio-econômico dos produtores florestais familiares a serem legalmente assentados e a integridade dos meios físicos e bióticos da área”.

O documento também cita a necessidade da participação dos beneficiários em diversas instâncias, como no Comitê de Gestão Compartilhada, PDA, PEA, planos de manejo, atividade de educação ambiental, assistência técnica, organizações comunitárias. Mas a participação popular requerida cumpre a função de dar respaldo ao modelo governamental estabelecido e não o de conduzir e direcionar o processo. "Entre os planejadores e boa parte dos políticos encontram-se consideráveis reservas no tocante a tentativas de conceder – mediante amplos direitos de participação – mais influência sobre os resultados de planejamento" (RENN&OPPERMANN, apud FREY, ibidem). Essa reserva se justifica, segundo o autor, pela forma como os cidadãos são vistos, "como incompetentes para decidir, especialmente no caso de tarefas mais complexas de planejamento" (FREY, ibidem: 13). Assim, ficam os futuros assentados na incumbência de participar do processo depois que ele foi iniciado e formatado, nos momentos de sua operacionalização.

Apesar de tratar-se de uma abordagem que privilegia a norma, a técnica e o planejamento partindo de uma expertise profissional, observamos lapsos temporais que denotam incoerência com os enunciados balizadores do novo modelo de assentamento. Quando comparamos a afirmação do II PNRA de que a criação de tal modelo é compromisso e prioridade do governo federal, com os indicadores de registro relacionados a prazos, constatamos o descumprimento da maioria deles.

A portaria de criação da modalidade PAF, de 2003, que instituía que os atos normativos deveriam ser baixados em noventa dias, veio ter seus procedimentos metodológicos estabelecidos quase três anos depois, através da Portaria Nº 215, de 06/06/2006.

Os prazos se esgotaram também no TAC, assinado em 2006, que determinou a "remoção dos ocupantes que não apresentarem perfil condizente com as características de cliente da reforma agrária", no prazo de 12 meses, o que até a presente data ainda não ocorreu, estando os processos judiciais em andamento. A constituição do Comitê de Gestão Compartilhada estabelecida à época para sessenta dias, também não aconteceu, da mesma forma que diversas outras determinações. Assim, torna-se questionável o fator prioridade enunciado pela proposta estatal no II PNRA.

Acrescente-se a isso o caráter difuso na atribuição de muitas responsabilidades, observados em indicadores de registro de sintaxe, como o constante uso de sujeitos indeterminados, considerados por Cunha e Cintra, como

aqueles em que “o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse em seu conhecimento”. Para indeterminar o sujeito põe-se o verbo “ou na 3ª pessoa do plural”, ou na “3ª pessoa do singular, com o pronome se” (CUNHA e CINTRA, 1985:125). Essa forma de representação do sujeito é freqüentemente verificada, como nas expressões extraídas da portaria que define os procedimentos metodológicos da modalidade: “Deverão se fazer gestões junto aos órgãos públicos e ONG'S da área de saúde”, “Deverão ser implementadas práticas da medicina tradicional e da medicina preventiva”, “Deverá ser dado apoio técnico e financeiro para implantação de projetos” (BRASIL, 2006a: 12/13). Ou seja, são ambigüidades constatadas na proposta que, se por um lado privilegia a norma, por outro deixa vagos aspectos importantes relacionados à mesma.

A seleção das famílias que habitarão o PAF é também um ponto minuciosamente normatizado. Além dos critérios comumente utilizados para a seleção de beneficiários aos assentamentos da reforma agrária[22], é considerada a

[22]De acordo com a Norma de Execução INCRA Nº 45/2005, o assentamento de famílias contemplará as seguintes categorias de trabalhadores e trabalhadoras:
I - Agricultor e agricultora sem terra;
II - Posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário;
III - Agricultor e agricultora cuja propriedade não ultrapasse a um módulo rural do município.
Não poderá ser beneficiário(a) do Programa de Reforma Agrária, de acordo com a legislação:
I - Funcionário(a) público e autárquico, civil e militar da administração federal, estadual ou municipal, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);
II - O agricultor e agricultora quando o conjunto familiar auferir renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais;
III - Proprietário(a), quotista, acionista ou co-participante de estabelecimento comercial ou industrial, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);
IV - Ex-beneficiário(a) ou beneficiários(a) de regularização fundiária executada direta ou indiretamente pelo INCRA, ou de projetos de assentamento oficiais ou outros assentamentos rurais de responsabilidade de órgãos públicos, de acordo com a Lei nº 8.629/93, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a), salvo por separação judicial do casal ou outros motivos justificados, a critério do INCRA;
V - Proprietário(a) de imóvel rural com área superior a um módulo rural, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);
VI - Portador(a) de deficiência física ou mental, cuja incapacidade o impossibilite totalmente para o trabalho agrícola ressalvados os casos em que laudo médico garanta que a deficiência apresentada não prejudique o exercício da atividade agrícola;
VII - Estrangeiro(a) não naturalizado, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);
VIII - Aposentado(a) por invalidez, não enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a) se estes não forem aposentados por invalidez;
IX - Condenado (a) por sentença final definitiva transitado em julgado com pena pendente de cumprimento ou não prescrita, salvo quando o candidato faça parte de programa governamental de recuperação e reeducação social, cujo objeto seja o aproveitamento de presidiários ou ex-presidiários, mediante critérios definidos em acordos, convênios e parcerias firmados com órgãos ou entidades federais ou estaduais.
Tais informações são obtidas pela declaração do candidato e por consultas realizadas aos bancos de dados dos órgãos governamentais.

experiência com atividade florestal e os candidatos têm que assumir compromissos de recuperação de áreas degradadas e trabalho com PMFSC. Nas palavras do superintendente do órgão gestor, os agricultores têm que se adequar ao PAF. Segundo ele, o PAF "tem que ser uma modalidade onde o agricultor tem que se adequar a esse tipo de atividade. A primeira coisa é essa parte da adequação: é feito um processo de seleção com essa orientação da necessidade de ter uma atividade econômica diferenciada. Essa é a forma para fazer a implantação desse projeto". Observa-se nessa fala que o rigor da norma está acima de atributos como, por exemplo, o respeito à tradição desses agricultores, até como um pressuposto potencial para uma transformação que vise a sustentabilidade sócio-ambiental conforme expressa o documento de sua criação.

Há uma incongruência entre aptidão vocacional da área expressa no projeto (BRASIL, 2006b: 15) e as atividades desenvolvidas pelos que habitam ou habitarão o local. Do total dos candidatos que responderam ao questionário, 30,5% exercem atividades de produção agropecuária, 22,03% estão sem atividades e apenas 1,69% trabalha com extrativismo. Além disso, 64,7% das respostas à questão sobre as atividades que pretendem desenvolver no PAF estão ligadas à agropecuária e somente 28,43% à floresta. Essa aptidão é definida no projeto como relacionada à exploração sustentável dos recursos florestais, que mais se baseia na expertise profissional dos elaboradores da lei do ZSEE, ainda que tal aptidão, ou pelo menos o manejo florestal, seja desconhecido de uma parcela considerável dos entrevistados (49,15%).

Conforme Stroh, não é possível identificar que os planos estabelecidos estejam ajustados à vida real daqueles que receberão a intervenção (STROH, 2003: 281). Neste caso, só se identifica uma alternativa: que eles se adéqüem a um novo modelo de vida concebido na visão tecnocrata, como única possibilidade, na qual seu nível de participação nas decisões assume um caráter auxiliar.

A dimensão econômica da proposta

Observa-se que o projeto do PAF Jequitibá está centrado na dimensão econômica da sustentabilidade e adota o conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido no Relatório Brundtland. O projeto afirma que "a elaboração de projetos de desenvolvimento econômico calcado em bases sustentáveis torna-se necessária

no contexto atual, onde a humanidade necessita harmonizar suas atividades com as limitações da natureza, com vistas à garantia de um ambiente saudável para as atuais e futuras gerações" (BRASIL, 2006b: 3)

O foco de promoção do equilíbrio entre as ações de produção econômica e a conservação do meio ambiente parte, naturalmente, da concepção do modelo que, já nos parágrafos iniciais da Portaria Nº 1.141, considera para sua criação o fato de uma das diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA ser a implantação de um novo modelo de assentamento baseado na viabilidade econômica, sustentabilidade sócio-ambiental e desenvolvimento territorial.

Prevalecem os indicadores de registro que denotam o caráter econômico da proposta, tais como: produção, produção florestal sustentável, manejo de recursos florestais, exploração madeireira, logística de exploração, beneficiamento e comercialização dos produtos, agregação de valor, inserção e aceitação no mercado, poder de barganha, cadeia produtiva, entre outros. Seus habitantes são tidos com "produtores florestais", o assentamento e as parcelas individuais como "unidades produtivas" e a organização espacial é toda voltada para a racionalidade das atividades econômicas, orientada para maximizar a eficácia material. (BRASIL, 2006a: 6)

No entendimento das lideranças ligadas ao projeto, essa dimensão também demonstrou ser a prioritária. Antônio Rocha, presidente da associação APRUCAJÁ, ao ser perguntado sobre sustentabilidade e o que considerava ser necessário para esse modelo sustentável, foi direto ao ponto:

> A serraria primeiro. Diz que tem negócio de criame de peixe também. Tem tudo isso, porque se colocar em prática, dá pra se fazer alguma coisa, não é dizer que não tem solução, tem solução, quando as autoridades quer as coisas acontece, tá na mão deles, não tão na nossa mão esses projetos, tá na mão deles, não adianta nós querer brigar com uma coisa que tá contra as leis, tem que tá dentro da lei do país, só que também eles têm que vê o nosso lado, têm que vê.

Sustentabilidade possui assim um conceito bem circunscrito aos aspectos ligados à sobrevivência e de eficácia duvidosa no entendimento do presidente da associação, com uma estreita relação com a ação do poder público.

E sobre o que seria importante para o local, para que as pessoas fiquem bem, reiterou:

> Principalmente aqui, é começar vir a serraria, se é que o plano de manejo é pra isso, a serraria, ela é o ideal pra nós aqui dentro. Por quê? Porque gerava o serviço aqui dentro mesmo, porque a madeira vai ser tirada, não

> vai ter boca. Então, por que essa madeira não ser beneficiada aqui dentro do projeto? È o primeiro passo que eu acho. Se eles querem botar nós aqui dentro, se eles botar nós aqui dentro, é o primeiro passo que eu acho. Ao invés de tirar madeira daqui, ela (deve) ser beneficiada aqui dentro, daí isso gera renda, vem renda pro lugar, surge o emprego e tem como crescer. Agora, se tira daqui, a gente não sabe pra onde fica, porque foi tirado uma madeira um tempo aqui e ninguém sabe pra onde que botou os imposto, pra onde ficou aquilo não, aquilo acabou, acabou em nada. E agora não, nós queria assim: tudo bem, é madeira pra tirar, vamo tirar então as madeiras. É legalizada pelo IBAMA, pelo plano, só que, (tem que) beneficiar aqui, e o lucro, ficar um pouco do lucro aqui dentro.

Adelino Ramos, do MCC, também considera prioritário o tratamento das questões econômicas, até como forma de garantir a posse da terra. Assim disse: “Se nós, pra garantir um projeto de reforma agrária, nós temos que ter produção e a produção tem que ter o industrialismo, por isso que nós vamos criar um pólo produtivo, vamos ter um local da área de subsistência e vamos ter o estalhão de manejo”. E vai além:

> (...) nós vamos produzir, industrializar e comercializar tudo dentro de um tema legal, ainda mais com o apoio do Ministério do Meio Ambiente até com o próprio governo, pra comercializar até pro exterior. Então, essa é a vantagem. Tudo que nós produzi hoje, nossos netos, filhos, toda a geração vai produzir muito mais que nós iniciamos no projeto, porque o mercado vai aumentar. A própria matéria, o próprio capital, os próprios materiais que vai ser colhido na floresta vai só aumentar. A nossa geração vai ser muito mais rica que nós.

O presidente da COOAFCAN, Jorge Douglas Meira, enfatizou na sua fala a dimensão política do processo, porém, vê na produção econômica para o mercado externo a solução para os problemas dos futuros assentados:

> Temos o projeto de um parque industrial com uma serraria, uma marcenaria. O que a serraria não puder tirar... tirou o filé que vai pra fora, porque a idéia nossa é exportar, o valor é outro e agrega mais valor pro assentado. Com o aproveitamento na marcenaria fazemos carteira... Ó, Ivo Cassol (governador), se (o projeto) tivesse oficializado, eu assinava convênio com ele, todo ano entregando 1.000 carteiras, 2 mil carteiras pras escolas rurais, é madeira de aproveitamento, só aquela cadeirinha, com coisinha de botar o caderno aqui, coisinha de botar a bolsinha embaixo, dentro da salinha de aula, daquelas de linha, que é nos projeto isso daí. Está dentro da proposta nossa.

Constamos assim que a dimensão econômica predomina no modelo de sustentabilidade que se busca colocar em prática e dessa forma é captado pelas partes envolvidas, especialmente pelas lideranças, que assimilam o discurso

dominante. Ainda que preocupações com os aspectos políticos, organizacionais, culturais e sociais da comunidade venham à tona em determinados momentos, os aspectos econômicos sempre subordinam o bem estar social e a qualidade de vida humana.

Por outro lado, em determinado momento da execução do projeto a preocupação com a viabilidade econômica do assentamento é postergada para a fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, quando o projeto coloca para essa etapa a realização dos estudos que têm essa finalidade (BRASIL, 2006b:16). O PDA é um instrumento desenvolvido nas etapas posteriores à criação do assentamento, com planejamento da ocupação e utilização racional das áreas do assentamento, que expressa uma preocupação com a recuperação do passivo ambiental, social e econômico do local.

De acordo com a Portaria Nº 215, a elaboração do PDA é de responsabilidade dos prestadores de serviço do programa ATES. O plano deve "dar resposta sustentável aos problemas prioritários identificados pelas comunidades", conciliando o projeto de vida das pessoas com a aptidão identificada da área.

Conforme verificamos, a aptidão da área do Jequitibá foi definida em lei, obedecendo a critérios técnicos, não tendo sido ainda bem assimilada pela população que reside no local, e o projeto de vida das famílias está estritamente ligado à posse da terra. Dos que responderam ao questionário, 64,4% foram para o local "para ter um pedaço de terra". Há uma diferença significativa entre a expectativa dos candidatos - acesso à terra - e a do desenvolvimento de atividades florestais e comunitárias, diferença essa de difícil nivelamento somente com a assinatura de um termo de compromisso.

Ainda sobre o PDA, expressa o documento:

> Baseado no diagnóstico do meio natural, sócio-econômico e cultural do assentamento, esse Plano deve orientar a organização espacial da área do Projeto, acompanhado do dimensionamento das parcelas, das áreas de exploração comum, áreas de preservação permanente e de reserva legal, áreas de uso urbano e de instalações comunitárias; locação da rede viária; definição dos sistemas de produção; aplicação dos créditos; e, as obras de infra-estrutura existentes e as necessárias. Esse Plano deverá servir de base para a elaboração do documento de solicitação da Licença de Instalação e Operação. O plano se materializa na forma de programas temáticos, identificados com os assentados e sintonizados com a situação constatada no diagnóstico, de forma que sejam exeqüíveis, facilitem as negociações e atendam às exigências legais e aos requerimentos das diversas fontes de financiamento. (BRASIL, 2006a: 6)

Com o propósito de atender às exigências das fontes de financiamento, outra situação se delineia. Quando coloca em primeiro plano a dimensão econômica da sustentabilidade, tendo uma visão do assentamento e da vida das pessoas que ali habitarão como uma grande "unidade produtiva", a proposta o faz com o foco nos interesses do mercado globalizado e dos organismos multilaterais de financiamento. Segundo Paula, essa subordinação está presente de forma generalizada nas iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável. O autor chama a atenção para a lógica do desenvolvimento sustentável preconizada por tais organismos. "Sob essa lógica, as questões relativas ao 'desenvolvimento social' são relegadas a um plano secundário (situado no âmbito das 'políticas compensatórias'), enquanto aquelas ligadas ao meio ambiente subordinam-se à 'utilização de uma abordagem econômica na determinação das prioridades ambientais'". (PAULA, 2005: 283)

O autor alerta ainda para o risco da dominação das transnacionais nesse processo de "mercantilização da natureza":

> No caso dos produtos com maior potencialidade de competição no mercado internacional – como, por exemplo, plantas medicinais e essências florestais -, sua exploração comercial depende do aporte tecnológico de ponta gestado na terceira revolução industrial. Este, por sua vez, e controlado por um restrito grupo de corporações transnacionais, através de mecanismos diversos como as leis de patentes. Logo, a tendência é que elas monopolizem todo o processo de exploração. Com isso, a região tende a permanecer inserida economicamente de forma subordinada, como mera fornecedora de matéria-prima para os mercados mundiais. Novamente, são os segmentos sociais subalternos que serão os mais sacrificados pelo processo de exploração. (idem, ibidem: 350)

Para "mudar esse jogo", segundo Paula, todo o esforço deve ser direcionado para a autonomia política das organizações representativas dos segmentos sociais subalternos (idem, ibidem).

Enfim, não resta dúvida de que a proposta governamental busca legitimar a normatização do território, conferindo-lhe a devida legalidade ao alterar o modo de vida da comunidade local e suas atividades produtivas, ajustando-o às exigências ambientais e à lei do ZSEE, a partir de normas e técnicas.

Tal planejamento prevê uma alteração profunda no cotidiano das pessoas e até em sua visão de mundo, cujas impressões veremos adiante. É relevante considerar que a proposta do assentamento, concebida para o bioma amazônico e populações "tradicionais", vai intervir num espaço habitado pelo homem há mais de uma década, que possui características próprias, não tão identificadas com a

proposta. Conforme assinalou Silva, “Ao olharmos para a Amazônia, encontraremos várias “Amazônias”, “povos amazônicos”, “culturas amazônicas” que também vão se diferenciar por sua trajetória histórica, por suas inter-relações étnicas e pela definição de suas estratégias de sobrevivência (modo de produção).” (SILVA, 2007:232). Dessa forma, apesar de o assentamento estar inserido nesse bioma, este não é uniforme e guarda características peculiares imprimidas pelos intensos movimentos migratórios das últimas décadas.

A proposta à primeira vista pode parecer perfeita para as condições locais, especialmente com as atividades de PMFSC e residências em agrovilas, que a princípio poderiam racionalizar seu uso, o que inclusive é defendido por Sachs para as novas fronteiras econômicas que concentram pessoas vindas de várias regiões, “a adoção de assentamentos em núcleos para facilitar um abastecimento adequadamente homogêneo e o desenvolvimento de sistemas de apoio social e cultural apropriados” (SACHS, 1986: 58). Contudo, há uma grande imponderação ao fazê-lo com normas e técnicas focadas no meio físico e na relação econômica que se pretende para o local, excluindo o aspecto humano, ou se não, colocando-o em posições secundárias e subordinadas, afinal, quem vai levar avante um sistema tão complexo como o previsto? Qual o entendimento e qual a disposição das pessoas do local para o empreendimento? Colocar como “única saída” para essas pessoas seria a solução? Como afirmou o superintendente do INCRA, “as famílias que não têm perfil e também queiram trabalhar outro tipo de atividade, vão ter que deixar a região”. Restam alguns questionamentos: A política agrária tem funcionado dessa forma? E a consideração da capacidade humana de encontrar soluções alternativas, sejam elas lícitas ou ilícitas, para as dificuldades encontradas, especialmente quando o que está em jogo é a própria sobrevivência? Fariam eles coro aos milhares de acampados desse estado? É o que têm feito outros milhares de ocupantes ilegais de lotes nos assentamentos, os invasores das reservas em bloco, os posseiros de terras públicas? A capacidade operacional dos órgãos executores e fiscalizadores, como um dos resultados da política agrária do governo federal, é um fator limitante que não pode ser desconsiderado, como também e especialmente não pode, a participação integral daqueles a quem se destina tal política.

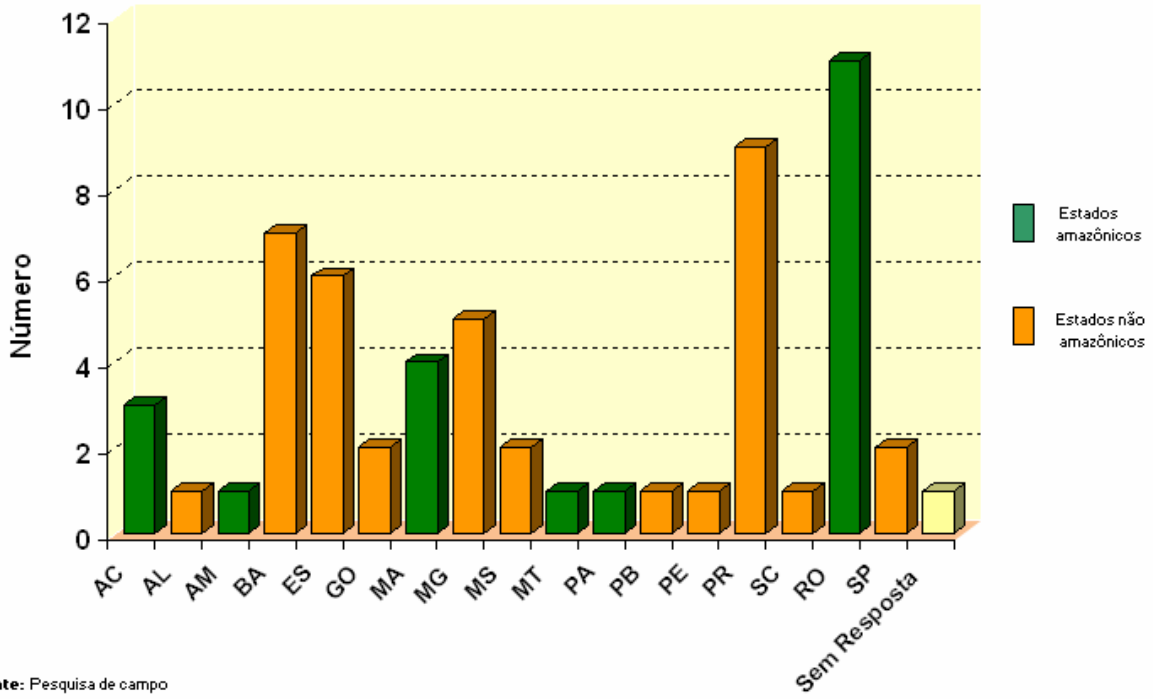
4.4 - A PROPOSTA SOB A ÓTICA DOS CANDIDATOS

O PAF Jequitibá está em processo de formação, cujo planejamento prevê o assentamento de famílias que já residem em seu perímetro, cerca de cinqüenta na condição de posseiras e 70 acampadas, outras que moram no entorno e nas cidades vizinhas, após o processo formal e legal de seleção realizado pelo INCRA. Na pesquisa de campo, aplicamos questionários com perguntas fechadas e abertas (em anexo), em novembro de 2007, com famílias candidatas, dentro do perímetro do assentamento, onde a aplicação se deu no acampamento do MCC, entre os moradores encontrados na Linha de Penetração (LP)-35, única no período com acesso para veículos, ainda que precário e, no entorno, na Vila Nova Samuel, entre os candidatos encontrados no local, totalizando 59 questionários respondidos, sendo o universo de 548 candidatos cadastrados no INCRA até aquela data. Posteriormente, em maio de 2008, realizamos entrevistas com três famílias moradoras da área para enfocar com profundidade aspectos subjetivos observados no processo.

Após a tabulação dos dados obtidos nos questionários, verificamos que 47,4% dos que responderam se situam na faixa etária acima de 41 anos, 67,79% têm como grau de escolaridade o nível fundamental incompleto e 10,16% são não-alfabetizados. Registramos três candidatos que chegaram à área há mais de 10 anos, sendo que 37,28% estão no local há mais de cinco anos.

A maioria é procedente de outros estados (77,96%), sendo que parte deles já morou em até três estados, e 62,71% são provenientes de estados não amazônicos.

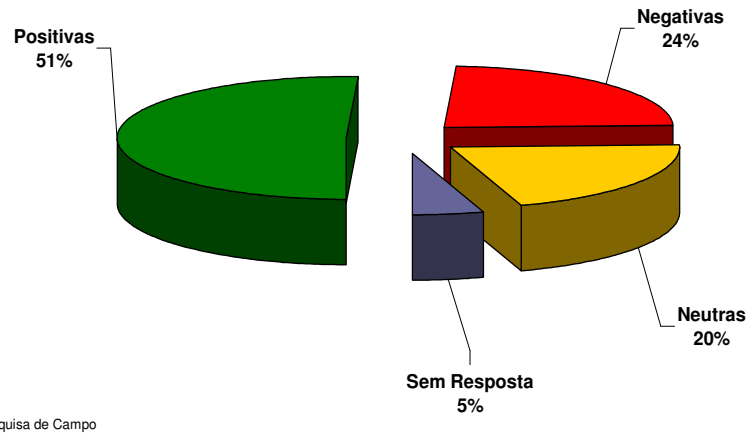
Gráfico Nº 03 – Procedência dos candidatos ao PAF Jequitibá



Fonte: Pesquisa de campo

Para a pergunta que verificava a opinião dos mesmos sobre a criação de um PAF no local, obtivemos 51% de respostas favoráveis à criação, 24% foram contra e 20% foram neutras, com o estabelecimento de condições.

Gráfico Nº 04 - Opiniões sobre o PAF Jequitibá



Fonte: Pesquisa de Campo

Entre as opiniões favoráveis, encontramos expressões como: “É importante, um dia vai beneficiar a gente. Um exemplo no mundo inteiro, no exterior. Está até no exterior. Exemplo de união entre movimento e órgãos”. E também: “Tenho uma boa esperança. Depois de tantos anos, tanta luta, quem sabe agora é o momento?” E outra estritamente ligada ao conceito de desenvolvimento sustentável expresso no Relatório Brundtland: “Preserva a natureza e a gente sai ganhando: pelos nossos filhos, nossos netos”.

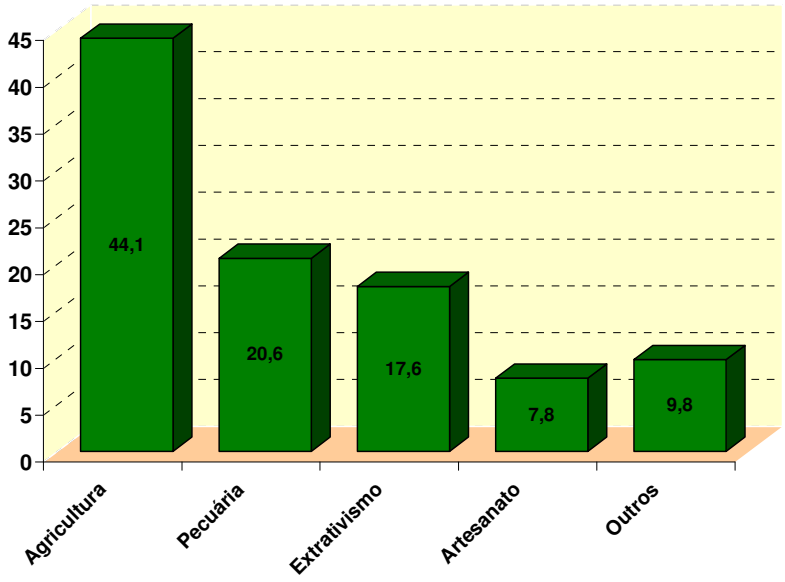
Das respostas que estabeleceram condições para gostar da proposta, algumas reivindicaram mais esclarecimentos sobre seu funcionamento por parte dos órgãos, outras a liberação de atividades como criação de gado e outras que seja aceita a parte dos lotes que já foi desmatada, proibindo somente a expansão do desmatamento. Há até os mais céticos: “Se acontecer pelo menos a metade, está ótimo!”

Por outro lado, temos também: “Não tô gostando desse trem não. Quando eu vim pra cá não sabia disso. Quem tá aqui dentro não tem perfil, estão acabando com o sonho da gente. Esse negócio vai amedrontar a gente de tudo que é jeito”. E ainda: “Para mim não serve, vim criar minha família com dignidade, não sabem dizer se a gente fica aqui. Tudo foi feito na frente deles. O projeto é uma ilusão”. Outro disse que esse é um “projeto de fome”: “O que eu vou fazer catando essas coisas no mato? Não vou poder plantar, criar. Vou ficar com quatro alqueires. Não dá pra fazer nada, tem que trabalhar individual”.

Isto posto, é pertinente aqui um questionamento sobre o conceito de populações tradicionais que norteia a criação de um PAF, conforme estabelece o II PNRA (BRASIL, 2003a: 31), e indicadores nos demais documentos oficiais sobre populações com tradição no extrativismo e atividades produtivas ligadas à floresta, ao menos no tocante ao Jequitibá. Quando analisamos esses dados e verificamos uma expressiva parcela do universo procedente de estados que não têm tradição no modo de vida e produção ligado à floresta, compreendemos o índice relevante de famílias que são contra a proposta governamental. Aliado a isso, temos os dados apresentados anteriormente que apontam para o fato de 64,7% das respostas à questão sobre atividades que pretendem desenvolver no PAF estarem relacionadas à agropecuária. Apenas duas respostas à pergunta sobre os motivos que os levaram para o local tiveram vinculação com a floresta. Um afirmou ter ido para o local para

realizar manejo florestal e outro pelo contato com a floresta. A maioria foi para ter acesso à terra (64,4%) e em busca de melhores perspectivas de vida (23,72%).

Gráfico Nº 05 – Atividades que pretendem desenvolver no PAF



Fonte: Pesquisa de Campo

Uma grande dificuldade se relaciona ao nível de conhecimento sobre o projeto, especialmente sobre os sistemas que o mesmo pretende adotar para o local: 49,15% não conhecem plano de manejo florestal e 47,45% não conhecem o sistema de moradia em agrovilas.

Quanto ao primeiro, há 32,2% de opiniões positivas e 22,03% negativas. Tais opiniões variam de “Destrói a natureza” a “É inovador. Fazendo assim, nunca a floresta acaba”. Observamos que há um nível de conhecimento maior entre os habitantes do acampamento do MCC, haja vista que já participaram de capacitações sobre manejo e são ideologicamente preparados de acordo com o projeto governamental, como podemos conferir nos seguintes trechos da entrevista concedida pelo dirigente do MCC, Adelino Ramos:

> O povo não é que conhece, o povo já tão sendo capacitado para o manejo florestal, até como explorar pra evitar a destruição da floresta, o impacto reduzido na questão ambiental (...)agora já tem um trabalho na mata com o povo, já tem um trabalho politicamente e depois na prática. Teoricamente o povo já começaram, agora já começaram fazer, tá só esperando passar agora o final do ano,vai vir um curso de trabalho nas máquina. O IBAMA é

> que está capacitando, que é uma dívida e responsabilidade dele capacitar, né?

Contudo, esse conhecimento é precário entre os posseiros da área e demais candidatos, mesmo entre aqueles que participam de associações e cooperativas (67,79%). Alguns fatores observados podem estar contribuindo para esse quadro. O acesso aos meios de comunicação de massa é muito dificultado na área. Não há energia elétrica e poder aquisitivo para acesso aos meios (84,74% se declarou sem renda ou com renda de até um salário mínimo), o sistema de transporte é incerto e o nível de escolaridade muito baixo. Do total, 49,15% não têm quaisquer acesso a meios de comunicação de massa, 32,2% têm somente a rádio e 22% a TV. Uma das respostas foi assim expressa: “Não sabemos trabalhar, mas queremos aprender. Só escutamos no rádio, e a gente não entende nada disso”. Mesmo com acesso, por se tratar de uma questão muito técnica, tais meios não são adequados para atender às necessidades das pessoas de conhecer tal sistema, que devem se estabelecer em uma relação presencial.

Manoel Alves de Souza, posseiro na área e membro da associação APRUCAJÁ, nos expôs em entrevista os problemas que têm para compreender a proposta e, por outro lado, demonstrou firmeza sobre sua posição em relação às idealizações do Estado:

> Nós não sabe de nada, porque nós tamo entre caboclo que não sabe nem conversar, não sabe nem se expressar. Assim, na hora de xingar nós somo muito bom, mas na hora de falar difícil, como diz o outro, ninguém num sabe, mas nós sabemos o que nós quer. O que nós quer é sossego, é trabalho, é ninguém perturbar nós, deixar nós adonde tamo.

Quanto às capacitações, não obstante o superintendente do órgão em Rondônia, Carlino Lima, reconhecer sua relevância e ter informado que está firmando parcerias para isso, ao questioná-lo se essa etapa já não deveria ter sido iniciada, devido ao alto grau de expectativa das pessoas, ele nos informou que o órgão só terá condições de fazê-lo quando já estiverem definidos os beneficiários, com cadastros aprovados e homologados no SIPRA. “A partir desse momento que o INCRA sabe quem são os beneficiários, aí sim, aí entra com o processo de capacitação”, afirmou.

Como a dificuldade para obter informações e compreender o funcionamento de um PMFSC, percebemos uma grande resistência ao trabalho comunitário, expressa em respostas como: “A floresta aqui não dá mais nada. Não dá certo ser

feito em grupo. Se for de maneira tradicional dá certo", e também: "Individual funciona. Do jeito que eles querem não funciona. É pouca madeira. Aqui não tem".

O coletivo imposto pelo projeto é recebido com grande resistência por parte dos posseiros do local. Destacamos a seguir algumas respostas mais reveladoras: "Não funciona. Até marido com mulher não dá certo numa sociedade", "Sei não, tem que começar primeiro, mexer com gente não é fácil não", "Muito problemático", "Só se for forçado, pra não perder a terra. A gente tem que concordar e fazer. É a lei que manda" e "Acho que vai ser um grande problema essa coisa de trabalho em grupo. Pelo meu gosto eu gostaria que ficasse do jeito que eu te falei: cada um tocar sua terra".

Essa resistência se manifesta de forma sutil entre os moradores do acampamento. Durante o processo de aplicação dos questionários, fomos acompanhados pela coordenação do acampamento que, por diversas vezes interveio nas respostas dos participantes que emitiam opiniões negativas ou duvidosas sobre PMFSC e agrovila, de forma a abrandá-las, resultando em respostas mais tangenciadas, tais como: "Estamos trabalhando pra tentar organizar", "É trabalho coletivo, de acordo com as normas do assentamento", "Se der certo vai ser bom demais", "Não tenho opinião, mas estou aberto pra aprender".

As disputas internas e a animosidade entre os grupos de posseiros e acampados é nítida, inclusive com manifestações mais violentas como a descrita no primeiro capítulo deste trabalho, culminando na privação da liberdade do ex-superintendente do IBAMA, que estaria, na avaliação dos posseiros, privilegiando o grupo do acampamento do MCC, com motosserras, além de outros benefícios concedidos anteriormente. A indignação entre os posseiros, por se sentirem marginalizados no processo, já havia sido agravada anteriormente com a instalação da base operativa no acesso à área, que os impediu, e a quem transitasse pelo local, de transportar diversos itens. Encabeçando a lista dos produtos e equipamentos estava a motosserra, pivô do episódio.

Tais relações presentes no local devem ser cuidadosamente avaliadas na construção do assentamento, como adverte Ferrante (2000: 3), essas situações remetem aos dilemas de organização, merecendo uma reflexão sobre expressões de recusa e aceitação aos modelos de associativismo propostos pelo Estado, e também "à compreensão da reorganização do espaço físico e produtivo, em uma

rede de rearranjos, nos quais contam efetivamente estratégias familiares e outras formas de se buscar cooperação". (idem, ibidem)

A hostilidade presente entre os grupos está, a princípio, inibindo tais rearranjos e possibilidades de convívio harmonioso, num espectro mais ampliado, colocando em cheque a presente proposta de coletividade. Nas palavras de Adelino Ramos, do MCC, a possibilidade de atuar em prol de uma convivência mais amistosa é inviável:

> Não tem como fazer uma unificação e nem trabalhar pra isso ser evitado, porque a pessoa que foi pra lá sem ser trabalhado pelo movimento, até hoje só criou problema, pro INCRA, pro IBAMA e pra justiça. Isso é lógico, ele está lá não tá atrás de terra, ele tá lá ganhando um salário e vendendo o nome pro INCRA legalizar terra pro patrão, no nome dele pra outro. (...)nós não podemo perder tempo com aquele que tá lá, até vendendo o próprio nome. Segundo, ele não tá com intenções de projeto. Terceiro, ele não tem uma política de produção, muito menos industrializar pra comercializar, ele tende a destruir, porque ele é um peão. Ele não é um trabalhador agricultor, é um peão mandado a troco de um salário que tem nesse país que é de miséria. Agora, nós não podemo perder tempo de trabalhar com quem não quer o projeto.

Observa-se um conflito imperante, que abordaremos ainda no próximo capítulo. Os moradores do acampamento, em geral, têm os posseiros como os devastadores da floresta, "invasores de terras públicas" e "laranjas" de grandes fazendeiros, cuja função no local é unicamente "emprestar o nome" para a obtenção do lote. Por outro lado, entre os posseiros também encontramos visões contrárias aos integrantes do acampamento, como podemos verificar na entrevista concedida por Maria do Carmo Oliveira, que reside em um lote no local:

> Um dia fui lá em cima, que tem uma colega minha, que tem um sítio lá. Criança tudo pequena, aquelas mulher com um piseiro danado, um griteiro, parece querendo sarro da cara da gente, aquelas cantarolas, como quem não tem o que fazer, acho que não tá tão necessitado assim não, porque mulher que eu vi ali veste bem, que eu não tive ainda condição de vestir igual elas, homem cheio de tatuagem braço a fora, ali tem uns que eu acho que precisa de terra, agora tem outros ali que não precisa não, pelo tipo do cabra você conhece quem é roceiro, quem não é, e tem gente ali dentro, que eu fiquei sabendo, conhecidos e amigos nosso que as mulher deles é professora dentro de Porto Velho, tão pra segurar terra pra fazer dinheiro pra vender. Se você olhar na cara de uma pessoa roceira, você conhece o tipo dele andar, o tipo dela trajar. (...)É mulher toda de unhas pintadas, unhas cumpridas, é *piercing* dum lado, toda cheia de piseiro, então um tipo desse de gente pra mim, não é mulher roceira, eles tão querendo é arrumar terra aí é pra vender, fazer dinheiro e pronto.

E sua revolta com o que entende ser um privilégio a esse grupo, através dos programas de apoio dos órgãos federais aos trabalhadores rurais sem-terra que estão sob lona, foi assim expressada:

> (...) nós que trabalha, nós não tem o apoio de ganhar uma cesta básica, fazer uma visita aqui, trazer alguma coisa pra nós, olhar como nós tamo. Aí passa os baú, caminhão de baú, cheio de mercadoria, leva pra aquele povo comer, sem fazer um nada, pra arrumar piseiro com os outros, querendo briga com os outros. Ainda eles fala que não tão nem aí, que tem o corno do governo pra dá comida pra eles, fala desse jeito ainda. Então eles come de boa, eles come comida boa, né?! Que vem de lá pra eles aí, agora nós aqui, come o que nós fizer pra nós comer, aqui diz que tem até roupa levando pra eles aí.

Propostas de conciliação parecem irrealizáveis. A solução apontada pela entrevistada é a "distância" e deixar que o grupo sinta a dificuldade para valorizar a terra conquistada:

> Era melhor arrumar um lugar aí e colocar eles, mas diz que eles só quer lugar pronto, eles não quer dificuldade, pegar e abrir lá um pedacinho e começar a plantar uma rocinha, que nem nós começar a plantar arroz, pra depois nós começar a adquiri um cafezinho, que é ali no meio, cultivando, transformar aquela lavoura, eles não querem isso, diz que eles querem é pronto. (...)Aí a hora que ele consegui colher aquele café ali, ele trabalhando, aí ele vai começar a dá valor ao suor do outro, pra ele vê que é sofrido, então eles também tinha que começar assim, igual os outros começou, não pegar as coisas dos outros que tá pronto e fazer o piseiro que eles tão querendo fazer, não entendo mais nada. Só peço a Deus que o governo, o INCRA, arrume jeito de assentar esse povo, que é complicação (...)

A alternativa de moradia em agrovilas também é um ponto polêmico. Segundo Ferrante, os assentados comumente associam a agrovila à imposição e decisão de outros e a recusa está relacionada "à liberdade dos assentados escolherem o modo como desejam organizar o lugar, o espaço onde irão viver com a família" (FERRANTE, 2000: 9).

Organização, companheirismo, coesão, união, facilidade de acesso a benefícios e informação, transformação do grupo em uma família, estão entre os principais atributos positivos da agrovila citados pela parcela que respondeu favoravelmente à proposta (37,28%). Para outros, a rejeição ao modelo de sociabilidade apresentado para o assentamento (22,03%) se manifestou através de frases como: "Deus o livre! Vem um que é bom e 10 que não é. Não aceito de jeito nenhum. Quem aceitar é mais louco do que quem fez esse projeto" e "Acho muito estranho, muito esquisito, ninguém é índio. Todo mundo vivendo juntinho e indo pra

floresta. Nós vamos viver do que? Não existe mais aqui copaíba, cipó, já está tudo explorado."

Para Lúcia Oliveira do Nascimento, esposa de Manoel Alves de Souza, residentes em um lote no local há mais de um ano, agrovila é algo desconhecido. "Agrovila é o que? Uma cidade? Como é que é?" Baseado em informações obtidas em reunião da associação, Manoel captou o seguinte:

> Mas ele (o presidente da associação) não tem conhecimento, ele fala por querer incentivar a gente e tal, mas eu acho que agrovila, todos têm que sair do seu lote, porque os sem terra ali tem agrovila e eles não têm lote. Eles têm só 100x250. Então, eu digo mesmo pra senhora, eu serei despejado, se ser pra mim deixar 100x250, eu fora do meu lote, pra mim sobreviver, eu tenho que cair no mato pra tirar cipó, pegar tucandeira, cobra... Assim eu vou viver por conta própria. Se é de viver de grupo, hoje você tem que fazer isso. Nós tem que tirar o cipó, nós tem que tirar o titica, nós tem que tirar um imbé, tem que tirar um pau que dá o fundo da bacia. Então, eu vou trabalhar por conta própria, melhor do que eu ir trabalhar de grupo. (...) cê já pensou, se eu não vou com a sua cara e você tá no grupo que eu tô? Como é ridículo todo dia amanhecer e ver a senhora na minha frente! Não dá. O que que vai acontecer? Vou tomar prejuízo, que eu vou desistir, vou desistir ou senão eu vou dar trabalho pra vocês. Depois, porque ninguém vai combinar e isso tudo acontece, então eu acharia que todo mundo, porque que não deixa o camarada no seu lote viver por conta própria? Limita, você só vai ter 500m daqui do começo ao fim pra você trabalhar, ou senão 5 alqueire. Quando ele terminar aquele 5 alqueire, vai ver o que ele fez dentro de 5 alqueire, vai ver....

Como a sugestão do senhor Manoel, outras soluções foram colocadas durante a aplicação dos questionários e nas entrevistas, ainda que essas propostas não impliquem em criação de modelos alternativos de organizações que superem a reprodução das relações capitalistas (FERNANDES, 2008: 291), tendo um caráter eminentemente prático para a solução do problema conforme proposto pelo Estado. Registramos a seguir duas sugestões de Marcos Wellington Lima Lopes, que desenvolve artesanato no local com os produtos da floresta:

> Por que o INCRA não faz (um projeto piloto), pega dez que queiram, põe lá aqueles dez, aquelas dez famílias e trabalha, é um projeto piloto? Muitos não vai querer, sabe como é que é o caba da roça. Ele é cismado, então deixa aqueles dez lá, dá o apoio que promete ser dado. Porque sempre quando vem a conversa lá de cima, o apoio é total, é isso e aquilo e tal e tal, que às vezes a gente quase não acredita. Então, pega aqueles, ou trinta que seja, ou vinte que seja, experimenta, e chama, porque se tá dando certo, se eu posso entrar, meu vizinho entrou no projeto, tá dando certo, a produção dele tá, ele tá tendo ajuda, tem o técnico, tem isso, tem aquilo e tal, por que que eu não entro também? Então, é tipo assim, pegar esse mundarel de terra, porque tem gente de todo o país, cabeças diferentes, modo de pensar diferente, então faz um experimento, e vê se dá certo. Eu tenho certeza que, pelo que prometem lá, chegar aqui e se eu vê que o dele tá dando certo, eu vou querer entrar também.

> (...)Mas tem jeito. Ó, eu vou dar um exemplo, quer criar o gado, é poucas cabeças, eu não tenho condições de ser fazendeiro, né? Então pega o cara e ensina pra ele como é que cria, confinado ali com forrageiro, o capim forrageiro, sem precisar ir ao pasto. Cinco cabeça por alqueire. Isso tudo tem jeito, só que o governo não ensina pro cara, o governo ele não dá as condições, o maquinário e tal. Eu, eu vivo nesse lote aqui a minha vida todinha trabalhando aí com o que eu sei. Eu tenho um projeto de vir pra cá mesmo e até ensinar pro pessoal. Eu mexo com artesanato, então no que eu trabalho, eu consigo tranqüilo, tranqüilo, tranqüilo. Agora eu mostrando pra ele o que eu faço, assim, do jeito que eu mostrei pra ele o que que eu faço, ele concorda comigo, agora o cara lá chegar e aí dizer que eu vou viver de cipó, disso e daquilo, não tem quem vai entrar, acho que até o índio fica meio assim. Eles não falam da piscicultura. Aqui dentro era pra ser um canteiro pra piscicultura, é uma área que quase todo terreno tem água, entendeu, eles não falam sobre isso.

O que percebemos é que a inserção de modos de vida e produção diferenciados tem gerado muita inquietação entre os moradores. Essas situações merecem uma atenção redobrada por parte das intervenções planejadas, para evitar que seja subtraída a vivência do camponês, marcada pela simultaneidade entre o espaço da produção, seja a lavoura e/ou a floresta, e o de moradia. É fato que a possibilidade de separação entre o local de trabalho e de moradia tem causado muita ansiedade nas famílias.

Silva afirma que “O Modo de vida é moldado no espaço criando uma lógica que ajuda a resolver os seus problemas imediatos e os orienta no mundo. Tal organização tem dificuldades de ser compreendida pelas lógicas exteriores, principalmente quando se trata dos agentes promotores das políticas públicas” (SILVA, 2007: 232). Lembrando que estamos tratando de modos de vida distintos, eleva-se o grau de complexidade da questão. Mas não se pode deixar de considerar o aspecto relacional e histórico desses modos de vida na construção da sustentabilidade (FERRANTE, 2000:3). Afinal, conforme alertou Sachs, para o planejamento de tais ações deve haver um compasso entre as dimensões econômica, política, social, ecológica e cultural da sustentabilidade. (SACHS, 2000)

Estamos tratando de trabalhadores rurais sem-terra e posseiros que já convivem e conviverão ainda mais intensamente no local, em um processo incessante de interação, com trajetórias diferentes dentro e fora do assentamento, porém, convergentes na exclusão. Uma produção intensa nessa comunidade deve se harmonizar com a preservação da natureza, mas também com o poder de participação e interferência em seus destinos, com o bem-estar, com o

desenvolvimento pessoal e coletivo, com o respeito à tradição e aos valores, com o favorecimento da coesão social, da criatividade e da espontaneidade.

A adoção da abordagem ecológico-tecnocrata do planejamento para o assentamento, conforme observamos, não pode se constituir em uma camisa-de-força para a comunidade, com um descompasso entre o planejado e o vivido. É preciso que se coloque uma lente multifocal nesse processo, aumentando o poder de condução de seus atores sociais, o nível de conhecimento sobre a realidade local, permitindo que, paralelamente à solução concebida tecnicamente, venham à tona as soluções propostas pela própria comunidade, na busca de uma sobrevivência harmoniosa e na conciliação das estratégias de permanência na terra, marcadas pela história, pela experiência e pela subjetividade das pessoas.

Enquanto ações efetivas não acontecem, impera na área um alto grau de apreensão com relação ao futuro, muito medo, imobilismo e muita ansiedade por definições para a área, para suas vidas. Manoel Alves de Souza explica como gostaria que o governo se posicionasse sobre sua permanência na área e os sentimentos mobilizados:

> (...) Olha, o negócio de vocês tá correndo assim, assim. Olha, eu era muito mais satisfeito. Olha vocês não ficam aqui, não existe, dão o jeito de vocês de ir saindo porque vocês tão investindo numa coisa errada, vocês vão passar tempo, vocês vão tomar mais prejuízo, e vão desfazer do que às vezes vocês têm lá fora pra investir aqui dentro e aí a gente já sabia se manter, a gente já sabe se segurar. Agora não, se deixa eu plantar minhas plantas, laranja, essas coisas, vai tomando amor a tudo que a gente tem, né? Você tem amor a jarro de flor, se quebrar cê tem pena, e quem tem muitos, muitas coisinhas plantadas? Então, é isso que nós queremos.

Antonio Rocha, da Associação APRUCAJÁ, também assinalou a importância de ações mais concretas por parte do poder público:

> Eu acho que eles têm que mostrar, eles têm que mostrar atividade do que vai acontecer, mas na real, né só conversa não, porque de conversa o povo tá meio cansado, né? Tem que mostrar uma coisa e já começar agir, tem que começar a agir, porque senão o povo vai perecer (...)
>
> Eu cheguei aqui bem novo, tô com 46 anos hoje, 47 anos, a doze anos eu tinha trinta e poucos anos, 34 ano, e já me sinto bastaste derrotado e os outros coitados?! Tenho uns amigos meus aí que abriu picada comigo junto aqui na época, velhinho, cabando já aí dentro, e não viu nada acontecer, nem aqui, nem aqui, todos dois lado parado. A nossa grande vontade que isso aqui se volua, vá pra frente, de qualquer forma, sair alguma coisa pra nós aqui dentro. Aliás, parar de sonhar, ver a realidade, energia.

A demora e a indefinição do processo, além dos riscos iminentes para a comunidade, haja vista os conflitos já manifestos e os latentes, está minando a disposição e a esperança dos moradores. Afinal, são grandes as implicações para a vida dos que poderão permanecer e graves as conseqüências para os que não tiverem seu perfil aprovado ou não assumirem as alternativas de produção preconizadas pelo PAF.

CAPÍTULO 5

ASPECTOS TERRITORIAIS DO ASSENTAMENTO

Compreender as noções de sustentabilidade e territorialidade relativas ao assentamento torna-se importante na medida em que há um entrelaçamento entre esses conceitos na construção do Jequitibá, observado desde as fases exploratórias da pesquisa, motivo pelo qual adotamos esse caminho em nossas reflexões. Durante a década passada, essas noções foram se incorporando nas agendas das políticas públicas voltadas para o meio rural levantando muitas controvérsias sobre sua utilização.

Para discutir a territorialidade na formação do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá, abordaremos temas como desterritorialização, reterritorialização e pertencimento territorial, naturalmente após tratarmos do termo "território", revisitando as diferentes tendências do debate acerca do mesmo, os conceitos, especificidades e elementos que vão compor a configuração territorial.

Segundo Saquet (2007:17) a geografia passa dos estudos que dão ênfase aos aspectos biológicos do território ou à atuação do Estado-Nação, tendo o território como suporte ou conjunto de recursos naturais, para abordagens relacionais-processuais, com outros níveis de relações de poder, conflitos, a apropriação e dominação do espaço, enfim, o movimento histórico e multiescalar.

Três grandes matrizes de abordagens territoriais, efetivadas a partir dos anos 1950-70, que de certa forma se interagem, foram apontadas por Saquet (2007:15), ressaltando o autor que essa seleção se baseia nas obras em que o conceito de território tem centralidade. A primeira, a partir das argumentações de J. Gottmann, Robert Sack e N. Entrikin, é eminentemente geopolítica. A segunda, com os estudos de G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e C. Raffestin, usualmente denominada de escola francesa, a mais difundida no Brasil, destaca aspectos econômicos e políticos, evidenciando as dimensões culturais do território. E a terceira, com os estudos de G. Dematteis, A. Bagnasco, F. Indovina, A. Magnaghi e M. Quaini, coloca ênfase nos estudos de fenômenos e processos de desenvolvimento territorial.

Rogério Haesbaert (2000:51) apresenta as seguintes perspectivas para o debate sobre território: a natural, biológica, já ultrapassada; a que prioriza relações de poder, condição política do território, ligada ao Estado nação moderno; a

simbólico-cultural; e a econômica. Para o autor, o território é simultaneamente funcional e simbólico (idem, 2005).

De acordo com Fernandes (2008: 278) as interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens do território acontecem por meio das intencionalidades dos sujeitos. Assim, os conceitos ganham significados diferentes, conforme as teorias, os métodos e as instituições que representam. A significação defendida pelo autor tem como princípio a multidimensionalidade e multiescalaridade do território. Segundo ele, a definição de território por órgãos governamentais e agências multilaterais não considera as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios que se entrecruzam, instrumentalizando-o para atender a interesses de instituições, fazendo emergir assim as relações de poder dominantes. Para Fernandes, "tal multidimensionalidade não se realiza porque implicaria na socialização das tomadas de decisão". (idem, ibidem: 279)

Cabe salientar que a multidimensão presente no território, mesmo não sendo considerada na elaboração das políticas públicas, é uma condição inerente ao mesmo, de forma que ao se explorar com mais ou menos intensidade uma dimensão, segundo o autor (idem, ibidem: 279/280), todas as demais são atingidas, considerando a totalidade como um dos principais atributos da noção de território, ao lado da multidimensionalidade, escalaridade e soberania.

5.1 – SEGURANÇA, OPORTUNIDADES E SUBJETIVIDADES

Faremos aqui um breve histórico do termo "território" que, em tempos idos, foi referenciado com as funções de proporcionar segurança e oportunidade. Seu papel era compreendido como sendo o provedor de abrigo, proteção e uma fonte de oportunidades para quem dele desfrutasse. No século XV, a idéia de "território" já era discutida através das cidades-estado gregas, romanas e italianas medievais, que possuíam soberania territorial. Essa noção de soberania, tida até então como atributo dos Estados ou reinos, vem alimentar doutrinas políticas, dando uma maior ressonância ao termo, a partir do século XVI. (SAQUET, 2007:27)

Nesse período, as idéias de Platão e Maquiavel também influenciaram nas teorias de repartição política dos lugares e na formação de Estados. As navegações e a descoberta do novo mundo contribuíram para a assimilação da idéia de território relacionada a domínio e exploração.

A partir disso, com os movimentos e revoluções do séc. XVIII, passou a haver um vínculo entre soberania territorial e população nacional, ampliando-se o mercantilismo com base nos territórios nacionais. Nos séculos posteriores, essa relação foi se intensificando com a nova dinâmica da ordem mundial.

Após a década de 1980, as abordagens sobre o território na geografia sofreram alterações, com o reconhecimento dos aspectos simbólico-culturais, do conceito de lugar e da territorialização de processos sociais. No Brasil, essa ênfase é observada a partir da década de 1990, quando os estudos territoriais passaram a comportar a compreensão das relações econômicas, políticas e identitárias no nível da vida cotidiana. (SAQUET, 2007:19)

Os conceitos se modificaram e ampliaram com a integração de natureza e sociedade, em seus mais variados níveis de percepção e de organização. As diferentes abordagens podem ser observadas a seguir em autores como Milton Santos, e os aqui apresentados através de Haesbaert: Godelier, Bonnemaison e Cambrèzy.

Com um entendimento materialista de território, Maurice Godelier também apresenta uma dimensão imaterial quando afirma que a sociedade, quando se apropria de um território, reivindica “o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem”. (GODELIER, apud HAESBAERT, 2000).

Em Milton Santos pode-se perceber componentes do território que se interagem, constituindo a configuração territorial, como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho, organização etc. Tal configuração, segundo ele, é formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. “É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país.” (SANTOS, 1997: 75/76)

Mais à frente, Santos afirma que o território em que vivemos não é somente um conjunto de objetos onde se trabalha e vive. Ele é também um dado simbólico em que faz parte a linguagem regional, com todas as características que lhe são

próprias, constituindo assim o amálgama necessário para a territorialidade. (SANTOS, 1996b:62).

O autor faz uma diferenciação entre território como recurso, prerrogativa dos "atores hegemônicos", e o território como abrigo, dos "atores hegemonizados". Sobre isso, Haesbaert comenta que "(...) na verdade, são duas formas distintas de produção do território enquanto recurso: os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana." (HAESBAERT, 2004:4). Mas para os hegemonizados, sua força é tão expressiva que os aspectos funcionais e simbólicos se interagem com muito mais evidência.

Haesbaert (2000:49) cita o exemplo de alguns autores que fazem a abordagem do território por uma lógica culturalista, como Bonnemaison e Cambrèzy. Para eles, o território é tido como um poderoso construtor de identidades.

> (...) o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-a nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da "ideologia geográfica" (termo de Gilles Sautter para definir a visão de espaço cartesiana moderna) (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996, *apud* HAESBAERT, 2000:49)

Portanto, pode-se perceber a importância do componente cultural na composição do território, onde valores materiais e imateriais convivem integrando a sua totalidade. O aspecto cultural do território é visto por esses autores como precedente aos demais:

> "O poder do laço territorial revela que o espaço esta investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico" (idem, ibidem:50)

Raffestin apresenta uma argumentação relacional sobre o território, destacando as relações de poder existentes. Para o autor, o que predomina é a multidimensionalidade do poder, do território e da territorialidade.

O território para Raffestin é um espaço modificado pelo trabalho, revelando relações de poder. O autor considera o território "(...) resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço" (RAFFESTIN, 1993: 143).

Haesbaert explica que quando se relaciona território a poder, não se trata apenas do tradicional "poder político". Segundo ele, esse poder compreende o sentido mais concreto, de dominação, e o poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2004: 1)

Novamente em Raffestin, vimos que "(...) a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (1993:160). Percebemos outros componentes fundamentais à noção de território, em Raffestin, como as redes de circulação e comunicação, as articulações, entre outros que apontam aspectos relacionais e processuais em multidimensões.

Dessa forma, quando analisamos a constituição do território no presente estudo, buscamos abarcar sua historicidade, pluralidade, seus movimentos internos e externos, as influências que recebe, as relações de poder vigentes, as disputas, o controle ao qual está submetido, a construção de identidades, relações de pertencimento, enfim, seus aspectos funcionais e simbólicos.

Território e cultura

Reforçando a idéia da importância dos aspectos culturais na formação do território, encontramos em Milton Santos uma associação entre cultura e territorialidade que revela o quanto há da presença do território no ser humano, podendo orientar suas ações e conferir novos significados em sua vida.

> Assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimas. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. (1996b:61)

O autor fala também, de certa forma, de um sentimento de pertencimento territorial, assim definido por Bonnemaison e Cambrèzy:

> "Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos

> que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer" (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996, apud HAESBAERT, 2000: 51)

Vistas assim, onde o território é o espaço do ter e do ser, essas duas instâncias devem ser contempladas para o seu entendimento. Qualquer tentativa de dissociá-las pode resultar em distorções, previsíveis ou imprevisíveis.

Esse processo é bem compreendido em Santos (1996b:62), para o qual a territorialidade advém da comunhão que mantemos com o lugar, cujo cimento regional é formado por uma solidariedade orgânica e uma solidariedade funcional regulada. Na primeira tem destaque o valor de uso e, na segunda, o de troca. Como o império organizacional vem predominando, nos afastamos da solidariedade orgânica, resultante da coesão entre as pessoas e das relações do homem com a natureza, nos inserindo num raio de atuação maior, determinado pelo organizacional, e passamos a nos pautar por demandas externas. Santos explica que "esse processo é também o que comanda as migrações, que são, por si só, processos de desterritorialização e, paralelamente, processos de desculturização" (idem, ibidem). Entendemos assim que, na medida em que há uma subjugação da solidariedade orgânica, as demandas externas passam a conduzir nossas vidas, o que está refletido nos processos migratórios e, naturalmente, vai se manifestar na reterritorialização.

5.2-DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Os processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços.

Duas leituras são apresentadas para esse processo. Na primeira a desterritorialização está associada à exclusão do acesso à terra e adquire um sentido, sobretudo, econômico, sendo a terra vista como um instrumento de trabalho. A segunda leitura é feita no nível simbólico-cultural, onde o território é compreendido como experiência total do espaço. (Dumont, 1985, *apud* HAESBAERT, 2000:66)

Haesbaert (2000: 67) aborda a desterritorialização, enquanto exclusão sócio-espacial, na ausência de "um acesso amplo às diferentes escalas e redes que, ainda

hoje, constitui-se um privilégio de uma elite planetária cada vez mais auto-segregada".

A desterritorialização pode ser entendida a partir de pontos de vista distintos, segundo o autor. Haesbaert vê a desterritorialização para os ricos, como uma situação de segurança, de multiterritorialidade e mobilidade opcional. Para os mais pobres, por sua vez, trata-se de uma "(...) a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado de total falta de opção, de alternativas, de 'flexibilidade', em 'experiências múltiplas' imprevisíveis em busca de simples sobrevivência física cotidiana". (HAESBAERT, 2001)

Na sociedade contemporânea, os processos de exclusão e precarização sócio-espacial são os principais responsáveis pela desterritorialização. Giddens (1991:29) atribui aos avanços tecnológicos da sociedade moderna uma forma de desterritorialização denominada "desencaixe" que se caracteriza pelo distanciamento progressivo dos indivíduos em relação a suas referências de tempo e espaço. O processo de desencaixe deve-se "ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço" (idem, ibidem).

Dessa forma, no processo da desterritorialização estão presentes aspectos como multiterritorialidade, mobilidade, exclusão, precariedade, distanciamento das referências de tempo e espaço, afastamento da solidariedade orgânica, perda dos vínculos com o lugar e com as relações que se concretizam nele. Santos afirma:

> "Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. Os homens mudam de lugar(...)mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização". (SANTOS,1996a: 262)

A desterritorialização ou desculturização implica, por sua vez, na reterritorialização. É uma dinâmica territorial desencadeada por fatores diversos que geram um processo de (des)construção. A reterritorialização vai proporcionar novos sentidos aos lugares, com marcas da territorialidade anterior, incorporação de novas técnicas e práticas sociais e transformações estruturais.

> A desculturização é perda, mas também doação. O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o

> processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida. (idem: 263)

Nessa dinâmica, a reterritorialização tem a marca da troca, representando uma nova realidade. É a troca entre a vivência passada, a presente e a perspectiva do futuro, entre as diferenças, manifesta pela conflitualidade, pelas resistências, expondo as inseguranças, a necessidade de novos aprendizados, com a realização de novas experiências.

Deleuze e Guattari

Cabe aqui uma menção especial aos autores Gilles Deleuze e Félix Guattari, espécie de "pais" do termo "desterritorialização" (HAESBAERT, 2002:1). De acordo com esses autores, os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização, que na verdade são processos indissociáveis. Se há o movimento em um sentido, concomitantemente há no outro.

Através de Haesbaert vamos então compreender a visão dos referidos autores sobre território e seus referidos processos, que é ampla comportando desde o entendimento das questões filosóficas até as práticas sociais, implicando em uma mudança de escala que atingirá a relação sociedade-natureza. (idem, ibidem: 6)

> A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem ele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, apud HAESBAERT, idem)

Pelos autores, para abarcar a dinâmica territorial proposta, é necessário ver o território como agenciamento, tido este como mais amplo do que a estrutura, sistema, forma etc. Para eles, o agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica e imaginária.

Assim, segundo os autores, são quatro os componentes do território: agenciamentos maquínicos de corpos, agenciamentos coletivos de enunciação, a desterritorialização e a reterritorialização.

Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade, não sendo possível ver o corpo social fora do corpo da natureza, tratando-se de um só corpo de multiplicidades.

Os agenciamentos coletivos de enunciação, por outro lado, remetem aos enunciados, a um regime de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua. Dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos.

Existe uma relação entre os dois agenciamentos, mas um não se reduz ao outro. O primeiro se traduz no conteúdo, mas contém uma forma. O segundo é a expressão, que também contém uma forma, mas um não é o outro. Há uma relação entre eles, em um movimento recíproco e não hierárquico. E é nesse movimento que o território se constitui. “Podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação”. (HAESBAERT, 2002: 8)

Haesbaert exemplifica a propositura com a possibilidade de construção de um território na elaboração de um livro, onde os dois processos acontecem. A partir do agenciamento maquínico, nesse exemplo compreendido pelas “técnicas, dos corpos da natureza (as árvores), do corpo do autor e das multiplicidades que o atravessam; e do agenciamento coletivo de enunciação, nesse caso, um sistema sintático e semântico, por exemplo”. (idem, ibidem).

Os dois componentes citados vão integrar os demais: a desterritorialização e a reterritorialização, entendendo a desterritorialização como o movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização pelo movimento de construção do território. No primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação. São movimentos concomitantes.

É através da desterritorialização que o Estado e a dinâmica do capitalismo vão operar. As sociedades primitivas são territoriais. Nelas os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação estão fixados à

terra, formam um *corpus* com o homem. O Estado e o capital chegam impondo um intenso processo de desterritorialização, já que vão operar com novos agenciamentos.

Para os autores, o Estado se constitui pela desterritorialização das comunidades pré-capitalistas à medida que imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial, impondo o controle. E o capital também opera dessa forma, aliando dois elementos: o trabalhador desterritorializado e o dinheiro descodificado, transformado em capital e capaz de comprar sua força de trabalho.

Assim, o primeiro grande movimento de desterritorialização vai se consolidando até se transformar em característica fundamental das sociedades contemporâneas. "Isto significa dizer que a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas." (idem, ibidem:12)

A partir disso, Haesbaert elabora uma proposta de multiterritorialidade, apresentando a idéia de que nos processos identificados por muitos como "desterritorialização", muito mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, estamos construindo territórios muito mais múltiplos ou seja, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade. (idem, 2004: 1)

O autor fala no "mito da desterritorialização", na medida em que há uma incapacidade de se reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Ele afirma que, "mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo". (idem, 1994:214 *apud* HAESBAERT, 2004:1)

Segundo ele, estes processos de (multi)territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam.

Atentos a isso, indagamos se poderiam as políticas públicas, por mais paradoxal que possa parecer, atuar favorecendo um processo de reterritorialização menos nefasto para o ser humano e seu entorno? Milton Santos (1996:61) coloca que as "migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar".

> Em seu apreciado romance *The Heritage*, Siegfried Lenz (1985) se pergunta se não deveríamos suprimir as conotações ruins da palavra "terra natal" (*homeland*) e, em troca, lhe dar uma espécie de pureza? É assim que ele formula a resposta: "Para mim, a terra natal não é exatamente o lugar onde os nossos mortos estão enterrados; é o lugar onde temos as nossas raízes, onde possuímos nossa casa, falamos nossa linguagem, pulsamos os nossos sentimentos mesmo quando ficamos em silêncio. É o lugar onde sempre somos reconhecidos. É o que todos desejamos, no fundo do nosso coração: sermos reconhecidos e bem recebidos sem nenhuma pergunta". (Citado por E.V.Brunske, 1986:.20, apud SANTOS, 1986:63)

Com a proposta do PAF Jequitibá percebe-se entre seus habitantes, atuais e futuros, a expectativa de recriação de uma vida plena, reconhecimento, respeito e valorização aos seus diversos aspectos, materiais e imateriais. Observamos a seguir a presença dos elementos constitutivos do território nesse processo e a relevância de sua consideração para o mesmo.

5.3 – A TERRITORIALIDADE NO ASSENTAMENTO

O PAF Jequitibá é fortemente marcado pelos movimentos de desterritorialização e reterritorialização, onde se estruturam as relações sociais, culturais e se manifestam os processos históricos. As pessoas que habitam ou querem vir a habitar o local vivem o desenraizamento como uma constante em suas vidas e vêem na construção do assentamento uma possibilidade de reterritorialização. Novas realidades já são observadas no local, especialmente com a intensificação dos movimentos, na luta pela terra e expectativas de mudanças no modo de vida e perfil das atividades e têm uma forte vinculação com as disputas existentes, marcas de resistência ou de resignação.

Verificamos nos dados obtidos com a aplicação dos questionários, que 54,23% dos respondentes já moraram pelo menos em um outro estado antes de chegar à área do PAF e 27,11% em mais de dois estados, o que totalizaria 81,34% com um histórico de desenraizamentos, para os quais, enquanto atores hegemonizados, o território está fortemente relacionado à função de abrigo, na acepção de Milton Santos (1996b:62), e como complementaria Haesbaert (2004: 4), como fonte de recurso, especialmente o de garantia da sobrevivência cotidiana.

Na entrevista realizada com Maria do Carmo Oliveira, posseira, ficou clara essa mobilidade territorial pela sobrevivência, o sofrimento impingido nos processos

de exclusão, o arrefecimento dos vínculos com o lugar de origem e com as relações que se concretizaram nele, característicos da desterritorialização:

> Oh, eu sou mineira, aí morei na terra do Espírito Santo, em Vitória, nove ano, dali eu vim pra Rondônia. São Miguel do Guaporé levantou com nós lá dentro. (...)Eu saí por isso, a gente já tava adquirindo família, naquela época, a gente saiu pra cá pra ver se conseguia um pedacinho de terra pra ter os filho na roça, que a cidade hoje, pra você conseguir ter uma família, pra ter filho dentro de rua, hoje, tá muito difícil. Criar filho na rua não tá fácil, então a gente veio pra cá pra ver se adquiria alguma coisa pra deixar pros filhos, que quando a gente morresse, deixasse os filho dentro. Então, aí fomo lutar por isso, que meu marido era empregado de companhia, nós tinha nossa casinha própria lá, barraco, né? Porque pobre só tem barraco mesmo, aí nós não pagava aluguel, mas dependia de emprego. Quando tinha emprego era bom a coisa, quando caía desempregado, era só sofrimento. Então, nós decidiu a vim embora cá, pra Rondônia. Chegamo aqui dia 21 de dezembro de 1987. Tem minha mãe lá, tem vinte ano que eu não vejo a minha mãe, não aparto do meu marido.

A exclusão do acesso à terra e a exclusão sócio-espacial estão manifestas também nas respostas à indagação do questionário sobre os motivos que os levaram para o local, explicitados parcialmente no capítulo anterior. Além da relação com a necessidade de ter um pedaço de terra (64,4%), destacamos também motivos como a busca por melhores condições de vida, situações de desemprego, ausência de outras perspectivas de atividades econômicas (20,33%), e ainda as respostas de três famílias que informaram ter ido para lá levadas pelo IBAMA. De acordo com essas famílias, o órgão ambiental retirou-as de suas moradias, situadas dentro da Reserva Biológica Jaru, e levou-as para o acampamento do MCC, numa espécie de desterritorialização imposta pelo Estado.

A desterritorialização se dá também através da norma, na medida em que os processos normativos das instituições instalam um nível elevado de insegurança na vida local, impregnada de informalidade e processos espontâneos de ocupação. Verificamos respostas nos questionários como: “Não temos como trabalhar”, “Não há liberação da terra”, “O PAF é muito burocrático” e “Temos que seguir regras rígidas do movimento”, uma vez que as atividades produtivas relacionadas as suas práticas são proibidas no local e o assentamento oficial tem levado um arrastado número de anos, gerando um alto grau de impotência e incertezas e afastando-os do poder de apropriação e dominação do território.

Aliada à mobilidade constante em suas vidas – mobilidade esta que nada tem da idéia de liberdade e de emancipação social presente em seu contexto histórico, mas como expressão relacionada às regras do mercado, demandando

deslocamentos e desenraizamentos -, as pessoas vivenciam a precarização das condições de existência, que pode ser comprovada pelo representativo índice de famílias que se declarou sem atividade remunerativa (40,98%), e pelas condições inóspitas e insalubres de sobrevivência, com elevado índice de doenças, especialmente malária, e ausência de serviços básicos, educação, atividades comunitárias, sociais e de lazer para a população. Essa precarização é claramente percebida na fala de Antônio Rocha, da Associação APRUCAJÁ:

> Passou o tempo e aí veio esse novo plano e não assentou ninguém até agora também, vem aqui fazer o trabalho aqui, chega aqui, cê tá dentro da sua terrinha, chega aqui e fala assim: você nem sabe se isso aqui é seu. E dá um desânimo total na cabeça da pessoa. É isso, aí o INCRA chega e fala: "você não sabe se isso aqui é seu não", onde é sua terra, se você já tem sua terrinha demarcada a 8, 10, 12 anos atrás, tá morando, é difícil isso aí. Não é fácil (...)
>
> A gente quer cooperar com a lei. É consciente que não pode fazer, só que a lei também tem que ajudar um pouco a gente. Tem que ajudar, dá de conta da cesta básica. Os acampados têm cesta básica, nós tamo tipo os acampados que não tá tendo produção de nada ainda, serviço não tá tendo, e parou tudo serviçinho que tinha, parou, e eu andei atrás da cesta básica, me prometeram e nunca me deram nada aqui pra esse povo, nunca, nunca.

Podemos apreender que se trata da precarização territorial dos grupos subalternos, referida por Haesbaert (2006: 87), daqueles que vivenciam efetivamente uma perda do controle físico e de referências simbólicas sobre seus territórios. O poder de decisão dessas pessoas é absolutamente nulo, exceto a opção de perpetuar seu processo de mobilidade ou se manter nesse quadro de desolação, precariedade e insegurança.

Essa ausência de controle por parte dos posseiros foi assim captada na fala de Maria do Carmo Oliveira, que está no local, segundo ela, porque comprou o lote de particulares "trabalhando com colheita de café e na roça sofrendo":

> Nós que é pobre, vive no mato, mora em cima do que é seu e não manda. Você tem sua casa, não é triste uma pessoa chegar lá e colocar ordem dentro de sua casa? Cê ter o que é seu, chegar eu lá: "não cê sai daí que isso aí é meu!" Você concorda com isso? Não é duro, não é doído? Então é o que nós tamo passando.

É importante ressaltar que a situação de ameaça de desterritorialização pelo processo normativo do Estado, a que nos referimos anteriormente, é mais relativa à condição dos pequenos posseiros, porque em relação aos trabalhadores rurais sem terra acampados, por deterem um nível de segurança maior quanto ao assentamento de suas famílias, ocorre o inverso: a interferência do Estado, as

normas criadas para a área e a oficialização do projeto significam sua reterritorialização. Neste aspecto reside uma conflitualidade. O que é a reterritorialização para uns pode significar a des(re)territorialização para outros, manifestando-se assim a contínua dinamicidade territorial.

Para um grupo, o dos pequenos posseiros, que de uma forma ou de outra adquiriu seus lotes em circunstância precária, pagando a terceiros e investindo posteriormente em benfeitorias, o assentamento representa um risco, com sua oficialização, a probabilidade de exclusão no processo de seleção das famílias, e a iminente responsabilização pelos danos ambientais provocados. Para o outro, representado pelos integrantes do acampamento, é a certeza de se conseguir um "pedaço" de terra, oficialmente, com "documento passado" pelo governo, abrindo as portas para um mundo de possibilidades.

Nas palavras de Adelino Ramos, do MCC, podemos perceber o significado que a oficialização do processo assume com a concretização do assentamento das famílias para os acampados e a amplitude de oportunidades econômicas que vislumbra:

> A única coisa que atrasa pra nós é a legalidade, que o INCRA não fez ainda, se ele oficializar o projeto, pra nós não tem dúvida, porque quando você fala em cooperativismo, já se fala com uma visão, já se sabe onde vai buscar, porque o sistema mostra isso. As agência financeira adora e tem o recurso pra isso, então pra nós a estrutura não é o problema, o problema é a legitimação do projeto. (...) hoje o único problema que tá atrasando o avanço daquele povo, é a legalidade da terra que ainda não tem. Mas no mais... ó, eu te digo pra você que, um ano, oficializou, um ano, vai chamar o mundo pra vim ver o projeto.

Essa situação instaurou uma forte animosidade entre os grupos. Marcos Wellington Lima Lopes, posseiro, está alarmado com os riscos de graves conseqüências na área e tributa ao governo os conflitos que estão surgindo:

> E eu vou lhe falar, aqui, Deus queira que não, mas aqui tá quase pra acontecer uma besteira, aqui nessa área de terra aqui. E tudo culpa do governo. Segundo o que falaram, políticos trouxeram pra cá uns sem terra, e o próprio governo tá dando mais apoio a eles do que a gente que já tá, então quer dizer, o governo fez com que acontecesse o que? Um conflito entre os sem terra, porque nós aqui somos sem terra também, né? Só que a gente já tem pelo menos o nosso lugarzinho e tal, e eles não. Não, eles tão na beira da estrada lá. Quem tá alimentando é o governo, quer dizer, o governo, ele tá dando mais apoio pra eles do que pra gente aqui. Quer dizer, então a gente fica assim muito revoltado, não há credibilidade, ninguém tá tendo assistência, eles têm.

Ou seja, um grupo tem o amparo legal, assistência e apoio, pela condição reconhecida de excluídos, e vê na oficialização do assentamento de suas famílias a territorialização de que foram desprovidos em sua trajetória de vida. O outro entende o processo como uma ameaça, uma vez que corre o iminente risco de ter que deixar a terra que ocupou ou pagou a terceiros, imposto pelos critérios do projeto e pelas normas rigorosas para ser um beneficiário, de difícil atendimento, especialmente pelo seu processo histórico de exclusão e trajetória de vidas errantes.

E todo o esforço na tentativa de encontrar melhores condições de vida, seja por posseiros ou acampados, não teve ainda um resultado satisfatório para a maioria, continuando assim a condição de exclusão e expropriação de sua autonomia na capacidade de sobrevivência. Enquanto isso, a situação de vida de suas famílias em relação à situação anterior foi considerada “pior” por 42,37%, “semelhante” por 25,42% e “melhor” por 30,5% dos respondentes.

As dificuldades encontradas, de um modo geral, atingem a todos. Em decorrência disso, percebemos uma solidariedade funcional brotando entre os moradores e candidatos ao assentamento, que por vezes transcendem a conflitualidade presente e apontam para uma reorganização do espaço, ainda que tais fins sejam a princípio funcionais. E a possibilidade de reterritorialização, ainda que venha por uma ação racionalizadora de mão única, ao mesmo tempo em que produz novas diferenciações, faz emergir a solidariedade funcional, como podemos constatar neste trecho da entrevista com o posseiro Manoel Alves de Souza, marido de Lúcia Oliveira do Nascimento:

> Eu pelo menos, no meu pouco conhecimento, não sou contra os sem terra, eu sou contra os sem terra tomar o que é meu, mas contra eles eu não sou não, e outra, dentro dos sem terra tem muito atravessador, que vem pra ganhar o dinheiro, são gente que não são daqui, mas tem muita gente que quer trabalhar, e olhe, vou falar uma coisa pra senhora, eu não quero tá no lugar que aquele pessoal tão, eu fui ali adonde eles tava, entre duas águas, manheceu o dia, mas encheu e aquelas crianças ficaram dentro d’ água. Uma coisa horrível, sofre demais. Ali é uma humilhação, o governo deixar acontecer uma coisa dessa, ou tira, ou apóia, bota logo cada qual no seu lugar, seu lugar é aqui, tu vai ficar aqui, então acaba com esse movimento. Tá, lá foi feito, lâmina de 11 crianças, deu 10 com malária, não é sofrido um pessoal desse? E passa fome, e nós acha ruim, sabe por quê? Porque nós não tem apoio nenhum do governo, mas na mesma hora, se nós raciocinar, eles precisa, porque nós tem um pé de mandioca pra comer, eles não tem, e chegaram através disso, só que através disso tem os atravessador que quer, bota aquele pessoal pra sugar o dinheiro nas costas deles, que é o que acontece muito isso, mas tem muitos deles que têm intenção de trabalhar que nem nós que tamo aqui, tamo atrás de um pedacinho de terra, e aí?

> Outro dia, um vereador passou aqui, aí falou assim: “segunda-feira vou passar aqui, vai passar um carro aí com 600 colchão pros sem terra”. Isso é irritante, quer dizer, ele vem fazer distrato da cara dos outros, porque aqui tem gente com 12 anos, eu perguntei pra ele: aqui, eu perguntei, me diga uma coisa, aqui tem gente com 12 anos aqui dentro, crianças, será que todo esse pessoal que tem aqui, todos eles tem uma cama pra dá pros filhos deles dormir? Todos eles têm colchão? Só os sem terra que não têm? E vocês só olham eles que não têm? Tem o filho de alguém aí que não tem adonde dormir, tem um cidadão que não tem adonde dormir porque não tem condição de comprar, não conhece nem Porto Velho. A gente sabe que tem gente que nem sabe o que é Porto Velho. Então quer dizer, eu não discrimino ninguém, mas vamo olhar ambas as partes de todos, e ajudar todo mundo, resolve o problema desse pessoal de uma vez: nossa e deles. Eu não vou dizer assim, ah eu quero meu pedaço de terra, não quero aí porque eles vai ser meu vizinho, porque ele é sem terra. Não, negativo, somos todos seres humanos, tamo tudo atrás de um objetivo, que é sobreviver.

Essa solidariedade funcional pode ser vista como uma manifestação do processo de reterritorialização. Este, por sua vez, vai mais além, proporcionando uma comunhão com o lugar, novos sentidos ao mesmo, com marcas da territorialidade anterior, incorporação de novas técnicas e práticas sociais e transformações estruturais.

Lúcia Oliveira do Nascimento, que tem o estado de Mato Grosso como terra natal, também possui uma trajetória de migrações motivada pela sobrevivência e uma forte identificação com o modo de vida do seringal, tendo encontrado essa identidade no Jequitibá, já manifestando uma comunhão com o lugar, e vendo nele uma possibilidade de realização de seus anseios por uma vida tranqüila:

> Eu vim pra Rondônia, eu fiquei em Porto Velho, eu morei lá e vim pra cá, pro Candeias, vinte anos que eu morei no Candeias. (*Do lugar que mais gostou*) Pra melhor dizer, antes do Mato Grosso, foi aqui. Mato Grosso pra cá, foi bom, é porque lá é interior também, seringal pra lá. (...) Se criar no seringal, pra vim pra cidade, passa mal, é ruim demais, eu só morei na cidade porque, a gente com filho, tem que botar os filho pra estudar, né? E aí eu não morava mais com meu esposo, que ele me largou lá, e eu fui criar meus filhos sozinha. Criei sete filhos, tá tudo criado.
>
> Ah, eu gostava de lá, gostava muito, eu trabalhava no seringal, era muito bom.

As marcas da reterritorialização estão presentes em muitas das respostas ao questionário e entrevistas. Há em muitos dos entrevistados uma relação de pertencimento, enraizamento ou de perspectivas nessa direção. Alguns aspectos corroboram nesse sentido, como o meio ambiente físico, que foi considerado, de um modo geral, satisfatório (64,4%), um otimismo com a criação do projeto (67,79%) e perspectivas positivas com relação ao futuro (86,44% das respostas).

Motivos pra abandonar o lote? Nenhum (28,81%), mandado judicial (22,03%) ou fatalidade (28,81%), dominaram as respostas. Ou seja, as pessoas têm um vínculo tão forte com o local, que somente circunstâncias sobre as quais elas venham a perder quaisquer poder poderiam apartá-las dessa terra, e ainda resta uma dose grande de resistência, potencializadora de mais conflitos, as quais o Estado tem que estar cuidadosamente considerando para o tratamento das questões futuras.

Perdura entre as pessoas entrevistadas o sentimento de saudade da terra de origem (55,93%), sendo que em uma das respostas foi acrescentada a seguinte expressão: “Não termino meu resto de vida nesse lugar. Não tenho vontade de enterrar o meu corpo aqui”. Ao serem questionados sobre o que mais sentem falta de lá, a “família” ficou em primeiro lugar, e na seqüência das respostas, em ordem decrescente vieram: os amigos, as festas, as atividades religiosas, as músicas, danças e comidas.

A presença desse vínculo com a família merece uma atenção especial e a força de tais relações tem potencial para ser determinante no processo de (re)construção do território. Para Ferrante e Barone, os laços de parentesco escapam ou não se enquadram na constituição idealizada para os assentamentos. Essa instância “efetivamente é significativa para as ações dos assentados. Aos olhares da burocracia estatal, inexistem tais relações (*parentesco*). Sua presença marca, no entanto, diferenças na concepção da organização e construção do novo modo de vida presentes nos assentamentos”. (FERRANTE E BARONE, 1997/1998: 139)

A reorganização local vai construindo uma nova territorialidade na qual a instância “parentesco” está fortemente inserida por seus habitantes. Quando perguntamos, por exemplo, sobre os motivos pelos quais sentiam falta da terra natal, o que seria importante para o assentamento, como superar as dificuldades e as perspectivas de vida, nos deparamos com respostas expressivas relacionadas aos laços de parentesco, tais como: o local “está organizado com parentes e amigos que se ajudam”, “Tem que ter a família próxima”, “A família é tudo o que eu tenho”, “Família é a base de tudo”. “Minha família é muito unida”, “Alimentação e família é a base pra gente”, “A gente sente muito só aqui, sozinho, sem parente nenhum”. “Sozinho a gente não é nada. Tem que ter família e amigo”, “A pessoa viver isolado, não tem nem condição”, “os parentes virão e vamos trabalhar unidos”.

Essa é, de certa forma, a lógica presente na vida e nas expectativas das pessoas do local. Porém, não é ainda a manifesta nas normas[23] que definem os assentamentos, ainda que em um requisito ou outro haja menção à família e pontuação maior a seus aspectos como tamanho, renda e vocação para a agricultura, que contam para a seleção. Para Ferrante e Barone, há uma estreita relação entre a evasão dos lotes e os vínculos estabelecidos pelas pessoas. "É interessante salientar que os índices de evasão são muito menores, quase nulos, nos núcleos onde se mantém parcialmente um projeto de cooperação nutrido por experiências comuns vivenciadas num tempo anterior". (idem, ibidem: 140).

Aliás, o alto índice de evasão nos lotes é um importante sinalizador da existência de equívocos na política governamental para a área. Pesquisa realizada por Guanziroli e colaboradores (2001:14) demonstra que esse índice chega a 26,2% em todo o país. Venda de lotes, abandono, reconcentração ou expulsão são apenas algumas das manifestações. Estudos recentes dos assentamentos vêem considerando a importância de fatores imateriais nesses fenômenos sociais. Segundo Mello, esses estudos apontam para "a necessidade de exploração do tema das comunidades, isto é, da possibilidade de formação da coesão social, mais do que dos fatores materiais envolvidos, sublinhando a resistência à unificação simbólica do mundo urbano e rural (...)" (MELLO, 2006a:57). Em seu estudo, realizados nos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul, o autor chegou à seguinte conclusão:

> "Não obtivemos correlação de nenhuma variável da chamada dimensão material com a evasão, ao passo que verificamos a centralidade das relações de reciprocidade, em especial o parentesco, na forma da família extensa e do compadrio, e das relações com os vizinhos "gaúchos" e fazendeiros, na construção da coesão social e no estancamento da evasão" (MELLO, 2006b: 6)

Portanto, o território deve ser pensado como uma totalidade em que se desenvolvem todas as dimensões: política, social, cultural, ambiental e econômica. Porém, conforme assinala Fernandes, como sua mais cara propriedade reside nas relações de poder, sua multidimensionalidade não se realiza já que implicaria na socialização das tomadas de decisão, permanecendo esse atributo apenas na significação do conceito de território em artigos e documentos, especialmente das

[23] Norma de Execução INCRA nº 45, de 25 de agosto de 2005 (dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária)

políticas de desenvolvimento territorial. “Evidente que pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o ‘empoderamento’ das comunidades rurais”, frisou o autor. Fernandes acrescentou que, em assim o fazendo, as políticas fortalecem as relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias, intensificando as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital, já que este necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir. (FERNANDES, 2008: 279/280)

Esse é o foco que percebemos na elaboração e condução das políticas voltadas para o meio rural. Elas “acompanham o movimento da roda, não procuram reinventá-la” (idem, ibidem: 291). Para o Jequitibá, todo o esforço é direcionado no sentido de se estabelecer na área um sistema produtivo que atenda às demandas do mercado globalizado, no qual todos os demais sub-sistemas cooperam para esse fim, adotando-se um conceito de coletivo “imposto” pela ordem econômica e não pela coesão social, como se as demais dimensões da vida humana não se interagissem ou fossem apartadas em sua existência, ou quando muito, fossem contempladas em planos secundários, terciários, após atendida toda a expectativa econômica do empreendimento.

A territorialidade tem uma presença acentuada na relação das pessoas com a formação do PAF Jequitibá, comportando aspectos relacionados à desterritorialização e à reterritorialização em intensidades equivalentes. Um depoimento marcante, de Célio Cezar da Rocha e José Vismar (comunicação pessoal), revela o lado cruel da materialidade da desterritorialização:

> (*Célio*) A coisa mais ruim, mais difícil que tem, é alguém tirar sua auto-estima. E isso acontece aqui hoje. Temos muita dificuldade, não temos comprovante de residência, não temos nem sequer um endereço. (*Vismar complementa*) A notícia só ouvimos por rádio, se tiver pilha. As portas se fecham quando dizemos que moramos na linha 45. Eu quero ter orgulho de morar aqui.

Simultaneamente percebemos nos depoimentos a perspectiva da reterritorialização, revelando alguns traços do enraizamento, do pertencimento territorial e de uma forte ligação com o local, proveniente das experiências ali vividas e da sobrevivência por um fio. Acrescentamos a seguir a experiência narrada por Antonio Rocha:

> O meu desejo aqui é de fazer alguma coisa, eu tenho vontade de fazer alguma coisa aqui dentro, porque eu vi aqui nascer, eu acompanhei isso aqui a passo, eu conheço isso aqui mesmo quando começou, nós chegava aí pra travessar num tinha ninguém, num tinha quem travessava a gente, tinha que esperar um pescador, procê puder travessar. Então, eu conheço isso aqui a passo, eu vi isso aqui nascer e não quero ver cabar não, quero ver continuar. (...) A gente sofreu muito, vim de lá da BR de a pé, com cacaio nas costas, é muito sofrimento pra gente.

Entendemos assim, que não basta buscar resolver o problema de acesso à terra e atender às demandas ambientais, embora sejam esses, objetivos de alta complexidade. Porém, por si só, eles não garantem a permanência e o bem-estar do homem no campo, a qualidade de vida e do meio ambiente. É necessário estar atento à territorialidade inerente ao processo, captando sua essência, com suas multidimensões, na vida e na experiência das pessoas, respeitando, considerando e favorecendo a vazão dessas relações para permitir a harmonia entre "territorialidade longeva" e "efemeridade", que segundo Milton Santos (1996a:263), tem na primeira a memória coletiva como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, "o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro", e na segunda, a exigência de novos saberes, já que "o lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação". E o novo assentamento está impregnado dessas características, colocando face a face os processos históricos de seus atores sociais com as novas demandas, novas técnicas, práticas sociais e transformações estruturais.

As famílias que serão assentadas, em geral, são provenientes de outras regiões e lugares já tendo passado por processos de desterritorialização desenraizadora e se inserem numa nova realidade, numa dinâmica de identidade territorial em movimento, reconstruindo seu arcabouço vivencial. Trata-se de um ambiente complexo e heterogêneo que ora mostra sua face desagregadora ora se anuncia como a redenção para seus habitantes.

Atributos positivos não lhe faltam, segundo a percepção captada nos questionários, conforme os trechos extraídos a seguir: "Tem bastante amizade, a vida é muito boa", "Não gosto da cidade, é muita violência, quero criar os netos em paz", "Aqui respiro ar fresco, faz bem à saúde, é menos preocupação", "Onde estava não tinha o que comer", "O calor é bom demais, pular dentro do rio é bacana", "O custo de vida é baixo", "Aqui tenho muitos conhecidos", "Aqui será meu", "Aqui tenho moradia", "Porque estou vivendo aqui, é o melhor estado do mundo", "Aqui é próximo do mato, ar puro", "Aqui não tem vendaval", "Aqui é mais sossegado".

Dessa forma, é possível compreender que se o ambiente é estruturado por intencionalidades humanas, subjetividades, que atribuem significados a seus elementos (RELPH, apud SANTOS, 2004:125) e ainda que o espaço é organizado por uma projeção da afetividade humana (YI-FU TUAN, 1977) , é esperável que fatores imateriais sejam relevantes para a compreensão dos fenômenos relacionados aos assentamentos rurais e que eles tenham o tratamento adequado na elaboração das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme examinamos, a aplicabilidade desse novo modelo de assentamento rural no local intencionado demonstrou ser um tanto controversa. Foi concebido dentro de uma racionalidade que atende a ditames legais e se baseia em uma concepção de Amazônia identificada primordialmente com a floresta. À primeira vista um modelo eficaz, já que pretende aliar desenvolvimento econômico com uso racional dos recursos naturais, buscando inserção no mercado (trabalho, consumidor, internacional), com "competitividade", facilitada por uma organização social capaz de "sustentar a unidade produtiva", tendo assim como conseqüência benefícios "indiretos", tal qual o bem estar da comunidade, a partir de uma provável instalação de infra-estrutura social.

Chegado o momento da execução desse ideal, esbarra-se na realidade vivida no local, em certa medida prevista e em outra grande parte provocada diretamente pela ação e omissão do Estado. Por um lado, ocupações irregulares consolidadas há anos, desmatamentos desmedidos, afrontando a legislação, extração ilegal de recursos naturais, práticas comerciais vedadas, ausência completa de infra-estrutura, condições subumanas de sobrevivência. Por outro, relações estabelecidas de vínculo com o local, participação em sua construção, histórias de vidas ali construídas, nascidas, expectativas da materialização de um sonho de cidadania, a começar por um "endereço", reivindicado pelo entrevistado.

A eventualidade da criação do assentamento acentua ainda mais o quadro. A notícia é disseminada. A necessidade acredita encontrar abrigo e a especulação guarida. Posseiros e trabalhadores sem terra organizados em movimento vão ao encontro do sonho de um pedaço de terra. Especuladores vão a busca de rentáveis negócios em terras públicas. Fazendeiros ilegais distribuem ameaças. Seus habitantes passam a viver com uma intensidade brutal a incerteza do amanhã, a dor da perda do já fugaz território. Novos e velhos conflitos se intensificam.

A intercessão do poder judiciário potencializa o problema, por mais disparatado que isso possa parecer. Os órgãos responsáveis e fiscalizadores retrocedem em sua ação, os esbulhadores conquistam abertura para suas pretensões, os habitantes são proibidos de desenvolver as atividades de até então e, ainda mais alarmados, vêem suas parcas conquistas se esvaindo e sentem-se

ameaçados por todos os lados, pelas possíveis agruras de uma desterritorialização implacável, entrando em conflito inclusive com quem deveriam se aliar: os trabalhadores sem-terra, camuflando-se assim o verdadeiro adversário, detonador das conflitualidades pelas desigualdades que gera.

E dessa forma o processo se arrasta e se complica, como marcas da exclusão, das desigualdades sociais, que se perpetuam com o aparato do Estado, em suas ações e omissões, eternizando uma estrutura fundiária desigual e um modelo de desenvolvimento que atendem somente aos interesses das classes dominantes, empenhando nessa direção toda sua estrutura e investimentos.

São sinais de um processo histórico que tem imprimidas as digitais do Estado, trazendo à tona conflitos cada vez mais intensos e profundos, que desafiam sua capacidade de solução, ou melhor, a capacidade que disponibiliza para esse fim.

Falar em sustentabilidade nesse cenário? Ainda que todas as condições anteriores estivessem satisfeitas, ou seja, os habitantes, trabalhadores sem terra e demais candidatos devidamente assentados, com as questões agrárias e ambientais verdadeiramente consideradas e tratadas nesse país, o modelo idealizado precisaria ser repensado para ser bem sucedido. Mas repensado primeiramente “com” aqueles que serão diretamente afetos, e nas mais profundas estruturas, seguindo a tendência de desenvolvimento territorial colocada pelo Paradigma da Questão Agrária (PQA), no qual, segundo Fernandes (2008: 291), as perspectivas são compreendidas a partir da crítica aos modelos do modo de produção capitalista, com suas contradições e conflitualidades. Ao contrário do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), para o qual o desenvolvimento territorial é abrangido a partir dos modelos do modo de produção capitalista. Enquanto este acompanha o movimento da roda, o primeiro procura reinventá-la (FERNANDES, ibidem). Esperar que a sustentabilidade seja alcançada no interior dos mecanismos de mercado é fechar os olhos para o processo histórico que trouxe o termo à tona.

Da complexidade existente na possibilidade dessa reinvenção acreditamos ter conseguido refletir nesse estudo sobre dois importantes aspectos. O primeiro trata da atenção à dimensão político-democrática de um modelo de desenvolvimento que se pretende sustentável, onde a participação da comunidade deve se dar com um propósito mais amplo do que o de “fornecer um salvo-conduto aos planejadores, para ‘resolver’ os problemas de implementação do projeto e, mais ainda, para legitimar a ação política das agências financiadoras e executoras” (OTT, 2002: 268).

Essa participação deve ser conquistada para uma verdadeira condução de seus destinos e não numa relação de subalternidade, lastreando outros interesses que não os seus autênticos. Como colocou Frey (2001: 2), "o desenvolvimento sustentável, enquanto desafio colocado, é um problema político e de exercício do poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-administrativas, da participação e do processo político".

Sem uma participação legítima da comunidade estaremos sempre implementando soluções meramente técnicas, distanciadas da prática e da vivência das pessoas, com a criação de instrumentos normativos que não conseguem ser assimilados, a exemplo do ZSEE, e que ainda carregam em si o agravante de orientar outras soluções com as mesmas características. Como afirmou o morador do local, Célio Cezar da Rocha, "Se não fosse o zoneamento, com certeza as pessoas seriam contra o Jequitibá, mas o zoneamento não permite". Incorre-se assim no risco de ver replicadas essas situações.

O segundo aspecto tratado aqui para a possibilidade do que Fernandes chama de "reinvenção da roda" está ligado à consideração das relações territoriais da comunidade para a formação do assentamento. São os diversos territórios já existentes, as relações de pertencimento, os processos de (des)reterritorialização vivenciados. Evitando-se que predomine a leitura de território único, advertida por Fernandes (2008:286), onde são ignoradas as conflitualidades presentes e seus agentes desencadeadores.

Ferrante e Barone (1998: 130) assinalaram que a construção, pelo Estado, do projeto de assentamento e da figura do assentado "não dissolve ou domestica as contradições". Um dos pontos frágeis destacado está no processo de seleção "por privilegiar, por exemplo, a ocupação do trabalhador no momento do preenchimento do cadastro, sem resgatar, na pontuação, situações vivenciadas em sua trajetória". E acrescentamos: sem tampouco admitir experiências futuras não normatizadas. "A escolha das culturas, a construção da moradia e da agrovila, a forma de explorar a terra são colocadas pelos 'outros'. O imperativo 'técnico' ignora qualquer regra de sociabilidade real, baseada na experiência, na história pessoal e coletiva do grupo de assentados" (idem, ibidem).

Tais imposições desfrutam em geral da aceitação formal dos assentados para a admissibilidade no processo, mas a experiência vem demonstrando a distância que há entre a assinatura de um termo de compromisso e a execução de suas

cláusulas. Duas soluções implementadas pelo Estado na região Norte exemplificam essa afirmação. A primeira delas consiste na criação das reservas florestais em bloco, em sete assentamentos do estado de Rondônia, que têm por princípio a preservação, o cuidado e a responsabilidade coletiva pela área preservada. Balanço do técnico ambiental responsável: três delas foram completamente invadidas, duas estão preservadas devido ao acompanhamento do MST e as outras duas a um maior rigor na fiscalização por parte dos órgãos ambientais. Ou seja, o espírito de coletividade imposto não foi suficiente para preservar a floresta.

A outra se refere às próprias experiências em PAF's na região, notadamente no estado do Acre, onde foram inicialmente implantados quatro projetos de assentamento nessa modalidade. Segundo o engenheiro florestal responsável diretamente pela iniciativa, em dois deles não foi desenvolvido o PMFSC e vigora o sistema agropecuário tradicional. Um está muito próximo à Capital encontrando as mesmas dificuldades e o outro permanece inabitado. Os principais problemas encontrados, na experiência do engenheiro, estão relacionados à ausência de parceiros para assistência técnica e à diminuta capacidade operacional do órgão executor. Mesmo que no estado haja uma atuação mais intensa dos povos tradicionais, essa demanda é considerável, já que a proposta do PAF está voltada para um posicionamento forte dos "produtores florestais" no mercado. Quanto à capacidade operacional, entre outras carências, o órgão só dispunha de dois engenheiros para o acompanhamento das ações, sendo que um deles foi deslocado para outras atividades.

Retornamos ao questionamento anterior: como falar em sustentabilidade? Paula acredita que a redenção da Amazônia com "práticas de desenvolvimento sustentável" tem muito vigor imaginativo, mas pouca base de sustentação real (PAULA, 2005: 342). Nós trilhamos um caminho em busca dessa resposta e a conclusão foi similar à do autor, confirmando nossa hipótese de que a sustentabilidade almejada, ao menos nesse caso específico, está destituída de bases concretas. Aliás, o termo, da forma como vem sendo utilizado, muito se assemelha a uma "senha de acesso" para o enquadramento legal de soluções e para manutenção do modelo econômico vigente. Um modelo de fato sustentável ainda está difícil de ser desfrutado, enquanto não conseguirmos nos desvencilhar do atual que gerou essa necessidade.

Enfim, o Jequitibá reúne posseiros, trabalhadores sem-terra, grileiros, madeireiros, governos, técnicos, judiciário... Tantas instâncias se emaranhando nesse espaço. São papéis diversificados, interesses legítimos ou enviesados, ações atropeladas e resultados obscuros. Conflitos? Diuturnamente eclodem na imprensa. E isso há 58 km de Porto Velho. Tão perto? Tão distante? “Não tem como geometrizar o mundo, os lugares podem ser perto ou longe independentemente da distância geométrica que os separa” (Nogueira, 2004). Assim, o que parece perto pode estar muito distante. Ao mesmo tempo, o que parece longe pode estar tão próximo, tão entrelaçado ao nosso cotidiano, especialmente quando se trata da instância “ser”.

E foi essa instância que buscamos atingir na essência do nosso estudo, despertados por uma genuína preocupação, desde as fases iniciais, com o ser humano integral que estava ali presente, com suas necessidades tangíveis e intangíveis, seus laços de existência atados, no entanto, rarefeitos e expostos quando confrontados a compreensões diferentes de mundo - ou pelo menos, com *modus operandi* dissonantes das compreensões-, que se sobrepõem com sua inexorável onipotência, subjugando a essência do ser e a imaterialidade do espaço.

Sentimos ter atingido esse objetivo, aliás, quando o buscamos, na verdade, já estávamos em contato com ele. Não precisamos encontrá-lo, porque, nem tão perto, nem tão longe, ele estava, na verdade, dentro de nós e nos movendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA AMAZÔNIA DE NOTÍCIAS. **Ibama tem apenas 700 fiscais para atender todo o País. 21/08/2008.** Disponível em: http://www.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2741&Itemid=259. Acesso em 22/08/2008.

AGÊNCIA BRASIL. **INCRA avalia denúncias de irregularidades em assentamentos no Pará.** JB On Line, edição de 29 de outubro de 2007.

AGRONLINE. **INCRA cria assentamento florestal**. Disponível em: http://agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=218
Acesso em: 20/04/2006

AMARAL, Januário. **Mata Virgem: Terra Prostituta**. São Paulo, Editora Terceira Margem, 2004.

_____. **Os Latifúndios do INCRA**. Porto Velho: Edufro, 2006.

AROM. **Municípios de Rondônia.** Disponível em: http://www.arom.org.br/arom/municipio/historia.asp?ildMun=100111011.
Acesso em: 10/08/2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BECKER, Bertha K. **A Amazônia pós ECO-92: Por um desenvolvimento regional responsável.** In Bursztyn, Marcel (org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. **A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável**. In: Geografia: Conceitos e Temas, org.: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.

BECKER, B.K., EGLER, C.A.G. **Brasil: uma nova potência mundial na economia mundo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BELLEN, Hans M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção. UFSC. Florianópolis, 2002.

BRASIL. MDA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária** (PNRA). Brasília: NEAD, 2003a.

_____. **Roteiro para elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária**. Brasília, 2004.

_____. **Plano Regional de Reforma Agrária – Rondônia** (PRRA/RO). Porto Velho, 2005a.

_____. **Relatório de Gestão 2003 a 2006** – Revista Terra da Gente – Retrato de um Brasil Rural, 2007a.

BRASIL. INCRA. **Portaria/INCRA n^{0} 1.141/2003:,** cria a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal-PAF. (2003b)

_____. **Instrução Normativa n° 15/04, de 30/03/04:** Processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária.

_____. **Norma de Execução n° 45/05,** dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. 2005b.

_____. **Portaria n^{o} 215/06, de 06/06/2006:** Procedimentos Metodológicos para a Criação e Execução de Projetos de Assentamento Florestal no Âmbito do II Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, 2006a.

_____.**Projeto para criação do PAF Jequitibá**, 2006b.

_____. **Portaria Nº 37/07, de 18/07/2007**. Criação do PAF Jequitibá, publicada em 23/07/2007, no Diário Oficial da União. 2007b.

_____. **Relatório de Projetos de Assentamentos**, abril 2008a.

_____.**O INCRA e o assentamento**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0128500427.pdf Acesso em: 16/07/2008. (2008b)

BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa 05/06, de 11/12/06.** Publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2006.

BRASIL. MPF; MPE. **Ação Civil Pública de Proteção ao Meio Ambiente** Nº. 2003.41.00.004676-2, Porto Velho, 2003b.

_____. **Termo de Ajustamento de Conduta-TAC:** Implantação e execução do Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS. Porto Velho: 2006c.

BRÜSEKE, Franz J. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável**. In: Cavalcanti, C. (org). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDIM, S.E.C.S; VIEIRA; P.T.L.; VIÉGAS, J.L.R. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira.** 1995. Site NEAD, Acessado em 01/03/2008, disponível em: http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=95

CARVALHO FILHO, José J. **"Reforma agrária: a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra".** Entrevista à Revista Sem Terra. Nº 22, Ano VI, jan/fev, 2004.

CASSAL, C. Z.; KARVAT, E. T.; SILVINO, G. B. **Relatório da Situação ambiental da Área do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá**. Força Tarefa: IBAMA/INCRA/SEDAM/POLÍCIA AMBIENTAL/POLÍCIA CIVÍL. Porto Velho: 2007.

CEMIN, Arneide B. **Colonização e Natureza: Análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

CONGRESSO EM FOCO. **A nova estratégia dos ruralistas**. Disponível em: http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=22282. Acesso em 14/05/2008.

_____. **Bancada ruralista mantém força**. Disponível em: http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=10691, Acesso em: 01/03/2007

CORREIO BRAZILIENSE**. Rondônia, um estado devastado**. Editoria Brasil. Edição de 17/06/2008.

COSTA, Sylvio; QUEIROZ, Antônio A . **O Que Esperar do Novo Congresso — Perfil e agenda da legislatura 2007/2011.** Brasília: DIAP, 2007.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1985.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985**. São Paulo: Icone-Unicamp, 1985.

_____. **Questão Agrária no Brasil: 1950 – 2003**. In: Ciclo de Debates – Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica e Configuração Atual. INCRA/SP. 2005.

DIÁRIO DE CUIABÁ. **Decisão da Justiça Federal deixa claro que órgão não é legítimo para pleitear domínio e assentar sobre áreas.** Edição de 08/09/2008

DOMINGOS NETO, M. **O Novo Mundo Rural**. In: Monica Dias Martins. (Org.). O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e Resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

ESCOBAR, Arturo. **Discurso e poder no desenvolvimento: Michel Foucault e a relevância do seu trabalho para o terceiro mundo**. *Alternatives X* (*Winter* 1984-85), 377-400. Tradução: Ari Ott, 2007.

FATOR BRASIS**. Cultura & desenvolvimento sustentável**. Informativo nº 15 – Cultura e Cidadania. Disponível em <http://www.fatorbrasis.org>. Acesso em: 10/11/2007.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. In: Emir Sader, Ivana Jinkings. (Org.). Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Questão Agrária**. In: Emir Sader, Ivana Jinkings. (Org.). Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (org.). **Geografia Agrária, teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____.**O novo nome é agrobusiness**. Artigo disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf> Acesso em 10/08/2008.

_____. **Entrando nos territórios do território**. In: Campesinato e territórios em disputa. Org: Tomiasi, E.P.; Fabrini, J.E. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

FERRANTE, Vera Lúcia S. B**. Assentamentos rurais: ações coletivas na contramão das idealizações do estado**. ANPOCS, 2000. Artigo disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/gt14/00gt1431.doc Acesso em: 08/09/2008.

FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L. A . **Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida**. PERSPECTIVAS. São Paulo: Edunesp, Vol. 21, 1998.

FLORES, Moacyr. **Mundo Greco-Romano: O Sagrado e o Profano.** Porto Alegre**:** EDIPUCRS, 2006.

FRANCO, Augusto de. **Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável**: Documento final da oitava rodada de interlocução política do conselho da comunidade solidária. Cadernos Comunidade Solidária, Brasília, n. 6, 1998.

_____. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?** Revista Século XXI, Brasília, n. 3, jan. 2000.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, Plano Editora, 2003.

FREY, Klaus. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local.** *In* Ambiente e Sociedade. Ano IV, n° 9, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONÇALVES, Walter P. et al. **Manifesto pela Vida – Por uma ética para a sustentabilidade"**, Simpósio sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável, Bogotá, 2002.

GUANZIROLI et al., **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro. Garamond,.2001.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: Território, territórios – Ensaios sobre ordenamento territorial – Santos, Milton e Becker, Bertha K., DP&A Editora, RJ, 2000.

_____**Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. UFRGS, 2004. Artigo disponível em:
<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acessado em: 10/11/2007.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, USP, 2005. disponível em: <http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura_y_urbanismo/h20054111314desterritorializacion.pdf> acessado em: 01/11/2007.

_____.**O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. ; BRUCE, G. **A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari.** GEOgraphia, Niterói, v. 7, 2002. Artigo disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_07/rogerio7.pdf

IBGE. **Estimativas - Contagem da População 2007.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/popmunic2007layoutTCU14112007.xls. Acesso em: 10/08/2008.

JORNAL FOLHA DE S. PAULO**. Rondônia - Justiça manda Incra pagar R$ 372 mi por desapropriação.** Edição de 22/04/2008.

LOPES. José. **Os 35 anos do INCRA e sua atuação em Rondônia**. Artigo 2005.

MAGALHÃES, Joel. M. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável Jequitibá.** INCRA/SR-17. Porto Velho: 2003.

_____. **Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE).** 1988.

MELLO, Paulo F. **Evasão e rotatividade nos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006a.

_____. **Rotatividade nos assentamentos rurais**. Raízes, Campina Grande, vol. 25, nºs 1 e 2, p. 55–64, jan./dez. 2006b.

MENDES, A. D. **Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas**. In Cavalcanti, C. (org). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

MILLIKAN, Brent H. **Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico e Políticas Públicas no Estado de Rondônia: Oportunidades, Limites e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável.** Projeto BRA/94/007, Cooperação Técnica do PNUD ao PLANAFLORO. Porto Velho, 1998.

MORAIS, Clodomir S. **Dicionário da Reforma Agrária América Latina.** Porto Velho: Edufro, 2003.

_____. **História das Ligas Camponesas no Brasi**l, Brasília: IATTERMUND, 1997a.

_____.**O Reencontrado Elo Perdido das Reformas Agrárias**, Brasília: IATTERMUND, 1997b.

MOURA, Margarida M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NOGUEIRA, Amélia R. B. **Por uma outra geografia radical: compreendendo os lugares sob um olhar fenomenológico.** I Colóquio Brasileiro de Hitória do Pensamento Geográfico. UFU. 2008. Disponível em: http://www.ig.ufu.br/coloquio/textos/NOGUEIRA,%20Am%E9lia%20Regina%20Batista.pdf Acessado em 30.10.2008

OLIVEIRA, Ariovaldo U**.** Artigo: **Barbárie e Modernidade: o agronegócio e as transformações no campo**. Revista Terra Livre. Nº 21, AGB, 2003.

_____. **A grilagem de terras públicas na Amazônia**. Jornal Valor Econômico. Editoria de Opinião. Edição de 25/07/2008.

_____. **A reforma agrária em 2006: a política do agronegócio venceu.** Radioagência NP. Disponível em: http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=27...
Acesso em 20/08/2007.

OTT, Ari M.T.. **Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos: o Planafloro em Rondônia**. Tese de Doutorado em Ciências Humanas, UFSC, 2002.

PAULA, Elder A. (**Des) envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PLANETA SUSTENTÁVEL. **Playboy entrevista Mangabeira Unger.** Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_283340.shtml
Acesso em: 31/08/2008

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. **A Questão Agrária Brasileira**. In: Stedile, João P.(Org.). A Questão Agrária Brasileira. Vol. I. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Revista VEJA. Edição Especial: **Reforma Agrária em profundidade**. 2003. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/. Acesso em 03/04/2008.

RONDÔNIA. SEPLAN. Zoneamento **Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia**. Disponível em: http://www.seplan.ro.gov.br/conteudo.asp?id=102, acessado em 13/03/2008.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir**. São Paulo: Editora Vértice, 1986.

_____**.Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, Marcel, (org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro : CDS-UnB, Garamond, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Carlos. **Percursos Geográficos – Rumo à Toposofia**. Porto Velho: Riomar, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996a.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Livros Studio Nobel Ltda. 1996b.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SAWYER, Donald R. **Campesinato e ecologia na Amazônia**. In Hogan, Daniel J. e Vieira, Paulo F. Dilemas Socioambientais e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Unicamp, 1992.

SILVA, Josué da C. **O Mito e as Crenças como constituintes do espaço ribeirinho na formação do modo de vida amazônico**. In: Kozel S.; Silva, J. C.; Gil Filho, S. F. Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

SILVA, Maria das Graças S.N. **O espaço ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SILVA, Silvio. S.; PAULA, Elder Andrade de. **Floresta! Para que te quero?** In: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006, Quito. Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural - ALASRU. Quito : ALASRU, 2006. Disponível em: http://www.alasru.org, Acessado em 31/07/2008.

_____. **A floresta como dimensão territorial: novos e velhos apontamentos para a compreensão do desenvolvimento agrário na Amazônia Acreana**. In: Fernandes, B.M.; Marques, M.I.M.; Suzuki, J.C. (org.). Geografia Agrária, teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SZYMANSKI, H. ; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, R. . **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva.** Brasília: Plano, 2002

STAHEL, Andri Werner. **Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis**. In Cavalcanti, C. (org). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

STEDILE, João P. **Os latifúndios agradecem, presidente**. Fórum de Entidades de Direitos Humanos. Disponível em:

<http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=798&Itemid=1>Acessado em 20/11/2007.

STROH, Paula Y. As **ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável**. In: In Cavalcanti, C. (org). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

TEIXEIRA, Gerson. **O Projeto de Medida Provisória alterando a política fundiária para a Amazônia**. Brasília: ABRA, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço & Lugar – A perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 1977.

VALLE JÚNIOR, R.D. **Reforma agrária brasileira: síntese histórica e impasse atual**. Revista São Paulo em Perspectiva, Ed.11(2), Fundação SEADE, 1997.

VIGNA, Edélcio. **Movimentos pró-reforma agrária repensam relação com governo federal**. ABRA, 2007. Disponível em: http://www.reformaagraria.org/?q=node/116. Acesso em 27.07.2007.

VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Hector R. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável.** In Hogan, Daniel J. e Vieira, Paulo F. Dilemas Socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO – CANDIDATOS AO PAF JEQUITIBÁ (RO)

DATA: _____/_____/_____

1. Sexo: ( ) Masculino ( )Feminino

2. Estado civil:

a.( ) Solteiro(a)
b.( ) Casado(a)
c.( ) União estável
d.( ) Separado Judicialmente
e.( )Divorciado(a)
f.( ) Viúvo(a)

3. Idade: _____

4.Grau de instrução:

a.( ) Analfabeto
b.( )Fundamental incompleto
c.( )Fundamental completo
d.( )Médio incompleto
e.( )Médio completo
f.( ) Superior

5. Quantas pessoas vão residir no lote?_____

6.Atividades que exercem (pode marcar mais de uma alternativa):

a.( ) Produção agropecuária
b.( ) Extrativismo
c.( ) Artesanato
d.( ) Atividade assalariada na cidade
e.( )Trabalho em outras propriedades
f. ( ) Aposentadoria/pensão

7. Renda média mensal da família atualmente:

a.( ) até 01 salário mínimo
b.( ) de 1 a 2 salários mínimos
c.( ) de 2 a 4 salários mínimos
d.( ) de 4 a 6 salários mínimos
e.( ) Mais de 6 salários mínimos

8. Estado e cidade de origem da família:

_____

9. Antes de chegar aqui, em quais locais a família já morou?

_____

10.Quando chegaram à área do PAF Jequitibá? (mês/ano):

_____

11. Por que vieram para cá?

_____

_____

12.A situação de vida de sua família em relação à situação anterior é:

a.( ) Melhor b.( ) Pior c.( )Semelhante

13.Por quê?

_____

_____

14. O meio ambiente local (físico) satisfaz as suas necessidades? ( ) sim ( ) não

15. Se não, quais fatores são desfavoráveis?

a.( ) Clima
b.( ) Solo
c.( ) Relevo
d.( )Acesso à água – rios, igarapés, açudes etc.
e.( ) Outros (quais)_____

16. Você e sua família têm acesso a:

a.( ) Educação
b.( ) Assistência à saúde
c.( ) Energia
d.( ) Água potável
e.( ) Estradas
f.( ) Comércio
g.( ) Comercialização da produção (se for o caso)

17. Onde?

a.( ) Na comunidade b.( ) Na cidade mais próxima c.( ) Outros

(especificar):_____

18.Meios de Comunicação a que têm acesso (Rádio, TV, jornal, revista, internet, murais):

_____

19.Você participa de alguma associação ou cooperativa? ( ) Sim ( ) Não

20. Você acha importante participar? ( ) Sim ( )não

21. Por quê?

_____

22.Quais as atividades de lazer da família:

a.( ) Visitar/conversar com parentes e amigos
b.( ) Festas
c.( ) Ir às atividades da Igreja
d.( ) Esportes
e.( ) jogos: cartas, tabuleiro, dominó
f. ( ) ler
g.( ) Dançar/cantar/ouvir música
h. ( )Outros:_____

23.Você(s) sente falta da(s) terra(s) de origem?

---

24. Lá era melhor ou pior do que aqui? Por quê?

---

25. Do que você(s) sente falta de lá? (pode marcar mais de uma alternativa)

a.( ) Família
b.( ) Amigos
c.( ) Igreja/cultos
d.( ) Escola
e.( ) Comércio
f.( ) Comidas
g.( ) Festas
h.( ) Músicas e Danças
i.( ) Ambiente (clima, solo, rios, mar, montanhas etc.)
j.( ) Remédios naturais
k.( ) Serviços de saúde
l. ( ) Cemitério
m.( ) Outros: _____

26.Do que você sente falta, é importante ter aqui? ( ) Sim ( ) Não

27.Por quê?_____

28.O que está achando da criação do PAF Jequitibá?

_____

_____

_____

29.Como os problemas/dificuldades poderiam ser solucionados?

_____

_____

_____

30. Que atividades pretendem desenvolver no PAF? (pode marcar mais de uma alternativa)

a.( ) Agricultura
b.( ) Pecuária
c( ) Extrativismo
d.( ) Artesanato
e.( ) Trabalho assalariado
f.( ) Outros _____

31.Conhece ou tem experiência em manejo florestal comunitário sustentável?

( )Sim ( ) Não

32.Qual sua opinião sobre esse sistema?

_____

33. Conhece o sistema de agrovila? ( ) Sim ( ) Não

34. Qual sua opinião sobre ele?

_____

35.Que motivos poderiam levar você(s) a abandonar o lote?

_____

_____

36.Que futuro você vê para você e sua família?

_____

_____

ROTEIRO PARA ENTREVISTA
ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

-Como vê a reforma agrária no atual governo?

- E a política de assentamentos?

- Qual sua opinião sobre o processo de criação do PAF Jequitibá?

- Como está vendo a atuação do poder público nesse processo?

- Como está se dando o processo de organização dos cooperados para se candidatarem ao PAF?

- E em relação aos que fizeram benfeitorias nos lotes ocupados? Existe alguma orientação?

- E em relação aos que são posseiros de lotes maiores do que o projeto prevê e área desmatada acima do permitido? Existe alguma orientação?

- Como lidam com as situações de compra e venda de lote?

- Como os cooperados estão vendo o manejo florestal comunitário sustentável?

- Como os cooperados estão vendo a organização do assentamento em agrovilas?

- Quais as principais dificuldades enfrentadas e como procuram solucioná-las?

- Como é o processo de decisão?

- Como a cooperativa pretende proceder depois que seus cooperados forem assentados? Existe um planejamento? Como vão sobreviver na fase inicial?

- Como acredita que se dará a instalação da infra-estrutura para o PAF (estradas, créditos, água potável, escola, posto de saúde, áreas comunitárias etc.)?

- É nítida a diferença de visões sobre o PAF entre as famílias acampadas e posseiras. Pretendem fazer algo para buscar um entendimento, já que a proposta é de trabalho comunitário e convivência em agrovilas?

- O que considera importante para a sustentabilidade do PAF?

- O que considera importante para intensificar os vínculos das famílias com o lugar?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA
SUPERINTENDENTE DO INCRA – RO

- Como vê a questão ambiental nos assentamentos rurais de Rondônia no atual governo?
- Como o órgão entende a sustentabilidade em um assentamento?
- E como isso está se dando em relação ao PAF Jequitibá?
- Como está o processo para implantação do assentamento?
- E a participação da comunidade?
- Quais as principais dificuldades?
- Como o Incra vai proceder em relação aos posseiros que alegam ter "Declaração de Posse" fornecida pelo órgão? E aos que não se enquadram no perfil de beneficiário da reforma agrária estabelecido em norma?
- O Incra prevê um trabalho específico para harmonizar as famílias acampadas e posseiras quando forem assentadas, tendo em vista as diferentes visões e aceitação que têm da proposta, já que a mesma preconiza um trabalho comunitário e convivência em agrovilas?
- Como está vendo a atuação dos demais órgãos nesse processo (Ibama, MP's, Sedam)?
- Que perspectivas o Sr. vê para o PAF Jequitibá?
- Como analisa o Programa de Reforma Agrária e sua execução em Rondônia?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA
COORDENADOR DO MOVIMENTO CAMPONÊS CORUMBIARA

- Como vê a reforma agrária no atual governo?
- E a política de assentamentos?
- Qual sua opinião sobre o processo de criação do PAF Jequitibá?
- Como está vendo a atuação do poder público nesse processo?
- Como foi o processo de mobilização das famílias para o acampamento? Houve critério? Qual/quais?
- Como se deu a escolha do local do acampamento?
-Há quanto tempo está formado o acampamento?
- Como é a organização no acampamento? Quais as principais normas e seus objetivos?
- Como se dão as decisões?
- De onde provêm os recursos para o sustento das famílias?
- Como está vendo a chegada das famílias expulsas da Reserva Biológica de Jaru no acampamento?
- Quais as principais dificuldades enfrentadas e como procuram solucioná-las?
- Qual a importância dessa fase da luta pela terra?
- Como o MCC procede depois que as famílias são assentadas? Existe um planejamento? Formação de associação ou cooperativa? Como as famílias vão sobreviver na fase inicial?
- Qual o entendimento do MCC sobre o manejo florestal comunitário sustentável e agrovilas?
- Como acredita que se dará a instalação da infra-estrutura para o PAF (estradas, créditos, água potável, escola, posto de saúde, áreas comunitárias etc.)?
- Como lidam com as situações de compra e venda de lote?
- É nítida a diferença de visões sobre o PAF entre as famílias acampadas e posseiras. Pretendem fazer algo para buscar um nivelamento, já que a proposta é de trabalho comunitário e convivência em agrovilas?
- O que considera importante para a sustentabilidade do PAF?
- O que considera importante para intensificar os vínculos das famílias com o lugar?